

ESTADO DE RONDÔNIA
MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
PODER EXECUTIVO

LEI MUNICIPAL Nº 2014/2025

“Dispõe sobre a abertura de crédito adicional Especial por recursos vinculados no orçamento vigente, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos e dá outras providências.”

O Prefeito do Município de Nova Brasilândia D'Oeste/RO, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte

LEI

ARTIGO 1º - Fica aberto o crédito adicional Especial por Recursos Vinculados no orçamento vigente, no valor de R\$ 1.907.128,42 (Um milhão, novecentos e sete mil, cento e vinte e oito reais e quarenta e dois centavos), para atender a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

Unidade: 02.007 – Secretaria Municipal de Obras
Função 26 - Transporte
Sub-Função 782 – Transporte Rodoviário
Programa 0013 – Minha Cidade
Projeto/Atividade 1.062 – Convenio Recuperação de Estradas Vicinais
Elemento de Despesa: 33.90.39.00 – Material de Consumo **R\$ 1.907.128,42**
Total..... **R\$ 1.907.128,42**

ARTIGO 2º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior serão utilizados recursos vinculados oriundos do Governo do Estado, no valor de R\$ 1.907.128,42 (Um milhão, novecentos e sete mil, cento e vinte e oito reais e quarenta e dois centavos), para atender a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

ARTIGO 3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Brasilândia D'Oeste/RO, 18 de dezembro de 2025.

CLODOALDO ALVES PEDROSO

Prefeito Municipal



Proferida de Nova Brasilândia D'Oeste
Este documento foi assinado digitalmente por CLODOALDO ALVES PEDROSO (CPF: 000.000.002-00), em 18/12/2025 - 11:02, e pode ser validado pelo QR Code ou pelo e no pelo link: https://appgov.br/brasilandia.foa.com.br/documentos/documentos/Assinado/120075_Folha_2_de_2

ESTADO DE RONDÔNIA
MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
PODER EXECUTIVO

LEI MUNICIPAL Nº 2016/2025

“Dispõe sobre a abertura de crédito adicional Especial por recursos vinculados no orçamento vigente, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos e dá outras providências.”

O Prefeito do Município de Nova Brasilândia D'Oeste/RO, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte

LEI

ARTIGO 1º - Fica aberto o crédito adicional Especial por Recursos Vinculados no orçamento vigente, no valor de R\$1.054.826,92 (Um milhão, cinquenta e quatro mil, oitocentos e vinte e seis reais e noventa e dois centavos), para atender a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

Unidade: 02.007 – Secretaria Municipal de Obras
Função 26 - Transporte
Sub-Função 782 – Transporte Rodoviário
Programa 0013 – Minha Cidade
Projeto/Atividade 1.061 – Convenio Construção de Ponte de Madeira Bate Estaca
Elemento de Despesa: 449051.00 – Obras e Instalações **R\$ 1.054.826,92**
Total..... **R\$ 1.054.826,92**

ARTIGO 2º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior serão utilizados recursos vinculados oriundos do Governo do Estado, no valor de R\$1.054.826,92 (Um milhão, cinquenta e quatro mil, oitocentos e vinte e seis reais e noventa e dois centavos), para atender a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

ARTIGO 3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Brasilândia D'Oeste/RO, 18 de dezembro de 2025.

CLODOALDO ALVES PEDROSO

Prefeito Municipal



Proferida de Nova Brasilândia D'Oeste
Este documento foi assinado digitalmente por CLODOALDO ALVES PEDROSO (CPF: 000.000.002-00), em 18/12/2025 - 11:02, e pode ser validado pelo QR Code ou pelo e no pelo link: https://appgov.br/brasilandia.foa.com.br/documentos/documentos/Assinado/120075_Folha_2_de_2

UNIÃO DAS MULHERES DE PIMENTA BUENO
ROSA DE SAROM - AMPBRS

Endereço: Avenida Presidente Hermes, nº 219, apt. 03, Bairro Alvorada;
Pimenta Bueno – RO, CEP: 76.970-000

Fone: (69) 9219-8023 **Email:** uniaodasmulheresemacao@gmail.com
CNPJ: 11.727.643/0001-58

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ouro Preto do Oeste-RO, 19 de Dezembro de 2025.

A União das Mulheres de Pimenta Bueno “Rosa de Sarom” – AMPBRS, devidamente representado por sua 2º Tesoureira Dalva Marciano de Souza, com amparo no artigo 35º, do Estatuto Social vigente, vem por meio deste, **convocar todos os associados para participarem da Assembleia Geral Extraordinária, que será realizada no dia 27 de Dezembro de 2025 às 17:00 horas, na sede estabelecida na Avenida Presidente Kennedy, nº 81, Bairro dos Pioneiros, no município de Pimenta Bueno-RO.** O quórum para instalação da Assembleia Geral será de 2/3 (dois terços) das (os) associadas (os) quites com a tesouraria em primeira convocação, no horário determinado, e de qualquer número em segunda convocação, uma hora após a primeira, o que deverá constar no edital de convocação.

PAUTA:

- REATIVAÇÃO DA UNIÃO DAS MULHERES DE PIMENTA BUENO “ROSA DE SAROM” - AMPBRS;
- 2ª REFORMA DO ESTATUTO SOCIAL.
- ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA EXECUTIVA E CONSELHO FISCAL.
- OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSES DOS PRESENTES.

DESDE JÁ AGRADEÇO A PRESENÇA E COMPREENSÃO DE TODOS.

DALVA MARCIANO DE SOUZA

CPF/ME nº 290.535.282-53

2ª Tesoureira

ESTADO DE RONDÔNIA
MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
PODER EXECUTIVO

LEI MUNICIPAL Nº 2015/2025

“Dispõe sobre a abertura de crédito adicional Especial por recursos vinculados no orçamento vigente, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos e dá outras providências.”

O Prefeito do Município de Nova Brasilândia D'Oeste/RO, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte

LEI

ARTIGO 1º - Fica aberto o crédito adicional Especial por Recursos Vinculados no orçamento vigente, no valor de R\$ 229.042,00 (Duzentos e vinte e nove mil e quatrocentos e dois reais), para atender a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

Unidade: 02.007 – Secretaria Municipal de Obras
Função 26 - Transporte
Sub-Função 782 – Transporte Rodoviário
Programa 0013 – Minha Cidade
Projeto/Atividade 1.059 – Convenio Aquisição e Instalação de Tubo Metálico
Elemento de Despesa: 33.90.30.00 – Material de Consumo **R\$ 229.042,00**
Total..... **R\$ 229.042,00**

ARTIGO 2º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior serão utilizados recursos vinculados oriundos do Governo do Estado, no valor de R\$ 229.042,00 (Duzentos e vinte e nove mil e quatrocentos e dois reais), para atender a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

ARTIGO 3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Brasilândia D'Oeste/RO, 18 de dezembro de 2025.

CLODOALDO ALVES PEDROSO

Prefeito Municipal



Proferida de Nova Brasilândia D'Oeste
Este documento foi assinado digitalmente por CLODOALDO ALVES PEDROSO (CPF: 000.000.002-00), em 18/12/2025 - 11:02, e pode ser validado pelo QR Code ou pelo e no pelo link: https://appgov.br/brasilandia.foa.com.br/documentos/documentos/Assinado/120075_Folha_2_de_2

ESTADO DE RONDÔNIA
MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
PODER EXECUTIVO

LEI MUNICIPAL Nº 2017/2025

“Dispõe sobre a abertura de crédito adicional Especial por recursos vinculados no orçamento vigente, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos e dá outras providências.”

O Prefeito do Município de Nova Brasilândia D'Oeste/RO, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte

LEI

ARTIGO 1º - Fica aberto o crédito adicional Especial por Recursos Vinculados no orçamento vigente, no valor de R\$ 874.423,03 (oitocentos e setenta e quatro mil, quatrocentos e vinte e três reais e três centavos), para atender a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

Unidade: 02.007 – Secretaria Municipal de Obras
Função 26 - Transporte
Sub-Função 782 – Transporte Rodoviário
Programa 0013 – Minha Cidade
Projeto/Atividade 1.066 – Convenio Construção de Ponte de Madeira Bate Estaca Linha 126 e 138
Elemento de Despesa: 449051.00 – Obras e Instalações **R\$ 874.423,03**
Total..... **R\$ 874.423,03**

ARTIGO 2º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior serão utilizados recursos vinculados oriundos do Governo do Estado, no valor de R\$ 874.423,03 (oitocentos e setenta e quatro mil, quatrocentos e vinte e três reais e três centavos), para atender a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

ARTIGO 3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Brasilândia D'Oeste/RO, 18 de dezembro de 2025.

CLODOALDO ALVES PEDROSO

Prefeito Municipal



Proferida de Nova Brasilândia D'Oeste
Este documento foi assinado digitalmente por CLODOALDO ALVES PEDROSO (CPF: 000.000.002-00), em 18/12/2025 - 11:02, e pode ser validado pelo QR Code ou pelo e no pelo link: https://appgov.br/brasilandia.foa.com.br/documentos/documentos/Assinado/120082_Folha_2_de_2

ESTADO DE RONDÔNIA
MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
PODER EXECUTIVO

LEI MUNICIPAL Nº 2018/2025

“Dispõe sobre a concessão de revisão geral anual ao salário dos servidores públicos municipais e dá outras providências”

O Prefeito do Município de Nova Brasilândia D'Oeste/RO, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte

LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo e Legislativo Municipal autorizado a conceder revisão geral anual aos Servidores Públicos Municipais no percentual de 7% (sete por cento) sob o salário base dos Servidores Públicos Municipais, nos termos do art. 37, inciso X da Constituição Federal;

Parágrafo Único- Serão reajustadas todas as tabelas salariais do município.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º janeiro de 2026.

Nova Brasilândia D'Oeste/RO, 18 de dezembro de 2025.

Cildoaldo Alves Pedrosa

Prefeito Municipal



Proferida de Nova Brasilândia D'Oeste
Este documento foi assinado digitalmente por CLODOALDO ALVES PEDROSO (CPF: 000.000.002-00), em 18/12/2025 - 11:02, e pode ser validado pelo QR Code ou pelo e no pelo link: https://appgov.br/brasilandia.foa.com.br/documentos/documentos/Assinado/120082_Folha_2_de_2

PEDIDO DE LICENÇA MUNICIPAL DE OPERAÇÃO (LMO)

A H S CORREA, localizada na Rua São Luiz, n 2226, Bairro Nova Brasília, Ji-Paraná, CEP 76908-538, CNPJ: n° 15.048.823/0001-64, torna público que requereu à SEMEIA – Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Ji-Paraná, em 22/12/2025, a Licença Municipal de Operação, para a atividade de Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores.

Ji-Paraná, 22 de dezembro de 2025.

Huanderson Santos Corrêa
Sócio-administrador



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL
DE JI-PARANÁ

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 068/SUPECOL/PMJP/2025.

A Prefeitura do Município de Ji-Paraná, por meio da Superintendência de Compras e Licitações – SUPECOL e da Agente de Contratação bem como Equipe de Apoio, nomeados pelo Decreto Municipal nº 2465/2025, torna público aos interessados que realizou, com fundamento no art. 75, inciso VIII da Lei n. 14.133/2021, **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, Contratado: **Gilbergues Moreira de Oliveira**, inscrita no CPF sob o nº 114.091.182-15, no valor total de **R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais)**, cujo o objeto é a locação de imóvel urbano, destinado ao funcionamento da Instituição de Acolhimento Girassol. **Referente ao processo administrativo nº 1-15803/2025 - SEMASF.** Demais informações encontram-se disponíveis no site <http://transparencia.ji-parana.ro.gov.br/>.

Ji-Paraná-RO, 19 de dezembro de 2025.

Izabelly Paiva Porfírio
Membro da Cpl
Decreto n. 2199/2025



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL
DE SANTA LUZIA D'OESTE

Aviso de Licitação – PE 69/2.025. Edital 107/2025 Processo Nº: 0001108.05.01-2025

A Prefeitura de Santa Luzia D'Oeste-RO, torna público licitação na modalidade Pregão Eletrônico. Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para aquisição e recarga de extintores de incêndio, conforme normas técnicas vigentes, visando garantir a adequação das dependências às exigências de segurança contra incêndio para atender as necessidades das secretarias SEMAD, SEMED, SEMUSA, SEMTAS, SEMAGRI. No Valor total de R\$ 54.426,12 (cinquenta e quatro mil quatrocentos e vinte e seis reais e doze centavos). Abertura da Sessão 16/01/2026 - Horário: 10:00hrs (Horário de Brasília). O edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no Portal da Transparência desta Prefeitura (<https://transparencia.santaluzia.ro.gov.br/>), e na Plataforma LICITANET (www.licitanet.com.br). Para mais informações, as mesmas poderão ser obtidas no endereço eletrônicos cpl@santaluzia.ro.gov.br e no Fone – 69 9 8485 0017.

Santa Luzia D Oeste – RO, 19 de dezembro de 2025.

EDONIAS PIRES PEREIRA
Secretário SMCL

Siga nossas redes sociais



Jornalcp



Correiopopular_



Youtube/cpnaweb



Correiopopularro

OPERAÇÃO PF

FICCO/RO deflagra operação contra integrantes de facção

Foto: Assessoria/Divulgação

(Da Redação)

A Força Integrada de Combate ao Crime Organizado em Rondônia (FICCO/RO) deflagrou, na quinta-feira (18), a fase ostensiva da Operação Abscício, voltada ao combate de integrantes da facção criminosa com atuação em diversos bairros da capital rondoniense.

A operação tem o objetivo de desarticular células da facção criminosa responsáveis por uma série de delitos: como tráfico de drogas, porte ilegal de armas de fogo e aplicação de sanções corporais por meio do chamado “tribunal do crime”, com controle territorial sobre áreas habitadas por mais de 81 mil pessoas.

A investigação, conduzida pela FICCO/RO, após trabalhos investigativos, identificou os responsáveis por células territoriais, conselheiros que in-



A operação tem o objetivo de desarticular células da facção criminosa responsáveis por uma série de delitos graves

tegram a cúpula decisória e porta-voz, que atuam como intermediários entre a liderança estadual e as células locais, incluindo estratégias da organização, nomeação de lideranças, comercialização de material bélico e coordenação de atividades criminosas.

A decisão judicial, proferida pela 1ª Vara de Garantias do Tribunal de Justiça de Rondônia, determinou o cumprimento de 13 mandados de busca e apreensão

domiciliar, além do afastamento de sigilo. A ação contou também com apoio do Gaeco/Nufac/MP/RO, da Polícia Civil, Polícia Militar e Polícia Penal Federal (SENAPPEN).

A FICCO/RO reforça à necessidade das denúncias no combate ao crime organizado. Ao tomar conhecimento de atividades criminosas, facções, tráfico de drogas ou pessoas foragidas da justiça, a população deve entrar em contato por

meio do Disk 197, canal oficial da Polícia Civil para denúncias, sendo garantido o sigilo da identidade do denunciante.

A instituição é composta pela Polícia Federal, Polícia Civil, Polícia Penal Estadual, Polícia Militar e Polícia Penal Federal (SENAPPEN), com o objetivo de atuação conjunta e integrada no combate ao crime organizado em Rondônia.

Com informações da Assessoria/PF.

AÇÃO CONJUNTA

Polícia apreende mais de 34 kg de skank

(Da Redação)

Uma operação conjunta entre o Núcleo de Inteligência do 4º Batalhão da Polícia Militar (4º BPM) e a Polícia Federal, com apoio do Pata-

mo e do Canil do 4º BPM, resultou na apreensão de drogas e armamento na zona rural do município de Cacoal.

A ação policial foi desencadeada

após levantamentos de inteligência que apontavam a possível existência de material ilícito em propriedades rurais da região. Durante as diligências, as equipes

realizaram buscas em dois distintos. Em um deles, os policiais localizaram 34,09 kg de skank, droga conhecida como uma variação mais potente da maconha.

CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Gabinete do Chefe do Poder Executivo

Aç. Jacarandá, 302

CEP: 76948-000

Castanheiras – Rondônia

CNPJ: 63.761.969/0001-03

contato@castanheiras.ro.gov.br

LEI MUNICIPAL Nº 1.157, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025

“INSTITUI O CÓDIGO DE POSTURAS DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRAS”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRAS, ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica, art. 64, III, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona, promulga e publica a seguinte.

LEI
TÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º – Este Código disciplina as relações de polícia administrativa entre o Poder Público Municipal e os municípios de Castanheiras, abrangendo questões relativas à higiene e ao bem-estar da comunidade, aos costumes, à segurança e à ordem pública, bem como ao funcionamento regular de estabelecimentos comerciais, industriais, de prestação de serviços, mercados municipais, feiras livres e demais posturas municipais.

Art. 2º – Compete ao Prefeito e aos servidores públicos municipais garantir o cumprimento e a execução das normas previstas neste Código.

§ 1º – A fiscalização municipal (órgãos e servidores de polícia administrativa) deve, mantendo o rigor e a vigilância, oferecer assistência e orientação aos municípios, esclarecendo a interpretação e as regras deste Código e demais leis municipais.

§ 2º – Toda pessoa (física ou jurídica) regida por este Código tem o dever de facilitar a ação da fiscalização municipal no cumprimento de suas funções legais.

TÍTULO II
DA HIGIENE PÚBLICA

Art. 3º – Compete à Prefeitura Municipal, visando assegurar, manter, proteger, desenvolver e aprimorar as condições de saúde e bem-estar da comunidade, a fiscalização dos seguintes aspectos:

- I - A higiene das vias e logradouros públicos;
- II - A higiene das habitações;
- III - O controle do sistema público de esgotos sanitários;
- IV - A higiene do comércio e da indústria de alimentos;
- V - A fiscalização de hotéis, pensões, restaurantes, bares e estabelecimentos congêneres;
- VI - A fiscalização de salões de barbeiros e cabeleiros;
- VII - A fiscalização de hospitais, casas de saúde, maternidades e estabelecimentos afins;
- VIII - A limpeza e a desobstrução de cursos de água, represas, valas e lagoas;
- IX - A limpeza pública e o controle do lixo;
- X - A prevenção contra a poluição do ar e das águas e o controle dos resíduos industriais e comerciais.

Art. 4º – Em cada inspeção na qual for constatada uma irregularidade, o servidor municipal competente deverá elaborar um relatório circunstanciado, sugerindo as medidas cabíveis ou solicitando as providências necessárias em prol da higiene pública.

§ 1º – A Prefeitura tomará as providências adequadas quando a solução das irregularidades estiver dentro de sua esfera de competência.

§ 2º – Quando as providências demandarem a intervenção de órgãos federais ou estaduais, a Prefeitura deverá remeter cópia do relatório de fiscalização às autoridades competentes da União ou do Estado.

CAPÍTULO II
DA HIGIENE DAS VIAS E LOGRADOUROS

Art. 5º – É dever de todo cidadão cooperar com a Prefeitura Municipal na conservação e limpeza da cidade. Para garantir o cumprimento desse dever, é expressamente proibido:

- I - Descarte e Lançamento de Resíduos:
 - a) Varrer lixo ou resíduos do interior de imóveis (prédios, terrenos, galpões, instalações ou veículos) diretamente para passeios, vias ou logradouros públicos.
 - b) Lançar ou depositar detritos, lixo, resíduos, animais mortos, caixas, embalagens, papéis, líquidos, impurezas ou objetos em geral nos passeios, vias e logradouros públicos, canais, cursos de água, lagos, valas ou em quaisquer locais não destinados ao descarte.
 - c) Abrir ou manusear embalagens, caixotes, engradados e outros volumes em via ou logradouro público.
- II - Higiene e Uso de Água Pública:
 - a) Bater, sacudir ou limpar tapetes, cortinas e outras peças em via pública, logradouros, ou por janelas e portas que se abram para esses locais públicos.
 - b) Despejar sobre passeios, vias e logradouros públicos águas de lavagem ou águas servidas provenientes de residências ou estabelecimentos em geral.
 - c) Lavar roupas, objetos, veículos e animais em chafarizes, fontes, tanques, torneiras e mananciais situados em vias ou logradouros públicos, ou destinados ao abastecimento público, bem como banhar-se ou lavar-se nesses locais.
 - d) Lavar veículos, objetos ou animais em via ou logradouro público.
- III - Poluição e Contaminação Ambiental:
 - a) Queimar lixo, detritos e objetos em qualquer local, seja ele público ou particular.
 - b) Derramar óleo, graxa, cal, tinta, ácido, gasolina, querosene ou outras substâncias que possam comprometer a higiene, a estética e a segurança (incolumidade) das vias e logradouros públicos.
 - c) Expelir gases, pó e outras substâncias que poluam ou contaminem o ambiente, pondo em risco o bem-estar e a saúde da coletividade.
 - d) Comprometer, de qualquer forma, a limpeza das águas destinadas ao consumo público ou particular.
- IV - Integridade das Vias e Drenagem:
 - a) Conduzir ou transportar, sem as precauções devidas, material que possa prejudicar o asseo e a integridade dos passeios, vias e logradouros públicos, ou afetar os transeuntes.
 - b) Consertar, montar, reformar ou lubrificar veículos ou qualquer petrecho em via ou logradouro público.
 - c) Impedir ou dificultar, por qualquer pretexto, o livre escoamento das águas pelas canalizações, valas, sarjetas, canais dos logradouros públicos e pelos sistemas de esgotos e drenagem, danificando-os ou obstruindo-os.
 - d) Aterrar vias e logradouros públicos, bem como terrenos particulares ou baldios, com lixo, detritos e materiais deteriorados ou impróprios, sempre que houver serviço municipal de coleta de lixo.
- V - Saúde e Segurança Pública:
 - a) Conduzir ou transportar doentes portadores de moléstias infectocontagiosas pelas vias e logradouros públicos, exceto se o transporte for realizado por meio de veículos adequados e específicos para tal fim.
 - b) Permitir a permanência em vias ou logradouros públicos de doentes portadores de moléstias infectocontagiosas ou repugnantes.
 - c) Instalar estrumeiras ou depósitos de estrume animal não beneficiado no perímetro urbano.
 - d) Colocar em janelas, varandas, sacadas ou em local semelhante de habitações ou estabelecimentos vasos ou outros objetos que possam cair nas vias ou logradouros públicos.

Art. 6º – A limpeza dos passeios e das sarjetas adjacentes aos prédios é de responsabilidade dos seus ocupantes.

§ 1º – Os detritos da varredura devem ser coletados em invólucro plástico padrão da Prefeitura e guardados no interior do prédio. É vedado lançar detritos nas sarjetas.

§ 2º – A limpeza deve ser executada em hora de baixo trânsito de pessoas e veículos.

Art. 7º – Durante a execução de qualquer obra (edificação de qualquer natureza), o construtor é o responsável pela rigorosa observância dos preceitos estabelecidos neste Código no trecho compreendido pela área da obra.

Art. 8º – Fica proibida a instalação, dentro do perímetro urbano, de indústrias, comércios e depósitos de matérias-primas, de combustíveis ou de outros produtos que, por sua natureza ou por qualquer outro fator, possam prejudicar a saúde pública.

CAPÍTULO III
DA HIGIENE DAS HABITAÇÕES

Art. 9º – Além dos preceitos fixados no Código de Obras e nas demais disposições legais do Município, as habitações deverão atender, cumulativamente, às normas de higiene estabelecidas no presente Código.

Art. 10 – Cabe aos proprietários e moradores a responsabilidade perante a fiscalização municipal por manter a habitação, incluindo o prédio, jardins, quintais, terrenos e áreas livres, em perfeitas condições de higiene, bem como em bom estado de pintura e conservação.

Art. 11 – Para a preservação e manutenção da higiene das habitações e seus entornos, são estabelecidas as seguintes proibições:

I - Conexões de Drenagem: É proibida a introdução, direta ou indireta, de águas pluviais ou resultantes de drenagens nos esgotos sanitários, bem como a utilização de galerias pluviais para o despejo de esgoto sanitário.

II - Águas Estagnadas: É vedada a conservação de águas estagnadas em pátios, quintais, terrenos e demais áreas livres, sejam elas abertas ou fechadas.

III - Condição de Terrenos Urbanos: É proibida a existência, dentro dos limites urbanos, de terrenos cobertos de mato, pantanosos ou que estejam servindo como depósito de lixo.

IV - Plantas Nocivas: É vedada a conservação de plantas venenosas em jardins, vasos, tapumes, cercas vivas ou em qualquer outro local.

V - Fontes Alternativas de Água: É proibida a abertura de cisterna em prédio que já seja provido da rede de abastecimento público de água.

VI - Conexão Obrigatória: É proibido habitar prédio situado em via pública que possua rede de água e esgotos sem que o imóvel esteja devidamente conectado a essas utilidades e provido de instalação sanitária em funcionamento.

VII - Instalações Sanitárias sobre Cursos d'Água: É proibido construir instalações sanitárias sobre rios, riachos, córregos ou quaisquer cursos de água.

§ 1º As providências para o escoamento e a drenagem das águas estagnadas em terrenos e prédios particulares cabem aos respectivos proprietários ou ocupantes.

§ 2º O escoamento e a drenagem de terrenos e prédios não poderão causar prejuízo às instalações, valas, sarjetas e canais existentes, devendo seguir o preceito de não- obstrução estabelecido no item XII do Artigo 5º deste Código.

Art. 12 – Em edifícios de apartamentos, além de estar subordinados aos preceitos gerais de higiene das habitações, são estabelecidas as seguintes proibições:

I - Introduzir objetos e volumes nas canalizações gerais e nos poços de ventilação.

II - Depositar objetos nas janelas, parapeitos de terraços/sacadas, ou em qualquer outra área de uso comum.

III - Atirar lixo, papéis, líquidos ou qualquer corpo nas áreas internas ou externas do condomínio.

IV - Utilizar fogão a carvão ou lenha.

V - Criar aves fora de viveiros ou gaiolas.

VI - Colocar gaiolas e viveiros na parte externa do prédio ou em áreas comuns.

Art. 13 – Chaminés de qualquer estabelecimento ou residência devem ter altura suficiente para que a fumaça, fuligem ou resíduos expelidos não causem incômodo à vizinhança nem poluição aérea.

Parágrafo Único – A Prefeitura pode autorizar a substituição da chaminé por equipamento de controle de emissões que produza o mesmo resultado.

Art. 14 – As edificações em área rural devem cumprir as seguintes normas de higiene, além dos preceitos gerais:

- I - Prevenir a formação de poças, águas estagnadas, áreas pantanosas ou infiltrações.
- II - Proteger mananciais, poços e fontes de água para consumo domiciliar.
- III - Construir estábulos, chiqueiros, currais e depósitos de resíduos (estrumeiras) a uma distância mínima de 50 m (cinquenta metros) das habitações, garantindo asseo e salubridade.
- IV - Manter a limpeza dos locais de criação de animais, impedindo a estagnação de líquidos e o depósito de dejetos.
- V - Canalizar as águas residuais para um local sanitariamente adequado.
- VI - Isolar e remover imediatamente animais doentes para local apropriado.

CAPÍTULO IV
DO CONTROLE DO SISTEMA PÚBLICO DE ESGOTOS SANITÁRIOS

Art. 15 – A instalação de esgotos sanitários é obrigatória em habitações, estabelecimentos de qualquer natureza, templos e quaisquer prédios que estejam situados em local servido pela rede pública de esgotos sanitários.

Art. 16 – O projeto e a construção da rede de esgotos sanitários deverão obedecer rigorosamente às normas técnicas e regulamentações fixadas pelo órgão específico do Governo Estadual.

Art. 17 – A rede domiciliar de esgoto será periodicamente visitada pela autoridade sanitária competente.

Art. 18 – Nos prédios localizados em áreas desprovidas de rede pública de esgotos sanitários, é compulsória a instalação e manutenção de fossas sépticas ou absorventes, as quais deverão seguir integralmente as normas e exigências do órgão específico do Governo Estadual.

CAPÍTULO V
DA HIGIENE DO COMÉRCIO E DA INDÚSTRIA E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS
SEÇÃO I
DOS ESTABELECIMENTOS DE GÊNERO ALIMENTÍCIO EM GERAL

Art. 19 – A licença para a instalação e o funcionamento de estabelecimentos comerciais ou industriais que se destinem a produzir, transformar, manipular ou comerciar gêneros alimentícios será concedida somente se as dependências destinadas à fabricação, armazenamento e atendimento ao público atenderem integralmente aos requisitos determinados pelo Código de Obras e pelo presente Código de Postura.

Art. 20 – É dever dos proprietários de estabelecimentos industriais ou comerciais manter suas instalações livres de poluição proveniente de quaisquer substâncias sólidas, líquidas, gasosas, fumaça ou emanções.

Art. 21 – Estabelecimentos como empórios, mercearias, armazéns e supermercados, que trabalham com gêneros alimentícios, devem ter áreas específicas e adequadas para a exposição e venda de seus produtos.

Art. 22 – Os proprietários ou usuários de estabelecimentos comerciais e industriais deverão promover a desinsetização e imunização periódica das dependências do prédio, de forma a prevenir a criação e proliferação de vetores.

Art. 23 – A venda de produtos de limpeza (caústicos, detergentes, etc.) em locais de venda de alimentos é permitida apenas se houver um depósito completamente isolado para evitar a contaminação dos alimentos.

Art. 24 – Estabelecimentos de alimentos devem dispor de recipientes de lixo padronizados pela Prefeitura e com capacidade adequada para o volume diário de resíduos.

Art. 25 – As pessoas que trabalham em estabelecimentos comerciais, industriais e como ambulantes de gêneros alimentícios devem cumprir as seguintes obrigações:

- I - Usar vestimentas (gorro e avental) de cor clara no trabalho.
 - II - Usar utensílios (pegadores) para servir alimentos prontos (pães, frios, etc.).
 - III - Realizar exame de saúde anual (incluindo abnegrafia e vacina antivariólica) e portar a Carteira de Saúde.
 - IV - Manter asseo pessoal estrito.
 - V - Separar as funções de manipulação de alimentos e manuseio de dinheiro, sendo este último vedado a quem lida com as mercadorias.
- Art. 26** – É vedada a entrada nas dependências de estabelecimentos de alimentos de pessoas com doenças infectocontagiosas e de quaisquer animais (cães, gatos, etc.).

SEÇÃO II
DA HIGIENE DOS ALIMENTOS EXPOSTOS À VENDA

Art. 27 – A fiscalização sanitária municipal deve exercer controle rigoroso sobre a produção e a venda de todos os alimentos.

Art. 28 – Alimentos industrializados devem ser expostos à venda em embalagens e com rótulos apropriados.

Art. 29 – As embalagens devem conter, obrigatoriamente, a marca, o nome e a localização do fabricante ou produtor, além de outras informações exigidas pela legislação.

Art. 30 – A fiscalização sanitária tem o dever de apreender para posterior inutilização qualquer alimento que esteja à venda ou em depósito e que se encontre adulterado, contaminado, deteriorado ou com qualquer alteração que comprometa sua aptidão para o consumo.

Art. 31 – É obrigatório que toda a água empregada na manipulação ou no preparo de gêneros alimentícios seja potável e comprovadamente adequada ao consumo humano.

Art. 32 – O gelo para uso alimentar deve ser fabricado somente com água potável filtrada, livre de contaminação.

Art. 33 – É vedado o uso de jornais ou qualquer papel impresso para embrulhar alimentos. Devem ser utilizados apenas materiais aprovados, como plásticos, celofane ou papel branco quimicamente inerte.

Art. 34 – Vendedores ambulantes devem usar veículos (carros) que isolem o produto de insetos e poeira. Os alimentos devem ser mantidos higienicamente e manuseados apenas com pegadores de metal.

Art. 35 – Alimentos que serão consumidos sem cozimento (crus ou prontos) devem ter proteção rigorosa contra poeira e insetos.

Art. 36 – Máquinas, facas e demais instrumentos usados no corte de frios e outros alimentos devem ser mantidos sempre limpos e protegidos contra insetos e poeira.

Art. 37 – As vitrines de alimentos prontos para consumo devem ser conservadas à prova de insetos, poeira e impurezas para preservar a higiene e qualidade dos produtos.

Art. 38 – Alimentos perecíveis e de rápida deterioração (curto prazo) devem ser armazenados, transportados e expostos em câmaras ou balcões frigoríficos com temperatura controlada.

Parágrafo Único – É permitido depositar e transportar tais alimentos em recipientes fechados de material isolante térmico, desde que se garanta a temperatura adequada.

SEÇÃO III
DA VENDA DE VERDURAS, LEGUMES E FRUTAS

Art. 39 – Nos estabelecimentos destinados à venda de verduras, legumes e frutas, além de serem observadas todas as demais disposições relativas aos estabelecimentos de gêneros alimentícios, deverão ser cumpridas as seguintes normas:

I - As verduras, legumes e frutas deverão ser dispostos sobre superfícies impermeáveis, em local fresco, protegido contra a incidência solar e à prova de insetos, poeira e outras formas de contaminação. Adicionalmente, devem ser mantidos a uma distância mínima de um metro (1 m) das portas externas.

II - É proibida a comercialização de frutas e legumes que estejam cortados, descascados e sem o devido acondicionamento, ou que se encontrem deteriorados ou não sazoados.

SEÇÃO IV
DAS SORVETERIAS

Art. 40 – Os estabelecimentos responsáveis pela preparação e manipulação de sorvetes devem observar rigorosamente os preceitos de asseo e higiene, e possuir instalações e máquinas que sejam adequadas para todos os processos de elaboração do produto.

§ 1º – Palitos de picolé e casquinhas devem ser armazenados em local protegido de poeira, insetos e contaminação.

§ 2º – É obrigatório que a água usada nas sorveterias seja filtrada, tratada e armazenada em tanques e reservatórios mantidos em estado impecável de limpeza.

SEÇÃO V
DAS LEITEIRIAS

Art. 41 – As leiteiras, além de cumprirem as disposições gerais referentes aos estabelecimentos comerciais e industriais de gêneros alimentícios, devem, obrigatoriamente, manter o leite e seus derivados em câmaras ou balcões frigoríficos.

Art. 42 – O leite destinado ao consumo deve, necessariamente, ser proveniente de usinas de pasteurização que estejam sob a fiscalização de autoridade pública competente.

Art. 43 – O transporte do leite pasteurizado e de seus derivados só poderá ser realizado em veículos dotados de câmaras frigoríficas ou que atendam às condições de isolamento térmico mencionadas no Parágrafo Único do Artigo 39º deste Código.

Art. 44 – Na zona urbana, a venda do leite pasteurizado é permitida apenas em sacos plásticos, garrafas perfeitamente vedadas ou em embalagens hermeticamente fechadas, impermeáveis, que sejam previamente aprovadas pelas autoridades sanitárias e que contenham o carimbo de fiscalização competente.

§ 1º – O transporte de leite em sacos plásticos deve ser feito em caixas plásticas; o leite engarrafado deve ser transportado em engradados metálicos.

§ 2º – É terminantemente proibida a venda de leite na zona urbana em pipas, latões, baldes ou em qualquer outro vasilhame que não seja hermeticamente fechado.

§ 3º – Uma vez estabelecido o fornecimento de leite pasteurizado, será vetada a venda de leite cru (in natura) na zona urbana.

Art. 45 – O leite que for classificado como adulterado ou deteriorado será imediatamente apreendido e inutilizado.

§ 1º – O leite vendido clandestinamente ou em embalagem proibida será apreendido para análise sanitária. Se for próprio para consumo, será doado a entidades de caridade; caso contrário, será inutilizado.

§ 2º – A apreensão do leite resulta em multa para o infrator, sem direito a qualquer indenização pelo produto apreendido.

Art. 46 – Leite, manteiga e queijos devem ser mantidos em recipientes limpos e fechados, protegidos de impurezas e insetos, cumprindo todas as exigências sanitárias.

SEÇÃO VI
DAS TORREFAÇÕES DE CAFÉ

Art. 47 – Compete à autoridade sanitária fiscalizar rigorosamente os estabelecimentos onde são realizadas as atividades de torrefação, moagem, acondicionamento e embalagem do café.

Art. 48 – As torrefações devem ter áreas isoladas e vedadas para armazenar e embalar o café já torrado.

Art. 49 – A embalagem do produto deverá conter um rótulo com as seguintes indicações mínimas: nome do produto, nome do fabricante, seu endereço, características do produto e o prazo de validade (tempo de vencimento).

Art. 50 – É proibida a adição de qualquer substância (aditivo) ao produto.

Parágrafo Único – O café que contiver aditivo será imediatamente apreendido e inutilizado. A apreensão não confere direito a indenização ao infrator, que ainda será sujeito à multa aplicável.

Art. 51 – Torrefações de café só podem ser instaladas em locais autorizados pela Prefeitura, sendo vedada a exploração de qualquer outro comércio ou indústria de alimentos na mesma instalação.

Parágrafo Único – As torrefações devem ter chaminés altas para evitar que a fumaça e emanções atinjam prédios e vias públicas.

SEÇÃO VII
DOS ESTABELECIMENTOS DE COMÉRCIO DE AVES E OVOS

Art. 52 – É proibida a prática de abate em estabelecimentos destinados unicamente à venda de aves e ovos.

Parágrafo Único – Os estabelecimentos mencionados neste artigo somente poderão receber aves de abatedouros que sejam regularmente fiscalizados pela autoridade sanitária.

Art. 53 – Matadouros avícolas devem embalar as aves em sacos plásticos transparentes e rotulados, contendo o carimbo da autoridade sanitária.

Art. 54 – O transporte de aves vivas deve ser feito em caixas teladas que assegurem sua proteção.

Art. 55 – O transporte de aves abatidas deve ser feito sob refrigeração (câmara frigorífica) ou de modo a prevenir contaminação e deterioração, segundo a vigilância sanitária.

Art. 56 – As aves expostas à venda deverão ser mantidas em gaiolas ou viveiros espaçosos. É proibido mantê-las em liberdade dentro ou fora do estabelecimento.

§ 1º – Gaiolas e viveiros devem ser de material resistente, ter canaletas para água limpa, local para ração e um fundo impermeável e removível para limpeza fácil.

§ 2º – É obrigatória a limpeza e desinfecção diária das gaiolas e dos viveiros.

Art. 57 – Aves abatidas devem ser vendidas já limpas (sem penas, vísceras e partes não

comestíveis).

Art. 58 – As aves abatidas devem ser mantidas em câmaras ou balcões frigoríficos dotados de vitrine, de modo a permitir a escolha do produto por parte do comprador.

Art. 59 – Os ovos devem ser mantidos em embalagens apropriadas para protegê-los de quebras e choques.

Art. 60 – Os ovos devem ser mantidos em local fresco, preferencialmente em compartimentos com temperatura entre dez (10°C) e quinze graus centígrados (15°C).

Art. 61 – Os estabelecimentos que comercializam aves e ovos devem, obrigatoriamente, possuir água potável corrente em quantidade suficiente para todas as suas necessidades e atividades.

Art. 62 – A autoridade sanitária tem o poder de apreender e destruir imediatamente aves doentes ou deterioradas e ovos estragados.

Parágrafo Único – A apreensão de aves e ovos nas condições estabelecidas neste artigo não confere ao comerciante o direito a qualquer indenização, sujeitando-o, ainda, à aplicação das multas cabíveis.

SEÇÃO VIII DOS AÇOUQUES

Art. 63 – Além das regras do Código de Obras, os açougues devem atender às seguintes normas:

I – Instalação de um estrado de madeira, a uma altura mínima de dez centímetros (10 cm) do piso, na parte interna dos balcões, para evitar o contato permanente dos empregados com a umidade;

II – Os balcões de trabalho e exposição devem ser construídos em material liso, durável, impermeável e de fácil limpeza, como mármore, aço inoxidável, fôrnica e similares;

III – É obrigatória a instalação de uma pia com água corrente na sala de manipulação da carne;

IV – As câmaras frigoríficas deverão ser mantidas em rigoroso estado de limpeza;

V – A carne destinada ao corte (talho) deverá ser mantida armazenada na Câmara Frigorífica;

VI – É proibido o uso de velas, lâmpôes, candeiros e similares que funcionem a óleo ou gás inflamável, exceto se o estabelecimento estiver situado em local que não há energia elétrica;

VII – É proibido usar luz colorida que possa mudar a cor da carne exposta.

Art. 64 – Em nenhuma hipótese o consumidor poderá ter contato direto com a carne exposta à venda.

Art. 65 – Os açougues somente poderão comercializar carne proveniente de matadouros sujeitos à fiscalização da autoridade sanitária competente.

Art. 66 – O transporte de carne destinada aos açougues deverá ser realizado em veículos dotados de câmaras frigoríficas.

Art. 67 – É vetada a venda de couros, chifres e outras partes do animal que prejudiquem a higiene dos açougues.

Art. 68 – Partes para aproveitamento industrial (sebo, ossos, etc.) devem ser mantidas em recipientes fechados e ser removidas diariamente pelo responsável.

Art. 69 – É proibida a preparação de embutidos dentro do açougue.

Art. 70 – É proibida a estocagem de carne moída. A moagem deve ser realizada somente no momento da venda, a pedido do consumidor.

Art. 71 – É vedado que o açougue mantenha qualquer outro tipo de comércio ou negócio além da venda de carne.

Art. 72 – Na hipótese de falta de energia elétrica no local, a carne só poderá ser vendida por um período máximo de vinte e quatro (24) horas após sua entrada no estabelecimento.

Parágrafo Único – Na situação prevista neste artigo, o proprietário deve providenciar o imediato salgamento da carne.

SEÇÃO IX DAS PEIXARIAS

Art. 73 – Peixarias devem seguir as normas de obras, higiene de balcões e proibição de contato do cliente (Art. 63 e 64), além de:

I – Deve-se usar câmaras frigoríficas no transporte e armazenamento dos peixes.

II – É proibido o emprego de caixas de madeira para o transporte de peixes.

Parágrafo Único – Na hipótese de falha na energia elétrica no local de venda, o peixe deverá ser acondicionado em caixas plásticas ou de aço inoxidável, e conservado com gelo em quantidade suficiente para manter a temperatura adequada.

Art. 74 – Peixe danificado ou estragado destinado à venda será apreendido e destruído imediatamente pela autoridade sanitária.

Parágrafo Único – A apreensão não confere ao proprietário o direito a indenização, sujeitando-o, adicionalmente, à aplicação das multas cabíveis.

Art. 75 – A comercialização de peixe em feiras-livres e logradouros públicos só poderá ser realizada em carros frigoríficos ou, alternativamente, nas condições de conservação térmica previstas no Parágrafo Único do Art. 73 (com gelo e em recipientes adequados). Em ambos os casos, deverão ser utilizados recipientes próprios para o recolhimento das partes não comestíveis, como cabeças, rabos, vísceras e escamas.

Parágrafo Único – O balcão destinado à venda de peixe deverá ser de material impermeável, liso, resistente e de fácil limpeza. Os instrumentos de corte, por sua vez, deverão ser mantidos em rigoroso estado de limpeza.

Art. 76 – Vendedores de peixe, inclusive ambulantes, são obrigados a usar vestimentas adequadas (gorro e avental) e em perfeitas condições de higiene.

CAPÍTULO VI DOS HOTÉIS, PENSÕES, RESTAURANTES, BARES E ESTABELECIMENTOS CONGÊNERES

Art. 77 – Hotéis, pensões, bares, restaurantes e estabelecimentos congêneres deverão, além de cumprir as disposições gerais desse Código, atender aos seguintes requisitos específicos:

I – A lavagem de louças, talheres e vasilhames deve ser executada exclusivamente em água corrente, sendo expressamente proibida a lavagem em baldes ou quaisquer recipientes com água parada.

II – Talheres e recipientes metálicos devem passar por um banho de água fervente após a lavagem.

III – Devem ser utilizados esterilizadores para xícaras e colheres de café, sendo obrigatório o uso de pegadores para a retirada desses utensílios.

IV – Nos bares, cafês e similares, o açúcar deve ser servido em açucareiros com tampas automáticas.

V – É proibido usar utensílios com defeito (quebrados, rachados ou trincados).

VI – É permitido servir café e refrigerantes em recipientes descartáveis (papel, plástico ou similar) que devem ser inutilizados após o uso.

VII – Devem ser fornecidos guardanapos individuais aos clientes.

VIII – As cozinhas devem utilizar exaustores em perfeitas condições de funcionamento.

IX – Garçons, serventes e demais empregados deverão apresentar-se aseados, usando uniforme obrigatório.

X – As instalações sanitárias devem ser mantidas em boas condições de higiene, na proporção de um sanitário para cada vinte (20) usuários.

Art. 78 – Nos hotéis e pensões, o cumprimento dos seguintes requisitos é obrigatório:

I – O uso de toalhas de banho e roupa de cama individuais para cada hóspede.

II – A desinfecção de colchões e travesseiros deve ser realizada mensalmente ou sempre que as condições sanitárias exigirem.

III – A desinsetização e imunização de todas as instalações devem ser feitas semestralmente.

IV – O exame de saúde anual de todos os empregados, que deverão manter suas Carteiras de Saúde devidamente atualizadas.

CAPÍTULO VII DOS SALÕES DE BARBEIROS E CABELEIREIROS

Art. 79 – Salões de barbeiros e cabeleiros, além das normas gerais, devem cumprir:

I – É obrigatório o fornecimento de golas e toalhas individuais para cada cliente.

II – É compulsória a esterilização de todos os instrumentos de corte, especialmente navalhas, alicates de unhas, tesouras e demais utensílios.

III – Exigir que os funcionários sejam aseados e usem uniforme.

IV – Requerer exame de saúde anual dos empregados, que devem portar a Carteira de Saúde atualizada.

V – É obrigatória a manutenção de pias com água corrente e instalações sanitárias para o uso dos profissionais, bem como a utilização de exaustores ou renovadores de ar em funcionamento no salão.

CAPÍTULO VIII DOS HOSPITAIS, CASA DE SAÚDE, MATERNIDADE E AFINS

Art. 80 – Os hospitais, casas de saúde, maternidades e estabelecimentos similares, além de cumprirem os requisitos fixados no Código de Obras, deverão observar as seguintes normas de higiene:

I - Limpeza e desinfecção rigorosa e constante de todas as dependências, incluindo instalações, sanitários, quartos, corredores, ambulatórios, centros cirúrgicos, centros de tratamento, refeitórios e salas.

II - Desinfecção mensal de colchões e travesseiros, ou sempre que for necessário, incluindo obrigatoriamente a desinfecção após a alta de cada paciente.

III - Cada paciente deverá dispor de um leito individual com jogos de lençóis, fronhas e cobertor individualmente desinfetados. É compulsória a colocação de um novo jogo completo de roupa de cama para cada novo paciente.

IV - Médicos, enfermeiros e auxiliares deverão trabalhar adequadamente uniformizados, em estrita observância às normas hospitalares vigentes.

V - Deve-se realizar a esterilização de louças, talheres e outros utensílios da copa e da cozinha a cada uso.

VI - Deve-se realizar a lavagem e esterilização de todos os instrumentos cirúrgicos e auxiliares antes e após o uso, seguindo as normas técnicas aplicáveis.

VII - Todos os objetos utilizados nos banhos devem ser esterilizados após cada uso.

VIII - É obrigatório o isolamento de pacientes portadores de moléstias infectocontagiosas, bem como daqueles que estejam em regime de quarentena.

CAPÍTULO IX DA LIMPEZA E DESOBSTRUÇÃO DOS CURSOS DE ÁGUA, REPRESAS, VALAS E LAGOAS

Art. 81 – Compete aos proprietários dos terrenos manter em estado permanente de limpeza, em toda a extensão compreendida pelas respectivas divisas, os cursos de água, valas e lagoas que porventura existam.

§ 1º – Em terrenos que estejam construídos, alugados ou arrendados, a responsabilidade pela limpeza recai sobre o ocupante, morador ou inquilino.

§ 2º – O órgão competente da Prefeitura poderá, quando julgar conveniente, exigir do proprietário a canalização, o capeamento (cobertura) ou a regularização dos cursos de água no trecho que atravessa o respectivo terreno.

§ 3º – Caso o curso de água ou vala coincida com a divisa de terrenos, os dois proprietários arcarão solidariamente com o ônus das obras mencionadas no parágrafo anterior.

Art. 82 – É estritamente proibido aterrar ou desviar valas ou cursos d'água de forma a bloquear ou dificultar o escoamento normal das águas.

Art. 83 – Obras como açudes, represas e barragens (permanentes ou temporárias) devem sempre garantir o livre fluxo (escoamento) das águas.

Art. 84 – É proibido construir nas margens, no leito ou sobre valas, cursos d'água ou lagoas sem a prévia autorização e aprovação do órgão competente da Prefeitura.

Art. 85 – Em terrenos que possuam riachos, córregos, valas ou lagoas, as construções que forem levantadas deverão manter, em relação às respectivas margens, a distância determinada pelo órgão competente da Prefeitura.

CAPÍTULO X DA LIMPEZA PÚBLICA E DO CONTROLE DO LIXO

Art. 86 – Compete à Prefeitura estabelecer as normas referentes à coleta, transporte e destino final do lixo, bem como fiscalizar o rigoroso cumprimento dessas regulamentações.

Art. 87 – Quando o destino final do lixo for o aterro sanitário, este deverá ser coberto diariamente com uma camada de terra de, no mínimo, vinte e cinco centímetros (25 cm) de espessura.

Art. 88 – O órgão de limpeza pública da Prefeitura deverá, em conjunto com outros setores da municipalidade, promover a instalação de cestos coletores de lixo em pontos estratégicos da cidade.

Art. 89 – O setor de limpeza pública tem o dever de promover campanhas educativas regulares para conscientizar a população sobre os riscos do lixo à saúde e a necessidade de manter a higiene urbana.

Art. 90 – O lixo doméstico deve ser depositado em vasilhames metálicos com tampa ou em sacos plásticos, seguindo as especificações (capacidade, dimensão e material) definidas pelo órgão de limpeza pública, e deve ser mantido em bom estado de conservação.

§ 1º – Recipientes de lixo que não seguirem as especificações da Prefeitura serão apreendidos e o responsável será multado.

§ 2º – O lixo só deve ser colocado na porta das casas ou estabelecimentos nos horários definidos pelo órgão de limpeza pública.

Art. 91 – Não são considerados como lixo comum (e não podem ser dispostos na via pública para coleta regular): resíduos industriais de oficinas, restos de materiais de construção, entulhos de obras ou demolições, restos de forragem, caixas, embalagens, terra, folhas, galhos, gravetos e troncos de jardins e quintais particulares, e animais mortos. Todos esses materiais, que pelo seu volume ou natureza não podem ser recolhidos em sacos plásticos, devem ter sua remoção providenciada pelos respectivos proprietários ou inquilinos.

§ 1º – Os materiais mencionados neste artigo poderão ser recolhidos pelo órgão de limpeza pública da Prefeitura mediante prévia solicitação do interessado e pagamento de uma tarifa especial fixada pelo Município.

§ 2º – Os animais mortos encontrados em vias públicas serão recolhidos pelos órgãos de limpeza pública da Prefeitura, sujeitando o proprietário, além da multa, ao pagamento da tarifa especial a que se refere o parágrafo anterior.

Art. 92 – É proibido usar lixo como adubo ou ração animal dentro da área urbana.

Parágrafo Único – O uso de lixo para adubo ou ração fora da zona urbana está condicionado às medidas de segurança indicadas pelo órgão de saúde pública.

Art. 93 – É vedado o despejo na via pública de água servida ou resultante de lavagens de habitações, estabelecimentos comerciais, recreativos, industriais, hospitalares, oficinas, lavagem de viaturas e outros.

Art. 94 – É proibido descartar nas ruas e terrenos (vias públicas) animais mortos, entulhos, lixo e outros materiais que causem prejuízo à saúde pública, incômodo ou que deteriorem a estética urbana.

Art. 95 – O descarte de resíduos industriais (incineração, enterro ou remoção) deve ser feito de acordo com as normas do órgão de saúde pública da Prefeitura.

Art. 96 – Os resíduos industriais devem ser depositados em coletores metálicos com tampa (de responsabilidade do interessado), seguindo as especificações de capacidade e dimensões definidas pelo órgão de limpeza pública.

Art. 97 – É obrigatório manter as instalações de coleta e incineração de lixo (domiciliares ou de estabelecimentos) em rigoroso estado de limpeza e higiene

CAPÍTULO XI DA PREVENÇÃO CONTRA A POLUIÇÃO AMBIENTAL E DO CONTROLE DOS DESEJOS INDUSTRIAIS

Art. 98 – O controle da poluição do ar é dever da Prefeitura, que deve:

I - Cadastrar as fontes poluidoras.

II - Definir limites de tolerância para poluentes no ar (interno e externo).

III - Fixar padrões de poluentes nas fontes emissoras e revisá-los periodicamente.

§ 1º – Fumaças, gases, poeiras e detritos nocivos à saúde, resultantes da indústria, devem ser removidos do local de trabalho por meios técnicos.

§ 2º – É proibido emitir poluentes na atmosfera sem que tenham recebido o tratamento técnico adequado.

§ 3º – Veículos poluentes (caminhões, ônibus, carros, motos, etc.) devem obedecer aos padrões de emissão, sob pena de apreensão e multa.

Art. 99 – Para controlar a poluição da água, a Prefeitura deve:

I - Coletar amostras de água para análises (física, química, bacteriológica e biológica).

II - Promover estudos para identificar as causas da poluição e estabelecer medidas de controle.

Art. 100 – O controle de despejos industriais é dever da Prefeitura, que deve:

I - Cadastrar as indústrias que realizam lançamento de despejos.

II - Inspecionar as indústrias quanto à natureza e volume de seus despejos.

III - Promover estudos detalhados dos despejos industriais.

IV - Estabelecer limites de tolerância para os despejos industriais a serem lançados na rede pública de esgotos ou em cursos de água.

Art. 101 – Os responsáveis por indústrias são obrigados a tratar seus resíduos e dar-lhes destinação final (conforme projeto aprovado), de modo que se tornem inofensivos aos trabalhadores e à comunidade.

TÍTULO III DOS COSTUMES, SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 102 – Para proteger o sossego, a segurança e a ordem pública, a Prefeitura deve fiscalizar:

I - A moralidade e o sossego público.

II - O respeito aos locais de culto religioso.

III - Os divertimentos e festejos públicos.

IV - A utilização e o trânsito nas vias e logradouros públicos.

V - Os meios de publicidade e propaganda.

VI - A preservação estética, a conservação e a segurança dos prédios.

VII - Os muros e cercas.

CAPÍTULO II DA MORALIDADE E DO SOSSEGO PÚBLICO

Art. 103 – É proibida a venda, exposição ou distribuição de material (gravuras, livros, revistas, objetos, etc.) de cunho pornográfico ou obsceno.

§ 1º – O material proibido será apreendido, e o infrator responderá pelas sanções legais.

§ 2º – A reincidência nesta infração resultará na cassação da licença de funcionamento do estabelecimento.

Art. 104 – Os proprietários de estabelecimentos que comercializam bebidas alcoólicas são diretamente responsáveis pela manutenção da ordem dentro do recinto.

Parágrafo Único – Desordens ou barulho excessivo no local geram multa ao proprietário e, em caso de reincidência, a cassação da licença.

Art. 105 – É vedado perturbar o sossego público com barulhos excessivos e evitáveis, incluindo:

I - Os ruídos de motores e explosões desprovidos de silenciosos ou com este dispositivo em estado deficiente.

II - Os sons de buzinas, clarins, tímpanos ou quaisquer outros instrumentos em volume inadequado.

III - A propaganda realizada por meio de alto-falante, megafones, bumbos, tambores, cornetas, bandas, conjuntos musicais e similares, quando realizada sem prévia autorização da Prefeitura.

IV - Os ruídos produzidos por armas de fogo.

V - Os sons provenientes de bombas, foguetes e demais fogos ruidosos.

Art. 106 – É proibida a execução de qualquer atividade que produza ruído excessivo nas proximidades de hospitais, sanatórios, escolas, asilos e áreas predominantemente residenciais.

Art. 107 – Com o objetivo de manter a paz e a segurança pública, é proibido:

I - Vender ou soldar fogos de artifício ruidosos (bombas, busca-pês, etc.) ou perigosos em ruas, prédios residenciais ou janelas/portas que deem para a rua, a menos que haja permissão especial da Prefeitura.

II - Vender e soltar balões em todo o território municipal.

III – Acender fogueira em vias ou espaços públicos sem a autorização prévia da Prefeitura.

CAPÍTULO III DOS DIVERTIMENTOS E FESTEJOS PÚBLICOS SEÇÃO I DA LICENÇA PARA REALIZAÇÃO DE DIVERTIMENTOS E FESTEJOS PÚBLICOS

Art. 108 – A realização de divertimentos e festejos em vias e logradouros públicos ou em recintos fechados de livre acesso ao público está condicionada à licença obrigatória da Prefeitura.

§ 1º – O requerimento para a concessão da licença de funcionamento de qualquer casa de diversão deverá ser instruído com a prova de que foram atendidas as exigências legais referentes às características físicas e à higiene do edifício, além da realização da vistoria policial competente.

§ 2º – As exigências de licenciamento previstas neste artigo aplicam-se também a competições esportivas, bailes, espetáculos, festas de caráter público ou quaisquer divertimentos populares de qualquer natureza.

§ 3º – Estão excetuada das prescrições deste artigo as reuniões de qualquer natureza que não exijam convite ou cobrança de entrada (gratuitas), realizadas em sedes de clubes, entidades esportivas, recreativas, beneficentes ou de classe, bem como aquelas realizadas em residências particulares.

SEÇÃO II DAS CASAS DE DIVERSÕES PÚBLICAS

Art. 109 – As casas de diversões públicas deverão observar as seguintes disposições, além das estabelecidas para a higiene dos estabelecimentos e pelo Código de Obras:

I – Manter as salas e dependências em estado de asseio higiênico rigoroso.

II – Manter as portas, corredores e acessos para o exterior amplos e desimpedidos de grades, móveis ou quaisquer obstáculos que possam dificultar a livre e rápida retirada do público em caso de emergência.

III – Manter as portas de saída encimadas com a inscrição “SAÍDA”, que deve ser legível à distância e suavemente luminosa quando as luzes do recinto se apagarem.

IV – Manter os aparelhos de renovação de ar em perfeito estado de funcionamento.

V – Manter as instalações sanitárias em estado de asseio.

V – Manter bebedouros automáticos de água filtrada e escarradeiras hidráulicas em perfeito funcionamento.

VII – Adotar todas as precauções necessárias para prevenir incêndios, sendo obrigatória a manutenção de extintores de fogo em planas condições de uso, em locais visíveis e de fácil acesso.

VIII – Manter as portas abertas durante a realização dos espetáculos, sendo permitido apenas o uso de repositores ou cortinas para vedação parcial.

IX – Possuir instrumentos e material adequados para desinsetização.

X – Manter o mobiliário e utensílios em perfeito estado de conservação.

Art. 110 – Teatros, circos ou salas de espetáculos devem reservar quatro lugares para os fiscais (autoridades policiais e municipais).

Art. 111 – Os programas e os horários anunciados devem ser cumpridos integralmente.

Parágrafo Único – Em caso de mudança no programa ou no horário, o valor integral do ingresso será devolvido ao comprador.

Art. 112 – Os ingressos para espetáculos, diversões ou competições esportivas não poderão ser vendidos por preço superior ao anunciado e em número excedente à exata lotação do local (teatro, cinema, circo, casa de espetáculo ou praça esportiva).

Art. 113 – Não serão autorizadas licenças para a realização de jogos ou diversões ruidosas em locais situados a menos de duzentos metros (200 m) de hospitais, sanatórios, maternidades ou estabelecimentos similares e de ensino.

Parágrafo Único – Serão permitidos jogos e diversões dentro dos estabelecimentos de ensino, desde que realizados exclusivamente em suas dependências.

SEÇÃO III DOS TEATROS

da Prefeitura.

§ 2º A documentação deve incluir:

- a) Comprovação de propriedade.
 - b) Autorização de exploração do proprietário (se não for o explorador).
 - c) Planta detalhada com limites da área, curvas de nível e indicação de estruturas, cursos d'água e mananciais em um raio de 100 metros.
 - d) Três vias dos perfis do terreno.
- § 3º Para explorações de pequeno porte, a Prefeitura pode dispensar a planta e os perfis do terreno (alíneas c e d).

Art. 160 – As licenças para exploração serão concedidas sempre por prazo fixo e determinado. Parágrafo Único – A pedreira será interdita, mesmo que licenciada, se for constatado que sua exploração causa perigo ou dano à vida ou à propriedade posteriormente à concessão da licença.

Art. 161 – Ao conceder as licenças de exploração, a Prefeitura tem a prerrogativa de estabelecer as restrições que julgar convenientes ao interesse público.

Art. 162 – Para prorrogar a licença, deve-se apresentar um requerimento junto aos documentos da licença original.

Art. 163 – O desmonte das pedreiras pode ser realizado por métodos a frio (sem explosivos) ou a fogo (com explosivos).

Art. 164 – É vedada a exploração de pedreiras em toda a zona urbana.

Art. 165 – A exploração de pedreiras que use explosivos (a fogo) deve seguir estas regras de segurança:

- I - Declarar o tipo e qualidade do explosivo a ser usado.
- II - Manter um intervalo mínimo de 30 (trinta) minutos entre as séries de explosões.
- III - Lçar uma bandeira visível à distância antes de cada explosão.
- IV - Tocar uma sineta três vezes (com intervalo de 2 minutos) e dar um aviso em voz alta (brado) para sinalizar o fogo.
- V - Colocar placas de perigo e interditando o trânsito em distância segura nas estradas de acesso, mantendo-as até o fim das explosões.

Art. 166 – Nos serviços extrativos de olarias, caso as escavações facilitem a formação de depósito de águas (acúmulo), o explorador terá a obrigação de providenciar o devido escoamento ou aterrar as cavidades na mesma medida em que o barro for sendo retirado.

Art. 167 – A Prefeitura poderá, a qualquer tempo, determinar a execução de obras no recinto da exploração de pedreiras ou cascalheiras, com a finalidade de proteger propriedades particulares ou públicas ou de evitar a obstrução das galerias de águas pluviais.

Art. 168 – É proibido extrair areia dos cursos de água do Município quando:

- I - À jusante (abaixo) do local onde os cursos de água recebem contribuições de esgotos.
- II - Quando a extração modificar o leito ou as margens dos cursos de água.
- III - Quando a atividade possibilitar a formação de locais ou causar, de qualquer forma, a estagnação das águas.
- IV - Quando puder, de algum modo, oferecer perigo a pontes, muralhas ou qualquer outra obra construída nas margens ou sobre os leitos dos rios.

CAPÍTULO XI DOS TERRENOS, MUROS E CERCAS

Art. 169 – Proprietários de terrenos na zona urbana (cidade e sede de distrito) são obrigados a manter seus imóveis:

- I - Limpos, sem mato, lixo ou detritos que prejudiquem a higiene e a estética urbana.
- II - Drenados e aterrados, se forem alagadiços ou pantanosos.
- III - Cercados no alinhamento com muro de alvenaria ou concreto (pintado/caído), com altura mínima de um metro e oitenta centímetros (1,80 m), seguindo padrões municipais.
- § 1º – Terrenos em ruas com pavimentação e meio-fio (guias e sarjetas) exigem que o proprietário construa o passeio (calçada), conforme as especificações da Prefeitura.
- § 2º – A construção de muros ou passeios pode ser dispensada nos seguintes casos, mediante análise municipal:
- a) Terreno com licença de construção requerida: o proprietário tem 1 (um) ano para iniciar a obra, caso contrário, deve construir o passeio (§ 1º).
- b) Terreno com grande desnível em relação à rua, dificultando a construção.
- c) Terreno sujeito a inundações ou próximo a pântanos/cursos d'água, onde a construção é difícil.
- d) Terrenos localizados nas sedes dos distritos (mediante avaliação).

Art. 170 – Considera-se inexistente para fins deste Código o muro ou passeio que apresentar mais de um quinto (1/5) de sua superfície em condições precárias de integridade e conservação, ou que estiver em estado de ruína.

Art. 171 – Os muros e cercas divisórias entre propriedades urbanas e rurais são considerados comuns (muros meeiros). Os proprietários dos imóveis confinantes devem concorrer em partes iguais para as despesas de sua construção e conservação, conforme estabelecido nas leis civis.

Art. 172 – Os terrenos rurais deverão ser cercados até a altura mínima de um metro e cinquenta centímetros (1,50 m), utilizando-se, salvo acordo expresso entre os proprietários, um dos seguintes meios:

- I - Arame farpado com, no mínimo, quatro fios.
- II - Cercas vivas com espécies vegetais adequadas e resistentes.
- III - Telas de fios metálicos.

IV - Arame liso com, no mínimo, quatro fios.

Art. 173 – Proprietários em desacordo com este Código serão notificados para cumprir as exigências, sujeitos a multa, nos seguintes prazos:

- I - Para construção, restauração e reparos de muros e passeios, o prazo será de trinta (30) dias.
- II - Para limpeza ou drenagem, o prazo será de dez (10) dias.

Parágrafo Único – Se o responsável não cumprir a intimação no prazo, mesmo pagando a multa, será considerado reincidente. A Prefeitura poderá executar o serviço, cobrando o custo do proprietário, mais 10% de taxa administrativa e o valor da multa em dobro.

CAPÍTULO XII DA CONSERVAÇÃO E DA PRESERVAÇÃO DOS EDIFÍCIOS

Art. 174 – Proprietários ou usuários devem manter edifícios e anexos em boas condições de estabilidade, estética, conforto e higiene para não prejudicar a paisagem urbana, a segurança e a saúde pública.

Art. 175 – Toda edificação (individual ou coletiva) deve ter a pintura e conservação em dia, respeitando os padrões mínimos de segurança, higiene e estética municipal.

Parágrafo Único – Fachadas com revestimento externo (cerâmica, alumínio, etc.) devem ser lavadas e mantidas em boas condições de aparência.

Art. 176 – Proprietários de imóveis em condição precária (risco à segurança ou higiene) serão intimados pela Prefeitura a realizar a reforma e restauração, dentro do prazo estabelecido.

Art. 177 – Se a vistoria técnica concluir que um edifício está em risco de desabamento (ruir), a Prefeitura agirá imediatamente:

- I - Interditar o edifício.
- II - Intimar o proprietário a iniciar, no prazo máximo de quarenta e oito (48) horas, os trabalhos de consolidação (reforço) ou demolição do prédio, conforme recomendado pelas conclusões da vistoria.

Art. 178 – Quando o proprietário não atender à intimação a que se referem os artigos 177º (conservação) e 178º (reforma/restauração) deste Código, a Prefeitura deverá recorrer aos meios judiciais para obter a execução de sua decisão.

CAPÍTULO XIII DOS ANÚNCIOS E CARTAZES

Art. 179 – Toda e qualquer forma de publicidade em vias públicas ou locais de acesso comum exige licença prévia da Prefeitura e o pagamento da taxa.

§ 1º – Incluem-se nesta obrigação todos os cartazes, letreiros, programas, quadros, painéis, emblemas, placas, avisos, anúncios e mostruários, luminosos ou não, criados por qualquer método, processo ou engenho, seja por meio de suspensão, distribuição, afixação ou pintura em paredes, muros, tapumes, veículos ou calçadas.

§ 2º – Incluem-se, ainda, na obrigatoriedade de licenciamento os anúncios que, embora apostos em terrenos ou propriedades de domínio privado, sejam visíveis dos lugares públicos.

Art. 180 – A propaganda sonora (uso de amplificadores, alto-falantes e propagandistas) em locais públicos também está sujeita à licença prévia e ao pagamento da taxa.

Art. 181 – É proibido instalar anúncios ou cartazes que:

- I - Prejudiquem o trânsito ao provocar aglomerações.
- II - Deteriore a paisagem urbana, panoramas naturais ou monumentos históricos.
- III - Sejam ofensivos à moral ou difamem pessoas, crenças ou instituições.
- IV - Bloqueiem ou reduzam o espaço de portas, janelas ou caixilhos.
- V - Contenham erros de português.
- VI - Usem palavras em língua estrangeira, a não ser termos já incorporados ao idioma.

VII - Prejudiquem a estética das fachadas devido ao excesso ou má colocação.

Art. 182 – O pedido de licença para publicidade (cartazes ou anúncios) deve especificar:

I - Os locais de instalação ou distribuição.

II - O material de confecção.

III - As dimensões (tamanho).

IV - O texto e as inscrições.

V - As cores utilizadas.

Art. 183 – Para anúncios luminosos, deve-se indicar também o sistema de iluminação utilizado. Parágrafo Único – Os anúncios luminosos deverão ser instalados a uma altura mínima de dois metros e cinquenta centímetros (2,50 m) acima do nível do passeio (calçada).

Art. 184 – Os panfletos ou anúncios destinados a serem lançados ou distribuídos nas vias ou logradouros públicos não poderão ter dimensões menores que dez centímetros por quinze centímetros (10 cm x 15 cm), nem maiores que trinta centímetros por quarenta e cinco centímetros (30 cm x 45 cm).

Art. 185 – Os anúncios e letreiros instalados deverão ser mantidos em boas condições de conservação, sendo obrigatória sua renovação ou conserto sempre que tais providências forem necessárias para garantir seu bom aspecto e segurança.

Parágrafo Único – Caso não haja alteração nos dizeres ou na localização do anúncio, os consertos ou reparos dependerão apenas de comunicação escrita à Prefeitura.

Art. 186 – Anúncios instalados sem o cumprimento das formalidades (licença e regras) poderão ser apreendidos e retirados pela Prefeitura. A liberação só ocorrerá após o responsável cumprir as exigências e pagar a multa devida.

TÍTULO IV DO FUNCIONAMENTO DO COMÉRCIO, DA INDÚSTRIA E A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Art. 187 – Todo estabelecimento (comércio, indústria ou serviço) precisa de licença prévia da Prefeitura e do pagamento dos tributos previstos no Código Tributário para poder funcionar no Município.

Art. 188 – Não haverá licença para estabelecimentos (indústrias, comércios e depósitos) na zona urbana que estejam proibidos pelo Artigo 8º deste Código.

Art. 189 – A licença para estabelecimentos que envolvem alimentos (açougues, padarias, bares, restaurantes, etc.) será concedida somente após inspeção e aprovação da autoridade sanitária competente.

Art. 190 – Para fins de fiscalização, o alvará de localização deve ser colocado em local visível e apresentado à autoridade sempre que solicitado.

Art. 191 – O estabelecimento que desejar mudar de endereço deve solicitar nova permissão à Prefeitura, que verificará a adequação do novo local.

Art. 192 – A licença de localização pode ser cassada (cancelada) se:

- I - A atividade exercida for diferente da licenciada.
 - II - For necessário para a higiene, segurança ou sossego público (medida preventiva).
 - III - O licenciado se recusar a mostrar o alvará quando solicitado.
 - IV - Uma autoridade solicitar o cancelamento, apresentando motivos comprovados.
- § 1º Após a cassação da licença, o estabelecimento deve ser fechado imediatamente.
- § 2º Estabelecimentos que funcionem sem licença também poderão ser fechados sumariamente.

SEÇÃO II DO COMÉRCIO AMBULANTE

Art. 193 – O comércio ambulante exige licença especial da Prefeitura. Esta licença é concedida em caráter precário (provisório), seguindo as regras fiscais e as normas deste Código.

Parágrafo Único – O vendedor ambulante sem licença estará sujeito à apreensão da mercadoria e à aplicação de multa.

Art. 194 – É vedado ao vendedor ambulante:

- I - Estacionar em vias públicas ou logradouros fora dos pontos autorizados pela Prefeitura.
 - II - Atrapalhar ou impedir o trânsito de veículos ou pedestres nas vias públicas.
 - III - Circular nas calçadas transportando cestos ou volumes grandes.
- Parágrafo Único - A reincidência em qualquer infração municipal resultará em multa em dobro, apreensão da mercadoria e cassação definitiva da licença.

CAPÍTULO II DO HORÁRIO DO FUNCIONAMENTO

Art. 195 – O horário de funcionamento do comércio, indústria e serviços será definido pelo Prefeito, em consonância com este Código e após ouvir as entidades de classe.

§ 1º – Farmácias e drogarias devem seguir um Serviço de Escala Plantonista (plantão).

§ 2º – Poderá ser concedida Licença Especial para funcionamento diferenciado, regulamentada por lei específica.

Art. 196 – Além dos feriados nacionais (fechamento obrigatório), o Prefeito pode determinar o fechamento dos estabelecimentos em datas de comemoração cívica ou de grande importância para o Município.

TÍTULO V DOS SERVIÇOS PÚBLICOS CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 197 – A execução de serviço público municipal poderá ser realizada de forma direta, quando explorada pela própria Prefeitura, ou atribuída a terceiros, mediante os instrumentos de concessão ou permissão.

§ 1º – A execução direta do serviço será adotada quando:

- a) O Prefeito a julgar necessária ou conveniente ao interesse público;
- b) A participação de terceiros não for aconselhável;
- c) Em se tratando de serviço passível de exploração por terceiros (mediante concorrência), não houver interessados na licitação.

§ 2º A concessão e a permissão de serviço público municipal devem obedecer às normas estabelecidas nos artigos 73 e 74 da Lei Estadual nº 3.770, de 14 de setembro de 1976, e às disposições deste Código.

§ 3º Serão nulas de pleno direito as concessões e permissões, bem como quaisquer ajustes realizados em desacordo com os preceitos deste Código. Ficam ressalvados e respeitados na íntegra os contratos de concessões e as permissões que estiverem vigentes na data da aprovação deste Código.

CAPÍTULO II DAS CONCESSÕES

Art. 198 – A concessão para a exploração de serviço público municipal deverá ser precedida de concorrência pública e necessitará de autorização legislativa (da Câmara Municipal).

Parágrafo Único – O concessionário ou permissionário que já explorava o serviço objeto da concorrência terá preferência na nova concessão, desde que tenha prestado serviços satisfatórios e que sua proposta apresente igualdade de condições com a proposta considerada mais vantajosa.

Art. 199 – A concorrência deve ser anunciada com antecedência mínima de 30 dias por meio de edital ou comunicado na imprensa oficial, em jornais locais e da Capital do Estado.

Art. 200 – O edital de concorrência deverá exigir, entre outros pontos:

- I - O tempo de duração da concessão.
- II - Comprovação de quitação de dívidas com as Fazendas (Federal, Estadual e Municipal).
- III - Prova de capacidade moral, técnica e financeira.
- IV - O valor e a forma de caução (garantia) exigida.
- V - Documentos de constituição legal (pessoa jurídica) ou nomes de referência (pessoa física).
- VI - Propostas de tarifas e a memória de cálculo das mesmas.
- VII - Planos e projetos de como o serviço será instalado e explorado.
- VIII - Declaração expressa de que o Município se reserva o direito de aceitar a proposta que julgar mais vantajosa ao interesse público ou de recusar todas as propostas apresentadas.
- Art. 201** – Estão impedidos de participar da concorrência o Prefeito, seu cônjuge, ascendentes, descendentes e colaterais por consanguinidade ou afinidade até o terceiro grau, bem como os vereadores e os servidores municipais e seus respectivos cônjuges.
- Art. 202** – Caso as propostas apresentadas não sejam julgadas convenientes ao interesse público, a concorrência será anulada e o serviço será novamente submetido a processo licitatório.

Art. 203 – As propostas serão examinadas por uma comissão especificamente designada pelo Prefeito, a quem caberá submeter o resultado e indicar o concessionário escolhido.

Art. 204 – Após homologar a indicação do concessionário vencedor, o Prefeito encaminhará o processo da concorrência à Câmara de Vereadores para que esta autorize a concessão do serviço, em conformidade com o que estabelece o Artigo 29, III, alínea "d", da Lei Estadual nº 3.770, de 14 de setembro de 1976.

Art. 205 – Mediante a devida autorização legislativa, a concessão será formalizada por meio de contrato, do qual deverão constar, entre outras, as seguintes cláusulas essenciais:

I - Prazos para a execução das obras e a instalação do serviço, sendo estes prorrogáveis a critério do Prefeito.

II - Condições e pormenores da prestação do serviço, com especificações e descrição minuciosas.

III - O prazo de duração da concessão.

IV - A revisão periódica das tarifas, conforme previsto no inciso III do Artigo 175 da Constituição Federal (antigo Art. 165, III, da CF/67).

V - A fiscalização das obras, instalações e da exploração do serviço por parte da Prefeitura.

VI - A aceitação, por parte do concessionário, de todas as disposições legais e regulamentares aplicáveis à concessão.

VII - A cláusula penal (sanções por descumprimento contratual).

Art. 206 – O prazo máximo de duração das concessões não poderá exceder dez (10) anos.

Art. 207 – A Prefeitura exercerá o poder de polícia sobre a concessão, fiscalizando o cumprimento das obrigações do concessionário, com os seguintes objetivos:

I - Controlar a execução do serviço em relação aos planos e projetos aprovados pela Prefeitura.

II - Assegurar um serviço adequado quanto à qualidade e à quantidade em benefício dos usuários.

III - Verificar a necessidade de melhoramentos, renovação e expansão das instalações e do serviço.

IV - Fixar tarifas razoáveis que permitam a justa remuneração do capital, o investimento em melhoria e expansão do serviço, e que assegurem o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

V - Garantir o cumprimento das leis trabalhistas, tributárias e outras aplicáveis à concessão.

CAPÍTULO III DAS PERMISSÕES

Art. 208 – Se o Prefeito julgar um serviço de utilidade pública e não for conveniente a exploração direta pelo Município ou por concessão, ele poderá optar pela permissão do serviço a terceiros, a título precário, mediante processo de licitação na modalidade tomada de preços.

Art. 209 – A Prefeitura manterá um cadastro de habilitação dos interessados em obter permissão.

§ 1º Os interessados deverão instruir o pedido de habilitação com os seguintes documentos e informações:

- a) Prova de idoneidade moral e capacidade técnica e financeira.
 - b) Prova de quitação com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal.
 - c) Prova de constituição legal, em caso de pessoa jurídica.
 - d) Descrição dos serviços a executar, incluindo projetos, orçamentos e demais elementos que permitam ao Prefeito avaliar a utilidade da proposta.
 - e) Informação sobre o capital a ser empregado.
 - f) Tarifas a serem cobradas e a memória justificativa do seu cálculo.
- § 2º Os registros cadastrais deverão ser atualizados semestralmente pelos interessados, sob pena de cancelamento.

Art. 210 – O edital de chamamento para a tomada de preços referente à permissão será publicado na imprensa local por três vezes, com antecedência mínima de quinze (15) dias. Somente serão admitidos a participar os interessados que tenham cumprido integralmente o disposto no Artigo 211º deste Código.

Art. 211 – Aplicam-se à tomada de preços para permissão as regras de vedação e critérios de seleção previstos nos Artigos 202º e 203º (impedimento de parentes e servidores, e critérios de julgamento) deste Código.

Art. 212 – A tomada de preços será examinada por uma comissão designada pelo Prefeito, que indicará o proponente considerado o melhor para a outorga da permissão.

Art. 213 – A permissão será outorgada por decreto do Poder Executivo, no qual deverão ser expressamente declaradas a aprovação das tarifas a serem cobradas e o prazo de duração da permissão.

Parágrafo Único – Para o reajuste das tarifas, será necessário requerimento expresso dirigido ao Prefeito, instruído com as mesmas exigências contidas no § 1º do Artigo 211º (justificativa de cálculo e capacidade).

Art. 214 – A permissão, concedida sempre a título precário (revogável), terá vigência de dois (2) anos, contada a partir da data de instalação do serviço. A permissão poderá ser cassada a qualquer tempo se o permissionário cometer infração à lei ou regulamento, ou ainda, por motivos de interesse público ou conveniência administrativa.

§ 1º – A cassação da permissão será formalizada por ato expresso do Prefeito, não assistindo ao permissionário o direito a qualquer indenização.

§ 2º – Uma vez cassada a permissão, será concedido ao permissionário um prazo razoável para a retirada das instalações que lhe pertencam.

§ 3º – A permissão caducará (perderá a validade) se o permissionário não iniciar os serviços dentro do prazo máximo fixado pelo Prefeito, que não poderá exceder quatro (4) meses.

Art. 215 – Encerrado o prazo de duração da permissão, o autorizado poderá solicitar a continuidade por igual período (mais dois anos), desde que satisfaça o disposto no Parágrafo Único do Artigo 210º (referente à licitação por tomada de preços, indicando que deve haver novo processo ou que a preferência na renovação deve ser tratada como renovação de autorização precária).

CAPÍTULO IV DOS CENTROS E MERCADOS DE ABASTECIMENTOS

Art. 216 – Os Mercados e Centros de Abastecimento Municipais são locais de armazenamento e venda de alimentos, controlados pela Prefeitura para promover a venda direta do produtor ao consumidor e evitar a especulação que encarece os preços.

Parágrafo Único – Além dos gêneros alimentícios, poderá ser permitida a venda de outras mercadorias de uso doméstico nos centros e mercados, a critério da Prefeitura, atendendo aos critérios de preferência, interesse ou necessidade dos consumidores.

Art. 217 – O funcionamento dos mercados será regulamentado pelo Poder Executivo com base nos seguintes requisitos:

- I - Cumprimento rigoroso das normas de higiene para o comércio de alimentos (Capítulo VII, Título II).
- II - Preferência na locação de boxes e áreas (via licitação por tomada de preços) para lavradores, feirantes e cooperativas que vendam seus próprios cultivos.
- III - Os contratos de locação são individuais, intransfereíveis e proíbem a sublocação, seguindo a legislação de aluguel não residencial.
- IV - Obras e benfeitorias feitas pelo locatário nos prédios do mercado exigem permissão municipal e, após execução, passam a ser propriedade da Prefeitura, sem direito a indenização.
- V - Os locatários devem se comprometer a vender a preços mais baixos que o comércio local e respeitar os preços-limite federais, sob pena de cassação da permissão e rescisão do contrato.
- VI - Fiscalização contínua dos serviços pela Prefeitura.
- VII - As multas por infração não podem exceder 10 (dez) UPE.

CAPÍTULO V DAS FEIRAS LIVRES

Art. 218 – Para incentivar a venda direta de hortifrutí e outros alimentos do produtor ao consumidor, a Prefeitura pode permitir a organização de feiras livres. A permissão é de caráter precário e sujeita a controle municipal.

Art. 219 – Produtores rurais que queiram vender em feiras livres devem se matricular previamente na Prefeitura, que manterá o Cadastro de Atividades em Feiras Livres.

Art. 220 – O Poder Executivo fará a regulamentação completa das feiras livres, incluindo organização, locais, horários, higiene, ordem, licenças de feirantes, infrações e penalidades. Parágrafo Único – As infrações às disposições regulamentares das feiras livres serão cominadas com multa não inferior a dez (10) Unidades Padrão Fiscal (UPF).

Art. 221 – As feiras livres podem ser encerradas total ou parcialmente pelo Prefeito nas seguintes situações:

- I - Se a capacidade dos mercados e centros de abastecimento for suficiente para atender a toda a população.
- II - Por justificativa de interesse público.

Art. 283 – Na defesa, o autuado deverá alegar toda a matéria que julgar útil, indicar e requerer as provas que pretende produzir, juntar imediatamente os documentos que possuir e, se for o caso, arrolar no máximo três (3) testemunhas.

Art. 284 – Findos os prazos previstos nos artigos 283º (defesa) e 284º (manifestação do autuado), a autoridade de primeira instância poderá, se considerar necessário, determinar o envio do processo para novas diligências, no prazo de oito (8) dias, incluindo a lavratura de “Termo Aditivo”, se for o caso.

§ 1º – Encerrado o prazo para diligências, o processo será submetido à autoridade de primeira instância, que o julgará e proferirá o despacho decisório, impondo as penalidades cabíveis.

§ 2º – A autoridade julgadora não está restrita às alegações das partes, devendo julgar de acordo com sua convicção, com base nas provas produzidas no processo.

Art. 285 – A decisão, redigida com simplicidade e clareza, deverá concluir pela procedência ou improcedência do ato de infração, definindo expressamente os seus efeitos.

§ 1º – Se a decisão de primeira instância for favorável ao fisco municipal, será extraída uma Portaria de Intimação contra o autuado, fixando o prazo de quinze (15) dias (contados do “ciente”) para o pagamento do débito.

§ 2º – Durante o prazo mencionado no parágrafo 1º, o autuado terá a faculdade de interpor

recurso dirigido ao Prefeito.

§ 3º – Se o débito não for pago ou se não houver recurso no prazo do § 1º, será expedido um memorando de Cobrança Amigável. Será aguardado um novo prazo de quinze (15) dias (contados do “ciente”) para que o autuado compareça e liquide o débito.

§ 4º – Esgotado o prazo da Cobrança Amigável sem que o débito tenha sido liquidado, será extraída a Nota de Débito para envio à Dívida Ativa.

§ 5º – Em qualquer fase do julgamento em primeira instância, o Prefeito poderá, nos casos que julgar convenientes, avocar processos fiscais (chamar o processo para si), podendo, inclusive, reformar despachos proferidos por autoridades que lhe são subordinadas.

SEÇÃO VI DA GARANTIA DE INSTÂNCIA

Art. 286 – Nenhum recurso voluntário interposto pelo autuado será encaminhado para o julgamento do Prefeito sem o prévio depósito das quantias exigidas. O direito do recorrente que não efetuar o depósito no prazo legal será extinto.

Parágrafo Único – Estão dispensados do depósito os servidores públicos que recorrerem de multas impostas com fundamento no Artigo 266º (penalidades de funcionários) deste Código.

Art. 287 – Quando o valor total do litígio exceder a quinze (15) UPF, será permitido ao autuado a prestação de fiança como alternativa ao depósito para interposição de recurso voluntário. O requerimento de fiança deve ser feito no prazo de defesa (Art. 281º, § 1º).

§ 1º A fiança poderá ser prestada mediante a indicação de um fiador idôneo a critério da administração, ou pela caução de títulos da dívida pública.

§ 2º O requerimento que indicar o fiador deverá ser anexado ao processo, contendo a expressa aquiescência (concordância) deste e, se for casado, também de sua esposa, sob pena de indeferimento.

§ 3º A fiança por meio de caução de títulos será feita no valor das multas e obrigações pecuniárias exigidas, observada a cotação dos títulos no mercado. O recorrente deverá declarar no requerimento que se obriga a efetuar o pagamento do remanescente da dívida, em oito (8) dias após a notificação, caso o produto da venda dos títulos não seja suficiente para a liquidação do débito.

Art. 288 – Se o fiador for julgado inidôneo (inadequado), o recorrente poderá ser intimado a oferecer outro fiador. O prazo para essa nova indicação será igual ao que restava quando o primeiro requerimento de fiança foi protocolado. O recorrente deve anexar os elementos que comprovem a idoneidade do novo fiador.

Parágrafo Único – Não serão aceitos como fiadores: sócio solidário, quotista ou comanditário da empresa recorrente, nem devedor da Fazenda Municipal.

Art. 289 – Caso dois fiadores sejam recusados, o recorrente será intimado a efetuar o depósito integral da quantia em litígio. O prazo para o depósito será de cinco (5) dias ou igual ao que restava quando o segundo requerimento de fiança foi protocolado, se este último prazo for maior.

SEÇÃO VII DA EXECUÇÃO DAS DECISÕES FISCAIS

Art. 290 – Havendo recurso voluntário e cumpridas as exigências do Artigo 287º e deste Código, as decisões fiscais definitivas (aquelas contra as quais não cabe mais recurso administrativo) serão cumpridas mediante os seguintes procedimentos:

I - Notificação do sujeito passivo (e, se for o caso, de seu fiador) no prazo de dez (10) dias, para que satisfaça o pagamento do valor da condenação.

II - Notificação do sujeito passivo para que compareça e receba importância que tenha sido indevidamente recolhida.

III - Notificação do sujeito passivo para receber ou, quando for o caso, pagar, no prazo de dez (10) dias, a diferença entre:

a) O valor da condenação e a importância depositada em garantia de instância;

b) O valor da condenação e o produto da venda dos títulos caucionados, quando o pagamento integral não tiver sido satisfeito no prazo legal.

IV - Liberação dos bens, mercadorias ou documentos apreendidos ou depositados. Se tiver havido alienação, será feita a restituição do produto de sua venda, ou do seu valor de mercado, caso tenha ocorrido doação.

V - Inscrição em Dívida Ativa e remessa da certidão para cobrança executiva dos débitos referidos nos incisos I e III deste artigo, se não tiverem sido pagos no prazo estabelecido.

Art. 291 – A venda de títulos da dívida pública aceitos em caução não será realizada por valor inferior à cotação de mercado, deduzidas as despesas legais da venda, incluindo as taxas oficiais de corretagem. O procedimento de cobrança do remanescente da dívida seguirá o estabelecido no Artigo 289, inciso III, alínea "b" (cobrança do saldo do recorrente).

SEÇÃO VIII DOS PRAZOS

Art. 292 – Os prazos fixados nas leis de posturas do Município serão contínuos (não se interrompem). Na sua contagem, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento.

Parágrafo Único – A legislação de posturas poderá, alternativamente à concessão do prazo em dias, fixar uma data certa para o pagamento de multas e demais obrigações financeiras.

Art. 293 – Os prazos somente se iniciam ou vencem em dia de expediente normal da repartição pública onde o processo tramita ou onde o ato deve ser praticado.

Parágrafo Único – Se o início ou o vencimento do prazo recair em dia sem expediente normal, o início ou o fim do prazo será transferido ou prorrogado para o primeiro dia útil de expediente normal imediatamente subsequente.

TÍTULO VII DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 294 – O Poder Executivo fica, por meio desta Lei, autorizado a:

I - Expedir a regulamentação necessária para a plena aplicação deste Código, via Decreto.

II - Promover e incentivar no Município campanhas e programas de educação e orientação relativos à higiene, tranquilidade e ordem pública, visando desenvolver a mais ampla colaboração dos municípios com as autoridades para o aperfeiçoamento da saúde, segurança e bem-estar da comunidade.

Art. 295 – Esta Lei entrará em vigor a partir da sua publicação, revogando-se a Lei Municipal nº 313/2.002, e todas as disposições em contrário, e

Paço Municipal, Gabinete do Executivo do Município de Castanheiras-RO, aos dezessete de dezembro de dois mil e vinte cinco.

CICERO APARECIDO Assinado de forma digital por CICERO APARECIDO GODOI:3254696328 7

CICERO APARECIDO GODOI PREFEITO



CASTANHEIRAS ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

LEI MUNICIPAL Nº 1.158, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2.025

Av. Jacarandá, 100 CEP: 76948-000 Castanheiras – Rondônia CNPJ 63.761.969/0001-03 contato@castanheiras.ro.gov.br

“DISPÕE DA ATUALIZAÇÃO DA PLANTA GENÉRICA DE VALORES E MÉTODOS DE AVALIAÇÃO DA PROPRIEDADE IMOBILIÁRIA, PARA EFEITO DE LANÇAMENTO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO E IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS INTER-VIVOS PARA O EXERCÍCIO DE 2026, DE BENS IMÓVEIS SITUADOS NAS ÁREAS URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRAS, ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica, art. 64, III, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona, promulga e publica a seguinte.

LEI COMPLEMENTAR

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Esta Lei tem por objetivo atualizar a Planta Genérica de Valores da área urbana e rural do município de Castanheiras, e estabelece as normas, métodos, parâmetros de cálculos e tabelas para apuração do valor venal, que determina a base de cálculo, do imposto predial e territorial urbano – IPTU e do ITBI – imposto sobre transmissão “inter-vivos” a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis situados nas áreas urbana e rural do município de Castanheiras, para o exercício de 2026.

Parágrafo Único - Fazem parte integrante desta lei o Anexo I e suas Tabelas de I a X e o Anexo II.

Art. 2º - Para efeito de lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU para o exercício de 2026 considerar-se-á ocorrido o seu fato gerador no dia primeiro de janeiro de 2026.

Art. 3º - Os valores de IPTU e ITBI serão obtidos mediante a aplicação das respectivas alíquotas estabelecidas nesta lei e no Código Tributário Municipal sobre o valor venal do imóvel previamente apurado segundo critérios estabelecidos nesta Lei.

Art. 4º - O valor venal do imóvel edificado, resulta do somatório do valor venal do terreno com valor venal de todas as edificações constantes no lote, ambos apurados conformes critérios dispostos nesta lei.

I – Na determinação do valor venal não serão considerado o valor dos bens móveis mantidos em caráter permanente ou temporário, no imóvel, para efeito de sua utilização, exploração e/ou comodidade;

II – Também não serão considerados no valor venal, as vinculações restritivas do direito de propriedade e o estado de comunhão.

§ 1º - Para efeito do cálculo do valor venal da parte edificada, aplica-se a multiplicação da área edificada pelo valor unitário padrão do tipo de edificação, conforme a Tabela V do Anexo I, bem como o fator de obsolescência da Tabela VI do Anexo I.

§ 2º - O tipo de edificação obedecerá a classificação estabelecida nos anexos III e VI.

§ 3º - No cálculo do valor venal do terreno nos quais tenham sido edificados prédios, utilizar-se-á a fração do terreno com que cada condomínio participa da propriedade condômina.

§ 4º - No cômputo da área construída em prédios, cuja propriedade seja condominial, acrescentar-se-á à área privativa de cada condomínio, aquela que é imputável das áreas comuns e fração da cota parte.

§ 5º - Nos casos singulares de lotes particularmente desvalorizados em virtude de formas extravagantes de conformações topográficas muito desfavoráveis ou pela passagem de córregos, bem como fatores inesperados, onde a aplicação dos fatores de característica do terreno constantes da Tabela I a IV do Anexo I, possa conduzir a avaliação injusta, terão seus valores recalculados, para menor, observadas as características do imóvel.

§ 6º - Nos casos singulares de glebas indivisas e corretamente cadastradas, que tenham características ambientais merecedoras de estímulo à sua preservação, estas poderão ter seus valores venais recalculados para menor, mediante requerimento fundamentado em laudo técnico convalidado pelos órgãos competentes do Município.

§ 7º - Todo e qualquer caso de redução de valor venal, deverá ser convalidado pela Secretaria Municipal da Fazenda, ouvida a Procuradoria Geral do Município.

CAPÍTULO II APURAÇÃO DO VALOR VENAL DO TERRENO

Art. 5º - Para fins de apuração do valor venal do terreno, a área urbana e extensão urbana do município de Castanheiras ficam divididas em áreas menores, denominadas “Zonas Fiscais”, as quais serão geograficamente delimitadas e constituídas conforme a divisão constante da Tabela VII do Anexo I.

Parágrafo Único - Para as quadras constantes em cada zona fiscal estabelecida neste artigo, serão afixados os valores unitários de metro quadrado de terreno dispostos na Tabela VIII do Anexo I, obtidos por meio apuração dos preços correntes das transações e ofertas de venda à vista em condições econômicas normais do ramo imobiliário, considerando a região em que se situa o imóvel e outros dados informativos tecnicamente reconhecidos tomados em conjunto ou separadamente.

Art. 6º - Os valores unitários, definidos no parágrafo único do Art. 5º desta lei, serão atribuídos a faces de quadras, a quadras ou quarteirões, a logradouros ou a regiões determinadas, relativamente aos terrenos.

Art. 7º - O valor unitário de metro quadrado de terreno corresponderá:

I – Ao da face da quadra da situação do imóvel;

II – No caso de imóvel não edificado, com duas ou mais esquinas de duas ou mais frentes ao do logradouro relativo à frente indicada no título de propriedade ou, na falta deste, ao logradouro de maior valor;

III – No caso de imóvel construído em terreno com as características do inciso anterior, ao do logradouro relativo à sua frente efetiva ou, havendo mais de uma, à frente principal;

IV – No caso de terreno interno, ao logradouro que lhe dá acesso ou, havendo mais de um logradouro de acesso, ao do logradouro a que haja sido atribuído o maior valor;

V – No caso de terreno encravado, ao do logradouro correspondente à servidão de passagem.

Parágrafo Único – Para os efeitos do disposto nesta lei consideram-se:

I – Terreno de esquina, aquele localizado na confluência dos prolongamentos de seus alinhamentos, quando retos, ou das respectivas tangentes, quando curvos, tendo duas ou mais testadas para o logradouro público;

II – Terreno de duas ou mais frentes, aquele que possui mais de uma testada para logradouros públicos, sem estar localizado na sua confluência;

III – Terreno encravado, aquele que, situado no interior da quadra, se comunica com a via pública, exceto por servidão de passagem por outro imóvel;

IV – Terreno de fundo, aquele que, situado no interior da quadra, se comunica com a via pública por meio de um corredor de acesso;

V – Terreno interno, aquele localizado em vila, passagem, travessa ou local assemelhado, acessório da malha viária do Município ou de propriedade de particulares, e que não consta oficialmente na Planta Genérica de Valores do Município;

VI – Demais terminologias e definições técnicas, que por ventura possam ser necessárias na caracterização de imóveis para os fins dispostos nesta lei, deverão seguir o que descreve a seção 3 da NBR 14.653-2/2011.

Art. 8º - O valor venal do terreno resultará da multiplicação de sua área total pelo correspondente valor unitário de metro quadrado de terreno estabelecido no Art. 5º desta lei para a zona fiscal onde este móvel estiver localizado, e posteriormente pelos fatores de correção constantes das Tabelas I a IV do anexo I, aplicáveis ao imóvel conforme suas características, na ordem a seguir estabelecida:

I – Fator de situação do terreno;

II – Fator de influência da esquina;

III – Fator de influência das características do terreno.

IV – Fator de Melhoramento Público

§ 1º – O fator de situação do terreno é determinado pelo índice correspondente ao tipo de situação do terreno, disposto na Tabela I do Anexo I.

§ 2º – O fator de influência da esquina é determinado pelo índice correspondente à quantidade de esquinas o imóvel ocupa conforme sua correspondência na Tabela II do Anexo I.

§ 3º – O fator de característica do terreno é obtido por meio da multiplicação de todos os índices dos fatores característicos presentes no terreno, dispostos na Tabela III do Anexo I.

§ 4º – O fator de melhoramento público é calculado como sendo um mais o somatório de fatores de todas as melhorias públicas constantes da Tabela IV, disponíveis ao imóvel quando da data de avaliação do imóvel.

§ 5º – Quando a área total do terreno for representada por número que contenha fração de metro quadrado inteiro, será feito o arredondamento para a unidade imediatamente superior.

Art. 9º - O fator de gleba será apurado aplicando-se ao valor do metro quadrado de terreno estabelecidos no Art. 5º desta lei, os fatores de correção constantes na Tabela VIII do anexo I e deverá ser aplicado anteriormente à aplicação dos fatores de correção dispostos no Art. 8º desta lei.

Art. 10 - Para os efeitos desta lei, as obras paralisadas ou em andamento, as edificações condenadas ou em ruínas, as construções de natureza temporária e as construções, de qualquer espécie, inadequadas a sua situação, seja por dimensões, destino ou utilidade, não serão consideradas como área construída.

CAPÍTULO III SEÇÃO I APURAÇÃO DO VALOR VENAL DE EDIFICAÇÕES

Art. 11 - As edificações que não se enquadrem no Art. 9º desta lei, serão classificadas em um dos tipos e padrões previstos na Tabela V, conforme pontuação obtida pelo imóvel em razão da

soma dos pontos atribuídos às características físicas dos imóveis em geral, verificada na tabela V-A, e seu valor venal resultará da multiplicação da área construída bruta pelo valor unitário de metro quadrado de construção constante da mencionada Tabela V e, após isso, a aplicação do coeficiente de obsolescência em razão da depreciação do valor do prédio pela idade conforme Art. 13 desta Lei.

Art. 12 - A área construída bruta será obtida através de medição dos contornos externos das paredes ou estruturas que delimitem o perímetro das edificações computando-se também a superfície das sacadas, cobertas ou descobertas, de cada pavimento. Se houver.

§ 1º - No caso de piscina, a área construída será obtida através da medição dos contornos internos de suas paredes.

§ 2º - Quando a área construída bruta for representada por número que contenha fração de metro quadrado inteiro, será feito o arredondamento para a unidade imediatamente superior.

§ 3º - Caso haja duas ou mais edificações em um mesmo terreno, a área total construída será obtida pela soma das áreas de todas as edificações.

SEÇÃO II FATOR DE OBSOLESCÊNCIA

Art. 13 - A idade do prédio, para aplicação do fator de obsolescência ou coeficiente de depreciação da edificação pela idade, constante na tabela V no anexo I, corresponderá à diferença entre o exercício a que se refere o lançamento tributário e o ano do término da construção, que corresponderá à data de expedição do “habite-se”, ou o de efetiva ocupação da edificação.

§ 1º - A idade de cada prédio será:

I – Reduzida de 20% (vinte por cento), nos casos de pequena reforma ou reforma parcial;

II – Contada a partir do ano da conclusão da reforma, quando esta for substancial ou integral;

§ 2º - Será adotada a média das idades apuradas, ponderada de acordo com as respectivas áreas, nos casos:

I – De ampliação da área construída;

II – De reconstrução parcial;

III – de lançamento tributário que abranja dois ou mais prédios concluídos em exercícios diversos.

§ 3º - No cálculo da média ponderada, a que se refere o parágrafo anterior, serão consideradas as eventuais alterações na idade dos prédios resultantes da ocorrência de reformas, na forma do § 1º.

§ 4º - Quando o acréscimo da área construída edificada em imóvel residencial resultar da construção de abrigo para veículos ou de piscina, não será alterada a idade do prédio.

§ 5º - No resultado do cálculo da idade da edificação será desprezada a fração de ano, quando essa fração corresponder até 07 (sete) meses.

CAPÍTULO IV SEÇÃO I DAS ALÍQUOTAS APLICÁVEIS AO IPTU

Art. 14 – Para imóveis edificados, o valor do IPTU será calculado multiplicando o valor venal do imóvel pela sua alíquota correspondente conforme a Tabela VII-A do Anexo I.

Art. 15 - Para imóveis não edificados, enquanto permanecem sem edificação, o valor do IPTU será calculado multiplicando o valor venal do imóvel pela sua alíquota correspondente conforme a Tabela VII-B do Anexo I.

Parágrafo Único – Os períodos estabelecidos na Tabela VII-B serão computados a partir da data de vigência desta lei, conforme estabelecido em seu Art. 25.

SEÇÃO II BASE DE CÁLCULO DO ITBI PARA IMÓVEIS

Art. 16 – O Imposto sobre Transmissão de Bens “Inter Vivos” – ITBI tem como fato gerador:

I – A transmissão “Inter vivos”, a qualquer título, por ato oneroso:

a) De bens imóveis, por natureza de acesso física;

b) De direitos reais sobre bens imóveis, exceto os de garantia e as servidões.

II – A cessão, por ato oneroso, de direitos relativos à aquisição de bens imóveis.

Art. 17 – O imposto de que trata este artigo refere-se a atos e contratos relativos a imóveis situados no território do Município de Castanheiras, compreendendo imóveis localizados nas zonas urbana e rural, sendo que o valor venal dos imóveis urbanos será segundo os critérios estabelecidos por esta lei para o IPTU, exceto para os seguintes casos, os quais serão afastados sempre que:

I – O valor da transação for superior;

II – A Administração Tributária aferir base de cálculo diferente, em procedimento de pedido de avaliação especial, processo de arbitramento fiscal, processo de impugnação a lançamento ou outro procedimento no exercício de suas atribuições;

III - A ação fiscal constatar erro, fraude ou omissão, por parte do sujeito passivo ou terceiro em benefício daquele, na declaração dos dados dos imóveis inscritos no Cadastro Imobiliário Fiscal e utilizados no cálculo do valor venal publicado.

§ 1º - O valor venal divulgado, em nenhuma hipótese, será inferior a base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, utilizada no exercício da transação.

§ 2º - Para os efeitos do § 1º, não serão considerados os descontos eventualmente concedidos sobre o valor fiscal apurado para efeito do cálculo do IPTU.

§ 3º - Não serão abatidas do valor venal, quaisquer dívidas que onerem o imóvel transmitido.

§ 4º - O valor venal dos terrenos em zonas rurais será estabelecido conforme último Laudo Técnico do Valor da Terra nua por Hectare (VTN/ha) publicado oficialmente pelo Município, ajustado para data de referência, utilizando-se o valor acumulado da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) entre a data emissão do laudo e data de avaliação do imóvel.

Art. 18 – Além das hipóteses previstas no Código Tributário Municipal, estão compreendidos na incidência do imposto:

I – A compra e venda (escritura ou instrumento de promessa registrada em Cartório de Registro de Imóveis competente);

II – A dação em pagamento;

III – A permuta;

IV – O mandato em causa própria ou com poderes equivalentes para a transmissão de bem imóvel e respectivo subestabelecimento, ressalvado o disposto no Art. 3º Inciso I desta Lei;

V – A arrematação, adjudicação e a remição;

VI – O valor dos imóveis que, na divisão de patrimônio comum ou partilha, forem atribuídos a um dos cônjuges separados ou divorciados, ao cônjuge supérstite ou a qualquer herdeiro, acima da respectiva meação ou quinhão, considerados, em conjunto, apenas os bens imóveis constantes no patrimônio comum ou monte-mor;

VII – O uso, o usufruto e a enfiteuse;

GRUPO CP

Correio Popular

Anuncie aqui

redacao@correiopopular.net

69-3421-6853 ou 69-3421-3010

TABELA VII		ZONAS FISCAIS
Quadras	Lote	Zona Fiscal
01	01	02
01	02	02
01	03	02
01	04	02
01	05	02
01	06	03
01	07	03
01	08	02
02	01	01
02	01A	01
02	02	01
02	03	01
02	03A	01
02	04	01
02	05	01
02	06	01
02	07	01
02	08	01
02	09	01
03	01	01
03	02	01
03	03	01
03	03A	01
03	04	01
03	04A	01
03	04B	01
03	05	01
03	06	01
03	07	01
03	08	01
03	08A	01
03	09	Área Pública
03	10	
03	11	
03	12	
03	13	01
03	14	01
03	15	01
03	16	01
03	17	01
03	18	01
03	19	01
03	20	01
03	21	01
03	22	01
04	01	Área Pública
04	02	
04	03	
04	04	



04	05	01
04	06	01
04	07	01
04	08	01
04	09	01
04	10	01
04	11	01
04	12	01
04	13	01
04	14	01
04	15	01
04	16	01
04	17	01
04	18	01
04	19	01
04	20	01
05	01	01
05	02	01
05	03	01
05	04	01
05	05	01
05	06	01
05	07	01
05	08	01
05	09	01
05	10	01
06	01	01
06	02	01
06	03	01
06	04	01
06	05	01
06	06	Área Pública
06	07	01
06	08	01
06	09	01
06	10	01
06	11	01
07	01	01
07	02	01
07	03	01
07	04	01
07	05	01
07	06	01
07	07	01
07	08	01
07	09	01
07	10	01
07	11	01
07	12	01
07	13	01
07	14	01
07	15	01
07	16	01
07	17	01
07	18	01
07	19	01
07	20	01
07	21	01
07	22	01
07	23	01
08	01	02
08	02	02
08	03	02
08	04	02
08	05	02
08	06	02
08	07	02
08	08	02
08	09	02
08	10	02
08	11	02
08	12	02
08	13	02
08	14	02
08	15	02
08	16	02
08	17	02
09	01	01
09	02	01
09	03	01
09	04	01
09	05	01
09	06	Área Pública
09	07	01
09	08	01
09	09	01
09	10	01
09	11	01
10	01	01
10	02	01
10	03	01
10	04	01
10	05	01
10	06	01
10	07	01
10	08	01
10	09	01
10	10	01
10	11	01
10	12	01
10	13	01
10	14	01
10	15	01
10	16	01
10	17	01
11	01	01
11	02	01
11	03	01
11	04	01
11	05	01
11	06	01
11	07	01
11	08	01
11	09	01
11	10	01
11	11	01
11	12	01
11	13	01
11	14	01
11	15	01
11	16	01
12	01	01
12	02	01
12	03	01
12	04	01

12	05	01
12	06	01
12	07	01
12	08	01
12	09	01
12	10	01
12	11	01
12	12	01
12	13	01
12	14	01
12	15	01
12	16	01
12	17	01
13	01	01
13	02	01
13	03	01
13	04	01
13	05	01
13	06	Área Pública
13	07	01
13	08	01
13	09	01
13	10	01
13	11	01
13	12	01
13	13	01
13	14	01
13	15	01
14	01	01
14	02	01
14	03	01
14	04	01
14	05	01
14	06	01
14	07	01
14	08	01
14	09	Área Pública
14	10	01
14	11	01
14	12	01
14	13	01
14	14	01
14	15	01
14	16	01
14	17	01
15	01	01
15	02	01
15	03	01
15	04	01
15	05	01
15	06	01
15	07	01
15	08	01
15	09	01
15	10	01
15	11	01
15	12	01
15	13	01
15	14	01
15	15	01
15	16	01
16	01	02
16	02	02
16	03	02
16	04	02
16	05	02
16	06	02
16	07	02
16	08	02
16	09	02
16	10	02
16	11	02
16	12	02
16	13	02
16	14	02
16	15	02
16	16	02
16	17	02
17	01	03
17	02	02
17	03	02
17	04	02
17	05	02
17	06	02
17	07	02
17	08	02
17	09	Área Pública
18	01	03
18	02	03
18	03	02
18	04	02
18	05	02
18	06	02
18	07	02
18	08	02
18	09	02
18	10	02
18	11	02
18	12	02
18	13	Área Pública
18	14	02
19	01	03
19	02	03
19	03	03
19	04	03
19	05	01
19	06	01
19	06A	01
19	07	01
19	08	01
19	09	01
19	10	01
19	11	01
19	12	01
19	13	01
19A	01	03
19A	02	03
19A	03	03
19A	04	03
19A	05	01
19A	06	01
19A	07	01
19A	08	01
19A	09	01
20	01	01

20	02	01
20	03	01
20	04	01
20	05	01
20	06	01
20	07	01
20	08	01
20	09	01
20	10	01
21	01	03
21	02	03
21	03	03
21	04	03
21	05	01
21	06	01
21	07	01
21	08	01
21	09	01
21	10	01
21	11	01
21	12	01
21	13	01
21	14	01
21	15	01
21	16	01
22	01	03
22	02	03
22	03	03
22	04	01
22	05	01
22	06	01
22	07	01
22	08	01
22	09	01
22	10	01
22	11	01
23	01	03
23	02	03
23	03	03
23	04	03
23	05	02
23	06	02
23	07	02
23	08	02
23	09	02
23	10	02
23	11	02
23	12	02
23	13	02
24	01	01
24	02	Área Pública
25	01	01
25	02	01
25	03	01
25	04	01
25	05	01
25	06	Área Pública
25	07	Área Pública
25	08	01
25	09	Área Pública
25	10	Área Pública
25	11	01
25	12	Área Pública
25	13	Área Pública
25	14	01
25	15	01
25	16	01
25	17	01
25	18	01
25	19	01
25	20	01
26	01	01
26	02	02
26	03	02
26	04	02
26	05	02
26	06	02
26	07	02
26	08	02
26	09	02
26	10	02
26	11	02
26	12	02
26	13	02
26	14	02
26	15	02
26	16	02
26	17	01
26	18	01
26	19	02
26	20	02
26	21	02
26	22	02
26	23	Área Pública
27	01	01
27	02	01
27	03	01
27	04	01
27	05	01
27	06	01
27	07	01
27	08	01
27	09	01
27	10	01
27	11	01
27	12	01
27	13	02
27	14	02
27	15	02
27	16	03
27	17	03
27	18	02
27	19	Área Pública
27	20	Área Pública
27	21	02
27	22	02
27	23	02
28	01	02
28	02	02
28	03	02
28	04	02
28	05	02
28	06	02
28	07	02
28	08	02

28	09	02
28	10	02
28	11	02
28	12	02
29	01	03
29	02	02
29	03	02
29	04	02
29	05	02
29	06	02
29	07	02
29	08	02
29	09	03
29	10	03
30	01	02
30	02	02
30	03	02
30	04	02
30	05	02
30	06	02
30	07	02
30	08	02
30	09	02
30	10	02
30	11	02
30	12	02
30	13	03
30	14	03
31	01	03
31	02	02
31	03	02
31	04	02
31	05	02
31	06	02
31	07	02
31	08	03
31	09	03
31	10	03
31	11	03
31	12	03
31	13	03
31	14	03
32	01	01
32	02	01
33	-	Área Pública
34	01	02
34	02	02
34	03	02
34	04	02
34	05	02
34	06	02
34	07	02
34	08	02
34	09	02
34	10	02
34	11	02
34	12	02
34	13	02
34	14	02
34	15	02
34	16	02
34	17	02
34	18	02
34	19	02
34	20	02
34	21	02
34	22	02
34	23	02
34	24	02
34	25	02
34	26	02
34	27	02
34	28	02
34	29	02
34	30	02
34	31	02
34	32	02
34	33	02
34	34	02
34	35	02
34	36	02
34	37	02
34	38	02
36	01	02
36	02	02
36	03	02
36	04	02
36	05	02
36	06	02
36	07	02
36	08	02
36	09	02
36	10	02
36	11	02
36	12	02
37	01	02
37	02	02
37	03	02
37	04	02
37	05	02
37	06	03
38	01	Área Pública
38	02	02
38	03	02
38	04	02
38	05	02
38	06	02
38	07	02
38	08	02
38	09	02
38	10	02
38	11	02
38	12	02
38	13	02
38	14	02
38	15	02
38	16	02
38	17	02
38	18	02
38	19	02

38	20	02
38	21	02
39	-	Área Pública
40	01	Área Pública
40	02	02
40	03	02
40	04	02
40	05	02
40	06	02
40	07	02
40	08	02
40	09	02
40	10	02
40	11	02
40	12	02
40	13	02
40	14	02
40	15	02
40	16	02
40	17	02
40	18	02
40	19	02
40	20	02
40	21	02
41	01	03
41	02	03
41	03	03
41	04	03
41	05	03
41	06	03
41	07	03
41	08	03
41	09	03
41	10	03
41	11	03
41	12	03
41	13	03
42	01	03
42	02	03
42	03	03
42	04	03
42	05	03
42	06	03
42	07	03
42	08	03
42	09	03
42	10	03
42	11	03
42	12	03
42	13	03
43	01	03
43	02	03
43	03	03
44	01	03
44	02	03
44	03	03
44	04	03
44	05	03
44	06	03
45	01	03
45	02	03
45A	01	03
45B	01	03
46	-	Área Pública
47	01	02
47	02	02
47	03	Área Pública
47	04	Área Pública
47	05	02
47	06	02
47	07	02
47	08	02
48	01	03
48	01	01
48	02	01
Distrito de Jardínópolis Quadras Inteiras 01 A 21		04

TABELA VIII VALOR UNITÁRIO DE TERRENO	
Zona Fiscal	Valor Unitário (R\$/m²)
01	17,75
02	10,25
03	7,20
04	10,25

TABELA IX		FATOR DE GLEBA			
ÁREA TOTAL DO TERRENO					FATOR
Menor que			1.000	m²	1,00
Maior que	1.000	m²	Menor que 2.500	m²	0,95
Maior que	2.500	m²	Menor que 5.000	m²	0,90
Maior que	5.000	m²	Menor que 10.000	m²	0,70
Maior que	10.000	m²	Menor que 25.000	m²	0,60
Maior que	25.000	m²	Menor que 50.000	m²	0,50
Maior que	50.000	m²	Menor que 100.000	m²	0,40
		Maior que	100.000	m²	0,35

ALÍQUOTAS DE IPTU - IMÓVEIS COM EDIFICAÇÃO	
1,50%	Imóvel edificado de uso residencial
2,00%	Imóvel edificado de uso comercial
ALÍQUOTAS DE IPTU - IMÓVEIS SEM EDIFICAÇÃO	
2,00%	Não edificado até 6 anos
4,00%	Não edificado entre 7 e 12 anos
8,00%	Não edificado entre 13 e 20 anos
15,00%	Não edificado acima de 21 anos

Paço Municipal, Gabinete do Executivo do Município de Castanheiras-RO, aos dezessete de dezembro de dois mil e vinte cinco.

CÍCERO APARECIDO GODOI:3254696328 Assinado de forma digital por CÍCERO APARECIDO GODOI:3254696328 Código: 2025.12.17 09:55:03 -04'00'

CÍCERO APARECIDO GODOI
PREFEITO

CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Gabinete do Chefe do Poder Executivo

Av. Jacarandá, 100
CEP: 78948-000
Castanheiras - Rondônia
CNPJ 63.761.969/0001-03
contato@castanheiras.ro.gov.br

LEI MUNICIPAL Nº 1.159, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2.025

“INSTITUI O CÓDIGO DE OBRAS E ESTABELECE NORMATIVAS PARA AS EDIFICAÇÕES EM GERAL NO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA/RO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRAS, ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica, art. 64, III, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona, promulga e publica a seguinte.

LEI COMPLEMENTAR

CAPÍTULO I
DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA PROJETOS DE EDIFICAÇÕES

Art. 1º É obrigatório possuir a "LICENÇA DE OBRA" para iniciar qualquer construção, reconstrução, reforma ou acréscimo na zona urbana do Município. Além disso, a localização do imóvel deve estar em estrita obediência à Lei de Zoneamento Urbano.

Parágrafo único. O proprietário de construções na zona rural destinadas a atividades comercial ou industrial pode optar por solicitar a "LICENÇA DE OBRA" e o alvará de construção. Isso inclui a possibilidade de regularizar obras construídas antes da publicação desta lei, mediante o recolhimento das taxas devidas.

Art. 2º Para as edificações não conformes na data desta alteração, serão permitidas, reconstruções, reformas ou acréscimos, sob a condição expressa de que o projeto, após a conclusão da obra, se ajuste integralmente às disposições deste Código.

Parágrafo único. Fica estabelecido o prazo 05 (cinco) anos, contado a partir da aprovação deste código para que os proprietários de obras edificadas anteriormente à publicação desta alteração legal procedam à sua regularização. O não atendimento a este prazo sujeitará os responsáveis à aplicação de multa.

Art. 3º O interessado deverá realizar o protocolo do requerimento de solicitação da aprovação do projeto para obtenção da "LICENÇA DE OBRA" por meio do site eletrônico oficial da Prefeitura, conforme procedimentos disponibilizados no sistema municipal, caso não possua acesso à internet ou necessite de auxílio, o cidadão poderá dirigir-se à Prefeitura, onde será atendido por servidor habilitado, que realizará o protocolo eletrônico em seu nome.

§ 1º O requerimento deverá ser preenchido com exatidão e conter, no mínimo, as seguintes informações:

- I. Qualificação completa do requerente (nome, endereço, nacionalidade, estado civil, profissão e números de CPF e CI/RG);
- II. Localização precisa da obra ou, na ausência de indicação exata, referência a um ponto facilmente identificável. Deve ser anexado o certificado de aprovação do loteamento, quando aplicável;
- III. Natureza da obra (especificar se é construção, reconstrução, reforma ou acréscimo);
- IV. Identificação do profissional responsável pela autoria do projeto;
- V. Número de inscrição do imóvel no Registro de Imóveis competente ou o número de cadastro municipal junto à Prefeitura, conforme o caso;
- VI. Dimensões detalhadas do terreno, conforme transcritas na respectiva escritura ou na Licença de Ocupação/Projeto (L.O.P.);
- VII. Local, data e assinatura do requerente.

§ 2º A licença de obra deve ser requerida pelo proprietário do imóvel, pelo promitente comprador legalmente autorizado a realizar a construção, reconstrução, reforma ou acréscimo, ou por seus representantes legais, desde que devidamente autorizados.

Art. 4º Estão isentas da exigência de "Licença de Obra" as seguintes intervenções:

- I. As construções de dependências sem finalidade habitacional, comercial ou industrial, tais como: galinheiros, caramanchões, estufas e estruturas similares. Contudo, o interessado deverá apresentar um esboço da construção planejada;
- II. Serviços de limpeza, pintura, consertos e pequenos reparos, tanto internos quanto externos aos edifícios, desde que não alterem as prescrições ou dimensões mínimas estabelecidas neste Código e que não exijam o uso de andaimes ou tapumes para sua execução;
- III. A construção provisória de cômodos pequenos destinados à guarda, vestiário e depósito de materiais, exclusivamente para obras que já estejam licenciadas, sendo obrigatória a demolição dessas estruturas imediatamente após o término da obra principal.

Parágrafo único. Dependem de "Licença de Obra" telheiros com área superior a 20 m² (vinte metros quadrados), a construção de garagens e compartimentos sanitários externos, e quaisquer ampliações que ultrapassem a metragem de 20 m².

Art. 5º A aceitação dos projetos está condicionada à sua legibilidade e ao cumprimento das normas usuais de desenho arquitetônico.

§ 1º A apresentação das cópias do projeto deve ser realizada por meio de arquivos digitais, contendo obrigatoriamente os seguintes dados:

- I. Identificação da Obra: Natureza e localização (em se tratando de loteamento, deve-se especificar a rua, quadra e número do lote);
- II. Responsabilidades e Aprovação: Área destinada às assinaturas do interessado e do autor do projeto, com a indicação dos respectivos números de registro no CREA, além do espaço reservado para a aprovação da Prefeitura;
- III. A declaração formal: "Declaramos que a aprovação do projeto não implica no reconhecimento por parte da Prefeitura do direito de propriedade ou de posse do terreno";
- IV. Representação Gráfica: Espaço reservado para a inclusão de indicação da Linha Norte-Sul e uma planta de situação, sem escala, contendo a numeração dos prédios vizinhos ou a distância a uma das esquinas da quadra;
- V. Cálculo de Áreas: Espaço reservado para o detalhamento da área do terreno, das áreas ocupadas pela edificação existente e das áreas referentes à construção, reconstrução, reforma ou acréscimo, discriminadas por pavimento e edículas.

§ 2º Caso um projeto seja composto por diversos desenhos que não possam ser contidos em uma única folha, torna-se indispensável que todas as pranchas sejam devidamente numeradas, em ordem crescente, no espaço reservado ao "quadro legenda".

§ 3º O uso de carimbo padronizado, conforme o modelo fornecido pela Prefeitura, constitui uma exigência obrigatória.

Art. 6º O projeto arquitetônico submetido para aprovação deverá ser composto pelos seguintes elementos:

- I. Plantas: Plantas detalhadas de cada nível da edificação (incluindo embasamento, térreo, loja, sobreloja, andar-tipo ou especial), com a indicação clara do destino e das dimensões de cada compartimento e suas dependências;
- II. Elevações: Desenho da elevação cotada da(s) fachada(s) voltada(s) para os logradouros de uso público;
- III. Planta de Locação: Planta que demonstre claramente:
 1. A posição exata da edificação em relação aos limites do lote, devidamente cotada;
 2. A orientação geográfica (Norte);
 3. A localização das partes das construções vizinhas que estejam erguidas nas divisas do lote;
 4. Perfis longitudinal e transversal do terreno em posição média, com indicação de nível referenciada ao eixo da rua, sempre que o terreno não for plano.
- IV. Cortes: Cortes transversais e longitudinais da obra principal e da edícula, indicando as cotas de altura de peitoris, aberturas, pés-direitos e especificações de barras impermeáveis;
- V. Muro/Gradil de Alinhamento: Desenho da elevação do gradil ou muro de alinhamento, se existente;
- VI. Memorial Descritivo: Documento que detalhe os materiais, serviços e métodos construtivos que serão empregados na obra;
- VII. Cálculos Estruturais: Cálculos estruturais dos elementos construtivos e desenhos dos respectivos detalhes, em duas vias, sempre que a Prefeitura julgar necessário;
- VIII. Comprovação de Propriedade: Cópia autenticada do Título de Propriedade ou de Posse do imóvel.

Art. 7º Fica estabelecido o direito de indagar e avaliar a destinação da obra em seu conjunto e de seus elementos constituintes. A recusa do projeto poderá ocorrer caso este seja julgado inadequado ou inconveniente sob os aspectos de segurança, higiene e salubridade, abrangendo tanto os compartimentos de uso noturno quanto os de uso diurno.

Art. 8º As peças gráficas (incisos I a V do Art. 6º) assim como os memoriais descritivos devem ser disponibilizados por meio de arquivos digitais, legíveis e de boa qualidade.

Art. 9º As escalas mínimas obrigatórias para plantas, cortes, fachadas, gradis, locação e perfis de terreno são de 1:200.

§ 1º A Prefeitura reserva-se o direito de exigir desenhos em escalas superiores à mínima, de acordo com a complexidade e importância do projeto apresentado.

§ 2º Nos projetos que envolvam reforma, acréscimo ou reconstrução, a representação gráfica deverá adotar a seguinte padronização:

- I. Partes Conservadas: Representadas em preenchimento sólido (cheio);
- II. Partes a Construir: Representadas em hachuras (hachuradas);
- III. Partes a Demolir: Representadas em linhas pontilhadas.



Art. 10 Todas as vias das peças gráficas e do memorial descritivo do projeto deverão conter as seguintes assinaturas autografadas digitalmente:

I. O interessado (conforme § 1º do Art. 5º);

II. Tanto o promitente comprador quanto o proprietário, quando a aquisição do imóvel se der por compromisso de compra e venda;

III. O responsável técnico pelo projeto (arquiteto ou engenheiro).

Art. 11 As obras que obtiverem aprovação em conformidade com o presente Código de Obras deverão ser iniciadas no período máximo de 01 (um) ano, a contar da data de expedição do Alvará de Licença para Construção. Dentro deste prazo, é obrigatória a comunicação à Prefeitura do nome do construtor responsável e do aviso de início da obra.

§ 1º O autor do projeto e o construtor somente terão permissão para assinar os projetos ou assumir a responsabilidade técnica pela obra, respectivamente, quando estiverem devidamente registrados no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e nos órgãos competentes da Prefeitura Municipal.

§ 2º A responsabilidade do construtor perante a Prefeitura será efetivada a partir da data da comunicação formal do "Início da Obra". Nesta ocasião, deverá ser anexada uma via da planta aprovada contendo a assinatura do construtor.

Parágrafo único. Esse prazo pode ser prorrogado por 01 (um) ano, apenas uma única vez, com a devida autorização do quadro técnico da prefeitura, que analisará o processo mediante solicitação do requerente legalmente autorizado.

Art. 12 Caso o construtor responsável deseje se eximir da responsabilidade técnica assumida (por ocasião da aprovação do projeto ou da comunicação de "Início da Obra"), deverá notificar a Prefeitura formalmente por escrito. Esta baixa de responsabilidade somente será concedida após a realização de vistoria pela seção competente e mediante a comprovação da inexistência de qualquer infração.

§ 1º Após a vistoria e a constatação da ausência de infrações, o interessado será notificado a apresentar o novo Construtor ou Responsável Técnico no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de embargo da obra ou aplicação de multa. O novo responsável deverá cumprir todas as condições deste Código e assinar a comunicação dirigida à Prefeitura.

§ 2º A comunicação de baixa de responsabilidade poderá ser efetuada em conjunto com a de atuação do novo construtor, desde que o interessado e ambos os construtores assinem o documento conjuntamente.

§ 3º Todas as comunicações pertinentes aos assuntos de construção regidos por este Código deverão ser protocoladas na Prefeitura.

CAPÍTULO II

DA APROVAÇÃO, CERTIDÃO DE LICENÇA E DESTINO DOS PROJETOS

Art. 13 Se os projetos estiverem incompletos ou contiverem pequenas falhas ou imprecisões, o autor do projeto será notificado para prestar esclarecimentos. O não atendimento aos esclarecimentos solicitados ou às exigências legais dentro do prazo de 15 (quinze) dias úteis resultará no indeferimento do requerimento.

§ 1º As retificações nos documentos devem ser realizadas de forma a evitar emendas ou rasuras. § 2º No que diz respeito às correções nas peças gráficas, o autor do projeto deverá colar em cada via as correções devidamente autenticadas. Não serão aceitos desenhos retificados em papéis cujas dimensões reduzidas não permitam a autenticação necessária, tampouco correções feitas a tinta sobre o desenho original.

Art. 14 O prazo limite para a aprovação de projetos é de 30 (trinta) dias, a partir da data de protocolo ou da última prestação de esclarecimentos. Após este período, se não houver deferimento, o interessado tem a faculdade de iniciar a obra mediante aviso prévio por escrito à Prefeitura. Todavia, a obra deve seguir as normas deste Código, sob pena de o responsável ter que demolir, por sua conta, o que for construído em desacordo com a lei.

Parágrafo único. Após o protocolo do requerimento, o pagamento dos emolumentos da "Licença de Obra" deve ser efetuado no prazo regulamentar de 8 (oito) dias.

Art. 15 Uma vez aprovado o projeto de construção, reconstrução, reforma ou acréscimo e pagos os emolumentos pertinentes, a Prefeitura expedirá a "Licença de Obra".

§ 1º O interessado que se sinta prejudicado em razão da decisão do órgão examinador, pode recorrer ao Gabinete do Prefeito, que nomeará Comissão de Obras, composta por 03 (três) servidores, os quais analisarão decisão anterior.

§ 2º A certidão de "Licença de Obra" especificará o nome do interessado, o tipo, a destinação e a localização da obra, as servidões legais a serem observadas, e quaisquer outras informações relevantes.

§ 3º A expedição da "Licença de Obra" será tornada pública por meio dos veículos que a Prefeitura julgar mais convenientes.

Art. 16 A "Licença de Obra" poderá ser cassada pela administração municipal mediante motivo justificado. Para tal, deverá ser instituída uma comissão de avaliação composta por 3 (três) peritos, sendo um representante da Prefeitura, um representante da parte interessada na obra e um terceiro perito designado para atuar como desempateador.

Art. 17 Após o projeto aprovado, juntamente com a "Licença de Obra" e do memorial descritivo, os mesmos serão disponibilizados eletronicamente de forma digital, pela prefeitura a seus requerentes originários.

Art. 18 A licença caducará se a obra não for iniciada dentro de 01 (um) ano a partir da sua data de expedição, não havendo solicitação expressa de prorrogação, conforme previsto no Art. 18, em seu parágrafo único. Modificações posteriores (Art. 19) não interromperão este prazo de prescrição.

Parágrafo único. Considera-se "Obra Iniciada" a execução das fundações (baldrames, sapatas ou estacamento), a demolição das paredes em projetos de reforma e acréscimo, ou a demolição de pelo menos 50% das paredes em projetos de reconstrução.

CAPÍTULO III

DAS MODIFICAÇÕES DOS PROJETOS APROVADOS

Art. 19 É indispensável a aprovação de um projeto modificativo para realizar quaisquer alterações no projeto aprovado, incluindo mudanças na destinação de ambientes.

Parágrafo único. A aprovação do projeto modificativo deve ser registrada na "Licença de Obra" original e o interessado deve ser formalmente notificado.

Art. 20 Durante as vistorias, serão toleradas pequenas variações dimensionais em elementos da construção, contanto que estas não ultrapassem a margem de 3% (três por cento) das cotas aprovadas no projeto.

CAPÍTULO IV

DAS DEMOLIÇÕES

Art. 21 Nenhuma demolição poderá ser realizada sem a prévia solicitação à Administração Municipal, que emitirá a necessária "Licença de Demolição". A emissão da licença estará condicionada ao pagamento dos emolumentos referentes ao tapume (se houver divisa com logradouros públicos) e aos andaimes, devendo ainda serem observadas as exigências dispostas no Capítulo X, intitulado "Tapumes e Andaimes".

Art. 22 A Prefeitura, ao verificar a iminência de ruína ou a imperícia técnica do construtor em vistoria, intimará o interessado a demolir ou a reparar a obra dentro de um prazo estipulado.

§ 1º Se a intimação não for atendida no prazo, a Prefeitura executará os serviços e cobrará as despesas, acrescidas de 10% (dez por cento) a título de Taxa de Administração e mais 10% (dez por cento) de multa sobre o total.

§ 2º A intimação prevista neste artigo não isenta a Administração Municipal de adotar as providências legais e profissionais cabíveis a cada caso.

Art. 23 Dentro do prazo estabelecido no artigo anterior, o interessado terá a faculdade de contestar a intimação, devendo, para tanto, anexar laudo técnico emitido por perito devidamente habilitado.

Parágrafo único. A resposta à contestação e a solução definitiva do caso serão proferidas no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

CAPÍTULO V

DAS VISTORIAS

Art. 24 Após a conclusão da obra, o construtor responsável deverá protocolar o requerimento para a expedição do "Auto de Vistoria".

Parágrafo único. Caso seja constatado que a execução da obra não observou fielmente a planta aprovada, o construtor será intimado a promover a devida legalização. O não cumprimento sujeitará o construtor às penalidades previstas a partir do Artigo 36 deste Código.

Art. 25 A expedição do "Auto de Vistoria" em caráter parcial é permitida se atendidas as seguintes exigências:

I. Em edificações residenciais, é obrigatória a conclusão de, no mínimo, um dormitório, cozinha, banheiro, muro e calçada nas áreas limítrofes à via pública, garantindo a habitabilidade mínima.

II. A parte concluída da obra não pode oferecer perigo aos ocupantes ou a terceiros.

III. O interessado deve assinar um termo de compromisso junto à Prefeitura, com prazo estipulado para a finalização total da obra. O prazo poderá ser prorrogado se houver motivo justo apresentado pelo interessado.

CAPÍTULO VI

DAS CONSTRUTORAS

Art. 26 É obrigatório o registro junto à Prefeitura, mediante o pagamento dos emolumentos, para todos os profissionais (pessoas físicas ou jurídicas) habilitados que assumirem responsabilidade por obras no Município.

Art. 27 A Prefeitura notificará o respectivo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) a respeito dos construtores que incorrerem nas seguintes infrações:

a) Descumprir os projetos aprovados, mediante aumento ou diminuição das dimensões indicadas nas plantas e cortes;

b) Dar prosseguimento à execução de obra que tenha sido embargada pela Prefeitura;

c) Incurrer em 03 (três) multas por infrações cometidas na mesma obra;

d) Alterar as especificações contidas no memorial descritivo, ou as dimensões/elementos das peças de resistência previamente aprovadas pela Prefeitura;

e) Assinar projetos como executores de obras que comprovadamente não estejam sob sua real direção técnica;

f) Iniciar qualquer obra sem a devida "Licença de Obra", excetuando-se o caso previsto no Artigo 14 do Capítulo II;

g) Cometer, por imperícia profissional, falhas que comprometam a segurança da obra.

Art. 28 É obrigatório que os profissionais responsáveis pelo projeto e pela execução da obra instalem, em local visível da via pública, uma placa com as seguintes indicações: nomes, títulos, números de registro e endereços de residência ou escritórios. As dimensões mínimas desta placa devem ser de 1,20 x 0,60 m.

Parágrafo único. Esta placa está isenta de qualquer cobrança de tributo.

CAPÍTULO VII

DAS MORADIAS ECONÔMICAS E PEQUENAS REFORMAS

Art. 29 Para os propósitos deste Código, considera-se "Moradia Econômica" a edificação que satisfaça cumulativamente os seguintes requisitos:

I. Possuir, no mínimo, compartimentos destinados à cozinha, instalações sanitárias e um dormitório;

II. Ser constituída de apenas um pavimento e destinar-se exclusivamente à residência do interessado;

III. Não requer estrutura especial nem a elaboração de cálculo estrutural;

IV. Apresentar área de construção não superior a 50 (cinquenta) metros quadrados, incluindo quaisquer dependências ou previsões de acréscimos futuros;

V. Ser unitária, não integrando agrupamento ou conjunto de edificações cuja execução seja simultânea.

Art. 30 Para que os projetos de "Morádias Econômicas" sejam caracterizados como tal e aprovados, eles deverão ser elaborados por profissionais com habilitação legal junto ao CREA e submetidos ao exame e aprovação da Prefeitura.

§ 1º A Prefeitura poderá disponibilizar projetos padrão de "Morádias Econômicas" aos interessados, a título de colaboração.

§ 2º O projeto deverá conter obrigatoriamente o nome e a assinatura do autor, o número de registro expedido pelo CREA, além da assinatura do proprietário.

§ 3º O proprietário deve instalar na fachada da obra, de forma visível, uma placa com 0,60 x 1,20 m, seguindo o modelo padrão de identificação da Moradia Econômica, incluindo os dados do autor do projeto e seu registro no CREA.

Moradia Econômica.

Obra de acordo com CREA – RO

Autor do Projeto: Nome / Título / CREA nº Região/Endereço.

Art. 31 O benefício das "Morádias Econômicas" é limitado a uma única concessão por pessoa a cada período de 5 (cinco) anos.

Art. 32 Considera-se "pequena reforma" aquela que atende às seguintes condições:

I. Ser realizada dentro do mesmo pavimento da construção original;

II. Não demandar estrutura de concreto armado;

III. Ter reconstruções ou acréscimos limitados 25 m² (vinte e cinco metros quadrados);

IV. Não exceder a área total de 50 m² (cinquenta metros quadrados), quando aplicada a uma "Moradia Econômica" (área já construída inclusa);

V. Não afetar nenhuma parte da edificação que esteja no alinhamento da via pública.

Art. 33 A construção de "Moradia Econômica" e a execução de "Pequenas Reformas" (conforme definições deste Código) ficam dispensadas da assistência e responsabilidade técnica de profissional legalmente habilitado pelo CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia).

Art. 34 A dispensa da responsabilidade técnica, conforme estabelecido no artigo anterior, será examinada pela Administração Municipal somente após a assinatura, por parte do interessado, de termo devidamente protocolado por meio eletrônico, nos canais disponibilizados pela Prefeitura, nos seguintes termos:

DECLARAÇÃO

O abaixo-assinado, [Nome Completo], residente à [Rua ou Avenida], neste Município, com o objetivo de obter os benefícios estabelecidos neste Código, declara sob as penas da lei:

a) Estar plenamente ciente de que, perante a legislação, assume a responsabilidade integral como construtor da "Moradia Econômica" (ou "Pequena Reforma") a ser edificada na [Rua ou Avenida].

b) Obrigá-se a seguir rigorosa e detalhadamente o projeto aprovado pela Prefeitura para a construção em questão, responsabilizando-se pelo uso indevido da licença concedida.

c) Estar ciente das penalidades legais impostas àqueles que prestam falsas declarações.

d) Que a moradia (ou a intervenção) terá um total de [Número] metros quadrados de área, incluindo dependências e futuras ampliações.

e) Ter conhecimento da obrigatoriedade de afixar a placa de identificação conforme o modelo constante no Art. 30, § 3º, deste Código, sob pena de multa aplicada pelo CREA.

f) Que o projeto foi elaborado pelo profissional legalmente habilitado, portador da carteira nº [Número da Carteira] do CREA Regional.

g) Que o projeto foi (ou não) concedido [ou fornecido] pela Prefeitura Municipal

§ 1º As vias do documento serão distribuídas da seguinte forma: uma será arquivada na Prefeitura, outra permanecerá na obra junto ao projeto aprovado e a última será enviada mensalmente ao CREA pela Prefeitura, em remessa de todas as declarações do mês.

§ 2º A Prefeitura deverá remeter ao CREA, semestralmente, a relação completa das "Morádias Econômicas" e "Pequenas Reformas" (conforme definidas por este Código), para fins de fiscalização e estatística.

CAPÍTULO VIII

DOS EMOLUMENTOS, EMBARGOS E PENALIDADES.

Art. 35 A Prefeitura Municipal deverá organizar e manter atualizada uma tabela de emolumentos para cobrir os custos relativos à aprovação de projetos de construção, reconstrução, reformas e acréscimos, bem como para a expedição de licenças, a realização de vistorias, a aplicação de multas, a instalação de tapumes e outros serviços pertinentes.

Art. 36 As obras que não estiverem em conformidade com o projeto previamente aprovado ou que desobedecerem às prescrições deste Código serão embargadas. O embargo perdurará até que o proprietário cumpra integralmente as intimações emitidas pela Prefeitura, sem prejuízo da aplicação das multas cabíveis.

Art. 37 O "Auto de Embargo" lavrado deverá registrar os seguintes dados:

I. Qualificação completa do infrator ou infratores (nome, domicílio e profissão);

II. Localização precisa da obra embargada;

III. Transcrição clara do artigo e/ou parágrafo infringido do Código de Obras;

IV. Data da efetivação do embargo;

V. Assinatura do funcionário responsável pela lavratura do termo de embargo;

VI. Espaço para a assinatura do infrator ou infratores, caso desejem fazê-lo.

Art. 38 O embargo será formalmente comunicado, por escrito, ao infrator ou ao seu representante legal, por meio de correspondência devidamente protocolada.

Art. 39 Após a efetivação do embargo, a Prefeitura intimará o infrator a efetuar o pagamento da multa correspondente à infração, estabelecendo concomitantemente o prazo para a devida regularização da obra.

Art. 40 Durante o prazo concedido para a regularização da obra embargada, o infrator terá permissão para executar exclusivamente os serviços necessários ao atendimento da intimação.

Art. 41 Em caso de desobediência imediata ao embargo, a Prefeitura adotará as providências legais cabíveis para a situação.

Art. 42 Após a regularização da obra embargada, o infrator deverá solicitar a vistoria competente para que o embargo seja formalmente levantado.

Parágrafo único. O levantamento do embargo será concedido por meio de notificação escrita, somente após a comprovação do pagamento da multa imposta e a verificação da completa regularização da obra.

Art. 43 Ao ser verificada qualquer infração às disposições deste Código pelo funcionário competente, este deverá lavrar o "Auto de Infração", em conformidade com o Artigo 44. O infrator será intimado a comparecer à Prefeitura no prazo de 5 (cinco) dias para protocolar defesa por escrito.

§ 1º Na ausência de defesa ou caso a defesa apresentada seja julgada improcedente, a multa será confirmada, e o prazo para o pagamento será de 8 (oito) dias, contados a partir da data de recebimento do aviso correspondente.

§ 2º Caso o infrator não efetue o pagamento da multa no prazo estipulado, a Prefeitura dará início às medidas legais cabíveis para a cobrança.

Art. 44 O Auto de Infração deverá conter obrigatoriamente as seguintes informações:

I. Qualificação completa do infrator ou infratores (nome, domicílio e profissão);

II. Localização precisa da obra à qual a multa se refere;

III. Identificação do artigo e seus conexos do Código de Obras que foram infringidos;

IV. Indicação do valor da multa, em algarismos e por extenso;

V. Data da aplicação da multa;

VI. Assinatura do funcionário responsável pela lavratura do auto.

Art. 45 A interposição de recurso ao Gabinete do Prefeito, que constitui a última instância

administrativa de julgamento, somente será recebida mediante o depósito prévio do valor da multa. O valor depositado será restituído integralmente em caso de deferimento do recurso ou retido para o pagamento da multa em caso de indeferimento.

Art. 46 O lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre imóveis para os quais não tenha sido expedido o competente Auto de Vistoria será efetuado com o acréscimo estipulado no Código Tributário do Município.

Parágrafo único. O referido acréscimo permanecerá vigente até o final do exercício fiscal em que o infrator houver cumprido integralmente as exigências deste Código.

CAPÍTULO IX MATERIAL DE CONSTRUÇÃO

Art. 47 Todos os materiais de construção, o modo de seu emprego e a técnica de utilização devem satisfazer integralmente às especificações e normas oficiais da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Art. 48 Para materiais cuja aplicação ainda não esteja consagrada pelo uso comum, a Prefeitura terá a faculdade de exigir análises ou ensaios que comprovem sua adequação e desempenho.

Parágrafo único. Tais análises ou ensaios deverão ser conduzidos por laboratórios de reconhecida idoneidade técnica.

Art. 49 A Prefeitura poderá proibir o emprego de materiais de construção que se apresentem inadequados, com defeitos ou impurezas que possam comprometer a estabilidade da edificação ou a segurança pública.

Art. 50 Para os propósitos deste Código, são considerados "materiais incombustíveis": concreto simples ou armado, peças metálicas, tijolos, pedras, materiais de cerâmica ou de fibrocimento, e quaisquer outros cuja Incombustibilidade esteja atestada pelas normas da ABNT.

CAPÍTULO X TAPUMES E ANDAIMES

Art. 51 É obrigatória a instalação de tapumes sempre que obras de construção, reconstrução, reforma, acréscimo ou demolição forem executadas nas divisas do lote que confrontam com logradouros de uso público.

Parágrafo único. Estão isentos desta exigência os muros e grades cuja altura seja inferior a 2,00 m (dois metros).

Art. 52 Os tapumes devem ter uma altura mínima de 2,00 m (dois metros) e podem avançar até a metade da largura do passeio, sendo que o avanço máximo permitido é de 3,00 m (três metros).

Parágrafo único. Avanços que excedam os limites fixados neste artigo poderão ser autorizados, desde que sejam tecnicamente indispensáveis para a execução da obra, mediante devolução justificativa e comprovação por parte do interessado junto ao órgão municipal competente.

Art. 53 Em vias de intenso tráfego, após a conclusão da laje do terceiro pavimento, o tapume deve ser recuado para a divisa do lote com o logradouro público. No local, deverá ser construída uma cobertura com pé-direito mínimo de 2,50 m (dois metros e meio) para proteger os pedestres. Os pontaleiros do tapume poderão ser mantidos em sua localização original para servir de apoio à referida cobertura.

§ 1º O tapume poderá ser reinstalado em sua posição original durante a fase de acabamento da fachada do pavimento térreo.

§ 2º Os tapumes construídos na divisa do lote com o logradouro público não estarão isentos do pagamento de emolumentos; a Prefeitura deverá estipular a taxa de cobrança por metro quadrado.

Art. 54 Durante a execução da obra, é obrigatória a instalação de andaimes de proteção do tipo "bandeja salva-vidas", com espaçamento máximo de três pavimentos, em todas as fachadas que não possuam andaimes fixos externos e fechados, conforme as disposições do Artigo 56.

Parágrafo único. As "bandejas salva-vidas" serão constituídas por um estrado horizontal de 1,20 m (um metro e vinte centímetros) de largura mínima, dotado de guarda-corpo com altura mínima de 1,00 m (um metro) e possuindo uma inclinação aproximada de 45º (quarenta e cinco graus).

Art. 55 Quando for empregado o uso de andaimes mecânicos suspensos, os mesmos deverão ser obrigatoriamente equipados com guarda-corpo de 1,20 m (um metro e vinte centímetros) de altura em todos os lados que estiverem livres.

Art. 56 As fachadas que confrontam as divisas do lote com o logradouro público devem ser dotadas, em toda a sua altura, de andaimes fechados. O fechamento deve ser feito com tábuas de vedação (com espaçamento vertical máximo de 10 cm) ou com tela apropriada.

Parágrafo único. Tablado de vedação pode ser interrompido por uma abertura de 60 cm (sessenta centímetros) em cada pavimento, ao longo de toda a extensão da fachada, para permitir a iluminação natural. Essa abertura deve ser localizada abaixo do estrado horizontal do andaime correspondente ao piso do pavimento imediatamente superior.

Art. 57 As tábuas ou telas utilizadas para a vedação dos tapumes e dos andaimes fechados deverão ser fixadas na face interna dos pontaleiros.

Art. 58 Os andaimes fechados e os andaimes de proteção poderão avançar sobre o passeio até 50 cm (cinquenta centímetros) além da prumada da guia do passeio, não podendo, em qualquer hipótese, ultrapassar 3,00 m (três metros).

Parágrafo único. Os andaimes fechados ou de proteção que avançarem sobre o passeio não poderão, sob pena de remoção, prejudicar a iluminação pública, a visibilidade de placas de nomenclatura de ruas e distritos, a sinalização de trânsito, nem o funcionamento de equipamentos ou instalações de serviços de utilidade pública.

Art. 59 Durante todo o período de construção, o construtor é obrigado a manter o passeio frontal à obra em condições adequadas para o trânsito seguro de pedestres.

Art. 60 É vedada a ocupação de qualquer porção da via pública com materiais de construção que ultrapassem o alinhamento delimitado pelo tapume.

Art. 61 Após a conclusão das obras ou em caso de paralisação por período superior a 1 (um) ano, os tapumes e andaimes deverão ser removidos e o passeio, desimpedido.

CAPÍTULO XI

DAS ESCAVAÇÕES

Art. 62 A construção de tapumes é obrigatória quando forem executadas escavações junto à divisa do lote com o logradouro de uso público.

Art. 63 Em todas as escavações, deverão ser rigorosamente adotadas medidas de segurança que visem prevenir o deslocamento de terra nas divisas do lote em construção ou eventuais danos às edificações vizinhas.

Art. 64 No caso de escavações de caráter permanente que resultem na modificação do perfil natural do terreno, o construtor é obrigado a executar obras de proteção para evitar o deslocamento da terra, garantindo a segurança dos prédios limítrofes e da via pública.

CAPÍTULO XII

DAS FUNDAÇÕES

Art. 65 Se a construção projetada estiver localizada em área onde existam ou estejam previstas obras públicas oficialmente aprovadas, a Prefeitura terá a faculdade de exigir fundações especiais. Essa exigência será feita para assegurar a viabilidade e a segurança do projeto, da execução das escavações e das próprias fundações, bem como da construção em si.

Art. 66 A execução de qualquer fundação é obrigatória, devendo seguir rigorosamente as normas conjuntas da ABM e da ABNT, sob a responsabilidade do construtor ou da firma.

§ 1º A locação das fundações deve ser precisa, com a instalação de marcos rigorosos.

§ 2º Os projetos devem apresentar plantas e cortes que atestem o cumprimento destas regras.

§ 3º Os marcos de locação devem ser preservados até a finalização das fundações para permitir a referência e inspeção da fiscalização municipal.

Art. 67 Na fiel observância do projeto de fundações durante a sua execução, deverá ser dada especial atenção às seguintes elementos:

I. Profundidade de sapatas (fundações rasas) ou comprimento de estacas pré-moldadas (fundações profundas);

II. Diâmetro e posicionamento da armadura metálica;

III. Dimensões dos elementos a serem executados em função do cálculo estrutural.

Art. 68 O lançamento de fundação rasa deve ser precedido por:

I. Regularização e secagem (dessecação) das cavas, com ou sem o escoramento dos taludes;

II. Compactação do terreno de suporte (subjacente);

pavimento, prolongando-se até 1,00 m acima da cobertura.

CAPÍTULO XX

CAPÍTULO XXII

Art. 148 As marquises deverão ser construídas com material resistente, impermeável e não

fragmentável. Seus apoios de parede (eventuais) devem estar, no mínimo, 2,00 m acima do ponto mais elevado do passeio.

Art. 149 O escoamento das águas pluviais das marquises será realizado por meio de condutores embutidos na fachada, que descarregarão na sarjeta após passar sob o passeio.

CAPÍTULO XXIII
DAS CHAMINÉIS

Art. 150 As chaminés, em todas as edificações, deverão possuir altura adequada, mantendo-se, no mínimo, 1,00 m (um metro) acima do telhado.

Art. 151 Os segmentos de chaminés localizados entre o forno e o telhado, bem como aqueles que atravessarem paredes ou tetos constituídos de estuque, tela (drywall) ou madeira, não poderão ser metálicos.

Art. 152 Todas as partes estruturais ou de acabamento em madeira das edificações deverão manter uma distância mínima de 0,50 m (cinquenta centímetros) das chaminés.

CAPÍTULO XXIV
DAS CONSTRUÇÕES DE MADEIRA OU SIMILARES

Art. 153 A construção de edificações em madeira ou outros materiais similares é permitida, desde que sejam cumpridas as seguintes condições:

I. As paredes externas dos dormitórios deverão garantir isolamento térmico e acústico, em conformidade com o Artigo 74, itens II e III, e seu respectivo Parágrafo Único;

II. O material empregado deverá receber tratamento que o torne impermeável, de acordo com o Artigo 74, item V, e seu respectivo Parágrafo Único;

III. As paredes deverão possuir um embasamento (base) construído em alvenaria, concreto ou material similar, com altura mínima de 0,50 m (cinquenta centímetros) acima do nível do solo circundante;

IV. Caso a madeira seja comprovadamente tratada contra a ação da umidade, mediante atestado fornecido por laboratório de idoneidade reconhecida, a altura mínima de embasamento estabelecida no item anterior poderá ser reduzida para 0,15 m (quinze centímetros).

Art. 154 Será permitida a construção de habitações de madeira agrupadas em pares, desde que a parede divisória entre ambas seja executada, em toda sua extensão e até 0,30 m (trinta centímetros) acima do ponto mais elevado do telhado, com material que cumpra as exigências do Artigo 74 e seus itens.

Art. 155 É vedada a construção de edificações em madeira nas zonas urbanas onde este tipo de material de construção seja proibido pela legislação de zoneamento.

Art. 156 Não será permitida a construção de edificações em madeira ou material similar quando destinadas a fins comerciais ou industriais.

§ 1º Será autorizada a construção de barracões provisórios de madeira ou material similar em canteiros de obras, desde que sejam respeitados os prazos estabelecidos para a conclusão da obra.

§ 2º Estes barracões deverão ser utilizados exclusivamente para operações de venda do imóvel (total ou de unidades isoladas), administração local da obra, depósito de material de construção e acomodação de operários.

§ 3º A autorização para a construção destes barracões será concedida pelo Poder Executivo Municipal, a título precário, pelo prazo máximo de 12 (doze) meses, mediante justificativa comprovada da sua necessidade.

CAPÍTULO XXV
DAS CONSTRUÇÕES PARA FINS ESPECIAIS

Art. 157 Nenhum estabelecimento comercial, industrial, residencial de uso coletivo ou destinado a qualquer outro fim especial poderá ser constituído ou instalado em um imóvel já existente em desacordo com a legislação de zoneamento vigente (Plano de Ação Imediata).

Art. 158 Para a construção ou instalação dos estabelecimentos mencionados no artigo anterior, o Poder Municipal exigirá o cumprimento integral deste Código de Obras e de todas as determinações legais Federais e Estaduais pertinentes ao assunto.

Art. 159 As edificações listadas no Art. 157 não poderão despejar seus resíduos ou águas servidas nas redes sanitárias ou pluviais de uso público sem prévia e expressa autorização do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único. Para o lançamento de efluentes ou águas (naturais ou artificiais), será obrigatória a expedição de licença pelo órgão técnico municipal. Para tanto, será solicitada a colaboração da companhia de água e esgoto de Rondônia S/A (CAERD) ou similar, que emitirá parecer técnico. Caberá à parte interessada recurso ao Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DENOS) para decisão final, caso se sinta prejudicada.

Art. 160 Aos estabelecimentos referidos no Art. 157 que estiverem em situação de desacordo com a Lei de Zoneamento do Plano de Ação Imediata, será concedida autorização apenas para obras de conservação, sendo vedados acréscimos ou reformas.

Art. 161 Todos os serviços de utilidade pública (abastecimento de água, esgoto, energia elétrica, telefone, gás e outros) que atendam a construções para fins especiais estarão sujeitos às normas e condições fixadas pela Prefeitura e pelas respectivas companhias concessionárias.

Parágrafo único. A Prefeitura poderá exigir projetos completos de instalações hidráulicas, sanitárias, elétricas, de cálculo estrutural ou outros projetos especiais, sempre que julgar conveniente.

Art. 162 No caso de construções destinadas a fins especiais, será exigida a apresentação do projeto de proteção contra incêndios, devidamente aprovado pelo Comando da unidade do Corpo de Bombeiros Militar do Município.

CAPÍTULO XXVI
DOS EDIFÍCIOS DA HABITAÇÃO COLETIVA E ESCRITÓRIOS

Art. 163 Em edifícios de habitação coletiva e escritórios, a estrutura, as paredes externas e as paredes perimetrais de cada unidade autônoma, bem como os pisos, forros e escadas, deverão ser construídos integralmente com material incombustível.

Art. 164 As coberturas, além de serem incombustíveis, deverão ser impermeáveis e apresentar baixa condutibilidade térmica.

Art. 165 É obrigatória a instalação de sistema de coleta de lixo por meio de tubo de queda, que deverá despejar em compartimento fechado com capacidade para armazenar os resíduos por um período não superior a 48 (quarenta e oito) horas.

§ 1º Os tubos de queda deverão ser prolongados, no mínimo, 1,00 m (um metro) acima da cobertura, para efeito de ventilação.

§ 2º A instalação de descarte de lixo deverá ser provida de equipamento adequado para lavagem e higienização.

Art. 166 A habitação destinada ao zelador, deverá cumprir todas as exigências estabelecidas neste Código para as unidades residenciais.

Parágrafo único. A habitação do zelador poderá ser localizada em pavimento não atendido pelo elevador.

Art. 167 Os edifícios de habitação coletiva deverão dispor de área de estacionamento para, no mínimo, 1 (um) veículo de passeio por unidade habitacional.

Art. 168 É compulsória a existência de um local adequado e de fácil acesso destinado à recepção e guarda de correspondências.

Art. 169 Em edifícios destinados a escritórios ou a usos comerciais, é obrigatória a existência de compartimentos sanitários em cada andar, na proporção mínima de 1 (um) para cada 40 m² (quarenta metros quadrados) de área construída, devidamente separados por sexo.

Art. 170 Os corredores de circulação terão largura mínima de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros).

CAPÍTULO XXVII
DAS GARAGENS COLETIVAS

Art. 171 As garagens coletivas deverão cumprir as seguintes prescrições obrigatórias:

I. Estrutura e Vedações: A estrutura, paredes, pisos, forros, escadas e rampas devem ser construídos integralmente com material incombustível.

II. Revestimento de Piso: Os pisos devem ser revestidos com concreto, asfalto, paralelepípedos ou material de resistência e durabilidade equivalentes.

III. Ventilação: Devem possuir dispositivos que assegurem ventilação permanente e eficaz.

IV. Interligação: É vedada qualquer ligação direta com dormitórios.

V. Acesso: Quando a área construída for igual ou superior a 600 m² (seiscentos metros quadrados), a garagem deve dispor de dois acessos independentes, cada um com largura mínima de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros).

VI. Rampas: As rampas de acesso, quando retas, deverão ter largura mínima de 2,50 m e declividade máxima de 20% (vinte por cento).

VII. Pé-direito: O pé-direito mínimo permitido é de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros).

VIII. Sanitários para Usuários: Quando a garagem não for parte integrante de um edifício de habitação coletiva ou de escritórios, deverá possuir compartimentos sanitários, separados por sexo (latrina, mictório e lavatório), na proporção de 1 (um) conjunto para cada 300 m² (trezentos metros quadrados) de área construída.

IX. Sanitários para Empregados: Os compartimentos sanitários e demais dependências destinadas aos empregados devem estar em conformidade com as determinações deste Código, no capítulo referente aos locais de trabalho em geral.

X. Cobertura: As coberturas devem ser de material incombustível e impermeável.

CAPÍTULO XXVIII
DAS CONDIÇÕES APLICÁVEIS AOS LOCAIS DE TRABALHO EM CONSTRUÇÕES INDUSTRIAIS

Art. 172 Os locais destinados a atividades de trabalho industrial, além de cumprirem todas as exigências aplicáveis deste Código, deverão observar as seguintes especificações técnicas: I. Estrutura e Vedações: A estrutura, paredes, pisos, forros, escadas e rampas devem ser construídos integralmente com material incombustível.

II. Cobertura: Deve ser de material incombustível, impermeável e com baixa condutibilidade térmica.

III. Sustentação da Cobertura: A sustentação da cobertura deverá ser de material que tenha recebido tratamento adequado de proteção contra o fogo.

IV. Pisos: Devem ser revestidos com material resistente, liso e impermeável. Outros tipos de revestimento poderão ser aceitos mediante justificação técnica.

V. Paredes: As paredes internas devem ser revestidas com material impermeável e lavável até a altura mínima de 2,00 m (dois metros).

VI. Pé-direito: O pé-direito mínimo será de 4,00 m (quatro metros), com exceção dos compartimentos destinados à administração e às instalações sanitárias, cujos pés-direitos poderão ser de 2,80 m (dois metros e oitenta centímetros).

VII. Iluminação Natural: A área destinada à iluminação natural não deverá ser inferior a 1/5 (um quinto) da área total do piso do compartimento.

a) A área de iluminação natural é composta pelas aberturas localizadas em paredes ou na cobertura.

b) A área de iluminação poderá ser complementada por claraboias ou telhas de vidro, em até 20% da área de iluminação total exigida.

VIII. Ventilação Natural: A área total de abertura para ventilação não poderá ser inferior a 2/3 (dois terços) da superfície de iluminação natural.

Parágrafo único. Projetos que apresentem inconformidades com os itens acima poderão ser submetidos à aprovação do órgão técnico competente para análise e deliberação.

Art. 173 Em edifícios com mais de um pavimento, a escada ou rampa de acesso deverá possuir largura livre calculada na proporção de 1 (um) centímetro por pessoa que se utiliza dela, observando-se a largura mínima absoluta de 1,20 m (um metro e vinte centímetros), além das seguintes condições:

I. Rampas: A declividade máxima permitida para as rampas não poderá exceder 12% (doze por cento).

II. Escadas: Os degraus das escadas terão altura máxima (espelho) de 0,17 m (dezessete centímetros) e largura mínima do piso (pisada) de 0,28 m (vinte e oito centímetros).

III. Patamares: Escadas com mais de 15 (quinze) degraus deverão possuir, obrigatoriamente, um patamar plano intermediário de formato retangular.

IV. Curvaturas: É vedada a existência de degraus em leque nas curvaturas das escadas.

V. Pé-direito: Em nenhum ponto da escada, a altura livre (pé-direito) poderá ser inferior a 1,90 m (um metro e noventa centímetros) acima do piso.

VI. Distância Máxima: A distância máxima a ser percorrida entre o ponto mais afastado do local de trabalho e a escada ou rampa que o atende será de 40,00 m (quarenta metros).

Art. 174 Nos locais de trabalho industrial, a iluminação e a ventilação poderão ser feitas de forma artificial, quando a natureza da atividade o exigir tecnicamente.

Art. 175 O número mínimo de aparelhos sanitários, por pavimento e por turno de trabalho, será calculado na seguinte proporção: 1 latrina, 1 mictório, 1 lavatório e 1 chuveiro para cada 20 (vinte) empregados do sexo masculino e 2 latrinas, 1 lavatório e 1 chuveiro a cada 20 (vinte) empregadas do sexo feminino.

§ 1º Em atividades ou operações consideradas insalubres, que envolvam o contato direto com substâncias nocivas ou que exijam o asseio corporal frequente, o número de chuveiros será de, no mínimo, 1 (um) para cada 10 (dez) empregados. Nestes casos, deverão ser instalados lavatórios individuais ou coletivos fora dos compartimentos sanitários, na proporção de 1 (uma) torneira para cada 20 (vinte) empregados.

§ 2º Os compartimentos destinados às latrinas (cabines) deverão possuir portas individuais que garantam a privacidade (impedindo o devassamento).

§ 3º Pisos e paredes dos sanitários e lavatórios devem ser revestidos com material resistente, impermeável e lavável.

§ 4º É proibida a comunicação direta entre locais de trabalho e dormitórios ou sanitários. É obrigatória uma antecâmara com ventilação direta para o exterior ou ventilação indireta (conforme Art. 111).

§ 5º A passagem de acesso entre os locais de trabalho e os compartimentos sanitários deverá ser coberta, com largura mínima de 1,30 m (um metro e trinta centímetros).

Art. 176 Em cada pavimento, é obrigatória a instalação de um bebedouro de água filtrada, do tipo jato inclinado e provido de guarda protetora, na proporção mínima de 1 (um) bebedouro para cada 50 (cinquenta) empregados por turno.

Parágrafo único. É proibida a instalação de bebedouros dentro dos compartimentos sanitários.

Art. 177 Todos os locais de trabalho deverão dispor de vestiários separados por sexo, dotados de armários individuais de um só compartimento, com as seguintes dimensões mínimas: 0,30 m (trinta centímetros) de largura, 0,40 m (quarenta centímetros) de profundidade e 0,80 m (oitenta centímetros) de altura.

§ 1º No caso de indústrias que desenvolvam atividades insalubres ou incompatíveis com o asseio corporal, os armários deverão ser de 2 (dois) compartimentos, com as seguintes dimensões mínimas: 0,30 m de largura, 0,40 m de profundidade e 1,20 m (um metro e vinte centímetros) de altura.

§ 2º A área mínima do compartimento destinado a vestiário será de 8,00 m² (oito metros quadrados), devendo a largura permitir um afastamento mínimo de 1,35 m (um metro e trinta e cinco centímetros) entre as frentes dos armários.

§ 3º Os compartimentos destinados a vestiários não poderão ser utilizados como passagem obrigatória de circulação.

Art. 178 Nos locais de trabalho que contem com um número de operários superior a 300 (trezentos), será obrigatória a existência de um compartimento destinado a refeitório.

§ 1º Os pisos e as paredes, até a altura mínima de 2,00 m (dois metros), deverão ser revestidos com material resistente, impermeável e lavável. É vedado o emprego de madeira ou de revestimentos cimentados similares.

§ 2º A área mínima do refeitório será dimensionada na proporção de 0,40 m² (quarenta decímetros quadrados) para cada operário.

§ 3º O forro deverá ser executado em laje de concreto, estuque, madeira ou material equivalente, sendo o pé-direito mínimo de 3,00 m (três metros).

§ 4º Os refeitórios deverão ser providos de bebedouros de água filtrada, do tipo jato inclinado e com guarda protetora, na proporção de 1 (um) bebedouro para cada 50 (cinquenta) operários. O uso de filtros poderá ser dispensado caso a água fornecida pela rede pública seja tratada.

§ 5º Deverá haver lavatórios no refeitório ou em suas proximidades, na proporção mínima de 1 (um) para cada 20 (vinte) operários.

Art. 179 Compartimentos para depósito ou manuseio de inflamáveis devem ter portas cortafogo nos vãos de comunicação interna.

Parágrafo único. Quando estes compartimentos estiverem localizados no último pavimento, deverão possuir forro construído com material incombustível.

Art. 180 Os gases, fumaças, vapores e poeiras resultantes do processo industrial deverão ser removidos dos locais de trabalho por meios adequados e seguros, especialmente quando nocivos ou incômodos à vizinhança. É expressamente vedado o seu lançamento direto na atmosfera sem tratamento prévio.

Art. 181 Em locais onde houver a presença de fontes de calor excessivo, deverão ser implementados dispositivos especiais de proteção para mitigar os efeitos desse calor.

Art. 182 Deverá existir, nos locais de trabalho, um compartimento destinado a socorros de urgência (primeiros socorros), com área mínima de 6,00 m² (seis metros quadrados) e as paredes revestidas com material resistente, impermeável e lavável até a altura mínima de 2,00 m (dois metros).

Art. 183 Nos locais de trabalho que empreguem mais de 30 (trinta) mulheres com idade superior a 16 (dezesseis) anos, será obrigatória a manutenção de um recinto apropriado, destinado à guarda e assistência dos filhos das empregadas durante a fase de amamentação.

Parágrafo único. Este recinto deverá ser composto, no mínimo, pelos seguintes compartimentos e áreas:

I. Berçário: Com área mínima de 8,00 m² (oito metros quadrados). Caso o número de mulheres exceda 50, esta área deverá ser acrescida de 2,00 m² (dois metros quadrados) para cada grupo adicional de 25 mulheres.

II. Sala de Amamentação: Com área mínima de 8,00 m² (oito metros quadrados).

III. Cozinha Dietética: Com área mínima de 4,00 m² (quatro metros quadrados).

IV. Compartimento Sanitário: Destinado à higiene das crianças, com área mínima de 3,00 m² (três metros quadrados).

Art. 184 A construção das instalações de assistência à amamentação (mencionadas no artigo anterior) será permitida fora dos limites da indústria, desde que a distância máxima do local de trabalho não ultrapasse 500 m (quinhentos metros), e a critério da autoridade sanitária competente.

Art. 185 Todas as chaminés deverão ter uma altura mínima de 5,00 m (cinco metros) acima da edificação mais alta existente em um raio de 50 m (cinquenta metros).



Parágrafo único. As chaminés deverão ser equipadas com câmaras de lavagem para os gases de combustão e detentores de fagulha, além de outros equipamentos exigidos pela Prefeitura Municipal em função da poluição que possam gerar.

Art. 186 Equipamentos industriais que gerem vibrações devem ser instalados em fundação distinta da estrutura principal da edificação, sendo esta tratada para evitar a propagação da vibração.

CAPÍTULO XXIX
DAS CONDIÇÕES APLICÁVEIS AOS LOCAIS DE TRABALHO EM CONSTRUÇÕES COMERCIAIS

Art. 187 Locais de trabalho comercial, além das normas gerais deste Código, devem seguir estas especificações:

I. Estrutura e Vedações: A estrutura, paredes, pisos, escadas e rampas devem ser construídos com material incombustível.

II. Cobertura: Deve ser de material incombustível, impermeável e com SOCIA condutibilidade térmica.

III. Pé-direito: O pé-direito mínimo permitido será de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros), aplicando-se esta medida tanto à parte inferior quanto à superior dos jirais (mezaninos).

IV. Iluminação Natural: A área destinada à iluminação natural não deverá ser inferior a 1/8 (um oitavo) da área total do respectivo piso, incluindo a área ocupada pelo jirau, quando este existir.

V. Ventilação Natural: A área total de abertura para ventilação não poderá ser inferior a 2/3 (dois terços) da superfície de iluminação natural.

Art. 188 As escadas e rampas internas que interligam lojas localizadas em pavimentos distintos deverão ter largura mínima calculada na proporção de 1 (um) centímetro para cada 2,00 m² (dois metros quadrados) da área do piso de maior dimensão, respeitando a largura mínima absoluta de 1,20 m (um metro e vinte centímetros).

§ 1º As escadas e rampas deverão cumprir, adicionalmente, todas as condições de segurança e dimensionamento estabelecidas nos itens I, II, III e IV do Artigo 173 deste Código.

§ 2º Será permitida a construção de escadas do tipo "caracol" com largura mínima de 0,60 m (sessenta centímetros), desde que estas liguem apenas o piso da loja ao jirau (mezanino) e que este jirau não seja destinado ao uso público.

Art. 189 É vedada a comunicação direta entre as lojas e quaisquer dormitórios ou compartimentos sanitários.

Art. 190 Todas as lojas deverão dispor de compartimentos sanitários destinados a seus funcionários, separados por sexo e dotados, no mínimo, da seguinte proporção: 1 (uma) latrina e 1 (um) lavatório para cada 100 m² (cem metros quadrados) de área útil. Estes sanitários poderão estar localizados no mesmo pavimento da loja ou no pavimento imediatamente superior ou inferior.

§ 1º Lojas com área útil superior a 500 m² (quinhentos metros quadrados) deverão, adicionalmente, prover compartimentos sanitários destinados ao público, separados por sexo, observando-se as seguintes condições mínimas:

I. Setor Feminino: Mínimo de 1 (uma) latrina e 1 (um) lavatório para cada 250 m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) de área útil ou fração.

II. Setor Masculino: Mínimo de 1 (uma) latrina, 2 (dois) mictórios e 1 (um) lavatório para cada 250 m² de área útil ou fração.

CAPÍTULO XXX
DAS GALERIAS

Art. 191 As galerias cobertas de circulação interna em edifícios — com acesso ou não a estabelecimentos comerciais — que interliguem pontos distintos de uma mesma rua ou de ruas diferentes, deverão possuir largura mínima livre correspondente a um décimo da área total da galeria, respeitando-se o mínimo de 6,00 (seis) metros, além de pé-direito mínimo de 3,00 (três) metros.

§1º Acesso Único: Quando a galeria interna possuir apenas um acesso, a largura mínima, livre e desimpedida, será de 8,00 metros.

§2º Níveis Diferentes e Equipamentos de Fluxo: Se os acessos da galeria interna estiverem em níveis distintos (necessitando de escadas ou rampas rolantes para a ligação), a largura mínima, livre e desimpedida, deverá ser de 8,00 metros.

§3º Escadas de Emergência/Fixas: A instalação de escadas ou rampas rolantes (conforme § 2º) não substitui a obrigatoriedade de construir escadas comuns ou rampas fixas, que devem atender a todas as demais exigências deste Código.

Art. 192 A iluminação das galerias poderá ser feita exclusivamente pelos vãos de acesso, desde que seu comprimento seja igual ou inferior a cinco (5) vezes a largura do pé-direito.

§1º Quando o comprimento ultrapassar esse limite, deverá ser prevista iluminação adicional conforme o artigo 4º, sendo que as aberturas iluminantes deverão possuir área mínima equivalente a 1/6 da área da parte da galeria não iluminada pelo vão de acesso.

§2º Pelo menos metade da área iluminante exigida deverá ser destinada à ventilação da galeria.

Art. 193 Os estabelecimentos comerciais iluminados e ventilados pelas galerias deverão possuir área mínima de iluminação correspondente a 1/5 da área útil de seus pisos, sendo que a área de ventilação não poderá ser inferior a 2/3 da área iluminante. Além disso, a profundidade das lojas não poderá exceder a largura da galeria.

Parágrafo único. Caso esses limites não sejam observados, os estabelecimentos comerciais deverão cumprir o disposto no artigo 108 deste Código.

Art. 194 As galerias poderão ser utilizadas como acesso aos demais pavimentos do edifício ou de edifícios adjacentes.

Art. 195 A ventilação dos compartimentos sanitários de estabelecimentos comerciais não poderá ser realizada através da galeria.

Art. 196 Todos os compartimentos sanitários, independentemente de sua destinação, deverão possuir condições adequadas de ventilação e iluminação, conforme as exigências deste Código.

Art. 197 Os vãos de acesso das galerias deverão ser dotados de dispositivos de vedação que permitam seu fechamento.

Art. 198 A inclinação máxima permitida para o piso das galerias será de 3% (três por cento).

CAPÍTULO XXXI
DOS HOTÉIS E ESTABELECIMENTO SIMILARES

Art. 199 Os dormitórios de hotéis e estabelecimentos similares deverão atender às seguintes condições mínimas:

I. Possuir uma área útil mínima de 10 m² (dez metros quadrados).

II. Dispor de lavatório com água corrente quando o dormitório não possuir compartimento sanitário privativo.

Art. 200 Todas as paredes divisórias internas dos estabelecimentos deverão se estender até encontrar o forro (teto) para garantir isolamento e vedação adequados.

Art. 201 Deverão ser providos compartimentos sanitários independentes para ambos os sexos, na proporção mínima de um (1) para cada cinco (5) dormitórios por pavimento, devendo cada compartimento incluir, obrigatoriamente, latrina, lavatório e chuveiro.

Art. 202 Deverão existir compartimentos sanitários destinados ao uso exclusivo do pessoal de serviço, seguindo a proporção e as indicações estabelecidas no Artigo 175 (a ser consultado na legislação).

Art. 203 A copa e a cozinha deverão possuir uma área mínima de 10 m² (dez metros quadrados), cada uma.

Parágrafo único. Quando a copa atender a um único pavimento, a área mínima exigida será de 6m² (seis metros quadrados).

Art. 204 As paredes internas das copas, cozinhas, despensas e lavanderias deverão observar as exigências técnicas estabelecidas nos Artigos 132 e 133 (relativas a revestimento, impermeabilidade, etc.).

Art. 205 Além dos compartimentos mencionados nos artigos anteriores, os hotéis deverão dispor, obrigatoriamente, das seguintes instalações:

I. Vestibulo com espaço destinado à portaria.

II. Salas separadas para estar e leitura.

III. Vestiário destinado aos empregados, obedecidas as condições e proporções do Artigo 177.

Art. 206 Se os hotéis e estabelecimentos similares possuírem restaurantes próprios, estes deverão cumprir todas as exigências deste Código que lhes sejam aplicáveis.

CAPÍTULO XXXII
DOS RESTAURANTES, BARES E ESTABELECIMENTOS CONGÊNERES

Art. 207 É vedada a ligação direta de cozinhas, copas, despensas e locais de consumo com compartimentos sanitários ou com áreas destinadas à habitação (residências).

Art. 208 Os restaurantes, bares e estabelecimentos congêneres deverão possuir compartimentos sanitários para uso público, separados por sexo, obedecendo as seguintes proporções mínimas

compartimentos sanitários destinados exclusivamente aos seus empregados, separados por sexo e dotados, no mínimo, de uma latrina e dois micetórios para cada 100m² (cem metros quadrados) de área útil total do estabelecimento.

Art. 210 Os restaurantes deverão possuir um vestiário para empregados com área mínima de 8m² (oito metros quadrados). Este vestiário não poderá servir como passagem obrigatória e deverá obedecer às demais condições de higiene e ventilação do Artigo 177.

Art. 211 Os pisos e as paredes internas (até a altura mínima de 2,00 m - dois metros) de copas, cozinhas e despensas deverão ser revestidos de material liso, impermeável e resistente (para facilitar a higiene).

Art. 212 A área mínima exigida para as cozinhas será de 10m² (dez metros quadrados).

CAPÍTULO XXXIII LOCAIS PARA MANIPULAÇÃO E VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E BEBIDAS EM GERAL

Art. 213 Os locais destinados à manipulação e à venda de produtos alimentícios em geral deverão obedecer às exigências estabelecidas nos Artigos 187 a 190 e a todas as prescrições deste Código que lhes forem aplicáveis.

Art. 214 Os locais destinados exclusivamente à venda de produtos alimentícios em geral deverão cumprir as seguintes condições:

I. As paredes internas deverão ser revestidas com material resistente, impermeável e lavável, atingindo uma altura mínima de 2,00 m (dois metros).

II. Os pisos deverão ser revestidos com material resistente, impermeável e lavável.

III. Possuir área útil mínima de 15m² (quinze metros quadrados) e largura mínima de 3,00m (três metros).

Art. 215 Os locais destinados à manipulação de gêneros alimentícios em geral deverão obedecer às seguintes condições, visando à máxima higiene:

I. As paredes internas deverão ser revestidas com material resistente, impermeável e lavável, até a altura mínima de 2,00m (dois metros).

II. Os ângulos (cantos) formados pelas paredes deverão ser arredondados (curvos) para facilitar a limpeza.

III. Os pisos deverão ser revestidos de material resistente, impermeável e lavável.

IV. As janelas, portas e demais aberturas deverão ser dotadas de dispositivos que impeçam a entrada de insetos (telas).

V. Os forros (tetos) deverão ser confeccionados em material incombustível.

VI. Possuir área mínima de 20m² (vinte metros quadrados) e largura mínima 4,00m (quatro metros).

Art. 216 Os locais destinados à venda e manipulação de carne e pescado deverão atender às seguintes condições estruturais e sanitárias:

I. Possuir, no mínimo, uma porta que abra diretamente para o logradouro público ou para um corredor de acesso privativo.

II. Ter garantida a renovação permanente do ar através de dispositivos de ventilação forçada ou pelas próprias portas dotadas de grade metálica.

III. Dispor de câmara frigorífica.

IV. As paredes internas deverão ser revestidas com material resistente, impermeável e lavável até a altura de 2,00m (dois metros), e a área restante até o forro deverá ser pintada com tinta impermeável e lavável.

V. Os ângulos (cantos) formados pelas paredes deverão ser arredondados (curvos).

VI. Os forros (tetos) deverão ser de material incombustível (à prova de fogo).

VII. Dispor de ponto de escoamento de água e ralo no piso.

VIII. Os pisos deverão ser revestidos de material resistente, impermeável e lavável, com declividade suficiente para o fácil escoamento das águas de lavagem para o ralo.

IX. Possuir área útil mínima de 20m² (vinte metros quadrados).

X. Não possuir comunicação direta com compartimentos sanitários ou com compartimentos residenciais.

Art. 217 Os entrepostos de carne (locais de distribuição) estão sujeitos às mesmas disposições sanitárias e estruturais referentes aos açougues, bem como às demais regras deste Código que lhes sejam aplicáveis.

CAPÍTULO XXXIV DOS MERCADOS E SUPERMERCADOS

Art. 218 Mercado é o estabelecimento destinado à venda a varejo de todos os gêneros alimentícios e, subsidiariamente, de artigos de uso doméstico, explorado por diversas pessoas físicas ou jurídicas (condomínio ou cooperativa de lojistas).

Art. 219 Os locais destinados a Mercados deverão obedecer às seguintes condições estruturais:

I. Possuir passagens pavimentadas com largura mínima de 4,00m (quatro metros), que permitam a entrada e a fácil circulação interna de veículos para entrega de mercadorias.

II. Ter um recuo frontal dos alinhamentos de, no mínimo, 8,00 m (oito metros). Este recuo deve ser pavimentado conforme as normas da Prefeitura e não pode ser separado do logradouro público por muretas ou qualquer tipo de barreira.

III. Apresentar pé-direito mínimo de 4,00m (quatro metros). Contudo, quando houver sistema de condicionamento de ar, o pé-direito mínimo poderá ser reduzido para 3,00m (três metros).

IV. A área total de iluminação natural deve ser de, no mínimo, 1/5 (um quinto) da área útil, com os vãos dispostos de forma a proporcionar iluminação natural uniforme.

V. A área total mínima de ventilação natural deve ser igual à metade da superfície de iluminação natural, exceto nos casos em que haja condicionamento ou renovação mecânica de ar.

VI. Possuir compartimentos sanitários separados por sexo, na proporção de uma latrina e um lavatório para cada 100 m² (cem metros quadrados) de área útil.

VII. Dispor de compartimentos destinados à administração e à fiscalização.

VIII. Ter um reservatório de água com capacidade mínima correspondente a 30l/m³ (trinta litros por metro quadrado) de área construída, além do volume reservado para combate a incêndio.

Deve, ainda, ter equipamentos adequados contra incêndio instalados conforme as prescrições do comando da unidade de Bombeiros a que pertence o Município.

IX. Dispor de câmara frigorífica suficiente para atender às necessidades de conservação do mercado.

X. Ter área de estacionamento com dimensão mínima igual à sua área útil, sendo os recuos de frente considerados como parte dessa área de estacionamento.

Art. 220 Os diversos locais internos destinados à venda dos tipos de mercadoria deverão satisfazer as exigências deste Código que lhes forem aplicáveis, de acordo com o gênero de comércio explorado.

Parágrafo único. Os locais especificados no caput (box, stands) deste artigo deverão ter uma área mínima de 3,00m² (três metros quadrados) e largura mínima de 2,00m (dois metros).

Art. 221 Supermercado é o estabelecimento que comercializa a varejo gêneros alimentícios e, subsidiariamente, artigos de uso doméstico, sendo explorado por uma única pessoa física ou jurídica sob o sistema de autoatendimento.

§ 1º "Autoatendimento" é o sistema de vendas que permite ao próprio comprador realizar a seleção e a coleta das mercadorias sem a intervenção direta de empregados.

§ 2º A área útil destinada à venda de gêneros alimentícios, incluindo bebidas, deverá atingir, no mínimo, 2/3 (dois terços) da área útil total destinada às vendas. Fica vedada à parte interessada a venda de bebidas alcoólicas "à modo botequim" (para consumo no local). A fiscalização cabe à Prefeitura, e o infrator estará sujeito às penalidades estipuladas pelo Município.

Art. 222 Os locais destinados a Supermercado deverão obedecer às seguintes condições estruturais e sanitárias:

I. Ter pé-direito mínimo de 4,00 m (quatro metros), exceto em casos com condicionamento de ar, onde o pé-direito mínimo poderá ser de 3,00 m (três metros).

II. A área de iluminação natural deve ser de, no mínimo, 1/5 (um quinto) da área total, com vãos dispostos para garantir iluminação natural uniforme.

III. A área total mínima de ventilação deve ser igual à metade da superfície de iluminação natural, salvo se houver condicionamento ou renovação mecânica do ar.

IV. Possuir compartimentos sanitários separados por sexo, na proporção de uma latrina e um lavatório para cada 100m² de área útil, sendo proibida a comunicação direta com o salão de vendas ou depósito de alimentos.

V. Ter instalações e equipamentos adequados contra incêndio, em conformidade com as prescrições do comando da unidade de Bombeiros do Município.

VI. Dispor de câmara frigorífica suficiente para as necessidades do supermercado.

VII. Os pisos das lojas, depósitos, banheiros, vestiários, escadas e rampas deverão ser de material liso, impermeável e resistente.

VIII. Nos locais destinados à manipulação e venda de carne e pescado, deve haver ponto de água e ralo sifonado.

IX. As paredes internas desses locais (carne/pescado) devem ser revestidas com material impermeável e lavável até a altura mínima de 2,00m (dois metros) e os cantos devem ser arredondados.

X. A área mínima destinada às vendas deve ser de 200m² (duzentos metros quadrados).

XI. Dispor de vestiário destinado aos empregados, obedecidas as condições e proporções do Artigo 177 deste Código.

XII. Ter área de estacionamento com dimensão mínima igual à sua área útil.

CAPÍTULO XXXV

DAS FARMÁCIAS, DROGARIAS, LABORATÓRIOS DE ANALISE E PESQUISA, INDUSTRIAS QUÍMICA E FARMACÊUTICA.

Art. 223 As farmácias deverão ter, no mínimo, os seguintes compartimentos:

I. Um destinado à exposição e vendas (loja) dos produtos.

II. Um destinado ao laboratório de manipulação.

III. Um destinado a compartimento sanitário, o qual não poderá ter comunicação direta com as demais dependências do estabelecimento.

Art. 224 Os locais destinados às farmácias deverão obedecer às seguintes condições gerais:

I. Ter todos os pisos de material liso, impermeável e resistente.

II. Ter as paredes internas revestidas, até a altura mínima de 2,00 m (dois metros) com material impermeável e lavável.

III. O laboratório deve cumprir as seguintes condições específicas:

a) Ter área útil mínima de 12m² (doze metros quadrados)

b) A área para iluminação natural não pode ser inferior a 1/5 (um quinto) do respectivo piso.

c) A área total de abertura para ventilação não pode ser inferior a 2/3 da superfície de iluminação natural.

d) As paredes internas devem ser revestidas, até a altura mínima de 2,00 m (dois metros) com material cerâmico liso vidrado ou equivalente.

e) Ter filtro e pia com água corrente.

f) A banca destinada ao preparo de drogas deve ser revestida de material de fácil limpeza e resistente à ação de ácidos.

IV. Obedecer, no que lhes for aplicável, às exigências dos Artigos 187 a 190 (relativos a condições gerais de estabelecimentos de saúde/comércio).

Art. 225 Para efeitos deste Código, "Drogaria" é o estabelecimento comercial destinado exclusivamente à venda de produtos farmacêuticos já manufaturados (industrializados).

Art. 226 As drogarias deverão seguir as normas relativas às farmácias no que lhes for comum, mas não terão, obrigatoriamente, a exigência do compartimento destinado a laboratório.

Art. 227 Caso a farmácia ou drogaria ofereça serviço de aplicação de injeção, este poderá ser realizado no próprio laboratório ou em um compartimento isolado que obedeça às exigências dos itens I, II, III b'e e III 'c' do Artigo 224, e que tenha área útil mínima de 2,00 (dois metros) e largura mínima de 1,00 (um metro).

Art. 228 Laboratórios clínicos (análises e pesquisas) devem ter:

I. Piso liso, impermeável, resistente a ácidos e com ralos sifonados.

II. Paredes internas revestidas até 2,00 m (dois metros) com cerâmica lisa vidrada.

III. Filtro e pia com água corrente.

IV. Bancas de trabalho resistentes a ácidos e fáceis de limpar.

V. Obedecer às regras dos Artigos 187 a 190.

VI. Área mínima de 12m² (doze metros quadrados)

VII. Iluminação e ventilação nas proporções definidas no Art. 224.

Art. 229 Laboratórios industriais (químicos e farmacêuticos) devem seguir as mesmas exigências de revestimento e bancadas dos laboratórios clínicos (Art. 228, itens III e IV).

CAPÍTULO XXXVI DAS ESCOLAS

Art. 230 As salas de aula deverão obedecer às seguintes condições técnicas:

I. Índices mínimos de área por aluno:

a) Salas comuns 1,20 m² por aluno;

b) Salas de desenho: 2,00 m² por aluno;

c) Salas de estudo ou leitura: 1m² por aluno;

d) Salas de trabalhos manuais: 1,50m² por aluno.

II. Ter pé-direito médio de 3,00 (três metros) e mínimo de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros) em qualquer ponto.

III. A maior dimensão da sala deve ser, no máximo, 1,50 vezes a menor dimensão. Esta exigência pode ser dispensada para salas de aula especializadas, desde que a exceção seja devidamente justificada.

IV. Ter sistema de ventilação mecânica que permita a renovação de 20,00m³ de ar por pessoa/hora, ou ventilação natural por abertura equivalente a 1/7 da área do piso.

V. A área mínima de iluminação natural deve ser igual a 1/5 da área do piso.

VI. As paredes internas devem ser revestidas ou pintadas com material impermeável, lavável e resistente, com acabamento em cor clara e fosca (não brilhante).

VII. Os pisos devem ser revestidos de material que proporcione isolamento térmico, como madeira, plástico, borracha, cerâmica ou similar.

VIII. O forro (teto) deve ser de material resistente e isolante térmico.

IX. Não será admitida iluminação unilateral direita ou bilateral adjacente, devendo os vãos de iluminação estar localizados no lado de maior dimensão da sala.

X. Os peitorais dos vãos de iluminação (janelas) devem estar situados a 1,30 m (um metro e trinta centímetros) do respectivo piso.

XI. As portas devem ter largura mínima de 0,90 m (90 centímetros) e altura mínima de 2,00 m (dois metros).

XII. A iluminação artificial mínima deve proporcionar o seguinte nível de aclaramento (medido em lux) no plano das mesas e carteiras:

a) Salas comuns: 200 lux

b) Salas de desenho: 350 lux

c) Salas de estudo e leitura: 300 lux

d) Salas de trabalhos manuais: 350 lux

Parágrafo Único O aclaramento (luminosidade) deve ser uniforme, proveniente de luz branca, e sem efeito estroboscópico (cintilante).

Art. 231 A largura mínima dos corredores será de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros). Esta medida deverá ser calculada à razão de 1cm (um centímetro) por aluno que deles se utilizar, conforme a lotação.

Parágrafo Único. Se houver a instalação de armários ao longo dos corredores, será exigido um acréscimo de 50cm (cinquenta centímetros) na largura para cada lado onde houver armários.

Art. 232 As escadas e rampas internas deverão ter largura mínima de 1,5m (um metro e cinquenta centímetros). O dimensionamento deve ser calculado à razão de 1cm (um centímetro) por aluno da lotação prevista para os pavimentos superiores e que delas dependem.

§ 1º As escadas não poderão possuir trechos em leques (degraus triangulares).

§ 2º As rampas não poderão ter declividade superior a 10%.

Art. 233 Os auditórios deverão ter área mínima equivalente a 80m² (oitenta centímetros quadrados) por aluno matriculado no estabelecimento de ensino, considerando o turno de maior frequência.

§ 1º A garantia da perfeita visibilidade para todos os espectadores deverá ser comprovada por meio de gráfico justificativo (projeto).

§ 2º Os auditórios deverão obedecer às determinações contidas nos itens II, III, IV, V, VI, VII e VIII do Artigo 230 (relativos a pé-direito, dimensões, ventilação, iluminação, paredes, pisos e forros).

Art. 234 A largura mínima de qualquer porta de acesso ao auditório será de 1,2m (um metro e vinte centímetros) e a altura mínima de 2,20m (dois metros e vinte centímetros).

Parágrafo Único A soma total da largura das portas de saída deverá ser equivalente a 1cm (1 centímetro) por pessoa prevista na lotação máxima do auditório.

Art. 235 As escolas deverão dispor de compartimentos sanitários separados por sexo em cada pavimento, obedecendo às seguintes condições, além das gerais já estabelecidas neste Código:

I. Ter uma latrina (vaso sanitário) para cada 25 alunos do sexo feminino.

II. Ter uma latrina e um micetório para cada 40 alunos do sexo masculino.

III. Ter um lavatório (pia) para cada 40 alunos de ambos os sexos.

IV. As portas dos boxes das latrinas devem ter vão livre inferior a 0,15m (quinze centímetros) e superior a 0,30m (trinta centímetros) na parte inferior (cháon).

V. Os sanitários não podem ter comunicação direta com salas de aula. Caso sejam construídos separadamente do corpo principal da escola, devem ter passagem coberta para ligação.

Art. 236 Quando houver cozinha e copa nas escolas, elas deverão obedecer às exigências mínimas fixadas para tais compartimentos no Capítulo XXXI ("Hotéis e estabelecimentos similares").

Art. 237 Os reservatórios de água das escolas deverão ter capacidade mínima equivalente a 40 (quarenta) litros por aluno, considerando a lotação máxima do estabelecimento.

Parágrafo único. No caso de internatos, a capacidade mínima dos reservatórios será acrescida de mais 100 (cem) litros para cada aluno interno.

Art. 238 Em cada pavimento, deverá ser instalado um bebedouro de água filtrada de jato inclinado e com guarda protetora, na proporção mínima de um (1) para cada 50 alunos, por período de aula.

Parágrafo único. Os bebedouros não poderão ser instalados dentro dos compartimentos sanitários.

Art. 239 As escolas primárias e ginasiais deverão ter recreio coberto com área mínima igual a 1/3 (um terço) da superfície total das salas de aula.

Art. 240 Quando houver internato, deverão ser observadas as condições sanitárias e estruturais

referentes às habitações, além das exigências estabelecidas neste Código para as construções destinadas a fins especiais, no que lhes for aplicável.

Art. 241 As salas destinadas ao serviço médico e dentário (ambulatório) deverão obedecer às seguintes condições:

I. Ter cada sala área mínima de 12m² (doze metros quadrados).

II. Estarem localizadas, obrigatoriamente, no pavimento térreo.

III. Não terem comunicação com outras dependências da escola, exceto com o saguão de entrada e corredores.

Art. 242 As escolas deverão ter comunicação direta entre as áreas de fundo e o logradouro de uso público (rua), por meio de uma passagem com largura e altura mínima de 3,00m (três metros).

CAPÍTULO XXXVII HOSPITAIS E ESTABELECIMENTOS CONGÊNERES

Art. 243 Os hospitais e estabelecimentos congêneres (clínicas e casas de saúde) deverão obedecer aos seguintes recuos mínimos de afastamento:

I. 10,0 m (dez metros) dos alinhamentos dos logradouros de uso público (ruas).

II. 5,0 m (cinco metros) das demais divisas do lote.

Art. 244 Os quartos e as enfermarias deverão obedecer às seguintes condições mínimas de conforto e higiene:

I. As janelas deverão garantir insolação direta durante, no mínimo, duas horas, entre 9:00h e 16:00h, no dia mais curto do ano (solstício de inverno).

II. Ter pé-direito de 3,00 m (três metros).

III. Ter portas de acesso com 1,00m (um metro) de largura por 2,00m (dois metros) de altura.

IV. Ter área útil mínima de 8,0m² (oito metros quadrados) quando destinados a um só leito.

V. Ter área útil mínima de 14,0 m² (quatorze metros quadrados) quando destinados a dois leitos.

VI. Nas enfermarias com mais de dois leitos:

a) Ter área útil de 6,0m² (seis metros quadrados) por leito para adultos.

b) Ter área útil de 3,5m² (três metros quadrados e meio) por leito para crianças (enfermaria de criança).

c) O número máximo de leitos em um só compartimento não poderá exceder a 8 (oito).

VII. Ter largura mínima de 2,5 m (dois metros e cinquenta centímetro).

VIII. Ter área de iluminação natural igual a 1/5 da área do respectivo piso.

IX. Ter área de ventilação igual a 2/3 da área de iluminação natural.

X. As paredes internas deverão ser revestidas ou pintadas com material impermeável, lavável e resistente, com cantos arredondados e acabamento em cor clara e fosca (não brilhante).

XI. O piso deve ser revestido com material que proporcione isolamento térmico (madeira, plástico, borracha, cerâmica ou similar).

XII. O forro (teto) deve ser de material resistente e isolante térmico.

XIII. Ter rodapés que formem cantos arredondados na junção entre paredes e pisos.

XIV. Possuir lavatório nos quartos de doentes que não disponham de compartimento sanitário privativo.

Art. 245 Para cada conjunto de até 24 leitos por pavimento, deverá ser instalada uma copa com área mínima de 8m² (oito metros quadrados) devendo obedecer às exigências de revestimento e higiene dos Artigos 132 e 133.

Art. 246 As salas de operação, anestesia e guarda aparelhos (de anestesia, gases anestésicos ou oxigênio) deverão ter o piso convenientemente protegido contra o perigo de descarga de eletricidade estática. Todas as tomadas de corrente, interruptores ou aparelhos elétricos instalados deverão ser do tipo que não produzam faíscas (à prova de explosão).

Art. 247 As paredes das salas de operação deverão ser revestidas ou pintadas com material impermeável, lavável e resistente a lavagens frequentes, sendo todos os cantos arredondados.

Art. 248 A iluminação artificial mínima nas salas de operação deve ser de 450 lux no piso, 6.000lux na mesa de alta cirurgia e 3.000lux na mesa de pequena cirurgia.

Art. 249 Pisos e paredes (até 1,50 m – um metro e cinquenta centímetros) de salas auxiliares de enfermagem devem ser revestidos com material impermeável, lavável e resistente.

Art. 250 Os banheiros coletivos para pacientes (por andar) devem ser separados por sexo e ter: I. 1 vaso e 1 pia para cada 8 leitos.

II. 1 banheira ou 1 chuveiro para cada 12 leitos.

§ 1º Quartos com banheiro privativo não entram nessa contagem.

§ 2º Banheiros coletivos não podem ter ligação direta com enfermarias, copas ou cozinhas.

Art. 251 Deve haver banheiros para empregados (por andar) separados por sexo, na seguinte proporção por turno (a cada 20 empregados):

I. Masculino: 1 vaso e 1 micetório.

II. Feminino: 2 vasos e 1 pia.

III. Chuveiro: 1 para cada 10 empregados (separado por sexo).

§ 1º Os boxes das latrinas devem ter portas que impeçam a visibilidade.

§ 2º As regras sanitárias para locais de trabalho (Capítulo XXVIII) devem ser seguidas.

Art. 252 Hospitais devem ter vestiários para empregados separados por sexo, com armários individuais de 2 compartimentos (0,30m larg x 0,40m prof. x 1,20m alt.).

§1º A área mínima do vestiário é de 8m² (oito metros quadrados) com afastamento de 1,35m entre as frentes dos armários.

§2º Vestiários não podem ser corredores de passagem obrigatória.

Art. 253 A área mínima das cozinhas será de 15m² (quinze metros quadrados). O dimensionamento deve ser calculado à razão de 0,75m² (setenta e cinco centímetros quadrados) para cada leito, até o limite máximo de 200 leitos. Acima desse limite, a área mínima da cozinha será de 150 m².

Parágrafo único. Para efeito deste artigo, entende-se como cozinha o conjunto dos compartimentos destinados à despensa, preparo, cozimento dos alimentos e lavagem de louças e utensílios.

Art. 254 Caso a cozinha esteja localizada acima do 2º pavimento, deverá haver um elevador de serviço independente para uso exclusivo da cozinha e de toda a área diretamente ligada ao preparo da alimentação do hospital.

passagens obrigatórias de pacientes e visitantes.

Art. 264 Os hospitais e estabelecimentos congêneres deverão ter, no mínimo, um quarto destinado exclusivamente ao isolamento de pacientes ou suspeitos de portarem doenças infectocontagiosas, de modo que os pacientes fiquem separados conforme o tipo de infecção. **Parágrafo único.** O quarto de isolamento referido neste artigo deve possuir compartimento sanitário privativo e pelo menos uma janela envidraçada voltada para corredor, vestíbulo ou passagem, que permita a visita aos doentes sem contato direto com eles.

Art. 265 Nos hospitais que possuam seção de maternidade, deverão ser observadas as seguintes condições adicionais:

I. Ter uma sala de trabalho de parto para cada 15 leitos de parturientes.

II. Ter uma sala de parto para cada 25 leitos de parturientes.

III. Ter sala de operação (cirurgia), caso não exista outra sala para a mesma finalidade no hospital.

IV. Ter sala de curativo específica para operações sépticas (infectadas).

V. Ter um quarto exclusivo para isolamento de pacientes infectados.

VI. Ter um quarto exclusivo para períodos "pós-operatório".

VII. Ter seção de berçário (creche hospitalar).

Art. 266 As seções de berçários deverão ser subdivididas em unidades que contenham duas salas com capacidade máxima de 12 (doze) berços em cada, e duas salas anexas destinadas ao exame e higiene das crianças.

§ 1º O número total de berços do berçário deve ser igual ao número de leitos destinados às parturientes.

§ 2º Para o isolamento de casos suspeitos ou contagiosos, deverá existir um número de berços correspondente a, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de berços da maternidade, constituindo uma unidade de berçário independente.

Art. 267 Todos os hospitais deverão dispor de um local destinado ao velório que obedeça às seguintes condições:

I. Ter sala de velório com área mínima de 15m² (quinze metros quadrados).

II. Possuir compartimentos sanitários independentes para ambos os sexos (masculino e feminino).

III. Ter antessala (área de recepção) com área mínima de 20m² (vinte metros quadrados).

IV. O prédio deverá ter recuos mínimos de 10,00m (dez metros) dos terrenos vizinhos.

CAPÍTULO XXXVIII DOS LOCAIS DE REUNIÃO

Art. 268 Para efeito deste Código, Locais de Reunião são aqueles onde há o encontro de pessoas com qualquer finalidade, tais como: recreativa, cultural, educacional, religiosa, social, esportiva, entre outras.

Art. 269 Os Locais de Reunião deverão obedecer às seguintes condições de segurança e infraestrutura:

I. A construção deve ser de material incombustível, excetuando-se esquadrias, lambris (revestimentos), cortimões e pisos, que poderão ser de madeira ou material similar.

II. A estrutura do telhado também deve ser de material incombustível, exceto se o forro for de laje de concreto armado ou de outro material igualmente incombustível.

III. Devem ser dotados de aparelhamento mecânico de renovação de ar ou de ar-condicionado, quando o recinto necessitar ser mantido fechado:

a) O aparelhamento mecânico deve renovar 50 m³ (cinquenta metros cúbicos) de ar por hora e por pessoa, com insuflação e retirada uniformemente distribuídas, em conformidade com as normas técnicas pertinentes.

b) A instalação de ar-condicionado deverá seguir as exigências da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

IV. Ter compartimentos sanitários separados para ambos os sexos, na seguinte proporção por lotação:

a) Para Homens: uma latrina para cada 250 pessoas e um mictório e um lavatório para cada 150 pessoas.

b) Para Mulheres: uma latrina e um lavatório para cada 100 pessoas.

c) Para Empregados: uma latrina e um lavatório para cada 20 empregados.

§ 1º Para o cálculo das exigências de ventilação (item III) e sanitárias (item IV), a lotação será determinada de acordo com os seguintes índices mínimos de ocupação:

1) Ginásio, salões para patinação, boliche, etc.: 0,20 pessoa por metro quadrado.

2) Exposição e museus: 0,25 pessoa por metro quadrado.

3) Templos religiosos: 0,50 pessoa por metro quadrado.

4) Praça de esporte: 1,00 pessoa por metro quadrado.

5) Auditórios, salas de concerto, confrências e Salões de baile: 1,00 pessoa por metro quadrado.

Art. 270 Os corredores de saída (cobertos ou descobertos) deverão ter largura proporcional ao número provável de pessoas que por eles circularão, obedecendo às seguintes condições:

I. A largura total deve ser calculada à base de 1cm (um centímetro) por pessoa da lotação máxima, respeitada a largura mínima de 2,00m (dois metros) por corredor.

II. A largura total pode ser igual à metade da largura calculada no item anterior, desde que o corredor dê saída pelas suas duas extremidades, respeitando sempre a largura mínima de 2,00 m (dois metros)

Art. 271 Para o cálculo da largura exigida para os corredores de saída, será computada a soma da largura de todos os corredores, sejam eles de saída ou de entrada.

Art. 272 As portas de saída das salas de espetáculos e reuniões deverão obedecer às seguintes condições, visando a rápida evacuação:

I. Ter a largura total calculada na base de 1cm (um centímetro) por pessoa da lotação máxima, respeitada a largura mínima de 2m (dois metros) em cada porta.

II. A largura total das portas deve ser igual ou superior à soma das larguras de todos os corredores e saídas que levam a elas.

III. Todas as folhas das portas devem abrir no sentido do escoamento das salas, de modo a não obstruir os corredores de saída.

IV. Se houver vedação complementar (portas de enrolar, pantográficas, etc.), esta não poderá reduzir a largura total da porta de saída.

V. As portas voltadas diretamente para o logradouro público não poderão abrir sobre o passeio (calçada).

Art. 273 As passagens longitudinais e transversais dos locais de reunião que possuem assentos fixos deverão ter largura proporcional ao número provável de pessoas que por elas circularão no sentido do escoamento (lotação máxima), obedecendo às seguintes condições:

I. As passagens longitudinais terão largura mínima livre de 1m (um metro) e as transversais, 1,2m (um metro e vinte centímetros) sendo admitida a passagem de no máximo 100 pessoas no trecho considerado.

II. Para o cálculo da largura mínima de trechos onde passarão mais de 100 pessoas, será admitido um acréscimo de 1 cm (um centímetro) por pessoa excedente a 100.

Art. 274 O projeto de construção deve incluir um estudo gráfico que demonstre o provável escoamento das pessoas. Este estudo deve comprovar que as larguras de todos os trechos das passagens atendem às condições fixadas no Artigo 273.

Art. 275 As passagens dos locais de reunião não poderão ter degraus. A declividade máxima (inclinação) admitida é de 13% (treze por cento).

Art. 276 Se o local de reunião estiver situado em um pavimento que não seja o térreo, serão necessárias, no mínimo, duas escadas ou rampas, que deverão obedecer às seguintes condições: I. Ter acessos voltados para saídas independentes.

II. O lance final das escadas ou rampas deve estar voltado na direção da saída.

III. Ter largura mínima de 1,5m (um metro e cinquenta centímetros) para lotação de até 100 pessoas. Se a lotação ultrapassar este limite, a largura de cada escada ou rampa terá um acréscimo de 1 cm (um centímetro) por pessoa excedente.

IV. Ter patamar intermediário com largura igual ao seu comprimento, sempre que o número de degraus consecutivos for superior a 16.

V. Os degraus devem ter altura máxima de 17cm (dezesseis centímetros) e largura mínima de 30cm (trinta centímetros) na "linha de piso". A proporção deve seguir a fórmula L + 2A (largura + 2 vezes a altura) compreendida entre 62 cm e 64 cm.

VI. As rampas devem ter declividade contínua máxima de 12% (doze por cento)

VII. Devem ter corrimãos contínuos com altura entre 80cm (oitenta centímetros) e 90cm (noventa centímetros) protegendo as laterais.

Parágrafo Único Sempre que a largura de uma escada ou rampa for superior a 2,5m (dois metros e cinquenta centímetros), deverão ser instalados corrimãos intermediários de modo que a largura resultante entre corrimãos não seja maior que 1,5m (um metro e cinquenta centímetros).

Art. 277 - É permitida a construção de degraus em leque nas escadas em curva, desde que o raio mínimo do bordo interno seja de 3,5m (três metros e cinquenta centímetros) e que os degraus tenham largura mínima de 0,3m (trinta centímetros) na linha de piso -linha longitudinal distante 50cm (cinquenta centímetros) da borda interna.

Art. 278 O pé-direito mínimo dos locais de reunião será de 4,00m (quatro metros).

Parágrafo Único O pé-direito mínimo sob e sobre qualquer piso intermediário (mezaninos, camarotes) que abrigue público será de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros)

Art. 279 Os assentos (poltronas, cadeiras) das salas de reunião deverão ser dotados de braços laterais.

Art. 280 Quando a sala de reunião se destinar a espetáculos teatrais, cinematográficos, circo,se, radiofônicos, de televisão ou similares, os assentos deverão ser fixados no piso, obedecendo a um afastamento longitudinal mínimo de 1m (um metro) entre os encostos de duas poltronas consecutivas (profundidade da fila).

§ 1º As filas transversais de poltronas não poderão ter mais de 8 (oito) lugares quando terminarem contra a parede da sala.

§ 2º O número máximo de poltronas em cada fila será de 16 (dezesseis).

§ 3º Deve haver uma passagem livre (circulação) entre cada grupo de 15 filas transversais de poltronas, exceto se as filas estiverem encostadas à parede que não contenha porta de saída.

CAPÍTULO XXXIX DOS CINEMAS, TEATROS, AUDITÓRIOS, CIRCOS E PARQUES DE DIVERSÃO

Art. 281 - As cabines de projeção deverão obedecer às seguintes condições:

I. Ter área mínima de 6,00m² (seis metros quadrados) para uma única máquina de projeção, com acréscimo de 5,00 m² (cinco metros quadrados) para cada máquina excedente.

II. Ter pé-direito mínimo de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros).

III. Serem construídas de material incombustível, com porta metálica que abra para o lado externo.

IV. Serem isoladas acusticamente da sala de espetáculo e não possuírem aberturas voltadas para a mesma.

V. As aberturas de projeção e visores devem ser fechadas com material transparente e incombustível.

VI. Ter ventilação permanente, natural ou mecânica.

Art. 282 A largura da tela de projeção deverá ser, no mínimo, igual a 1/6 (um sexto) da distância entre a tela e a poltrona mais afastada.

Art. 283 Nos cinemas, as poltronas não poderão ser colocadas na área delimitada pela projeção da tela e por duas linhas que partem de suas extremidades, formando um ângulo de 120º (cento e vinte graus) com a mesma.

Art. 284 Nenhuma poltrona poderá ser colocada dentro da área delimitada por uma poligonal formada pelos seguintes cinco pontos: as duas extremidades da projeção da tela, dois pontos situados nas linhas que formam um ângulo de 120º (cento e vinte graus) com a projeção e distantes o equivalente à largura da tela, e um ponto situado sobre a linha normal ao eixo da tela e a uma distância igual à sua largura.

Art. 285 O feixe luminoso de projeção deverá passar, no mínimo, 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) acima de qualquer ponto do piso.

Art. 286 Nos cinemas, teatros e auditórios, as poltronas deverão ser assentadas sobre pisos planos horizontais, em degraus ou pequenos patamares.

§ 1º Nos cinemas e teatros será obrigatória a abertura de portas laterais e de emergência, devendo os proprietários afixar em locais visíveis letreiros luminosos indicando: "SAÍDA DE EMERGÊNCIA".

§ 2º Os cinemas e teatros já existentes ficam obrigados a atender a todas as exigências desta lei.

Art. 287 Os cinemas e auditórios deverão ter uma área destinada aos artistas com acesso direto e independente do exterior e da área reservada ao público, compreendendo camarins e instalações sanitárias separadas por sexo.

Art. 288 Os camarins individuais deverão obedecer às seguintes condições:

I. Ter área útil mínima de 3m² (três metros quadrados) com dimensão mínima de 1,5m (um metro e cinquenta centímetros).

II. Ter pé-direito mínimo de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros).

III. Ter abertura comunicando para o exterior ou serem dotados de renovação de ar.

IV. Ter um lavatório com água corrente.

V. Ter um compartimento sanitário independente para cada sexo (dotado de latrina, lavatório e chuveiro) para cada conjunto de 5 (cinco) camarins.

Art. 289 Além dos individuais, os teatros e auditórios deverão dispor de camarins coletivos, obedecendo às seguintes condições:

I. Ter, no mínimo, um para cada sexo, com área útil mínima de 20m² (vinte metros quadrados) e dimensão mínima de 2m (dois metros).

II. Ter pé-direito mínimo de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros).

III. Ter abertura comunicando para o exterior ou serem dotados de renovação de ar.

IV. Ter um lavatório com água corrente na proporção de um para cada 5m² (cinco metros quadrados) de área útil.

V. Ter um compartimento sanitário independente para cada sexo (dotado de latrina, lavatório e chuveiro) para cada 10m² (dez metros quadrados) de área útil.

Art. 290 Os depósitos de material cênico e cenários deverão estar localizados em compartimento totalmente construído de material incombustível, inclusive portas de acesso, sendo proibida sua situação sob o palco.

Art. 291 O piso do palco será de concreto, podendo ser usada madeira aparente apenas nas partes que, necessariamente, deverão ser móveis.

Art. 292 Se a lotação do teatro ou auditório for superior a 500 lugares, deverá haver, entre o palco e o recinto destinado ao público, uma cortina de vedação que obedeça às seguintes condições:

I. Impedir totalmente a passagem de chamas, fumaça e gases do palco para a plateia.

II. Resistir ao fogo durante, no mínimo, uma hora.

III. Resistir a uma pressão lateral mínima de 50kg/m² (cinquenta quilogramas por metro quadrado).

IV. Ser acionada por meio eletromecânico ou por gravidade.

V. Na descida, deve ter grande velocidade inicial, com frenagem progressiva e repouso sem choque sobre o piso do palco.

VI. Deve possuir também dispositivo manual para a descida.

Art. 293 Os circos de pano, parques de diversões e instalações congêneres de caráter transitório (temporário) deverão ser instalados conforme as condições especificadas, ficando expressamente proibido o uso de plástico ou outro material de fácil combustão para cobertura, divisões e revestimentos:

I. Estarem afastados de qualquer edificação por, no mínimo, 5m (cinco metros).

II. Estarem afastados de qualquer residência por, no mínimo, 60m (sessenta metros).

III. Ter compartimento sanitário independente para cada sexo, na proporção mínima de uma latrina para cada 100 espectadores, quando o funcionamento for autorizado por mais de 60 dias.

Parágrafo Único Este compartimento sanitário pode ser construído de madeira ou placas, mas o piso e as paredes (até 1,50 m de altura) deverão ser revestidos de material liso e impermeável.

CAPÍTULO XL DAS OFICINAS MECÂNICAS, POSTO DE SERVIÇO E DE ABASTECIMENTO PARA VEÍCULO

Art. 294 Os prédios destinados a oficinas mecânicas deverão obedecer às seguintes condições: I. Dispor de área coberta ou não suficiente para comportar os veículos em reparo, sendo proibido qualquer concerto em logradouro público.

II. Ter área mínima de 60m² (sessenta metros quadrados) para até dois veículos, com acréscimo de 25m² (vinte e cinco metros quadrados) para cada veículo excedente.

III. Ter pé-direito mínimo de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros), inclusive nas partes inferiores e superiores dos jirais (mezaninos).

IV. Dispor de dois acessos independentes com largura mínima de 4m (quatro metros) cada, ou um único acesso com largura mínima de 5m (cinco metros).

V. Possuir compartimento sanitário e demais dependências destinadas aos empregados em conformidade com as determinações deste Código (Capítulos XXVIII e XXIX, referentes a locais de trabalho).

VI. Fica expressamente proibida a construção ou instalação de oficinas mecânicas em bairros residenciais.

Art. 295 Os postos de serviço e abastecimento de veículos só poderão ser instalados em edifícios destinados exclusivamente a esse fim.

Parágrafo Único Serão permitidas atividades comerciais junto aos postos (como lojas de conveniência), somente quando localizadas no mesmo nível do logradouro público e possuírem acesso direto e independente.

Art. 296 As instalações de abastecimento (bombas) deverão distar, no mínimo, 4,00 m (quatro metros) do alinhamento do logradouro público e de qualquer ponto das divisas laterais e de fundo do lote, observadas as exigências de recuos maiores contidas na Lei de Zoneamento.

Parágrafo Único As bombas de combustível não poderão ser instaladas nos passeios (calçadas) de logradouros públicos.

Art. 297 As instalações para lavagem ou lubrificação deverão obedecer às seguintes condições: I. Estarem localizadas em compartimentos cobertos e fechados em, no mínimo, dois de seus lados.

II. As partes internas das paredes devem ser revestidas de material impermeável, liso e resistente a lavagens frequentes até a altura mínima de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros).

III. Ter pé-direito mínimo de 2,50 (dois metros e cinquenta centímetros), ou de 4,50m (quatro metros e cinquenta centímetros) quando houver elevador para veículos.

IV. As paredes externas devem ser fechadas em toda a altura ou possuir caixilhos fixos sem aberturas.

V. As aberturas de acesso devem distar, no mínimo, 6,00m (seis metros) dos logradouros públicos ou das divisas do lote.

VI. Ter um filtro de areia destinado a reter óleos e graxas provenientes da lavagem dos veículos, localizado antes do lançamento no coletor de esgoto (prevenção ambiental).

Art. 298 Os postos de serviço e abastecimento deverão ter, no mínimo, um compartimento sanitário independente para cada sexo (público).

Art. 299 Os postos deverão dispor de compartimentos sanitários e demais dependências para uso exclusivo dos empregados, em conformidade com as determinações deste Código (Capítulos XXVIII e XXIX, locais de trabalho).

Art. 300 A área não edificada dos postos será pavimentada em concreto, asfalto, paralelepípedo ou similar, com declividade máxima de 3% (três por cento) e sistema de drenagem que evite o escoamento de águas de lavagem para os logradouros públicos.

Art. 301 No alinhamento do terreno deverá haver uma mureta com 0,50m (cinquenta centímetros) de altura, para evitar a passagem de veículos sobre os passeios.

Parágrafo Único Os acessos (entradas/saídas) serão, no mínimo, dois, com largura livre de 7,00m (sete metros) para cada.

Art. 302 O terreno para construção de posto deve ter testada mínima de 20,00 m (vinte metros) e área mínima de 600,00 m² (seiscentos metros quadrados) (lotes internos).

Parágrafo Único Se for um lote de esquina, a testada mínima será de 25 m (vinte e cinco metros) e a área mínima será de 700 m² (setecentos metros quadrados).

Art. 303 Os postos localizados em margens de estradas de rodagem poderão ter dormitórios (para caminhoneiros, etc.), desde que sejam instalados em edificações isoladas, distantes, no mínimo, 10,00m (dez metros) da área de serviço, obedecendo às prescrições deste Código referentes a "Hotéis" - Capítulo XXXI.

Art. 304 Os depósitos de combustível dos postos serão metálicos e subterrâneos, à prova de propagação de fogo, e sujeitos às prescrições deste Código referentes a depósitos de inflamáveis (Capítulo XLI).

Art. 305 Os postos de serviço e abastecimento deverão dispor de equipamentos contra incêndio, conforme o Artigo 162.

CAPÍTULO XLI DOS DEPÓSITOS DOS INFLAMÁVEIS EXPLOSIVOS E ESTABELECIMENTOS CONGÊNERES.

Art. 306 Os combustíveis líquidos serão classificados neste Código em três classes, de acordo com o seu Ponto de Fulgor (temperatura mínima na qual o líquido emite vapor suficiente para inflamar, mas não sustentar a combustão):

I. Classe I: Líquidos com Ponto de Fulgor igual ou inferior a 6,6°C (20°F). Exemplos: Éter, Gasolina, Benzol, Colódio, Acetona e Bissulfeto de Carbono.

II. Classe II: Líquidos com Ponto de Fulgor superior a 6,6°C (20°F) e igual ou inferior a 21°C (70°F). Exemplos: Alcool Etílico, Toluol, Acetato Metílico e Acetato Etílico.

III. Classe III: Líquidos com Ponto de Fulgor superior a 21°C (70°F). Exemplos: Querosene, Alcool Etílico, Aguarrás, Óleo Diesel, Óleo Combustível e Óleo Lubrificante.

Art. 307 As instalações para armazenamento de petróleo e derivados serão classificadas em 5 (cinco) tipos, conforme estabelecido na Portaria nº 32, de 22 de maio de 1957, do Conselho Nacional de Petróleo (CNP):

I. Tanque de Armazenamento: Construção específica destinada à acumulação de petróleo e derivados em grande volume.

II. Tanque de Serviço: Construção específica destinada à distribuição dos produtos (utilizado em postos, por exemplo).

III. Parque: Conjunto de depósitos (tanques) situados em uma mesma área (complexo de armazenamento).

IV. Depósitos de Produtos Acondicionados: Área, coberta ou não, destinada ao armazenamento de produtos derivados de petróleo contidos em recipientes (barris, tonéis, latas, baldes, tambores, etc.).

V. Depósitos para Tratamento de Produtos: Depósito onde os produtos sofrem modificações por mistura, aquecimento, ou outros processos.

Art. 308 Todos os tipos podem ser classificados, em relação ao nível do terreno, como elevados, superficiais, semienterrados ou subterrâneos.

Art. 309 As instalações de armazenamento de petróleo e derivados deverão obedecer às seguintes condições de localização, sem prejuízo das normas estabelecidas na Lei de Zoneamento Municipal:

I. Não serem construídas dentro de zonas de alta densidade residencial.

II. Os Parques (complexos de tanques) devem distar, no mínimo, 100m (cem metros) de locais de abastecimentos industriais.

III. Os Parques devem distar de linhas férreas e rodovias em, no mínimo:

a) 1,2m (um metro e vinte centímetros) para tanques com capacidade até 500l (quinhentos litros).

b) 2,5m (dois metros e cinquenta centímetros) para tanques com capacidade acima de 500l (quinhentos litros).

Art. 310 Parques próximos a áreas militares, portos ou aeroportos devem seguir os Artigos 6º, 7º e 8º da Portaria CNP nº 32/1957.

Art. 311 Todas as regras de construção, segurança e autorização para estas instalações devem seguir as exigências dos Artigos 9º a 51 da Portaria CNP nº 32/1957 e suas alterações posteriores.

Art. 312 Os recipientes e locais para armazenamento de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasilhado serão classificados neste Código em 3 (três) tipos, conforme a Resolução nº 3, de 5 de junho de 1968, do Conselho Nacional de Petróleo:

I. Depósito: Qualquer recinto, seja fechado ou aberto, destinado ao armazenamento de garrafas e botijões de GLP.

II. Garrafa: Recipiente cilíndrico comercial, dotado de tampa de proteção e válvula de saída de GLP na parte superior. Utilizado especialmente com peso líquido 10kg (dez quilogramas), 45kg (quarenta e cinco quilogramas) e 90kg (noventa quilogramas) de gás.

III. Botijão: Recipiente portátil de formato especial, dotado de válvula de saída de GLP na parte superior. Utilizado comercialmente com peso líquido de 1kg (um quilograma), 2kg (dois quilogramas), 5kg (cinco quilogramas) e 13kg (treze quilogramas) de gás.

Art. 313 Fica proibido o armazenamento e a revenda de recipientes contendo GLP em áreas de quintais, tinturarias, bares, botiquins, postos de gasolina, garagens e estabelecimentos comerciais congêneres.

Art. 314 Os Depósitos de GLP envasilhados são classificados conforme a condição de seu recinto:

I. Classe A: Recinto fechado (subdivide-se em tipo 1A e 2A).

II. Classe B: Recinto aberto (subdivide-se em tipo 1B e 2B).

§ 1º Para efeito deste Código, a classificação dos depósitos de Classe A (Recinto Fechado) é a seguinte:

a) Tipo 1A: Recinto fechado, térreo e de sala única, com capacidade máxima de 108 botijões de 13kg (treze quilogramas), totalizando 1.404kg (um mil quatrocentos e quatro quilogramas) de GLP.

b) Tipo 2A: Recinto fechado no térreo, com capacidade máxima de 432 botijões 13kg (treze quilogramas), totalizando 5.616

qualquer local destinado à acumulação ou armazenamento de explosivos.

Art. 321 Os "Depósitos de Explosivos" deverão obedecer às seguintes condições de segurança estrutural:

I. Ter pé-direito mínimo de 3m (três metros) e máximo de 4m (quatro metros).

II. Ter paredes e revestimentos internos de material incombustível.

III. Ter piso impermeável e incombustível.

IV. Ter aberturas dotadas de proteção adequada contra a ação direta da luz solar e da chuva, permitindo a livre circulação do ar.

V. Ser provido de adequada proteção contra descargas elétricas atmosféricas (para-raios).

VI. Possuir lâmpadas e instalações elétricas de tipo especial contra incêndio (à prova de explosão).

Art. 322 Os depósitos destinados a armazenar quantidades superiores a 100kg (1ª Categoria), 200kg (2ª Categoria) ou 300kg (3ª Categoria) deverão obedecer ainda às seguintes condições construtivas reforçadas:

I. Ter todas as paredes (externas e internas) com espessura de 0,25m (vinte e cinco centímetros), construídas de tijolos maciços e argamassa de cimento e areia.

II. Ter material de cobertura o mais leve possível, mas resistente, impermeável e incombustível, assentado sobre vigamento incombustível.

Art. 323 O peso líquido máximo de explosivos de qualquer categoria armazenado deverá ser proporcional ao volume (V) do respectivo depósito, nas seguintes proporções (densidade de armazenamento):

I.1ª Categoria: 2kg/m³

II. 2ª Categoria: 4kg/m³

III. 3ª Categoria: 8kg/m³

§ 1º É obrigatória a afixação de placa indicativa da capacidade máxima de armazenamento permitida no depósito.

§ 2º A distância mínima em metros entre esses depósitos e as linhas divisionais das propriedades vizinhas ou logradouros públicos deverá ser numericamente igual à área (SAS) desses depósitos em metros quadrados (SD .\min] = A\$).

§ 3º Se os depósitos estiverem instalados em pavilhões separados, a distância mínima em metros entre eles deverá ser numericamente igual a um quarto da área do maior depósito em metros quadrados (D min = A maior/4).

CAPÍTULO XLII DAS FÁBRICAS DE EXPLOSIVOS

Art. 324 Os edifícios destinados à fabricação de explosivos, mesmo que para fins pirotécnicos, não poderão estar localizados dentro da área urbana, devendo ser observadas as restrições complementares estabelecidas pela Lei de Zoneamento.

Art. 325 Os prédios das fábricas de explosivos deverão obedecer a um afastamento mínimo de 50m (cinquenta metros) entre si, em relação às demais construções e ao alinhamento dos logradouros públicos.

Art. 326 Os edifícios destinados a fábricas devem atender às seguintes exigências:

I. Possuir paredes resistentes conforme previsto no inciso I do Art. 322, excetuando-se apenas a parede voltada para área livre de construções ou afastada destas em, no mínimo, 50 metros;

II. Apresentar cobertura impermeável, resistente e incombustível, utilizando materiais o mais leves possível, instalada sobre estrutura igualmente incombustível e devidamente contra ventada;

III. Contar com pisos resistentes, impermeáveis e incombustíveis;

IV. Dispor de janelas protegidas por venezianas metálicas e vidro fosco, quando expostas diretamente ao sol;

V. Possuir, além da iluminação natural, quando necessário, sistema elétrico com lâmpadas especiais contra incêndio;

VI. Ter instalações e equipamentos apropriados para prevenção e combate a incêndio, conforme projeto analisado e aprovado pelo comando da corporação de bombeiros responsável pelo Município;

VII. Estar equipado com para-raios.

Art. 327 Os prédios destinados ao armazenamento de matéria-prima deverão atender aos seguintes requisitos:

I. Possuir área destinada exclusivamente para cada tipo de matéria-prima, devendo tais setores manter afastamento mínimo de 5 metros entre si;

II. Apresentar piso, cobertura e paredes resistentes, impermeáveis e incombustíveis;

III. Contar, além da iluminação natural, quando necessário, com instalação elétrica e lâmpadas dotadas de proteção especial contra incêndio;

IV. Dispor de instalações e equipamentos adequados para prevenção e combate a incêndio, conforme projeto previamente aprovado pelo comando da corporação de bombeiros responsável pelo Município.

Art. 328 As edificações destinadas à fabricação de explosivos orgânicos de origem mineral devem ser protegidas, em suas áreas de isolamento, por barreira contínua de terra, concreto armado ou material equivalente, com altura superior ao ponto mais alto das construções.

Art. 329 Nas indústrias de explosivos onde possa ocorrer a emissão de vapores nitrosos, a estrutura metálica da cobertura deverá receber proteção por pintura asfáltica ou material equivalente, e o piso deverá possuir revestimento asfáltico ou similar, com inclinação suficiente para o rápido escoamento de líquidos eventualmente derramados.

Art. 330 Todas as indústrias que utilizem em seus processos produtivos ou de acabamento matérias-primas que possam ser prejudiciais à saúde ou à vida da população, como fábricas de explosivos, acetileno, fibras sintéticas à base de sulfeto de carbono, celulose, curtumes, entre outras, deverão situar-se fora do perímetro urbano e das áreas de expansão urbana, mantendo distância mínima de 1.000 metros.

Parágrafo único. A aprovação das plantas dessas indústrias estará condicionada à prévia homologação pelo órgão competente.

CAPÍTULO XLIII DOS ARMAZÉNS DE ALGODÃO

Art. 331 As edificações destinadas ao armazenamento de algodão deverão atender às seguintes exigências:

I. Os compartimentos que compõem o armazém não poderão possuir área superior a 1.200 m²;

II. As paredes dos espaços destinados ao armazenamento do algodão deverão ter espessura mínima de um tijolo, assentado com argamassa de cal e areia, sendo do tipo corta-fogo, e se elevatório, no mínimo, um metro acima da calha quando confrontarem com imóveis vizinhos ou separarem os recintos entre si;

III. Poderá existir continuidade de beirais, vigas, terças e demais peças da cobertura entre dois recintos adjacentes;

IV. As coberturas deverão contar com abertura para ventilação com área mínima correspondente a 1,50 m² por área útil total do piso coberto;

V - A área total destinada à iluminação natural de cada recinto deverá corresponder, no mínimo, a 1,20 m por sua área útil, considerando janelas, claraboias ou telhas translúcidas;

VI. Todas as portas de saída deverão abrir para o lado externo ou ser do tipo de correr; as portas internas que interligam os recintos deverão ser incombustíveis, do tipo corta-fogo, e possuir dispositivo de fechamento automático em caso de incêndio, sem obstáculos;

VII. Quando o armazém possuir recintos com alturas distintas, os recintos mais altos não poderão ter beirais combustíveis ou janelas voltadas para a cobertura dos recintos mais baixos;

VIII. O piso deverá ser de material resistente e incombustível;

IX. Todas as aberturas destinadas à ventilação ou iluminação deverão contar com proteção contra a entrada de fagulhas;

X. A instalação elétrica deverá ser embutida ou executada com cabos blindados, sendo todas as chaves protegidas por caixas metálicas ou de concreto armado;

XI. Deverá haver instalações e equipamentos apropriados para combate a incêndio, conforme as especificações do comando da unidade de bombeiros responsável pelo Município.

CAPÍTULO XLIV DAS PISCINAS E LOCAIS DE BANHO E NATAÇÃO

Art. 332 O projeto referente à construção ou reforma de piscinas deverá ser previamente submetido à aprovação da autoridade sanitária estadual, a qual também será responsável pela fiscalização contínua de seu funcionamento.

Art. 333 Para fins deste Código, as piscinas são classificadas nas seguintes modalidades: I. "públicas", quando destinadas ao uso coletivo;

II. "privatas", quando destinadas ao uso por membros de entidade ou instituição privada;

III. "particulares", quando destinadas exclusivamente ao uso das famílias e de seus convidados, estando vinculadas a edificações ou residências.

Art. 334 As piscinas deverão atender às seguintes exigências:

I. Possuir revestimento interno constituído de material liso e impermeável;

II. Apresentar inclinação do fundo igual ao interior a 7%, não sendo permitidas variações abruptas até atingir a profundidade de 1,80 metros;

III. Possuir nas áreas de acesso tanque lava-pés contendo solução desinfetante ou fungicida, para prevenção de micoses ou outros parasitas;

IV. Contar com tubos de entrada e descarga de água dispostos de forma a promover a circulação completa do volume de água da piscina;

V. Ter os tubos de adução instalados a, no mínimo, 0,30 m (trinta centímetros) abaixo do nível normal da água;

VI. Dispor, ao redor da piscina e na altura do nível da água, de uma faixa com largura mínima de 0,60 m (sessenta centímetros) e inclinação de 5% (cinco por cento) em direção ao lado externo, munida de ralos para escoamento do excesso de água, ou possuir canaleta em toda a sua volta, ao nível da água, com aberturas necessárias para drenagem;

VII. Ter, na parte mais profunda, ralo que permita o escoamento total da água.

Art. 335 As piscinas deverão dispor de vestiários, chuveiros e instalações sanitárias separadas para cada sexo.

Parágrafo único. As instalações sanitárias deverão atender aos seguintes requisitos:

I. Ter chuveiros na proporção de 1 (um) para cada 40 (quarenta) usuários, sendo permitida a equivalência numérica entre os sexos;

II. Dispor de latrinas na proporção de uma para cada 40 homens e 1 (uma) para cada grupo de 30 (trinta) mulheres;

III. Possuir mictórios na proporção de 1 (um) para cada 50 (cinquenta) homens;

IV. Contar com lavatórios na proporção de 1 (um) para cada grupo de 100 (cem) usuários, admitida a equivalência entre ambos os sexos.

Art. 336 A área destinada ao público poderá ser completamente separada da piscina e de suas dependências, devendo possuir instalações sanitárias exclusivas, separadas por sexo, observando-se as seguintes proporções:

I. Latrinas na proporção de 1 (uma) para cada 80 (oitenta) homens e uma para cada 60 (sessenta) mulheres;

II. Mictórios na proporção de 1 (um) para cada 50 (cinquenta) homens;

III. Lavatórios na proporção de 1 (um) para cada 60 (sessenta) usuários, admitida equivalência entre os sexos.

Art. 337 Piscinas existentes em desacordo com as normas deste Código somente poderão ser alteradas ou reformadas se passarem a atender integralmente às exigências estabelecidas.

Art. 338 As piscinas particulares deverão cumprir apenas as exigências previstas nos Arts. 332 e 334.

Art. 339 A poluição ou contaminação das águas de praias ou locais destinados à natação e banho será fiscalizada permanentemente pelas autoridades sanitárias, e sua utilização dependerá de autorização dessas autoridades.

CAPÍTULO XLV DAS CASAS DE BANHO E ESTABELECIMENTOS HIDROTERAPÊUTICOS

Art. 340 Os quartos de banho que possuírem banheira deverão ter área mínima de 3,00 m² e dimensão mínima de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros), devendo existir unidades separadas para cada sexo.

Parágrafo único. Quando houver apenas chuveiro, a área mínima deverá ser de 1,50 m², com dimensão mínima de 1,00 m (um metro).

Art. 341 Aos pisos e as paredes deverão ser revestidos, até a altura mínima de 2,00 m (dois metros), com material liso, impermeável e resistente a lavagens frequentes.

Art. 342 As banheiras deverão ser fabricadas em ferro esmaltado, louça ou material equivalente.

Art. 343 As casas de banho deverão contar instalações sanitárias separadas por sexo, na proporção de 1 (uma) latrina para cada 5 (cinco) quartos de banho.

Art. 344 O compartimento destinado ao banho de vapor (sauna) deverá atender, além das exigências deste Código relativas às construções em geral e às casas de banho, às seguintes condições específicas:

I. Não possuir aberturas externas para ventilação e iluminação;

II. O piso deverá ter inclinação direcionada aos ralos autos sifonados para o escoamento do vapor condensado;

III. O forno deve impedir a saída do vapor para o exterior;

IV. A caldeira geradora de vapor deverá ser instalada fora do compartimento acessível ao público e contar com dispositivos de segurança apropriados (manômetros, válvulas de segurança);

V. Deverá possuir dispositivos mecânicos de alarme, visíveis e de fácil acionamento.

CAPÍTULO XLVI DOS MATADOUROS, MATADOURO-FRIGORÍFICOS, CHARQUEADAS, FÁBRICAS DE CONSERVAS DE CARNE E PRODUTOS DERIVADOS.

Art. 345 Os estabelecimentos industriais que manipulam carne e derivados (tais como matadouros, matadouros-frigoríficos, charqueadas, fábricas de conservas de carne e produtos derivados) deverão obedecer às seguintes condições de construção e higiene:

I. Ter pisos revestidos de material resistente, impermeável e lavável, providos de rede de escoamento das águas de lavagem residuais, conforme os critérios estabelecidos no Parágrafo do Artigo 159.

II. Ter as paredes e divisões revestidas, até a altura mínima de 2m (dois metros) com material resistente, impermeável e lavável. A parte restante, até o forro, deve ser pintada com tinta impermeável e lavável.

III. Dispor de instalações e dependências separadas para o preparo de produtos alimentícios (comestíveis) e de produtos destinados a fins industriais não comestíveis.

IV. Possuir rede de abastecimento de água fria e quente.

V. Dispor de vestiários e compartimentos sanitários em conformidade com as exigências referentes a construções industriais (Capítulo XXVIII).

VI. Ter currais, corredores e demais instalações pavimentadas para a estadia de animais.

VII. Dispor de locais próprios para isolamento de animais doentes.

VIII. Ter todos os pátios e ruas do estabelecimento pavimentados.

IX. Dispor de instalações para exame veterinário dos cadáveres e forno crematório anexo para incineração dos produtos condenados.

X. Ter sala de microscopia e escritório destinados à inspeção veterinária.

XI. (Repetição do item X - Mantido conforme o original, mas observe a redundância.) Ter sala de microscopia e escritório para inspeção veterinária.

XII. Dispor de local específico para autoclaves, estufas e esterilizadores.

Parágrafo Único Os estabelecimentos referidos neste Código devem obedecer, ainda, ao Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal (RIISPOA), estabelecido pela Lei nº 1.283/50, regulamentado pelo Decreto nº 30.691/62 e alterado pelo Decreto nº 1.255/62.

Art. 346 Os matadouros avícolas, além de cumprirem as exigências aplicáveis aos matadouros em geral, deverão obedecer às seguintes condições específicas:

I. Ter compartimento para matança com área mínima de 20m² (vinte metros quadrados).

II. Dispor de câmara frigorífica.

Art. 347 As dependências principais de qualquer matadouro, tais como sala de matança, triparia, fusão e refinação de gordura, salga ou preparo de couros e outros subprodutos, devem ser separadas umas das outras.

Art. 348 As áreas destinadas à permanência de animais vivos, como estábulos, pocilgas e galinheiros, devem manter uma separação mínima de 20m (vinte metros) dos locais onde os produtos alimentícios são processados ou preparados.

Art. 349 As instalações que fabricam produtos suínos, conservas, gorduras e outros derivados devem atender aos seguintes requisitos sanitários e estruturais:

I. Pisos: Devem ser revestidos com material resistente, impermeável e de fácil limpeza (lavável).

II. Paredes: Devem ser revestidas com material resistente, impermeável e lavável até a altura mínima de 2m (dois metros). A parte superior até o forro deve ser pintada com tinta impermeável e lavável.

III. Cantos Arredondados: Os ângulos formados pelas junções entre paredes, pisos e forros devem ser arredondados (para facilitar a higienização).

IV. Hidráulica: Devem dispor de fornecimento de água fria e quente.

V. Controle de Pragas: As aberturas nos locais de elaboração dos produtos devem possuir dispositivos especiais para impedir a entrada de insetos.

VI. Refrigeração: É obrigatório possuir uma câmara frigorífica.

VII. Tanques de Lavagem: Os tanques usados para lavar os produtos devem ter revestimento liso, impermeável, resistente e sem juntas visíveis.

VIII. Cozinhas: Se houver cozinhas, estas devem seguir as normas do Código aplicáveis a restaurantes e hotéis (Capítulo XXXI).

IX. Exaustão: Instalação de coifas com exaustores sobre os fogões.

X. Chaminés: Se forem utilizados combustíveis sólidos, deve haver chaminés conforme o Capítulo XXIII do Código.

Art. 350 As indústrias que processam vísceras (tripárias) e subprodutos de origem animal (graxarias) devem seguir estas regras:

I. Estrutura: Devem seguir as exigências de pisos, revestimento de paredes e ângulos arredondados, conforme detalhado nos Itens I, II e III do Artigo 349.

II. Tratamento de Resíduos: Dispor de água fria e quente e possuir instalações adequadas para

o tratamento prévio e descarte seguro dos resíduos gerados.

III. Esterilização: Ter o equipamento necessário para a esterilização das tripas.

IV. Logística: O embarque e desembarque de vísceras deve ocorrer em local próprio e exclusivo dentro do lote, sendo estritamente proibida a utilização de ruas ou calçadas para essa finalidade.

Art. 351 Os estabelecimentos de processamento primário e secundário de carne e derivados (incluindo matadouros, frigoríficos, charqueadas, fábricas de conservas, triparias e graxarias) somente podem ser localizados em zonas industriais (definidas pela Lei de Zoneamento) ou em zona rural. Tais instalações devem, ainda, cumprir todas as exigências aplicáveis às construções industriais (Capítulo XXVIII).

CAPÍTULO XLVII DOS CEMITÉRIOS E CONSTRUÇÕES FUNERÁRIAS

Art. 352 O terreno escolhido para um cemitério deve ser seco e com solo permeável. É fundamental que o lençol freático (o nível da água subterrânea) esteja, no mínimo, 2m (dois metros) abaixo da superfície mesmo durante a estação chuvosa.

Art. 353 Caso haja cursos d'água próximos, o fundo das sepulturas deve ser sempre posicionado acima do nível máximo de enchente já registrado.

Art. 354 Caso haja árvores no cemitério, as espécies vegetais selecionadas devem ter raízes que não causem danos ou interfiram nas sepulturas adjacentes.

Art. 355 As dimensões das sepulturas deverão ser de 1,75m (um metro e setenta e cinco centímetros) de profundidade máxima, 0,80m (oitenta centímetros) de largura 2,00m (dois metros) de comprimento, no mínimo, para adultos e 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) de comprimento para menores.

Art. 356 É permitida a inumação em túmulos ou jazigos, contanto que os carneiros, gavetas ou nichos de sepultamento estejam localizados abaixo do nível do terreno.

Parágrafo único. Acima do nível do solo só será permitida a construção de recintos para ossários ou a construção funerária simples para a colocação de placas e lápides, com altura máxima limitada a 0,60m (sessenta centímetros).

Art. 357 A execução de qualquer construção funerária (jazigos, túmulos) só pode ocorrer após a obtenção da "Licença de Construção" municipal, que será concedida mediante a apresentação dos seguintes documentos:

I. Requerimento formal do interessado.

II. Memorial Descritivo da obra (em duas vias).

III. Peças Gráficas (desenhos em duas vias, contendo cortes (longitudinal e transversal), elevação e, se a Prefeitura julgar necessário, o cálculo de resistência e estabilidade estrutural.

Parágrafo Único: Se a obra exigir cálculo de resistência e estabilidade, a responsabilidade técnica do projeto deve ser assumida por um profissional legalmente habilitado (conforme a legislação federal de 1933) e registrado na Prefeitura Municipal.

Art. 358 As dimensões internas mínimas para os compartimentos de sepultamento construídos (carneiros, gavetas ou nichos) são de 2,00m (dois metros) de comprimentos, 0,60m (sessenta centímetros) de largura e 0,50m (cinquenta centímetros) de altura, para adultos e 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) de comprimento, 0,45m (quarenta e cinco centímetros) de largura e 0,40 (quarenta centímetros) de altura para menores.

Art. 359 As paredes e pisos dos carneiros devem ser construídos em alvenaria de tijolos maciços, assentados com argamassa de cal, areia e cimento, com espessura de meio tijolo. As lajes de cobertura devem ser de concreto armado ou material equivalente, assentadas sobre argamassa de cimento.

Art. 360 Os túmulos e jazigos com gavetas ou nichos devem obedecer às seguintes regras:

I. Material: Não podem ser construídos em madeira ou material similar.

II. Ornamentos: Nenhuma peça ornamental pode ultrapassar a altura de 1,2m (um metro e vinte centímetros).

CAPÍTULO XLVIII DOS LIMITES

Art. 361 Qualquer nova construção deve respeitar um afastamento mínimo de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) das divisas laterais e de fundo do lote. No entanto, é permitido construir sobre a linha de divisa (ou seja, encostado no vizinho) desde que a parede construída não possua aberturas (como janelas ou portas). Neste caso, a parede ou muro construído na divisa poderá ser utilizada (partilhada) pelo vizinho imediato, em conformidade com as regras estabelecidas no Artigo 569 e subseqüentes do Código Civil Brasileiro (referente a paredes-meias ou muros divisórios).

Parágrafo único. Em relação ao limite com a rua (logradouro público), a construção é autorizada a partir do alinhamento do imóvel para dentro do lote. No entanto, deve-se garantir que o escoamento das águas pluviais (chuvas) seja feito internamente, seguindo as diretrizes e procedimentos definidos a partir do Artigo 78 desta Lei.

CAPÍTULO XLIX DAS EDIFICAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL

Art. 362 Para fins deste Código de Obras, consideram-se Edificações de Interesse Social (EIS) aquelas destinadas ao atendimento habitacional de famílias de baixa renda, incluídas as unidades enquadradas nos programas habitacionais do Governo Federal, Estadual ou Municipal, a exemplo do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), ou quaisquer programas que venham a substituí-lo.

Art. 363 As disposições deste capítulo têm por finalidade:

I. garantir padrões mínimos de segurança, salubridade, acessibilidade e habitabilidade;

II. simplificar procedimentos técnicos e administrativos para viabilizar o acesso à moradia digna;

III. compatibilizar a qualidade construtiva com a capacidade econômica dos beneficiários.

Art. 364 As EIS deverão atender, no mínimo, aos seguintes critérios:

I. Fundação e Estrutura: dimensionadas conforme normas técnicas vigentes (NBRs aplicáveis), garantindo estabilidade e segurança;

II. Vedação e Cobertura: execução em materiais permanentes, resistentes às intempéries, com adequada estanqueidade;

III. Pé-direito mínimo: 2,40 m em ambientes habitáveis e 2,20 m em banheiros, áreas de serviço e corredores;

IIIV. Ventilação e Iluminação: todos os ambientes habitáveis deverão possuir ventilação natural direta e abertura mínima conforme NBR 15575 e legislação sanitária aplicável;

V. Instalação Hidro Sanitária: deverá atender às normas técnicas, prever reservação mínima de 500 litros por unidade e dispor de dispositivos que evitem refluxo e infiltrações;

VI – Instalação Elétrica: dimensionada conforme norma NBR 5410, com quadro de distribuição independente;

VII – Acessibilidade mínima: ao menos um acesso principal sem barreiras físicas;

VIII – Segurança contra incêndio: atendimento às normas estaduais e federais aplicáveis.

Art. 365 Cada unidade habitacional de interesse social deverá possuir, no mínimo:

I. sala;

II. cozinha ou espaço integrado sala/cozinha;

III. banheiro completo;

IV. dois dormitórios;

V. área de serviço, ainda que externa, mas coberta.

Art. 366 As dimensões mínimas deverão observar:

I. dormitório principal: 9,0 m²;

II. segundo dormitório: 7,0 m²;

III. sala de estar/jantar: 10,0 m²;

IV. cozinha: 6,0 m² (se integrada à sala, área mínima conjunta de 14,0 m²);

V. banheiro: 3,0 m²;

VI. área de serviço: 2,0 m².

Art. 367 O acabamento das unidades deverá prever, minimamente:


I. piso cerâmico ou cimentado desempenado em todos os ambientes;

II. revestimento impermeável até 1,50 m nas paredes do banheiro e integralmente na área do box;

III. cobertura com telha cerâmica ou fibrocimento, com forro obrigatório;

IV. esquadrias metálicas ou de madeira, com vidros de segurança;

V. pintura interna e externa com material adequado



PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRAS
Estado de Rondônia
CNPJ 63.761.969/0001-43
Exercício: 2025

Decreto nº 140/2025 de 15/12/2025

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar por **Anulação de Dotação** e dá outras providências.

O Prefeito do município de CASTANHEIRAS, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1097/2025 de 02/01/2025.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Cr Suplementar, no Orçamento do Município, no valor de **RS 28.000,00 (vinte e oito mil reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação.			
01.000.00.000.0000.0.000.	PODER LEGISLATIVO		
01.001.00.000.0000.0.000.	CAMARA MUNICIPAL		
01.001.01.031.0002.2.003.	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO PODER LEGISLATIVO		
1 - 3.1.90.11.00.00	15000000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	20.000,00
3 - 3.1.91.13.00.00	15000000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	8.000,00
Total Suplementação:			28.000,00

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º d servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
01.000.00.000.0000.0.000.	PODER LEGISLATIVO		
01.001.00.000.0000.0.000.	CAMARA MUNICIPAL		
01.001.01.031.0002.2.003.	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO PODER LEGISLATIVO		
2 - 3.1.90.13.00.00	15000000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	28.000,00
Total Redução:			28.000,00


Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na da publicação, revogadas as disposições em contrário.

CASTANHEIRAS, Estado de Rondônia, em 15/12/2025.

CICERO APARECIDO
GODOI:32546963287

Assinado de forma digital por CICERO APARECIDO
GODOI:32546963287
Dados: 2025.12.15 13:53:07 -04'00'

CICERO APARECIDO GODOY
PREFEITO



PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRAS
Estado de Rondônia
CNPJ 63.761.969/0001-43
Exercício: 2025

Decreto nº 143/2025 de 16/12/2025

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar por **Recurso Vinculado** e dá outras providências.

O Prefeito do município de CASTANHEIRAS, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 1153/2025 de 16/12/2025.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Cr Suplementar, no Orçamento do Município, no valor de **RS 1.162.457,06 (um milhão cento e sessenta e dois mil quatrocentos e cinquenta e sete reais e seis centavos)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
02.000.00.000.0000.0.000.	Executivo Municipal		
02.005.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS		
02.005.26.782.0008.1.212.	Recuperação De Estradas Vicinais - Termo de Convênio nº 557/2025/PGE-DERADM - c/c 29.322-9		
150 - 3.3.90.39.00.00	17010100	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.162.457,06
Total Suplementação:			1.162.457,06

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do cré pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Recursos Vinculados;

Receita: 2.4.2.2.54.02.00.000000000 Fonte: 0 1.162.457,06

Total da Receita: 1.162.457,06

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na da publicação, revogadas as disposições em contrário.

CASTANHEIRAS, Estado de Rondônia, em 16/12/2025.

CICERO APARECIDO
GODOI:32546963287

Assinado de forma digital por CICERO APARECIDO
GODOI:32546963287
Dados: 2025.12.16 13:32:21 -04'00'

CICERO APARECIDO GODOY
PREFEITO

COMPARECIMENTO AO TRABALHO

A Empresa, DISTRIBOI IND COM E TRANSP CARNE BOVINA LTDA. Inscrita no CNPJ: 22.882.054/0003-22, localizada à Av. Brasil nº 5930, Bairro: Habitar Brasil, nesta cidade de Ji-Paraná / RO. Solicita o comparecimento do funcionário Sr. PEDRO EMANOEL DOS SANTOS TEODORO, portador da CTPS n.º 070611 Série 08207/RO, para que apresente motivo que impede seu comparecimento ao trabalho. Caso contrário, fica considerada sua atitude como ato de renúncia ao cargo, ficando V. Sª. Demitido por abandono de emprego, na forma do dispositivo citado na CLT, nos termos do artigo 482, alínea I, restando consignado o prazo de 24 (vinte e quatro horas) a contar desta para que reinicie suas atividades ou justifique, no mesmo prazo.

COMPARECIMENTO AO TRABALHO

A Empresa, DISTRIBOI IND COM E TRANSP CARNE BOVINA LTDA. Inscrita no CNPJ: 22.882.054/0003-22, localizada à Av. Brasil nº 5930, Bairro: Habitar Brasil, nesta cidade de Ji-Paraná / RO. Solicita o comparecimento do funcionário Sr. GLELFEERSON GABRIEL DA SILVA DIAS, portador da CTPS n.º 507959 Série 92866/RO, para que apresente motivo que impede seu comparecimento ao trabalho. Caso contrário, fica considerada sua atitude como ato de renúncia ao cargo, ficando V. Sª. Demitido por abandono de emprego, na forma do dispositivo citado na CLT, nos termos do artigo 482, alínea I, restando consignado o prazo de 24 (vinte e quatro horas) a contar desta para que reinicie suas atividades ou justifique, no mesmo prazo.

COMPARECIMENTO AO TRABALHO

A Empresa, DISTRIBOI IND COM E TRANSP CARNE BOVINA LTDA. Inscrita no CNPJ: 22.882.054/0003-22, localizada à Av. Brasil nº 5930, Bairro: Habitar Brasil, nesta cidade de Ji-Paraná / RO. Solicita o comparecimento do funcionário Sr. LUCIANO MICHELANGELO GAMA DOS SANTOS, portador da CTPS n.º 040367 Série 47274/RO, para que apresente motivo que impede seu comparecimento ao trabalho. Caso contrário, fica considerada sua atitude como ato de renúncia ao cargo, ficando V. Sª. Demitido por abandono de emprego, na forma do dispositivo citado na CLT, nos termos do artigo 482, alínea I, restando consignado o prazo de 24 (vinte e quatro horas) a contar desta para que reinicie suas atividades ou justifique, no mesmo prazo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
ESTADO DE RONDONIA

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O prefeito do Município, , no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – ADJUDICAR a presente Licitação neste termos:

a) Processo Nº:	:	2450/2025
b) Licitação Nº:	:	4/2025
c) Modalidade:	:	Concorrência
d) Data Adjudicação:	:	15/12/2025
e) Objeto da Licitação:	:	CONTRATAÇÃO DE DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE DISPOSITIVOS DE DRENAGEM EM VIAS URBANAS E RURAL DO MUNICIPIO POR MEIO DE TRANSFERENCIAS ESPECIAIS - PLANO DE AÇÃO Nº 09032023-2-042280

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (c/c. Cotação):

Fornecedor: FOKUS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA
CNPJ/CPF: 08.715.446/0001-04


Item	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
1	CONSTRUÇÃO DE 03 (TRÊS) BUEIROS SIMPLES CELULARES DE CONCRETO, SENDO DOIS COM SEÇÃO 2,00 X 2,00M E UM COM SEÇÃO 3,00 X 3,00M, MEDINDO 10,00M DE COMPRIMENTO CADA.	1	RS 496.637,600 0	RS 496.637,600 0

Valor Total Homologado - RS 496.637,60

02 – Autorizar a emissão da(s) notas de empenho correspondente(s).

Nova Brasilândia D'Oeste, 15 de dezembro de 2025.

CLODOALDO ALVES PEDROSO
PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRAS
Estado de Rondônia
CNPJ 63.761.969/0001-43
Exercício: 2025

Decreto nº 141/2025 de 16/12/2025

Ementa: Abre Crédito Especial por **Recurso Vinculado** e dá outras providências.

O Prefeito do município de CASTANHEIRAS, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 1151/2025 de 16/12/2025.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Cr no Orçamento do Município, no valor de **RS 599.483,00 (quinhentos e noventa e nove mil quatrocentos e oitenta e três reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
02.000.00.000.0000.0.000.	Executivo Municipal		
02.009.00.000.0000.0.000.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
02.009.10.301.0012.1.210.	AQ. EQ. MAT. PERM. P/ UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - EMENDA PARL. MARCOS ROGERIO PROP. 11176515000125001		
50 - 4.4.90.52.00.00	17060100	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	399.483,00
02.009.10.301.0013.1.211.		INCR. AO CUSTEIO DE SERV. DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE-EMENDA IND.MARCOS ROGERIO PROP 360006448052025	
51 - 3.3.90.39.00.00	17060100	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	200.000,00
Total Suplementação:			599.483,00

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do cré pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Recursos Vinculados;

Receita: 1.7.1.9.99.03.02.01000000 Fonte: 0 599.483,00

Total da Receita: 599.483,00


Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na da publicação, revogadas as disposições em contrário.

CASTANHEIRAS, Estado de Rondônia, em 16/12/2025.

CICERO APARECIDO
GODOI:32546963287

Assinado de forma digital por CICERO APARECIDO
GODOI:32546963287
Dados: 2025.12.16 13:33:34 -04'00'

CICERO APARECIDO GODOY
PREFEITO



PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRAS
Estado de Rondônia
CNPJ 63.761.969/0001-43
Exercício: 2025

Decreto nº 144/2025 de 16/12/2025

Ementa: Abre Crédito Especial por **Anulação de Dotação** e dá outras providências.

O Prefeito do município de CASTANHEIRAS, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 1153/2025 de 16/12/2025.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Cr no Orçamento do Município, no valor de **RS 11.741,99 (onze mil setecentos e quarenta e um reais e noventa e nove centavos)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
02.000.00.000.0000.0.000.	Executivo Municipal		
02.005.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS		
02.005.26.782.0008.1.212.	Recuperação De Estradas Vicinais - Termo de Convênio nº 557/2025/PGE-DERADM - c/c 29.322-9		
150 - 3.3.90.39.00.00	17010100	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	11.741,99
Total Suplementação:			11.741,99

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º d servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
02.000.00.000.0000.0.000.	Executivo Municipal		
02.004.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO		
02.004.99.999.9999.9.999.	RESERVA DE CONTINGENCIA		
42 - 9.9.99.99.00.00	15000000	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	11.741,99
Total Redução:			11.741,99

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na da publicação, revogadas as disposições em contrário.

CASTANHEIRAS, Estado de Rondônia, em 16/12/2025.

CICERO APARECIDO
GODOI:32546963287

Assinado de forma digital por CICERO APARECIDO
GODOI:32546963287
Dados: 2025.12.16 13:32:42 -04'00'

CICERO APARECIDO GODOY
PREFEITO



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Gabinete do Chefe do Poder Executivo

Av. Jacarandá, 100
CEP: 76948-000
Castanheiras – Rondônia
CNPJ 63.761.969/0001-03
contato@castanheiras.ro.gov.br

LEI MUNICIPAL Nº 1.149/GAB/2.025, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2.025

“DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VIGENTE CONFORME ART. 7º, 41 E 42, DA LEI 4.320/64 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LEI

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento municipal um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, nas dotações abaixo discriminadas, no valor de até R\$ 2.608.419,50 (dois milhões seiscentos e oito mil, quatrocentos e dezenove reais e cinquenta centavos).

Suplementação

02.000.00.000.0000.0.000 - EXECUTIVO MUNICIPAL
02.001.00.000.0000.0.000 - GABINETE DO PREFEITO
02.001.04.122.0009.2.004 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO
1 - 3.1.90.11.00.00 15000000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL.....R\$ 69.000,00
02.002.00.000.0000.0.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
02.002.28.843.0009.2.006 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FAZENDA
21 - 3.3.90.91.00.00 15000000 SENTENÇAS JUDICIAIS.....R\$ 124.000,00
02.003.00.000.0000.0.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO
02.003.04.122.0009.2.009 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
27 - 3.1.90.11.00.00 15000000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL.....R\$ 27.000,00
30 - 3.3.90.39.00.00 15000000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA.....R\$ 668,27
02.006.00.000.0000.0.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO E CULTURA
02.006.12.361.0005.2.023 - MANUTENÇÃO DE DESPESAS DO FUNDEB 70% - ENSINO FUNDAMENTAL
86 - 3.1.90.11.00.00 15000100 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL.....R\$ 700.000,00
89 - 3.1.91.13.00.00 15000100 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS.....R\$ 35.200,00
02.005.00.000.0000.0.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS
02.005.25.752.0008.2.097 - MANUTENCAO DA ILUMINACAO PUBLICA
147 - 3.3.93.39.00.00 17510000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA.....R\$ 58.720,65
02.008.00.000.0000.0.000 - FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA
02.008.20.606.0010.2.017 - MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA
1 - 3.1.90.11.00.00 15000000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL.....R\$ 29.138,82
2 - 3.1.90.13.00.00 15000000 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS.....R\$ 5.112,64
4 - 3.1.91.13.00.00 15000000 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS.....R\$ 589,74
02.008.20.606.0010.2.018 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE ASSISTENCIA A AGRICULTURA
12 - 4.4.90.52.00.00 15000000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.....R\$ 908.000,00
02.009.00.000.0000.0.000 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
02.009.10.301.0012.2.031 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE-15%
3 - 3.1.90.11.00.00 15000200 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL.....R\$ 458.856,40
4 - 3.1.90.13.00.00 15000200 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS.....R\$ 64.842,32
02.010.00.000.0000.0.000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
02.010.08.243.0014.2.050 - MANUTENCAO DO CONSELHO TUTELAR
5 - 3.1.90.11.00.00 15000000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL.....R\$ 55.606,00
6 - 3.1.90.13.00.00 15000000 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS.....R\$ 4.384,66
02.010.08.244.0014.2.043 - MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
11 - 3.1.90.11.00.00 15000000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL.....R\$ 67.300,00
Total Suplementação:..... R\$ 2.608.419,50

Art. 2º - Para cobertura do referido crédito fica utilizado recurso proveniente de Excesso de Arrecadação, em consonância com disposto no art. 43, § 1º inciso II da Lei 4.320/64.

Receita

1.1.3.1.51.01.00.00 - Contrib. Melhoria p/Expansão da Rede de Ilum. Pública na Cidade - Principal.....R\$ 58.720,65
1.7.2.1.50.01.00.00 - Cota-Parte do ICMS - PrincipalR\$ 1.814.498,85
1.7.5.1.50.01.00.00 - FUNDEB FPER\$ 735.200,00
Total da Receita:..... R\$ 2.608.419,50

Art. 3º - Fica alterado parcialmente o Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA, para o exercício orçamentário vigente, com vigência a partir da publicação.

Paço Municipal, Gabinete do Executivo do Município de Castanheiras-RO, aos vinte e sete de novembro de dois mil e vinte cinco.

CICERO APARECIDO GODDI
Prefeito

Página 2 de 2

GABINETE DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO - gabinete@castanheiras.ro.gov.br - castanheiras.ro.gov.br



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Gabinete do Chefe do Poder Executivo

Av. Jacarandá, 100
CEP: 76948-000
Castanheiras – Rondônia
CNPJ 63.761.969/0001-03
contato@castanheiras.ro.gov.br

LEI MUNICIPAL Nº 1.150/GAB/2.025, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2.025

“DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VIGENTE CONFORME ART. 7º, 41 E 42, DA LEI 4.320/64 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LEI

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no PPA/LDO e no orçamento vigente municipal CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, nas dotações abaixo discriminadas, no valor de até R\$ 541.480,08 (quinhentos e quarenta e um mil quatrocentos e oitenta reais e oito centavos).

Suplementação

02.000.00.000.0.000 - Executivo Municipal
02.001.00.000.0.000 - GABINETE DO PREFEITO
02.001.04.122.0 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO
5 - 3.1.91.11. 15000000 - OBRIGAÇÕES PATRONAISR\$ 2.817,90
02.002.00.000.0 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
02.002.28.843.0 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FAZENDA
15 - 3.1.91.11. 15000000 - OBRIGAÇÕES PATRONAISR\$ 35,18
02.003.00.000.0 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO
02.003.04.122.0 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
27 - 3.1.90.11. 15000000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVILR\$ 99.350,00
02.005.00.000.0 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS
02.005.04.122.0 - MANUTENCAO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS
46 - 3.1.91.11. 15000000 - OBRIGAÇÕES PATRONAISR\$ 3.450,00
02.007.00.000.0 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E CIDADANIA
02.007.27.122.0 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E CIDADANIA
105 - 3.1.90.11. 15000000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVILR\$ 2.057,00
03.000.00.000.0 - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE CASTANHEIRAS
03.001.00.000.0 - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE CASTANHEIRAS
03.001.08.272.0 - PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS DO IPC
1 - 3.1.90.01. 18010100 - APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS.....R\$ 345.500,00
2 - 3.1.90.01. 18010100 PENSÕES DO RPPS E DO MILITARR\$ 57.500,00
03.001.08.272.0 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO IPC
5 - 3.1.90.11. 18020000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVILR\$ 26.500,00
6 - 3.1.90.11. 18020000 OBRIGAÇÕES PATRONAISR\$ 4.270,00
Total Suplementação:..... R\$ 541.480,08
Art. 2º - Para cobertura do referido crédito fica utilizado recurso proveniente de Anulação de Parcial da dotação, em consonância com disposto no art. 43, § 1º inciso III da Lei 4.320/64.
Redução
02.000.00.000.0 - Executivo Municipal
02.001.00.000.0 - GABINETE DO PREFEITO
02.001.04.122.0 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO
3 - 3.1.90.11. 15000000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS.....R\$ 2.853,08
02.002.00.000.0 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
02.002.28.843.0 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FAZENDA
1 - 3.1.90.11.00000000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL.....R\$ 5.000,00
02.004.00.000.0 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
02.004.04.121.0 - MANUTENCAO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
36 - 3.1.90.11. 15000000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL.....R\$ 37.500,00
37 - 3.1.90.11. 15000000 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS.....R\$ 9.400,00
02.005.00.000.0 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS
02.005.04.122.0 - MANUTENCAO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS
43 - 3.1.90.11. 15000000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVILR\$ 50.900,00
02.007.00.000.0 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E CIDADANIA
02.007.27.122.0 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E CIDADANIA
106 - 3.1.90.11. 15000000 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS.....R\$ 2.057,00
03.000.00.000.0.000 - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE CASTANHEIRAS
03.001.00.000.0000.0.000 - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE CASTANHEIRAS
03.001.99.997.9999.9.999 - RESERVA DE CONTINGENCIA DO RPPS
11 - 9.9.99.99. 18010100 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA.....R\$ 433.770,00
Total da Redução:.....R\$ 541.480,08
Art. 3º - Fica alterado parcialmente o Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA, para o exercício orçamentário vigente, com vigência a partir da publicação.

Paço Municipal, Gabinete do Executivo do Município de Castanheiras-RO, aos vinte e sete de novembro de dois mil e vinte cinco.

CICERO APARECIDO GODDI
Prefeito

Página 2 de 2

GABINETE DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO - gabinete@castanheiras.ro.gov.br - castanheiras.ro.gov.br



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Superintendência de Licitações - SUPEL

Av. Jacarandá, 100
CEP: 76948-000
Castanheiras – Rondônia
CNPJ 63.761.969/0001-03
contato@castanheiras.ro.gov.br

ATA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Dispensa de Licitação nº 014/SEMAD/2025

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA CONFECCÃO DE PLACAS VEICULARES NO PADRAO MERCOSUL - CATEGORIA OFICIAL.

Periodo de propostas: de 16/12/2025, às 00:00, até 18/12/2025, às 23:59.
Preferencia de ME e EPP: SIM.

PREAMBULO

Na data de 19/12/2025, às 08:00, teve início a etapa de julgamento e classificação da(s) proposta(s), pelo critério de julgamento de MENOR PREÇO GLOBAL, encaminhada(s) pelos licitantes, nos termos da Lei nº 14.133, de 01/04/2021.

RELATÓRIO DE FORNECEDORES

Participaram deste procedimento os fornecedores abaixo relacionados:

DADOS PARTICIPANTES FORNECEDOR	EMPRESA 1	EMPRESA 2	EMPRESA 3
	EMPLACAR SERVIÇOS DE ESTAMPAGEM DE PLACAS PARA VEICULOS EIRELI	LEÃO PLACAS LTDA-ME	SILVESTRES PLACAS LTDA ME
CNPJ	10.809.682/0001-31	08.691.197/0001-64	23.476.495/0001-25
Status	HABILITADO	HABILITADO	HABILITADO

RELATÓRIO DE PROPOSTA INSCRITAS VIA E-MAIL

Não foram enviadas proposta por Email durante o período de recebimento de propostas.

RELATORIO DE CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTA

CLASSIFICAÇÃO DE MENOR PREÇO POR ITEM	EMPRESA	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS
1º	LEAO PLACAS LTDA-ME	R\$ 7.000,00
2º	SILVESTRES PLACAS LTDA ME	R\$ 8.732,50
3º	EMPLACAR SERVIÇOS DE ESTAMPAGEM DE PLACAS PARA VEICULOS EIRELI	R\$ 14.000,00

DESCCLASSIFICAÇÃO

Não houve desclassificação.

HABILITAÇÃO

Todos os participantes foram devidamente habilitados.

OCORRÊNCIAS

Nenhuma ocorrência foram registradas.

DO JULGAMENTO

Permanente de Licitações declara vencedora a LEÃO PLACAS LTDA-ME, CNPJ 08.691.197/0001-64 do presente processo licitatório. Tendo como critério de julgamento e de menor preço Global, a Comissão
ENCERRAMENTO
Para constar foi lavrada a presente ata, após verificado o atendimento ao objeto da presente dispensa de licitação, sendo declarada encerrada em 19/12/2025 às 09:40.

DENIZE REGINA DOS SANTOS
SUPERINTENDENTE DE LICITAÇÃO
Port. 015/GAB/2025



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE ESTADO DE RONDONIA

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O prefeito do Município, , no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – ADJUDICAR a presente Licitação neste termos:

- a) Processo Nº : 2797/2025
b) Licitação Nº : 43/2025
c) Modalidade : Inexigibilidade
d) Data Adjudicação : 18/12/2025
e) Objeto da Licitação : Credenciamento de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais para prestação dos seguintes serviços: Manutenção e instalação de ar-condicionado; Jardinagem; Pintura; Serviços de pedreiro; Serviços de eletricitia; Serviços de vidraceiro; Costureiro(a) de roupas; Chaveiro; Preparadora de salgadeiras (salgadeira independente); Serviço publicitário com veículo automotor; Marcenaria; Limpeza de forros, gesso, laje e corretois; Limpeza de caixa-d'água; Serviços de limpador de fossa; Deletização; Motorista de veículos pesados; Operador de máquinas; Digitador/Digitalizador; Serviços de sonorização e iluminação, visando atender às necessidades das Secretarias e Autarquia Municipal.

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (c/c. Cotação):

Fornecedor: 57.532.353 JULIANO DA SILVA SANTOS
CNPJ/CPF: 57.532.353/0001-50

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
1	Prestação de serviços de Pedreiros	350	R\$ 35,00	R\$ 12.250,00

Valor Total Homologado - R\$ 12.250,00

02 – Autorizar a emissão da(s) notas de empenho correspondente(s).

Nova Brasilândia D'Oeste, 18 de dezembro de 2025.

CLODOALDO ALVES PEDROSO
PREFEITO MUNICIPAL



Correio Popular

SEJA VISTO
ANUNCIE CONOSCO



redacao@correiopopular.net

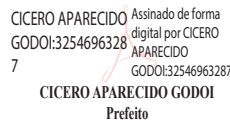


69-3421-6853 ou 69-3421-3010



https://www.correiopopular.news







CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Gabinete do Chefe do Poder Executivo

Av. Jacarandá, 100
CEP: 76948-000
Castanheiras – Rondônia
CNPJ 63.761.969/0001-03
contato@castanheiras.ro.gov.br

LEI MUNICIPAL Nº 1.151/GAB/2.025, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2.025

“DISPÕE SOBRE CRÉDITO ESPECIAL AO ORÇAMENTO VIGENTE CONFORME ART. 7º, 41 E 42, DA LEI 4.320/64 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRAS, ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica, art. 64, III, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona, promulga e publica a seguinte

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no PPA/LDO e no orçamento vigente municipal um CRÉDITO ESPECIAL por RECURSO VINCULADO, nas dotações abaixo discriminadas, no valor de até **RS 599.483,00 (quinhentos e noventa e nove mil quatrocentos e oitenta e três reais)**.

Suplementação
02.000.00.000.0000.0.000. - EXECUTIVO MUNICIPAL
02.009.00.000.0000.0.000. - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
02.009.10.301.0012.1.210. - AQ. EQ. MAT. PERM. P/ UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE – EMENDA PARL. MARCOS ROGERIO PROP. 11176515000125001
50 -4.4.90.52.00.00 17060100 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.....RS 399.483,00
02.009.10.301.0013.1.211.INCR. AO CUSTEIO DE SERV. DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE-EMENDA IND.MARCOS ROGERIO PROP 360006448052025
51 -3.3.90.39.00.00 17060100OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA.....RS 200.000,00
Total Suplementação:.....RS 599.483,00

Art. 2º - Para cobertura do referido crédito fica utilizado recurso proveniente de Recurso Vinculado, em consonância com disposto no art. 43, da Lei 4.320/64.

Receita
1.7.1.9.99.03.02.01 Transferências Advindas de Emendas Parlamentares Individuais.....RS 599.483,00
Total Receitas:.....RS 599.483,00

Art. 3º - Fica alterado parcialmente o Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA, para o exercício orçamentário vigente, com vigência a partir da publicação.

Castanheiras/RO, 16 de dezembro de 2.025.

CICERO APARECIDO Assinado de forma digital por
GODOI:3254696328 CICERO APARECIDO
GODOI:32546963287
Dados: 2025.12.16 11:09:42
-04'00'CICERO APARECIDO GODOI
PREFEITO

CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Gabinete do Chefe do Poder Executivo

Av. Jacarandá, 100
CEP: 76948-000
Castanheiras – Rondônia
CNPJ 63.761.969/0001-03
contato@castanheiras.ro.gov.br

LEI MUNICIPAL Nº 1.152/GAB/2.025, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2.025

“DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VIGENTE CONFORME ART. 7º, 41 E 42, DA LEI 4.320/64 E ART. 7º DA LEI Nº 1.097/GAB/2025, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRAS, ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica, art. 64, III, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona, promulga e publica a seguinte

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no PPA/LDO e no orçamento vigente municipal um CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, nas dotações abaixo discriminadas, no valor de até **RS 367.399,47 (trezentos e sessenta e sete mil, trezentos e noventa e nove reais e quarenta e sete centavos)**.

Suplementação
02.000.00.000.0000.0.000. - EXECUTIVO MUNICIPAL
02.009.00.000.0000.0.000. - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
02.009.10.301.0012.1.208. - SUS Custeio - Serviços de Atenção Básica em Saúde
18 -3.1.90.11.00.00 - 16050000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL.....RS 160.000,00
02.006.00.000.0000.0.000. - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO E CULTURA
02.006.12.361.0005.2.023. - MANUTENCAO DE DESPESAS DO FUNDEB 70% - ENSINO FUNDAMENTAL
1493.1.90.11.00.0015430100 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL.....RS 128.634,13
148 - 3.1.90.11.00.00 - 15460000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL.....RS 50.049,80
02.006.12.361.0021.1.162 -Programa Estadual de Transporte Escolar Compartilhado-IR E VIR
129 -3.3.90.30.00.00 15760000MATERIAL DE CONSUMORS 28.715,54
Total Suplementação:RS 367.399,47

Art. 2º - Para cobertura do referido crédito fica utilizado recurso proveniente de Excesso de Arrecadação, em consonância com disposto no art. 43, § 1º inciso II da Lei 4.320/64.

Receita
1.3.2.1.01.01.14.00 - Rendimentos de Depósitos Bancários - CONVÊNIOS – EDUCAÇÃO.....RS 28.715,54
1.7.1.5.50.31.00.0 - Transferências de Recursos de Complementação da União ao FUNDEB VAAR.....RS 128.634,13
1.7.1.5.53.01.00.0 – Transferência de Recursos do FUNDEB destinados à criação de matrículas em Tempo Integral.....RS 50.049,80
1.7.1.3.50.51.03.0 - SUS Custeio - Assistência Financeira - Complemento Piso Profis. da Enfermagem.....RS 160.000,00
Total Receitas:RS 367.399,47

Art. 3º - Fica alterado parcialmente o Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA, para o exercício orçamentário vigente, com vigência a partir da publicação.

CICERO APARECIDO Assinado de forma digital por
GODOI:3254696328 CICERO APARECIDO
GODOI:32546963287
Dados: 2025.12.16 11:13:55
-04'00'CICERO APARECIDO GODOI
PREFEITO

Castanheiras/RO, 16 de dezembro de 2.025.



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Gabinete do Chefe do Poder Executivo

Av. Jacarandá, 100
CEP: 76948-000
Castanheiras – Rondônia
CNPJ 63.761.969/0001-03
contato@castanheiras.ro.gov.br

LEI MUNICIPAL Nº 1.153/GAB/2.025, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2.025

“DISPÕE SOBRE CRÉDITO ESPECIAL AO ORÇAMENTO VIGENTE CONFORME ART. 7º, 41 E 42, DA LEI 4.320/64 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRAS, ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica, art. 64, III, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona, promulga e publica a seguinte

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no PPA/LDO e no orçamento vigente municipal um CRÉDITO ESPECIAL por RECURSO VINCULADO, nas dotações abaixo discriminadas, no valor de até **RS 1.174.199,05 (um milhão, cento e setenta e quatro mil, cento e noventa e nove reais e cinco centavos)**.

Suplementação
02.000.00.000.0000.0.000. - EXECUTIVO MUNICIPAL
02.005.00.000.0000.0.000.SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS
02.009.10.301.0012.1.210. - Recuperação De Estradas Vicinais - Termo de Convênio nº 557/2025/PGE-DERADM - c/c 29.322-9.
150 -3.3.90.39.00.00 17010100 - OUTROS SERVIÇO DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA.....RS 1.174.199,05
Total Suplementação:.....RS 1.174.199,05

Art. 2º - Para cobertura do referido crédito fica utilizado recurso proveniente de Recurso Vinculado, em consonância com disposto no art. 43, da Lei 4.320/64.

Receita
1.7.1.9.99.03.02.01 - Transf. de Conv. do Estado destinadas a Prog. de Infraestrutura em Transporte.....RS 1.162.457,06
Total Receitas:.....RS 1.162.457,06

Art. 3º - Para cobertura do referido crédito fica utilizado recurso proveniente de Anulação Parcial e/ou Total da dotação, em consonância com disposto no art. 43, § 1º inciso III da Lei 4.320/64.

Redução
02.000.00.000.0000.0.000. - EXECUTIVO MUNICIPAL
02.004.00.000.0000.0.000. - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
02.004.99.999.9999.9.999. - RESERVA DE CONTINGÊNCIA
42 -9.9.99.99.00.00 15000000 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA.....RS 11.741,99
Total Suplementação:.....RS 11.741,99

Art. 4º - Fica alterado parcialmente o Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA, para o exercício orçamentário vigente, com vigência a partir da publicação.

Castanheiras/RO, 16 de dezembro de 2.025.

CICERO APARECIDO Assinado de forma digital por
GODOI:3254696328 CICERO APARECIDO
GODOI:32546963287
Dados: 2025.12.16 11:03:11
-04'00'CICERO APARECIDO GODOI
PREFEITO

GABINETE DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO - gabinete@castanheiras.ro.gov.br - castanheiras.ro.gov.br



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Gabinete do Chefe do Poder Executivo

Av. Jacarandá, 100
CEP: 76948-000
Castanheiras – Rondônia
CNPJ 63.761.969/0001-03
contato@castanheiras.ro.gov.br

LEI MUNICIPAL Nº 1.154/GAB/2.025, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2.025

“DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VIGENTE CONFORME ART. 7º, 41 E 42, DA LEI 4.320/64 E ART. 7º DA LEI Nº 1.097/GAB/2025, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRAS, ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica, art. 64, III, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona, promulga e publica a seguinte.

LEI

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no PPA/LDO e no orçamento vigente municipal um CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, nas dotações abaixo discriminadas, no valor de até **RS 29.094,27 (vinte e nove mil e noventa e quatro reais e vinte e sete centavos)**.

Suplementação
02.000.00.000.0000.0.000. - EXECUTIVO MUNICIPAL
02.009.00.000.0000.0.000. - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
02.009.10.301.0012.1.206. AQUIS. AMBULÂNCIA - EMENDA INDIVIDUAL DEP. SILVIA CRISTINA-PROP Nº 09032024-073789/2024
37 -4.4.90.52.00.00 16050000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE. RS 29.094,27
Total Suplementação:.....RS 29.094,27

Art. 2º - Para cobertura do referido crédito fica utilizado recurso proveniente de Excesso de Arrecadação, em consonância com disposto no art. 43, § 1º inciso II da Lei 4.320/64.

Receita
1.3.2.1.01.01.28.Remuneração de Depósitos Bancários - Emendas Parlamentares Individuais.....RS 29.094,27
Total Receitas:RS 29.094,27

Art. 3º - Fica alterado parcialmente o Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA, para o exercício orçamentário vigente, com vigência a partir da publicação.

Castanheiras/RO, 16 de dezembro de 2.025.

CICERO APARECIDO Assinado de forma digital por
GODOI:3254696328 CICERO APARECIDO
GODOI:32546963287
Dados: 2025.12.16 11:16:26
-04'00'CICERO APARECIDO GODOI
PREFEITO

GABINETE DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO - gabinete@castanheiras.ro.gov.br - castanheiras.ro.gov.br

ESTADO DE RONDONIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRAS
PODER EXECUTIVO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal CICERO APARECIDO GODOI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nº : 1140/2025
b) Licitação Nº : 14/2025
c) Modalidade : Dispensa;
d) Data Homologação : 19/12/2025
e) Objeto Homologado : AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO TIPO PLACAS VEICULARES NO PADRAO MERCOSUL - CATEGORIA OFICIAL
f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: LEÃO PLACAS LTDA-ME
CNPJ/CPF: 08.691.197/0001-64

Item	Descrição	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
1	PLACAS VEICULARES NO PADRAO MERCOSUL - CATEGORIA OFICIAL MATERIAL RESISTENTE E DURAVEL (A-ALUMINIO COM PELICULA REFLETIVA), INCLUSÃO DE QR CODE E DEMAIS E-LEMENTOS DE SEGURANÇA EXIGIDOS	-	70	RS 100,0000	RS 7.000,0000

Valor Total Homologado - RS 7.000,00

Castanheiras-RO, 19 de dezembro de 2025.

CICERO APARECIDO GODOY
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRAS

Estado de Rondônia

CNPJ 63.761.969/0001-03

Exercício: 2025

Decreto nº 142/2025 de 16/12/2025

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação e dá outras providências.

O Prefeito do município de CASTANHEIRAS, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Especifica nº 1152/2025 de 16/12/2025.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Cr Suplementar, no Orçamento do Município, no valor de **RS 367.399,47 (trezentos e sessenta e sete mil trezentos e noventa e nove reais e quarenta e sete centavos)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação		Executivo Municipal	
02.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO E CULTURA	
02.006.00.000.0000.0.000.		MANUTENCAO DE DESPESAS DO FUNDEB 70% - ENSINO FUNDAMENTAL	
149 - 3.1.90.11.00.00	15430100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	128.634,13
148 - 3.1.90.11.00.00	15460000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	50.049,80
02.006.12.361.0021.1.162.		Programa Estadual de Transporte Escolar Compartilhado - IR E VIR	
129 - 3.3.90.30.00.00	15760000	MATERIAL DE CONSUMO	28.715,54
02.009.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
02.009.10.301.0013.2.203.		SUS Custeio - Serviços de Atenção Básica em Saúde	
18 - 3.1.90.16.00.00	16050000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	160.000,00
Total Suplementação:			367.399,47

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crê pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Excesso de Arrecadação;

Receita: 1.7.1.3.50.51.03.00000000 Fonte: 0 160.000,00
Receita: 1.3.2.1.01.01.14.00000000 Fonte: 0 28.715,54
Receita: 1.7.1.5.50.31.00.00000000 Fonte: 0 128.634,13
Receita: 1.7.1.5.53.01.00.00000000 Fonte: 0 50.049,80

Total da Receita: 367.399,47

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na da publicação, revogadas as disposições em contrário.

CASTANHEIRAS , Estado de Rondônia, em 16/12/2025.

CICERO APARECIDO Assinado de forma digital por
GODOI:3254696328 CICERO APARECIDO
GODOI:32546963287
Dados: 2025.12.16 13:33:08
-04'00'CICERO APARECIDO GODOY
PREFEITO



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Gabinete do Chefe do Poder Executivo

Avenida Jacarandá, 1

CEP: 76948-0

Castanheiras - Rondônia

CNPJ: 03.705.969/0001-00

contato@castanheiras.ro.gov.br

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 072/2025

Validade da ATA: 12 meses a contar da data de publicação.

PROCESSO Nº: 792/2025
Pregão Eletrônico nº: 022/2025

Data da Abertura: 15 de Dezembro de 2025.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DE ORDEM JUDICIAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRAS, por um período de (12) meses, nos termos, especificações técnicas e condições do Termo de referência, nos termos, especificações técnicas e condições nos processos administrativos das respectivas secretarias.

Em, 15 de DEZEMBRO de 2025, após sessão aberta na sala de sessões online pela promotora www.licitanet.com.br iniciada às 09:00, realizada pela Comissão designada presidida pela pregoeira, Sr^a DENIZE REGINA DOS SANTOS, e as empresas constantes na Ata da Sessão, nos Termos da legislação vigente., Lei Federal 10.520/2002 e 14.133/21 e demais normas aplicáveis a espécie, resolvem REGISTRAR OS PREÇOS para FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO, em conformidade com as seguintes condições abaixo especificadas:

DETENTORA DO REGISTRO DE PREÇO: NOSSA FARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ: 43.707.856/0001-04, situada à Avenida Dr. Miguel Vieira Ferreira, nº 4922, Cep: 76958-000, Bairro: Centro, Novo Horizonte do Oeste-RO, neste ato legalmente representada pelo(a), Sr^o(a), Kleiton de Oliveira Silva, Brasileiro, portador de CPF nº 712.***-68, RG nº 7****8 SSP-RO.

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR LANCE	TOTAL LANCE
1	360,00	COMP	PLENANCE 20 MG	LIBBS	R\$ 1,48	R\$ 532,80
4	720,00	COMP	CARVEDILOL COMP 12,5 MG	LABOFARMA	R\$ 0,08	R\$ 57,60
5	360,00	COMP	FUROSEMIDA 40 MG	GEOLAB	R\$ 0,06	R\$ 21,60
6	2.160,00	UND	SONDA DE NELATON 14	MEDIX	R\$ 2,43	R\$ 5.248,80
11	2.190,00	COMP	OXBUTININA 05 MG	SUPERA	R\$ 1,18	R\$ 2.584,20
14	365,00	COMP	CLORIDRATO DE IMIPRAMINA 50 MG	CRISTALIA	R\$ 0,81	R\$ 295,65

1. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

1.1 O órgão gerenciador será o Departamento do Sistema de Registro de Preços da Prefeitura Municipal de Castanheiras.

1.2 Caberá ao Departamento do Sistema de Registro de Preço, órgão vinculado a condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata dele recorrente.

1.3 No entanto, a alocação de recursos, empenhamento, análise do mérito das quantidades adquiridas, bem como a finalidade pública na utilização dos materiais e serviços são de responsabilidade exclusiva do ordenador de despesas do órgão Participante assim como as demais atribuições.

1.4 Além de gerenciador, também poderá haver outros órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

2. DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1 Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, a secretaria municipal da prefeitura municipal de Castanheiras/RO que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem em utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.

2.2 As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere no item anterior não poderão exceder, por secretaria, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

2.3 O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o caput deste artigo não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de secretarias não participantes que aderirem.

2.4 Caberá ao fornecedor ou prestador beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento ou prestação decorrente de adesão, o quefará no compromisso de não prejudicar as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e com os órgãos participantes.

2.5 As secretarias, órgão ou entidade poderá solicitar adesão aos itens de que não tenha figurado inicialmente como participante, atendidos os requisitos estabelecidos no § 2º do art. 86 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

2.6 Não será concedida nova adesão ao órgão ou entidade que não tenha consumido ou contratado o quantitativo autorizado anteriormente.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

3.1 O prazo de vigência desta Ata de Registro de Preço será de 12 (doze) meses contados o prazo de vigência da ata de registro de preços, a partir da publicação do extrato da ata no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia.

3.2 Podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que ocorramotivo justificadodoaceito pela Administração e que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.

3.3 No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

3.4 O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

3.5 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles possam advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento ou contratação em igualdade de condições.

3.6 As contratações decorrentes da ata serão formalizadas por meio de instrumento contratual, carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme prevê o art. 95 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

3.7 Os contratos celebrados em decorrência do Registro de Preços estão sujeitos as regras previstas na Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

3.8 Os contratos poderão ser alterados de acordo com o previsto em lei e no edital da licitação, inclusive quanto ao acréscimo de que trata o art. 124 a 136, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, cujo limite é aplicável ao contrato individualmente considerado e não à ata de registro de preços.

3.9 A duração dos contratos decorrentes da ata de registro de preços deverá atender aocontido no Capítulo V, do Título III, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

3.10 O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.11 A alteração dos preços registrados não altera automaticamente os preços doscontratos decorrentesdo Sistema de Registro de Preços, cuja revisão deverá ser feita pela secretaria municipal, órgão contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre os contratos.

3.12 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, inclusive acréscimos do que trata o art. 124 da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.13 Para celebrar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, o fornecedor ou prestador de serviço deverá estar cadastrado no sistema do processo eletrônico municipal, mantendo as condições de habilitação exigidas na licitação.

4. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor: I - for liberado;

II - descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV - sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021; V - não aceitar o preço revisado pela Administração.

4.2 A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador: I - pelo decurso do prazo de vigência;

II - pelo cancelamento de todos os preços registrados;

III - por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

IV - por razões de interesse público, devidamente justificadas.

4.3 No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

5. DO PROCEDIMENTO PARA IMPUGNAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1 Qualquer cidadão ou entidade legalmente constituída é parte legítima para, a qualquer momento, durante a vigência da ata de registro de preços, impugnar o preço registrado, quando vier apresentar incompatibilidade com o preço vigente no mercado

5.2 A impugnação do preço registrado deverá ser acompanhada de sua respectiva fundamentação, e instruída com os elementos probatórios disponíveis para comprovação da veracidade do alegado.

5.3 A comprovação da veracidade do alegado, para fins de impugnação deverá demonstrar que eventuais preços a menor do que o registrado são praticados no mercado por pessoas ou empresas que atendam os requisitos mínimos para contratação junto a Administração Pública, em atenção às regras previstas no edital da licitação que ensejou no preço registrado e às constantes na Lei 14.133/21 e legislação correlata.

5.4 A impugnação referente ao preço registrado deverá ser endereçada ao Departamento de Registro de Preços, preferencialmente via e-mail: cp@castanheiras.ro.gov.br ou transmitir o e-mail o mesmo deverá ser confirmado pelo Gestor do Registro de Preços ou equipe de apoio responsável, para não se tornar sem efeito), através do próprio e-mail respondido como recebido ou pelo telefone citados no edital.

5.5 Ao receber a impugnação, o Gestor de Registro de Preço instruirá os autos com a adoção das diligências que entender necessárias, entre elas a realização de pesquisa de preços, e proferirá decisão conforme o caso, declarando a adequação ou a inadequação do preço registrado.

5.6 Se a decisão a que refere o subitem anterior decidir pela inadequação do preço registrado, o Gestor do Registro de Preços notificará o fornecedor detentor do preço registrado para, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, manifestar por escrito sua concordância ou não com a redução do preço registrado, no termos da proposta da Administração, fundamentando sua manifestação com informações e documentos que entender pertinentes.

5.7 Caso o fornecedor manifeste anuência com a redução do preço registrado, a Administração

providenciará o aditamento da Ata de Registro de Preços e encaminhará os autos para a autoridades superior, para fins de homologação dos praticados e publicação no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia (AROM).

5.8 Na hipótese de não aceitação da proposta de redução da Administração por parte dos fornecedores, estes serão liberados do compromisso assumido sem aplicação de penalidades e haverá a convocação dos demais fornecedores, em ordem de classificação, para fornecimento dos itens registrados pelo preço constante na proposta da Administração.

5.9 Liberado o fornecedor na forma do item anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.

5.10 Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

6. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO

6.1 Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado.

6.2 Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços

registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

6.2.1 Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.2.2 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus

preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

6.2.3 A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

6.3 Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, nota de empenho ou contrato, o que vier primeiro, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - a possibilidade da atualização dos preços registrados seja solicitada formalmente pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;

II - a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada a alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública; III - seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas;

IV - seja realizado ampla pesquisa de mercado;

V - seja feito negociação formal entre o órgão gerenciador e o fornecedor ou prestador signatário, buscando sempre manter menor custo para administração pública.

6.3.1 A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.

6.3.2 Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fatos supervenientes, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

6.3.3 Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no § 2º deste artigo, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

6.3.4 Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

6.3.5 Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.3.6 Liberado o fornecedor na forma do item 8.3.5, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.

6.3.7 Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

6.3.8 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

6.3.9 Após a emissão da ordem fornecimento ou nota de empenho, o que vier primeiro, caso ocorra o requerimento do fornecedor ou prestador signatário, o reajuste valerá somente para a próxima ordem fornecimento ou nota de empenho.

7. DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

7.1 As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas pela Autoridade Competente e ordenador de despesa.

7.2 Autorizadas as aquisições será emitida a respectiva nota de empenho, precedida da elaboração do contrato pela Administração, se for o caso.

7.3 Após a assinatura do contrato se for o caso, as partes se submeterão às regras contidas naquele instrumento.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 Das Penalidades - Em caso de não execução parcial ou total das condições fixadas salvo se ensejar por motivo de força maior ou caso fortuito, a Contratante poderá aplicar à Contratada as penalidades previstas na Lei de Licitações e Contratos nº 14.133/2021 artigos art. 155 ao art. 163, facultada a defesa prévia no respectivo processo, no prazo legal.

9. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

9.1 O cadastro de reserva de fornecedores ocorrerá após o encerramento da etapa competitiva, com manifestação do fornecedor com por finalidade especial atender a superveniente exclusão do primeiro fornecedor classificado.

9.2 Será incluído, na respectiva ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, observadas as seguintes questões:

9.2.1 O registro a que se refere o item 10.2 deste artigo tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata.

9.2.2 Se houver mais de um licitante, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva;

9.2.3 A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.

10. DAS CONDIÇÕES GERAIS

10.1 As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital de Licitação e em seus anexos como Termo de Referência e Minuta de contrato.

11. DAS INFORMAÇÕES GERAIS

11.1 Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser obtidas pelo telefone (69) 3474-2050. E-mails: supel@castanheiras.ro.gov.br ou na sede Prefeitura Municipal de Castanheiras, no endereço Av. Jacarandá, 100, Centro, Castanheiras/RO, CEP: 76.940-000, nos dias úteis, no horário das 07h30min às 13h30min.

12. DO FORO

12.1 O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o da Comarca de Presidente Médici/RO.

12.2 E, por estarem de acordo lavram o presente instrumento, que lido e achado conforme, vai assinado pelas partes.

CICERO APARECIDO GODOI
PREFEITO MUNICIPAL

NOSSA FARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS E EQUIPAMENTOS
HOSPITALARES LTDA
43.707.856/0001-04
KLEITON DE OLIVEIRA SILVA



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
Gabinete do Chefe do Poder Executivo

Av. Jacarandá, 100
CEP: 76948-000
Castanheiras - Rondônia
CNPJ 63.763.969/0001-03
contato@castanheiras.ro.gov.br

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 073/2025

Validade da ATA: 12 meses a contar da data de publicação.

PROCESSO Nº. 792/2025
Pregão Eletrônico nº. 022/2025

Data da Abertura: 15 de Dezembro de 2025.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DE ORDEM JUDICIAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRAS, por um período de (12) meses, nos termos, especificações técnicas e condições do Termo de referência, nos termos, especificações técnicas e condições nos processos administrativos das respectivas secretarias.

Em, 15 de DEZEMBRO de 2025, após sessão aberta na sala de sessões online pela promotora www.licitacoes.ro.gov.br iniciada às 09:00, realizada pela Comissão designada pela presidida pela pregoeira, Sr^{ta} DENIZE REGINA DOS SANTOS, e as empresas constantes na Ata da Sessão, nos termos da legislação vigente, Lei Federal 10.520/2002 e 14.133/21 e demais normas aplicáveis a espécie, resolvem REGISTRAR OS PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISICAO, em conformidade com as seguintes condições abaixo especificadas:

DETENTORA DO REGISTRO DE PREÇO: R N F DE SOUZA & CIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no CNPJ: 00.647.694/0001-53, situada à Rua dos Pioneiros, nº 2368, Cep: 76976-230, Bairro: Centro, Cacoal-RO, neste ato legalmente representada pelo(a) Sr^a(a), Raimundo Nonato Fernandes de Souza, Brasileiro, portador de CPF nº 191.***-49, RG nº 2****1 SSP/RO.

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR LANCE	TOTAL LANCE
2	360,00	COMP	JANUVIA 100 MG	MERCK	R\$ 4,79	R\$ 1.724,40
3	360,00	COMP	GABAPENTINA 600MG	E M S	R\$ 4,00	R\$ 1.440,00
9	6.000,00	UND	GAZE HIDROFILA	MEDIX	R\$ 0,15	R\$ 900,00

1. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

- 1.1 O órgão gerenciador será o Departamento do Sistema de Registro de Preços da Prefeitura Municipal de Castanheiras.
- 1.2 Caberá ao Departamento do Sistema de Registro de Preço, órgão vinculado a condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata dele recorrente.
- 1.3 No entanto, a alocação de recursos, empenhamento, análise do mérito das quantidades adquiridas, bem como a finalidade pública na utilização dos materiais e serviços são de responsabilidade exclusiva do ordenador de despesas do órgão Participante assim como as demais atribuições.
- 1.4 Além de gerenciador, também poderá haver outros órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

2. DA ADESSÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1 Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, a secretaria municipal da prefeitura municipal de Castanheiras/RO que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem em utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.
- 2.2 As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere no item anterior não poderão exceder, por secretaria, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.
- 2.3 O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere ocupou deste artigo não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de secretarias não participantes que aderirem.
- 2.4 Caberá ao fornecedor ou prestador beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento ou prestação decorrente de adesão, o quefará no compromisso de não prejudicar as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e com os órgãos participantes.
- 2.5 As secretarias, órgão ou entidade poderá solicitar adesão aos itens de que não tenha figurado inicialmente como participante, atendidos os requisitos estabelecidos no § 2º do art. 86 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
- 2.6 Não será concedida nova adesão ao órgão ou entidade que não tenha consumido o contratado o quantitativo autorizado anteriormente.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

- 3.1 O prazo de vigência desta Ata de Registro de Preço será de 12 (doze) meses contados o prazo de vigência da ata de registro de preços, a partir da publicação do extrato da ata no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia.
- 3.2 Podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que ocorramto justificado pela Administração e que comprovado que as condições e o preço permaneçam vantajosos.
- 3.3 No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.
- 3.4 O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.
- 3.5 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles possam advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento ou contratação em igualdade de condições.
- 3.6 As contratações decorrentes da ata serão formalizadas por meio de instrumento contratual, carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme prevê o art. 95 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
- 3.7 Os contratos celebrados em decorrência do Registro de Preços estão sujeitos às regras previstas na Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
- 3.8 Os contratos poderão ser alterados de acordo com o previsto em lei e no edital da licitação, inclusive quanto ao acréscimo de que trata os art. 124 e 136, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, cujo limite é aplicável ao contrato individualmente considerado e não à ata de registro de preços.
- 3.9 A duração dos contratos decorrentes da ata de registro de preços deverá atender ao disposto no Capítulo V, do Título III, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
- 3.10 O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 3.11 A alteração dos preços registrados não altera automaticamente os preços dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços, cuja revisão deverá ser feita pela secretaria municipal, órgão contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre os contratos.
- 3.12 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, inclusive acréscimos do que trata o art. 124 da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 3.13 Para celebrar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, o fornecedor ou prestador de serviço deverá estar cadastrado no sistema do processo eletrônico municipal, mantendo as condições de habilitação exigidas na licitação.

4. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1 O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor: I - for liberado;
II - descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
IV - sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021; V - não aceitar o preço revisado pela Administração.
- 4.2 A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador: I - pelo decurso do prazo de vigência;
II - pelo cancelamento de todos os preços registrados;
III - por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
IV - por razões de interesse público, devidamente justificadas.
- 4.3 No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

5. DO PROCEDIMENTO PARA IMPUGNAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 5.1 Qualquer cidadão ou entidade legalmente constituída é parte legítima para, a qualquer momento, durante a vigência da ata de registro de preços, impugnar o preço registrado, quando vier apresentar incompatibilidade com o preço vigente no mercado.
- 5.2 A impugnação do preço registrado deverá ser acompanhada de sua respectiva fundamentação, e instruída com os elementos probatórios disponíveis para comprovação da veracidade do alegado.
- 5.3 A comprovação da veracidade do alegado, para fins de impugnação deverá demonstrar que eventuais preços a menor do que o registrado são praticados no mercado por pessoas ou empresas que atendam os requisitos mínimos para contratação junto a Administração Pública, em atenção às regras previstas no edital da licitação que ensejou no preço registrado e às constantes na Lei 14.133/21 e legislação correlata.
- 5.4 A impugnação referente ao preço registrado deverá ser endereçada ao Departamento de Registro de Preços, preferencialmente via e-mail: cp@castanheiras.ro.gov.br ou ao transmitir o e-mail o mesmo deverá ser confirmado pelo Gestor do Registro de Preços ou equipe de apoio responsável, para não se tornar sem efeito), através do próprio e-mail respondido como recebido ou pelo telefone citados no edital.
- 5.5 Ao receber a impugnação, o Gestor de Registro de Preço instruirá os autos com

a adoção das diligências que entender necessárias, entre elas a realização de pesquisa de preços, e proferirá decisão conforme o caso, declarando a adequação ou a inadequação do preço registrado.

5.6 Se a decisão a que refere o subitem anterior decidir pela inadequação do preço registrado, o Gestor do Registro de Preços notificará o fornecedor detentor do preço registrado para, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, manifestar por escrito sua concordância ou não com a redução do preço registrado, nos termos da proposta da Administração, fundamentando sua manifestação com informações e documentos que entender pertinentes.

5.7 Caso o fornecedor manifeste anuência com a redução do preço registrado, a Administração providenciará o aditamento da Ata de Registro de Preços e encaminhará os autos para a autoridades superior, para fins de homologação dos praticados publicação no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia (AROM).

5.8 Na hipótese de não aceitação da proposta de redução da Administração por parte dos fornecedores, estes serão liberados do compromisso assumido sem aplicação de penalidades e haverá a convocação dos demais fornecedores, em ordem de classificação, para fornecimento dos itens registrados pelo preço constante na proposta da Administração.

5.9 Liberado o fornecedor na forma do item anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.

5.10 Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

6. DO REQUILIBRIO ECONÔMICO

6.1 Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado.

6.2 Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços.

6.3 Quando o preço registrado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor, tomando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

6.2.1 Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.2.2 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

6.2.3 A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

6.3 Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, nota de empenho ou contrato, o que vier primeiro, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - a possibilidade da atualização dos preços registrados seja solicitada formalmente pelo fornecedor

ou prestador signatário da ata de registro de preços;

II - a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública; III - seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas;

IV - seja realizado ampla pesquisa de mercado;

V - seja feito negociação formal entre o órgão gerenciador e o fornecedor ou prestador signatário, buscando sempre manter menor custo para administração pública.

6.3.1 A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.

6.3.2 Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fatos supervenientes, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

6.3.3 Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no § 2º deste artigo, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

6.3.4 Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

6.3.5 Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço atualizado pela Administração, liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.3.6 Liberado o fornecedor na forma do item 8.3.5, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.

6.3.7 Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

6.3.8 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

6.3.9 Após a emissão da ordem fornecimento ou nota de empenho, o que vier primeiro, caso ocorra requerimento do fornecedor ou prestador signatário, o reajuste valerá somente para a próxima ordem fornecimento ou nota de empenho.

7. DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

- 7.1 As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas pela Autoridade Competente e ordenador de despesa.
- 7.2 Autorizadas as aquisições será emitida a respectiva nota de empenho, precedida de elaboração de contrato pela Administração, se for o caso.
- 7.3 Após a assinatura do contrato se for o caso, as partes se submeterão às regras contidas no presente instrumento.
- 7.4
- 7.5
- 7.6
- 7.7
- 7.8
- 7.9
- 7.10
- 7.11
- 7.12
- 7.13
- 7.14
- 7.15
- 7.16
- 7.17
- 7.18
- 7.19
- 7.20
- 7.21
- 7.22
- 7.23
- 7.24
- 7.25
- 7.26
- 7.27
- 7.28
- 7.29
- 7.30
- 7.31
- 7.32
- 7.33
- 7.34
- 7.35
- 7.36
- 7.37
- 7.38
- 7.39
- 7.40
- 7.41
- 7.42
- 7.43
- 7.44
- 7.45
- 7.46
- 7.47
- 7.48
- 7.49
- 7.50
- 7.51
- 7.52
- 7.53
- 7.54
- 7.55
- 7.56
- 7.57
- 7.58
- 7.59
- 7.60
- 7.61
- 7.62
- 7.63
- 7.64
- 7.65
- 7.66
- 7.67
- 7.68
- 7.69
- 7.70
- 7.71
- 7.72
- 7.73
- 7.74
- 7.75
- 7.76
- 7.77
- 7.78
- 7.79
- 7.80
- 7.81
- 7.82
- 7.83
- 7.84
- 7.85
- 7.86
- 7.87
- 7.88
- 7.89
- 7.90
- 7.91
- 7.92
- 7.93
- 7.94
- 7.95
- 7.96
- 7.97
- 7.98
- 7.99
- 7.100

8.1 Das Penalidades - Em caso de não execução parcial ou total das condições fixadas salvo se ensejar por motivo de força maior ou caso fortuito, a Contratante poderá aplicar à Contratada as penalidades previstas na Lei de Licitações e Contratos nº 14.133/2021 artigos art. 155 ao art. 163, facultada a defesa prévia no respectivo processo, no prazo legal.

9. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

- 9.1 O cadastro de reserva de fornecedores ocorrerá após o encerramento da etapa competitiva, com manifestação do fornecedor com foro finalidade especial atender a superveniente exclusão do primeiro fornecedor classificado.
- 9.2 Será incluído, na respectiva ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, observadas as seguintes questões:
- 9.2.1 O registro a que se refere o item 10.2 deste artigo tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata.
- 9.2.2 Se houver mais de um licitante, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva;
- 9.2.3 A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.

10. DAS CONDIÇÕES GERAIS

- 10.1 As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital de Licitação e em seus anexos com Termo de Referência e Minuta de contrato.
- 10.2
- 10.3
- 10.4
- 10.5
- 10.6
- 10.7
- 10.8
- 10.9
- 10.10
- 10.11
- 10.12
- 10.13
- 10.14
- 10.15
- 10.16
- 10.17
- 10.18
- 10.19
- 10.20
- 10.21
- 10.22
- 10.23
- 10.24
- 10.25
- 10.26
- 10.27
- 10.28
- 10.29
- 10.30
- 10.31
- 10.32
- 10.33
- 10.34
- 10.35
- 10.36
- 10.37
- 10.38
- 10.39
- 10.40
- 10.41
- 10.42
- 10.43
- 10.44
- 10.45
- 10.46
- 10.47
- 10.48
- 10.49
- 10.50
- 10.51
- 10.52
- 10.53
- 10.54
- 10.55
- 10.56
- 10.57
- 10.58
- 10.59
- 10.60
- 10.61
- 10.62
- 10.63
- 10.64
- 10.65
- 10.66
- 10.67
- 10.68
- 10.69
- 10.70
- 10.71
- 10.72
- 10.73
- 10.74
- 10.75
- 10.76
- 10.77
- 10.78
- 10.79
- 10.80
- 10.81
- 10.82
- 10.83
- 10.84
- 10.85
- 10.86
- 10.87
- 10.88
- 10.89
- 10.90
- 10.91
- 10.92
- 10.93
- 10.94
- 10.95
- 10.96
- 10.97
- 10.98
- 10.99
- 10.100

11. DAS INFORMAÇÕES GERAIS

11.1 Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser obtidas pelo telefone (69) 3474-2050, E-mails: supe@castanheiras.ro.gov.br ou na sede Prefeitura Municipal de Castanheiras, no endereço Av. Jacarandá, 100 Centro, Castanheiras/RO, CEP: 76.940-000, nos dias úteis, no horário das 07h30min às 13h30min.

12. DO FORO

12.1 O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o da Comarca de Presidente Médici/RO.

12.2 E, por estarem de acordo lavram o presente instrumento, que lido e achado conforme, vai assinado pelas partes.

CICERO APARECIDO GODOI
PREFEITO MUNICIPAL

R N F DE SOUZA & CIA LTDA
00.647.694/0001-53
RAIMUNDO NONATO FERNANDES DE SOUZA



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
Gabinete do Chefe do Poder Executivo

Av. Jacarandá, 100
CEP: 76948-000
Castanheiras - Rondônia
CNPJ 63.763.969/0001-03
contato@castanheiras.ro.gov.br

DECRETO MUNICIPAL Nº 154/2.025, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2025

AUTORIZA VEÍCULO A TRANSPORTAR
RELIGIOSOS DO MUNICÍPIO DE
CASTANHEIRAS/RO AO MUNICÍPIO ROLIM
DE MOURA/RO.

O Prefeito de Castanheiras/RO, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, com fundamento no artigo 64, inciso VI, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA

Art. 1º. Fica autorizado nos termos da Lei Municipal nº 1.075/2024, o veículo de transporte Coletivo de placa OHN 20C04., pertencente ao patrimônio deste Poder a conduzir crianças e adolescentes para o exame anual de troca anual de faixa feita pela Associação Pequeno Dragão de Karatê intersilos. Com saída no dia 20 de dezembro de 2025 às 17:00 do pátio da Prefeitura Municipal de Castanheiras/RO e retorno previsto às 21:30.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Castanheiras/RO, 19 de Dezembro de 2025.

CICERO APARECIDO Assinado de forma digital
GODOI:32546963287 00001:32546963287
CICERO APARECIDO GODOI
Prefeito



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
Superintendência de Licitações - SUPEL

Av. Jacarandá, 100
CEP: 76948-000
Castanheiras - Rondônia
CNPJ 63.763.969/0001-03
contato@castanheiras.ro.gov.br

ATA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Dispensa de Licitação nº 014/SEMAD/2025

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA CONFECÇÃO DE PLACAS VEICULARES NO PADRÃO MERCOSUL - CATEGORIA OFICIAL.

Período de propostas: de 16/12/2025, às 00:00, até 18/12/2025, às 23:59.
Preferência de ME e EPP: SIM.

PREAMBULO

Na data de 19/12/2025, às 08:00, teve início a etapa de julgamento e classificação da(s) proposta(s), pelo critério de julgamento de MENOR PREÇO GLOBAL, encaminhada(s) pelos licitantes, nos termos da Lei nº 14.133, de 01/04/2021.

RELATÓRIO DE FORNECEDORES

Participaram deste procedimento os fornecedores abaixo relacionados:

DADOS PARTICIPANTES	EMPRESA 1	EMPRESA 2	EMPRESA 3
FORNECEDOR	EMPLACAR SERVIÇOS DE ESTAMPAGEM DE PLACAS PARA VEÍCULOS EIRELI	LEÃO PLACAS LTDA-ME	SILVESTRES PLACAS LTDA ME
CNPJ	10.809.682/0001-31	08.691.197/0001-64	23.476.495/0001-25
Status	HABILITADO	HABILITADO	HABILITADO

RELATÓRIO DE PROPOSTA INSCRITAS VIA E-MAIL

Não foram enviadas proposta por Email durante o período de recebimento de propostas.

RELATORIO DE CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTA

CLASSIFICAÇÃO DE MENOR PREÇO POR ITEM	EMPRESA	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS
1º	LEÃO PLACAS LTDA-ME	R\$ 7.000,00
2º	SILVESTRES PLACAS LTDA ME	R\$ 8.732,50
3º	EMPLACAR SERVIÇOS DE ESTAMPAGEM DE PLACAS PARA VEÍCULOS EIRELI	R\$ 14.000,00

DESCLASSIFICAÇÃO

Não houve desclassificação.

HABILITAÇÃO

Todos os participantes foram devidamente habilitados.

OCORRÊNCIAS

Nenhumas ocorrências foram registradas.

DO JULGAMENTO

Permanente de Licitações declara vencedora a LEÃO PLACAS LTDA-ME, CNPJ 08.691.197/0001-64 do presente processo licitatório. Tendo como critério de julgamento e de menor preço Global, a Comissão

ENCERRAMENTO

Para constar foi lavrada a presente ata, após verificado o atendimento ao objeto da presente dispensa de licitação, sendo declarada encerrada em 19/12/2025 às 09:40.

DENIZE REGINA DOS SANTOS
SUPERINTENDENTE DE LICITAÇÃO
Port. 015/GAB/2025



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
Gabinete do Chefe do Poder Executivo

Av. Jacarandá, 100
CEP: 76948-000
Castanheiras - Rondônia
CNPJ 63.761.369/0001-03
contato@castanheiras.ro.gov.br

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 074/2025

Validade da ATA: 12 meses a contar da data de publicação.

PROCESSO Nº: **792/2025**
Pregão Eletrônico Nº: **022/2025**

Data da Abertura: 15 de Dezembro de 2025.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DE ORDEM JUDICIAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRAS, por um período de (12) meses, nos termos, especificações técnicas e condições do Termo de referência, nos termos, especificações técnicas e condições nos processos administrativos das respectivas secretarias.

Em, 15 de DEZEMBRO de 2025, após sessão aberta na sala de sessões online pela promotora www.licitanet.com.br, iniciada às 09:00, realizada pela Comissão designada presidida pela pregoeira, Sr^a **DENIZE REGINA DOS SANTOS**, e as empresas constantes na Ata da Sessão, nos Termos da legislação vigente., Lei Federal 10.520/2002 e 14.133/21 e demais normas aplicáveis a espécie, resolvem **REGISTRAR OS PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO**, em conformidade com as seguintes condições abaixo especificadas:

DETTENTORA DO REGISTRO DE PREÇO: JGM PRODUTOS PARA SAUDE LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ: 38.480.625/0001-09, situada à Rua Monteiro Lobato, nº 1415, Cep: 76965-750, Bairro: Floresta, Cacoal-RO, neste ato legalmente representada pelo(a), Sr^a(a), Everton Junior Pereira, Brasileiro, portador de CPF nº 845.***-20, RG nº ****S SESEDEC/RO.

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR LANCE	TOTAL LANCE
7	96,00	BISNAG	LUDOCINA 2 GEL BISNAGA	PHARLAB	R\$ 9,55	R\$ 916,80
8	600,00	UND	SACO COLETOR DE URINA ABERTO	LETOMED	R\$ 1,65	R\$ 990,00
10	1.800,00	UND	FRALDA ADULTO TAMANHO M	USERFRAL	R\$ 2,29	R\$ 4.122,00
12	365,00	COMP	SOLIFECANINA 10 MG	EMS	R\$ 1,94	R\$ 708,10
13	365,00	COMP	DOXAZOSINA 2 MG	EMS	R\$ 0,19	R\$ 69,35
			FRALDA ADULTO TAMANHO G COM BARREIRAS ANTIVAZAMENTO E RAPIDA ABSORÇÃO	USERFRAL	R\$ 1,39	R\$ 2.536,75
15	1.825,00	UND				

1. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

- 1.1 O órgão gerenciador será o Departamento do Sistema de Registro de Preços da Prefeitura Municipal de Castanheiras.
- 1.2 Caberá ao Departamento do Sistema de Registro de Preço, órgão vinculado a condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata dele decorrente.
- 1.3 No entanto, a alocação de recursos, empenhamento, análise do mérito das quantidades adquiridas, bem como a finalidade pública na utilização dos materiais e serviços são de responsabilidade exclusiva do ordenador de despesas do órgão Participante assim como as demais atribuições.
- 1.4 Além de gerenciador, também poderá haver outros órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

2. DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1 Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, a empresa municipal da Prefeitura Municipal de Castanheiras/RO que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem utilizada pela ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.
- 2.2 As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere no item anterior não poderão exceder, em porcentagem, os quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.
- 2.3 O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o caput deste artigo não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de secretarias não participantes que aderirem.
- 2.4 Caberá ao fornecedor ou prestador beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento de prestação de serviço, o que não lhe obrigará a não prejudicar as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e com os órgãos participantes.
- 2.5 As secretarias, órgão ou entidade poderá solicitar adesão aos itens de que não tenha figurado inicialmente como participante, atendidos os requisitos estabelecidos no § 2º do art. 86 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 2.6 Não será concedida nova adesão ao órgão ou entidade que não tenha consumido ou contratado o quantitativo autorizado anteriormente.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

- 3.1 O prazo de vigência desta Ata de Registro de Preço será de 12 (doze) meses contados o prazo de vigência da ata de registro de preços a partir da publicação do extrato da ata no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia.
- 3.2 Podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que ocorramotivo justificadoocorrido pela Administração e que comprovado que as condições e o preço permaneceram vantajosos.
- 3.3 No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.
- 3.4 O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.
- 3.5 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles possam advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento ou contratação em igualdade de condições.
- 3.6 As contratações decorrentes da ata serão formalizadas por meio de instrumento contratual, carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme prevê o art. 95 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 3.7 Os contratos celebrados em decorrência do Registro de Preços estão sujeitos às regras previstas na Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 3.8 Os contratos poderão ser alterados de acordo com o previsto em lei e no edital da licitação, inclusive quanto ao acréscimo de que trata o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.9 A duração dos contratos decorrentes da ata de registro de preços deverá atender ao contido no Capítulo IV, do Título III, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 3.10 O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

- 3.11 A alteração dos preços registrados não altera automaticamente os preços dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços, cuja revisão deverá ser feita pela secretaria municipal, órgão contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre os contratos.
- 3.12 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, inclusive acréscimo de que trata o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.13 Para celebrar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, o fornecedor ou prestador de serviço deverá estar cadastrado no sistema do processo eletrônico municipal, mantendo as condições de habilitação exigidas na licitação.

4. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1 O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor: I - for liberado;
II - descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àquela praticada no mercado;
IV - sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021; V - não aceitar o preço revisado pela Administração.
- 4.2 A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador: I - pelo decurso do prazo de vigência;
II - pelo cancelamento de todos os preços registrados;
III - por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução das obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
IV - por razões de interesse público, devidamente justificadas.
- 4.3 No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contratário e a ampla defesa.

5. DO PROCEDIMENTO PARA IMPUGNAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 5.1 Qualquer cidadão ou entidade legalmente constituída é parte legítima para, a qualquer momento, durante a vigência da ata de registro de preços, impugnar o preço registrado, quando vier apresentar incompatibilidade com o preço vigente no mercado.
- 5.2 A impugnação do preço registrado deverá ser acompanhada de sua respectiva fundamentação, e instituída com os elementos probatórios disponíveis para comprovação da veracidade do alegado.
- 5.3 A comprovação da veracidade do alegado, para fins de impugnação deverá demonstrar que eventuais preços a menor do que o registrado são praticados no mercado por pessoas ou empresas que atendam os requisitos mínimos para contratação junto a Administração Pública, em atenção às regras previstas no edital da licitação que ensejou no preço registrado e às constantes na Lei 14.133/21 e legislação correlata.
- 5.4 A impugnação referente ao preço registrado deverá ser endereçada ao Departamento de Registro de Preços, preferencialmente via e-mail: gpcastanheiras@do.gov.br ou transmitir o e-mail o mesmo deverá ser confirmado pelo Gestor do Registro de Preços ou equipe de apoio responsável, para não se tornar sem efeito), através do próprio e-mail respondido como recebido ou pelo telefone citados no edital.
- 5.5 Ao receber a impugnação, o Gestor de Registro de Preço instruirá os autos com

a adoção das diligências que entender necessárias, entre elas a realização de pesquisa de preços, e proferirá decisão conforme o caso, declarando a adequação ou a inadequação do preço registrado.

5.6 Se a decisão a que refere o subitem anterior decidir pela inadequação do preço registrado, o Gestor do Registro de Preços notificará o fornecedor detentor do preço registrado para, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, manifestar por escrito sua concordância ou não com a redução do preço registrado, nos termos da proposta da Administração, fundamentando sua manifestação com informações e documentos que entender pertinentes.

5.7 Caso o fornecedor manifeste anuência com a redução do preço registrado, a Administração

providenciará o aditamento da Ata de Registro de Preços e encaminhará os autos para a autoridade superior para fins de homologação dos praticados publicação no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia (AROM).

5.8 Na hipótese de não aceitação da proposta de redução da Administração por parte dos fornecedores, estes serão liberados do compromisso assumido sem aplicação de penalidades e haverá a convocação dos demais fornecedores, em ordem de classificação, para fornecimento dos itens registrados pelo preço constante na proposta da Administração.

5.9 Liberado o fornecedor na forma do item anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.

5.10 Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

6. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO

6.1 Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado.

6.2 Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços

registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados no mercado.

6.2.1 Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.2.2 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

6.2.3 A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

6.3 Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, nota de empenho ou contrato, o que vier primeiro, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:

- I - a possibilidade da atualização dos preços registrados seja solicitada formalmente pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;
- II - a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública; III - seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas;
- IV - seja realizado ampla pesquisa de mercado;
- V - seja feita negociação formal entre o órgão gerenciador e o fornecedor ou prestador signatário, para administração pública.

6.3.1 A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.

6.3.2 Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fatos supervenientes, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

6.3.3 Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no § 2º deste artigo, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

6.3.4 Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

6.3.5 Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço atualizado pela Administração, o fornecedor ou prestador ficará obrigado a cumprir os compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.3.6 Liberado o fornecedor na forma do item 8.3.5, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.

6.3.7 Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

6.3.8 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

6.3.9 Após a emissão da ordem fornecimento ou nota de empenho, o que vier primeiro, caso ocorra requerimento do fornecedor ou prestador signatário, o reajuste valerá somente para a próxima ordem fornecimento ou nota de empenho.

7. DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

- 7.1 As aquisições de objetos da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas pela Autoridade Competente e ordenador de despesa.
- 7.2 Autorizadas as aquisições será emitida a respectiva nota de empenho, precedida elaboração contrato pela Administração, se for o caso.
- 7.3 Após a assinatura do contrato se for o caso, as partes se submeterão às regras contidas naquele instrumento.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 Das Penalidades - Em caso de não execução parcial ou total das condições fixadas salvo se ensejar por motivo de força maior ou caso fortuito, a Contratante poderá aplicar à Contratada as penalidades previstas na Lei de Licitações e Contratos nº 14.133/2021 artigos art. 155 ao art. 163, facultada a defesa prévia no respectivo processo, no prazo legal.

9. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

- 9.1 O cadastro de reserva de fornecedores ocorrerá após o encerramento da etapa competitiva, com manifestação do fornecedor com por finalidade especial atender a superveniente exclusão do primeiro fornecedor classificado.
- 9.2 Será incluído, na respectiva ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, observadas as seguintes questões:
- 9.2.1 O registro a que se refere o item 10.2 deste artigo tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata.
- 9.2.2 Se houver mais de um licitante, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva;
- 9.2.3 A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.

10. DAS CONDIÇÕES GERAIS

10.1 As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital de Licitação e em seus anexos como Termo de Referência e Minuta de contrato.

11. DAS INFORMAÇÕES GERAIS

- 11.1 Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser obtidas pelo telefone (69) 3474-2050, E-mails: supel@castanheiras.ro.gov.br ou na sede Prefeitura Municipal de Castanheiras, no endereço Av. Jacarandá, 100, Centro, Castanheiras/RO, CEP: 76.940-000, nos dias úteis, no horário das 07h30min às 13h30min.
12. DO FORO
- 12.1 O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o da Comarca de Presidente Médici/RO.
- 12.2 E, por estarem de acordo lavram o presente instrumento, que lido e achado conforme, vai assinado pelas partes.

CICERO APARECIDO GODOI

PREFEITO MUNICIPAL

JGM PRODUTOS PARA SAUDE LTDA

38.460.625/0001-09

ÉVERTON JÚNIOR PEREIRA



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE

ESTADO DE RONDONIA

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O prefeito do Município, , no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 - ADJUDICAR a presente Licitação neste termos:

a) Processo Nº	:	2025
b) Licitação Nº	:	44/2025
c) Modalidade	:	Inexigibilidade
d) Data Adjudicação	:	15/12/2025
e) Objeto da Licitação	:	LOCAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DO ALMOXARIFADO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE - RO, POR PERÍODO INDETERMINADO DE TEMPO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE PROCESSO ADMINISTRATIVO.

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: MC LOCAÇÕES E SERVICOS LTDA
CNPJ/CPF: 63.008.788/0001-00

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	LOCAÇÃO DE IMÓVEL	12	RS	RS
		8.000,0000		96.000,0000

Valor Total Homologado - RS 96.000,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Nova Brasilândia D'Oeste, 15 de dezembro de 2025.

CLODOLDO ALVES PEDROSO
PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE

ESTADO DE RONDONIA

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O prefeito do Município, , no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 - ADJUDICAR a presente Licitação neste termos:

a) Processo Nº	:	3190/2025
b) Licitação Nº	:	45/2025
c) Modalidade	:	Inexigibilidade
d) Data Adjudicação	:	17/12/2025
e) Objeto da Licitação	:	Credenciamento de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais para prestação dos seguintes serviços: Manutenção e instalação de ar-condicionado; Jardinagem; Pintura; Serviços de pedreiro; Serviços de eletricista; Serviços de vidraceiro; Costureiro(a) de roupas; Chaveiro; Preparador de salgadeira (salgadeira independente); Serviço publicitário com veículo automotor; Marcenaria; Limpeza de fornos, gelos, laje e corrimãos; Limpeza de caixa-d'água; Serviços de limpador de fossas; Dedetização; Motocicleta de veículos pesados; Operador de máquina; Digitador/Digitalizador; Serviços de sonorização e iluminação, visando atender as necessidades das Secretarias e Autarquia Municipal.

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: 61.625.353 LUCAS SILVA DE OLIVEIRA
CNPJ/CPF: 61.625.353/0001-71

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS	110	RS 28,00	RS 3.080,00

Valor Total Homologado - RS 3.080,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Nova Brasilândia D'Oeste, 17 de dezembro de 2025.

CLODOLDO ALVES PEDROSO
PREFEITO MUNICIPAL



MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE

PODER EXECUTIVO

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O prefeito Município, , no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação neste termos:

a) Processo Nº	:	2450/2025
b) Licitação Nº	:	4/2025
c) Modalidade	:	Concorrência
d) Data Homologação	:	15/12/2025
e) Objeto Homologado	:	CONTRATAÇÃO DE DE EMPRESA PARA CONTRATO DE DISPOSITIVOS DE DRENAGEM EM VIAS URBANAS E RURAL DO MUNICÍPIO POR MEIO DE TRANSFERÊNCIAS ESPECIAIS - PLANO DE AÇÃO Nº 09052023-2-042280

26.782.0013.1.045 - Convenio Construção do Búcio Celular de Concreto
26.782.0013.2.518 - MANUTENÇÃO DA INFRA ESTRUTURA DO MUNICÍPIO

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: FOKUS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA
CNPJ/CPF: 08.715.446/0001-04

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	CONSTRUÇÃO DE 03 (TRES) BUEIROS SIMPLES CELULARES DE CONCRETO, SENDO DOIS COM SEÇÃO 2,00 X 2,00 M E UM COM SEÇÃO 3,00 X 3,00 M, MEDINDO 10,00 M DE COMPRIMENTO CADA.	1	R\$ 496.637,6000	496.637,6000

Valor Total Homologado - RS 496.637,60

Pregoeiro

Nova Brasilândia D'Oeste, 15 de dezembro de 2025.

CLODOLDO ALVES PEDROSO
PREFEITO MUNICIPAL



CONTRATO 030/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO 1372/2025
INEXIGIBILIDADE Nº 85/2025

CONTRATO QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE CASTANHEIRAS/RO E A EMPRESA ÊXITO CONSULTORIA LTDA-ME.

Pelo presente instrumento de contrato que entre si celebram de um lado Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CASTANHEIRAS – RO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ 63.761.969/0001-03, com sede na Rua Jacarandá, nº 100, Centro CASTANHEIRAS – RO, neste ato representado pelo seu Prefeito, o Senhor **CÍCERO APARECIDO GODOI**, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 325.***.***-87, residente e domiciliado na Rua do Jumbo, nº 1006, Bairro Centro, na cidade de Castanheiras – RO, CEP 76.948-000, doravante denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa **ÊXITO CONSULTORIA LTDA-ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 29.230.763/0001-00, estabelecida na Rua das Pedras, nº 529, Sala 02, Bairro Jardim dos Migrantes, Ji-Paraná/RO, neste ato representada por seu sócio Sr. **HIGOR AUGUSTO SIQUEIRA**, brasileiro, casado, empresário, natural de Outro Preto do Oeste/RO, nascido em 10/01/1996, portador da Cédula de Identidade RG nº * *** 264 SESDEC/RO, inscrito no CPF nº 005.***.***-83, residente e domiciliado na Linha Travessão B, Setor Chacareiro, s/n, Zona Rural, Ji-Paraná/RO, CEP 76914-899, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente CONTRATO, que tem por finalidade estabelecer os direitos e obrigações das partes na execução do Processo Administrativo nº 1372/2025, submetendo-se as partes às cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços de levantamento de dados, diagnóstico, auditoria, assessoria, consultoria tributária e serviços advocatícios especializados na defesa dos interesses da Prefeitura do Município de Castanheiras/RO, visando à recuperação de contribuições previdenciárias, à redação, quando legal, da carta tributária incidente, bem como à restituição ou compensação de tributos recolhidos indevidamente ou a suas cotas públicas, conforme Termo de Referência constante do

Processo	Administrativo	nº	1372/2025.
----------	----------------	----	------------

§ 1º Os serviços serão executados com base nos resultados dos levantamentos, diagnósticos, auditorias e análises realizados pela CONTRATADA, que integrarão o presente instrumento.

§ 2º A CONTRATANTE compromete-se a fornecer todos os documentos e informações necessários à execução dos serviços, contando-se o início dos trabalhos a partir da entrega completa da documentação.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA LICITAÇÃO
Integram o presente instrumento os documentos relativos à Inexigibilidade nº 085/2025, guardada a necessária conformidade entre eles.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO AMPARO LEGAL
O presente Contrato encontra amparo legal na Lei nº 14.133/21 e no Processo Administrativo nº 1372/2025.

CLÁUSULA QUARTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO
O objeto será executado de forma indireta, mediante remuneração por percentual sobre o valor efetivamente recuperado.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
Estima-se que existem valores para realizar recuperação de crédito com base na folha de salários da Prefeitura do Município de Castanheiras/RO (INSS) perante a Receita Federal. Após realizar o levantamento e apuração dos créditos identificados, que será arbitrado o valor do presente contrato.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA, firirá jnt nos termos do estipulado neste instrumento, 25% (vinte e cinco por cento) de honorários relativos à execução dos serviços, calculados sobre o valor total apurado a ser compensado, conforme planilha de auditoria, ora parte integrante deste instrumento de contrato, sendo este valor pago no mesmo formato da compensação a ser operacionalizada (número de meses necessários para utilização do montante do crédito) ou seja, percentual sobre o valor compensado mensalmente após realizada a compensação do mês em exercício.

Parágrafo Segundo – A contratada apresentará o relatório de compensação que deverá ser validado pelo setor de Recursos Humanos comprovando o valor compensado, em seguida a Prefeitura realizará o empenho e autorizará a emissão da Nota Fiscal.

Parágrafo Terceiro – O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificada pela comissão de recebimento e fiscal do contrato, acompanhada das Certidões Negativas de INSS, FGTS e Débitos Trabalhistas.

CLÁUSULA SEXTA – DA ENTREGA
O objeto deste contrato deverá ser iniciado a execução em até 30 dias o recebimento da

ordem de serviços, devidamente assinada pela autoridade competente.

Parágrafo Único – O objeto deverá ser executado obedecendo às cláusulas previstas no termo de Referência, adequado a um cronograma de compensação conforme apuração da folha mensal do pagamento dos servidores.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA
O serviço contratado, não sofrerá reajuste de preço.

Parágrafo primeiro – No caso de eventual atraso de pagamentos, desde que não tenha a contratada contribuído de qualquer forma para sua ocorrência, mediante pedido, deverá incidir sobre o valor devido, atualização financeira a partir do dia posterior ao vencimento até a data do efetivo pagamento, e serão calculados – mediante apresentação de nota fiscal própria – por meio da aplicação da seguinte fórmula $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos monetários; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; Taxa percentual anual correspondente ao valor de 6% (seis por cento).

Parágrafo segundo – O valor referido no parágrafo anterior será reajustado anualmente de acordo com a variação IPCA (Índice Nacional de Preço Amplo) do IBGE.

Parágrafo terceiro – A periodicidade do reajustamento, referida no item anterior, poderá ser alterada nos termos da legislação específica superveniente.

CLÁUSULA OITAVA – DO ORÇAMENTO
As despesas decorrentes da contratação do objeto do presente contrato constarão por conta da dotação orçamentária da Prefeitura do Município de Castanheiras/RO.

UND	PROGRAMAÇÃO	FICHA	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE RECURSOS	DE
02.02.00	26.843.0009.2.0006	10	3.3.90.39.00	RECURSO	

CLÁUSULA NONA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO
A execução do objeto contratado deverá ser conforme as especificações contidas no termo de referência constante dos Autos administrativos.

Constituem obrigações da CONTRATANTE:

- I – Fornecer todas as informações e documentos necessários à execução do objeto;
- II – Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços;
- III – Efetuar o pagamento dos honorários na forma e nos prazos pactuados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PRORROGAÇÃO
O Contrato poderá ser prorrogado ou aditado, por ambas as Partes.

Parágrafo Único – A CONTRATADA fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem para aquisição do objeto licitado da presente contratação, decorrente de modificação de quantitativos, ou especificações até o limite estabelecido entre as partes contratadas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:
Disponibilizar e fornecer todas as informações e os documentos necessários à execução dos serviços pela CONTRATADA;

- a) Guardar todos os documentos objeto do presente contrato até que haja a liberação por parte da CONTRATADA;
- b) Informar, mediante – prazo de 24 (vinte e quatro) horas, por escrito, à CONTRATADA, a ocorrência de qualquer intimação, notificação ou questionamento, por parte da Receita Federal, e a entregar todos os documentos e decisões, porventura recebidos, concernentes a eventuais processos, que resultarem da prestação dos serviços objeto deste contrato;
- c) Pagar à CONTRATADA, nos termos do estipulado neste instrumento, 25% (vinte e cinco por cento) de honorários relativos à execução dos serviços, calculados sobre o valor total apurado a ser compensado, conforme planilha de auditoria, ora parte integrante deste instrumento de contrato, sendo este valor pago no mesmo formato da compensação a ser operacionalizada (número de meses necessários para utilização do montante do crédito) ou seja, percentual sobre o valor compensado mensalmente após realizada a compensação do mês em exercício.
- d) Fica autorizado à CONTRATANTE em cada pagamento, reter a título de caução contratual 3% (três por cento) do montante oriundos da compensação que compõe a base de cálculo dos 25% (vinte e cinco por cento) dos honorários relativo à prestação de serviços e depositá-lo em conta poupança de responsabilidade e grida pela contratante.
- e) Devolver à contratada os valores caucionados, bem como os rendimentos dele decorrentes, após vencidos os prazos prescricionários tributários. A devolução deverá ser efetivada uma vez ao ano e compreenderá os semestros das competências prescritas e intercorrerá pela União através da Receita Federal.
- f) Fornecer os instrumentos procuratórios à CONTRATADA, com os poderes necessários à execução dos serviços descritos, quando indispensáveis à sua efetivação. Torna-se obrigatório por parte da CONTRATANTE, após firmado o presente contrato e iniciada a compensação, salvo por ausência da CONTRATADA.
- g) Promover a compensação de forma conjunta, consecutivamente nos meses seguintes ao primeiro mês da compensação, até que se finalize o aproveitamento de todos seus créditos apurados em auditoria pela CONTRATADA.
- h) Informar à CONTRATADA o fechamento de sua folha, respectivos valores a recolher, e demais dados em prazo hábil, MENSALMENTE para que esta possa emitir suas orientações necessárias à compensação mensal, encaminhando-lhe cópia da GEFP Mensal, via e-mail ou documento físico;
- i) Seguir mencionadas orientações para a efetiva compensação mensal e, em seguida, confirmar o valor compensado a cada mês subsequente ao início das compensações,

através do envio da cópia GEFP recolhida no mês, via e-mail. As informações aqui especificadas devem ser realizadas mediante comunicação formalizada por escrito, via e-mail.

Parágrafo Primeiro – Na hipótese de a CONTRATANTE não cumprir o previsto no tópico “A”, ou não cumprir os previstos nos tópicos “B” e “C” deste item, ensejará à CONTRATADA o direito de estimar o(s) valor(es) de compensação naquele mês da falta de informação, baseado no valor compensado no mês anterior, emitindo nota fiscal de prestação de serviços e respectivo boleto de pagamento no valor igual ao último mês compensado, concordando a CONTRATANTE, desde já com tais procedimentos.

Parágrafo Segundo – O procedimento previsto no parágrafo anterior poderá ser consecutivo, perdurando nos meses seguintes, caso a CONTRATANTE não retorne o envio das informações conforme elencadas nos tópicos A, B, C, deste item, sendo ainda direito da CONTRATADA considerar vencido todo o contrato, rescindindo-o e ficando a CONTRATANTE obrigada a pagar-lhe os honorários contratuais sobre o valor total apurados e planejado para compensações.

Parágrafo Terceiro – A previsão dos parágrafos anteriores, não se realizará por ausência da CONTRATADA, desde que a CONTRATANTE apresente justificativa para não cumprimento do previsto no item anterior, cabendo à CONTRATADA aceitar ou não, concedendo sua ausência.

Parágrafo Quarto – A CONTRATANTE, obrigatoriamente, deverá seguir as orientações emitidas por escrito, pessoalmente ou verbalis, por parte da CONTRATADA relativamente à toda a operacionalização das compensações mensais, inclusive no que tange a preenchimento de guias, imputar dados em sistema, e demais orientações necessárias ao bom andamento do aproveitamento dos valores apurados em seu diagnóstico e cálculo de valores recuperáveis.

Parágrafo Quinto – A CONTRATANTE, deverá promover a contratação de apólice de seguro no mínimo ao alcance do montante estimado para compensação da prestação de serviços com vistas, em caso superveniente e de força maior, amear quaisquer desembolsos decorrentes da prestação de serviços aos cofres do Município.

Parágrafo sexto – OPÇÃO DO CONTRATANTE POR RESTITUIÇÃO DE VALORES
Caso a CONTRATANTE opte por pedir junto a Receita Federal a restituição dos valores apurados em auditoria, ou invés de Compensação, via administrativa ou judicial. Os honorários devidos à CONTRATADA serão pagos na seguinte forma: 3% (três por cento) sobre o valor total a ser restituído, no momento do protocolo do respectivo Pedido de Restituição, o restante, correspondente a 25% (vinte e cinco por cento), para cumprir os honorários previstos nesta cláusula, será pago no momento em que a CONTRATANTE decidir compensar, ou quando houver autorização da Restituição pelo órgão competente; ou 05 (cinco) anos após a protocolização do Pedido de Restituição, quando decair o direito da Receita de contestá-lo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
Executar a prestação de serviços conforme consta no termo de referência, a extensão dos limites de suas atribuições relacionado com o objeto e ainda;

- a) Diagnosticar situação da CONTRATANTE, com base nos documentos que lhe foram entregues, conforme solicitações de documentos necessários a este trabalho, elaborando planilhas, relatórios, e demais documentos relativos ao estipulado no objeto do presente instrumento de contrato, com pedidos para juntadas aos Autos administrativos;
- b) Instruir, orientar, dirigir, acompanhar e validar as medidas administrativas necessárias para o aproveitamento de créditos apurados;
- c) Efetuar o levantamento, a conferência, o recálculo e o planejamento dos débitos da CONTRATANTE sob análise.
- d) Participar de reuniões com a CONTRATANTE e prestar todas as informações concernentes ao objeto do presente contrato, esclarecendo quaisquer dúvidas, assim como promover a entrega dos trabalhos aos mesmos;
- e) Atender, sempre que necessário, a eventuais procedimentos de fiscalização realizados pelos órgãos competentes, advindo do objeto do presente instrumento de contrato, notadamente a compensação de valores recuperáveis de INSS, disponibilizando pessoal especializado para a realização desta tarefa, sem culpa pelos seus trabalhos, desde que comunicada dentro do prazo previsto na cláusula décima deste contrato;
- f) Prestar assessoria técnica e jurídica à equipe técnica da contratante a extensão das necessidades decorrentes do objeto da prestação de serviços contratado.
- g) Impetrar com recursos administrativos junto à Receita Federal e outros órgãos quando, por motivo da prestação de serviços, incorrer na restrição de Certidão Negativa ou demais empecilhos que impeçam a regularidade fiscal, por conseguinte a emissão da CND.
- h) Ingressar com ações na esfera judicial, na hipótese, em decorrência da prestação dos serviços contratados, possa ocorrer restrição ou impedimento da emissão da CND.

Arcar com as despesas dos recursos administrativos, das ações judiciais e dos recursos em todos os graus jurisdicional que possa transitar o processo, com vistas à viabilização da Regularidade fiscal, caso seja necessário em decorrência da prestação de serviços contratado.

Parágrafo Primeiro – O atendimento e prestação de serviços por parte da CONTRATADA, sem custos para CONTRATANTE, fica vinculado aos requisitos a seguir, já expressos em cláusulas anteriores:

- a) A CONTRATANTE seguir as orientações da CONTRATADA inerentes à compensação da guia mensal ou de guias em atraso, seus valores a compensar em cada situação, forma de elaboração da guia de recolhimento;
- b) A CONTRATANTE tem a obrigação de comunicar por escrito à CONTRATADA, qualquer comunicação, notificação, citação ou intimação, recepcionada, que tenha sido emitida pela Receita Federal ou qualquer outro órgão administrativo que seja relacionado ao trabalho prestado, objeto deste contrato, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas de

seu recebimento pela CONTRATANTE;

c) A CONTRATANTE tenha prestado todas as informações que sejam inerentes ao objeto do contrato, através de relatórios ou outros meios, notadamente sobre suas operações perante os órgãos fiscalizadores, existência parcelamentos ou demandas judiciais relativas aos créditos levantados e apurados.

Parágrafo Segundo - Não observadas às condições previstas no item anterior, seja em sua totalidade ou isoladamente, a CONTRATADA se exime da defesa prevista neste contrato, sem custos para a CONTRATANTE, não impedindo que o faça mediante contratação própria para tais serviços. Entendendo-se por custos o trabalho profissional da CONTRATADA na defesa de seu trabalho realizado objeto deste contrato.

Parágrafo Terceiro - Os honorários deverão ser pagos a CONTRATADA, conforme previstos nos itens deste instrumento de contrato, mediante a utilização dos créditos da CONTRATANTE, efetivamente compensados, com a data-base firmada para o dia 20 (vinte) de cada mês ou o dia útil consecutivo (data de vencimento das guias). Tal pagamento será realizado pela CONTRATANTE mediante emissão de nota fiscal de serviços pela CONTRATADA (20 de cada mês) variando o vencimento do boleto entre dias 23 (vinte e três) até o dia 27 (vinte e sete) de cada mês, ficando, desde já, a CONTRATANTE ciente desta operação e autorizando a emissão do(s) citado(s) boleto(s).

Parágrafo Quarto - A respectiva quitação será dada quando da efetiva comprovação de pagamento até o trigésimo dias após a emissão da nota fiscal, valendo o comprovante como recibo e, no caso de atraso haverá o acréscimo conforme item 13.3 do Termo de Referência.

Parágrafo Quinto - Configura-se a obrigação de pagar dos honorários com a realização da compensação mensal, independente da emissão da nota fiscal correspondente ou do boleto de cobrança, não podendo a CONTRATANTE alegar desconhecimento de sua obrigação pelo fato de não emissão da nota fiscal dos serviços prestados.

Parágrafo Sexto – A CONTRATADA, após o vencimento da obrigação de quitação dos honorários da CONTRATADA, não havendo quitação dos respectivos boletos de cobrança, ou manifestação da CONTRATANTE para pagamento do valor devido, após 30 (trinta) dias de seu vencimento(s), emitirá novo(s) boleto(s) de cobrança, acrescendo ao valor principal os consectários legais aqui previstos (multa e juros de mora), com prazo de pagamento de no máximo 10 (dez) dias a contar de sua emissão, com orientação de protesto, com concordância tácita por parte da CONTRATANTE, manifestada neste ato com assinatura deste instrumento. Ainda, a seu critério poderá enviar o débito vencido relativo aos seus honorários advindos deste contrato, para escritório de advocacia ou jurídico interno, que promoverá a cobrança de débito. O valor devido será acrescido dos consectários legais: honorários advocatícios à base de 25% (vinte e cinco por cento), despesas de cobranças e/ou custas processuais caso ajuizada ação para a cobrança, ficando o(a) CONTRATANTE, ciente e de acordo com tais cobranças.

Parágrafo Sétimo - A CONTRATADA se compromete, na hipótese de negativa de emissão de Certidões à CONTRATANTE, exclusivamente, por motivo da compensação por ela operacionalizada, a promover judicialmente as demandas que venham a interpelar o órgão fiscalizador a fornecê-las, notadamente, **MANDADOS DE SEGURANÇA** com pedido de liminares, sem custos para a CONTRATANTE pelos serviços profissionais da CONTRATADA ou de sua equipe de profissionais, para tal demanda, inclusive às custas processuais. Aplicando- se o mesmo para a defesa de seus trabalhos em caso de interelação por parte da Receita Federal, com defesa na área administrativa e na judicial até última instância pelo prazo de 05 (cinco) anos após a primeira compensação, aplicando-se para tanto as regras expostas neste instrumento de contrato em sua cláusula Décima Segunda.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência. Caberão também aquelas constantes da Inexigibilidade nº 085/20254 dos autos administrativos nº1372/2025.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO, DOS CASOS OMISSOS, FORO, CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

o descumprimento de quaisquer das cláusulas ou de simples Condição desse Contrato, assim como execução desse objeto em desacordo com o estabelecido em suas cláusulas e condições, dará direito a Contratante de rescindi-lo mediante notificação expressa, sem que caiba a Contratada qualquer direito, exceto o de receber o estrito valor correspondente ao serviço executado, desde que estejam de acordo com as prescrições ora pactuadas, assegurada, a defesa prévia.

Parágrafo Primeiro - as omissões, dúvidas e casos não previstos neste instrumento, serão resolvidos e decididos aplicando as regras contratuais e a Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações.

Parágrafo Segundo - as questões suscitadas que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no foro da Comarca de Presidente Médici – RO.

Parágrafo Terceiro - Ocorrendo fato novo decorrente de força maior ou caso fortuito, nos termos previstos na legislação vigente, que obste o cumprimento pela contratada dos prazos e demais obrigações estatuidas neste Contrato, ficará a mesma isenta das multas e penalidades pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS RESPONSABILIDADES

A Contratada deverá cumprir com todo o disposto no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO E DOMICÍLIO

Fica eleito o foro da Comarca de Presidente Medici - RO, para nele dirimir as dúvidas ou questões oriundas deste Contrato, renunciando as partes, desde já a qualquer outro por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Castanheiras/RO, 18 de dezembro de 2025.



MUNICÍPIO DE CASTANHEIRAS/RO

CÍCERO APARECIDO GODOI

Prefeito



HIGOR AUGUSTO SIQUEIRA:00557806283

Assinado de forma digital por HIGOR AUGUSTO SIQUEIRA:00557806283

Dados: 2025.12.18 15:55:55 -04'00'


ÊXITO CONSULTORIA LTDA-ME

Representante Legal

GABINETE DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO

gabinete@castanheiras.ro.gov.br

castanheiras.ro.gov.br



ESTADO DE RONDÔNIA

PREFEITURA MUNICIPAL

DE CASTANHEIRAS

EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO

E HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Castanheiras/RO, no uso de suas atribuições legais e constitucionais torna público a ADJUDICAÇÃO e HOMOLOGAÇÃO, Inexigibilidade nº 089/2025, por notória especialização processo sob o Nº 1442/SEMPLAG/2025, cujo o objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DESTINADOS À ELABORAÇÃO, EXECUÇÃO, ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO E COMPROVAÇÃO DO TRABALHO SOCIAL, NO ÂMBITO DAS INTERVENÇÕES E OPERAÇÕES VINCULADAS AOS PROGRAMAS E AÇÕES DO MINISTÉRIO DAS CIDADES, EM CONFORMIDADE COM A PORTARIA MCID Nº 75, DE 28 DE JANEIRO DE 2025, tendo como vencedor do certame a empresa, E.C.P SOLUÇÕES EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA SOCIAIS, AMBIENTAIS E PRODUTIVAS EIRELI-ME CNPJ: 10.726.497/0001-83, no valor: R\$ 31.800,00 (Trinta e um mil e oitocentos reais)

CÍCERO APARECIDO GODOI

Prefeito Municipal



ESTADO DE RONDÔNIA

PREFEITURA MUNICIPAL

DE CASTANHEIRAS

EXTRATO DE CONTRATO

032/2.025


Nº Processo: 1442/2025/SEMPLAG.
Inexigibilidade nº 089/2025.
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRAS/RO

Contratado: 10.726.497/0001-83 - E.C.P SOLUÇÕES EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA SOCIAIS, AMBIENTAIS E PRODUTIVAS EIRELI-ME.

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos especializados destinados à elaboração, execução, acompanhamento, monitoramento e comprovação do trabalho social, no âmbito das intervenções e operações vinculadas aos programas e ações do ministério das cidades, em conformidade com a portaria cid nº 75, de 28 de janeiro de 2025. Fundamento Legal: LEI 14.133/21. Vigência: 19/12/2025 a 18/12/2026. Valor Total: R\$ 31.800,00 (Trinta e um mil e oitocentos reais). Data de Assinatura: 19/12/2025.

CÍCERO APARECIDO GODOI

Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE TEIXEIRÓPOLIS/RO

LICITANET

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2025

PROCESSO LICITATÓRIO 784

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

O(a) PREFEITO do(a) MUNICÍPIO DE TEIXEIRÓPOLIS/RO comunica aos interessados e participantes do PREGÃO ELETRÔNICO 44/2025 referente à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO, OPERAÇÃO ASSISTIDA, MANUTENÇÃO E POSTERIOR RETRAIDA DE UM MOTOR ESTACIONÁRIO ACOPLADO A GERADOR DE ENERGIA ELÉTRICA TRIFÁSICO, COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 350 KVA, DESTINADO A SUPRIR INTEGRALMENTE A DEMANDA ENERGÉTICA DA FESTIVIDADES A SEREM REALIZADA NO MUNICÍPIO DE TEIXEIRÓPOLIS/RO PELA SEMPLAF. O OBJETO INCLUI TODOS OS SERVIÇOS, MATERIAIS, TESTES, CABOS, QUADROS, CONEXÕES E DEMAIS NECESSÁRIOS PARA O PLENO FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO DURANTE TODO O PERÍODO DO EVENTO, que ADJUDICA nos termos do Itens IV do Art. 71 da Lei nº 14.133/2021, o objeto do certame a(s) empresa(s):

Fornecedor : J. F. GONZAGA - 08.789.429/0001-11

Item	Quant.	Un	Marca	Modelo	Unitário Adjudicado	Total Adjudicado	Unitário Orçado	Total Orçado	Econ. %	Econ. R\$
1	3,00	SERVICO	SERVIÇO	SERVIÇO	R\$ 12.000,00	R\$ 36.000.000	R\$ 17.374,74	R\$ 52.124,22	30,9342 %	R\$ 16.124,22
Descrição: (COTA AMPLA CONCORRÊNCIA) - Locação de motor gerador de energia elétrica trifásico de grande porte, com potência mínima de 350 KVA, para atender eventos públicos promovidos pela Administração										
2	2,00	SERVICO	SERVIÇO	SERVIÇO	R\$ 12.000,00	R\$ 24.000.000	R\$ 17.374,74	R\$ 34.749,48	30,9342 %	R\$ 10.749,48
Descrição: (COTA RESERVADA) - Locação de motor gerador de energia elétrica trifásico de grande porte, com potência mínima de 350 KVA, para atender eventos públicos promovidos pela Administração										
					Subtotal Adjudicado: R\$ 60.000,00		Subtotal Orçado: R\$ 86.873,70	30,9342 %	R\$ 26.873,70	

TOTAL GERAL DO PROCESSO

Total Adjudicado	Total Orçado	Economia %	Economia R\$
R\$ 60.000,00	R\$ 86.873,70	30,9342 %	26.873,70

Teixeirópolis-RO, 19 de Dezembro de 2025

OSMIR TOLEDO DE SOUZA

PREFEITO

Assina aqui



ESTADO DE RONDÔNIA

PREFEITURA MUNICIPAL

DE ALVORADA D'OESTE

TERMO DE RATIFICAÇÃO

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE

Nº 047/SUPEL/2025

PROCESSO Nº 1964.02.06-2025-SEMSAU/2025

A Secretária, através das atribuições que lhe são conferidas, RATIFICA e torna público, o certame na modalidade de INEXIGIBILIDADE, conforme **RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 047/SUPEL/2025**, que tem como objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESAAUTORIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO PROGRAMADA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS DE REPOSIÇÃO, DURANTE O PERÍODO DE GARANTIA DE FÁBRICA DO VEÍCULO, PARA A 3ª REVISÃO PERIÓDICA DE 30.000 KM, DO VEÍCULO MARCA: FIAT/TORO ENDUR T270 AT COR: BRANCA - PLACA: SLL6G45, CHASSI: 9882261PVS KG41828- RENAVAL: 01448901780**, conforme especificações contidas no Termo de Referência, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde-SEMSAU de Alvorada d'Oeste-RO, no valor total de **R\$ 1.008,68 (hum mil, oito reais e sessenta e oito centavos)**, em favor da empresa: **JIRAUTO AUTOMOVEIS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº **04.233.946/0001-59**, sediada no endereço, **AVENIDA TRANSCONTINENTAL Nº 3682 – CEP: 76.914-650, JI-PARANÁ – RO**, sendo representante autorizada pela **FIAT**, tendo por base a contratação direta por inexigibilidade de licitação que é uma exceção à regra do art. 37, XXI, da Constituição Federal, e está prevista no art. 74, incisos I, da NLLCA nº 14.133 de 2021.

Alvorada d'Oeste – RO, 19 de dezembro de 2025.

VERA LUCIA QUADROS

Secretária Municipal de Saúde



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Gabinete do Chefe do Poder Executivo

Av. Jacarandá, 100
CEP: 76948-000
Castanheiras - Rondônia
CNPJ 63.761.969/0001-03
contato@castanheiras.ro.gov.br

DECRETO MUNICIPAL Nº 150/GAB/2.025, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2.025.

"DISPÕE SOBRE O ESTABELECIMENTO DO SISTEMA RODOVIÁRIO MUNICIPAL - SRM, DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRAS/RO".

O Prefeito de Castanheiras/RO, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 64, inciso VI, da Lei Orgânica do Município de Castanheiras/RO.

CONSIDERANDO a necessidade de facilitar as manutenções, conservação e limpeza nas vias e estradas vicinais do município a fim de promover boas condições de tráfego e principalmente maior segurança aos usuários;

CONSIDERANDO que o desgaste natural das vias e estradas vicinais é elevado, e que as manutenções são periódicas, especialmente no que concerne a questão do escoamento de águas;

CONSIDERANDO que nos trabalhos de manutenção das vias e estradas vicinais são utilizados maquinários pesados e caminhões, próprios para trabalhos de peso e força, e que o estreitamento das vias públicas compromete a realização desses serviços em condições adequadas e seguras;

CONSIDERANDO que pelas vias e estradas rurais se dá o escoamento da produção das propriedades rurais do município, o transporte de alunos notadamente da rede pública de ensino e o acesso dos usuários das localidades rurais com outras vias;

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído a Sistema Rodoviário Municipal, abrangido pela malha viária constante no Anexo I, deste decreto.

Art. 2º - O proprietário ou possuidor a qualquer título de áreas marginais as vias e estradas rurais municipais, deverá garantir as larguras mínimas das faixas de domínio das Vias Estradas Vicinais Secundárias de 12 (doze) metros, sendo 8 metros de pista de rolamento e 2 metros de faixa não edificados de cada lado.

Art. 3º - Nos casos em que as vias e estradas rurais municipais não correspondam às larguras estabelecidas no artigo 1º deste decreto, o Município deverá buscar a correspondente adequação a partir das atividades de manutenção e conservação.

Art. 4º - A conservação das vias e estradas rurais poderá ser realizada em regime de parceria entre o Poder Público e os proprietários rurais interessados, não sendo de responsabilidade exclusiva do Poder Executivo a manutenção dessas vias e estradas.

Art. 5º - Para realização de mudanças em qualquer via ou estrada municipal rural o proprietário ou possuidor a qualquer título, deverá quando esta estiver dentro dos limites de sua propriedade, requerer permissão ao Município juntando ao pedido o projeto do trecho a ser modificado, um memorial que justifique a necessidade da mudança pretendida e a devida comprovação da responsabilidade técnica.

§1º - Entende-se por mudança toda e qualquer alteração na rota, largura, nos taludes, entre outros.

§2º - Concedida a permissão, o requerente poderá executar a mudança desde que assumo o custo total dos serviços, sem interromper o trânsito, não lhe cabendo direito a qualquer indenização, salvo na condição de interesse público quando poderá haver celebração de parceria com o Município.

Art. 6º - É expressamente proibido:

- I - Sob qualquer alegação fechar, diminuir a largura ou danificar a ponto de impedir ou dificultar o livre trânsito pelas vias públicas;
- II - Construir cercas, muros ou tapumes de qualquer natureza na faixa de domínio público sem licença da Prefeitura Municipal;
- III - Lançar diretamente no leito ou em bueiros, drenos ou passagem de águas, dejetos de animais, lixo e outros materiais de descarte;
- IV - Fazer escavações no leito das estradas ou seus taludes.

Art. 7º - Os proprietários ou possuidores a qualquer título dos terrenos marginais não poderão impedir o escoamento, por suas terras, das águas pluviais ou resultantes de drenagens executadas nas vias e estradas rurais municipais.

Art. 8º - É obrigação dos proprietários ou possuidores a qualquer título de imóveis adjacentes e/ou pertencentes à área de influência por onde passam as estradas rurais municipais:

- I - Permitir a execução de obras e serviços que impeçam as águas pluviais de atingirem as estradas;
- II - Evitar a dispersão e escoamento inadequado de excesso de água nas estradas;
- III - evitar executar nos terrenos marginais operações de revolvimento de solo que possam potencializar o escoamento de águas e sedimentos para o leito da via;
- IV - Não realizar o plantio de espécies arbóreas em uma distância menor que 5 (cinco) metros, medidos a partir da margem da via pública;
- V - Não implantar açudes ou lagos em uma distância mínima de 10 (dez) metros, medidos a partir da margem das vias públicas.

Art. 9º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Castanheiras/RO, 17 de dezembro de 2.025.

CICERO APARECIDO GODOI32546963287

CICERO APARECIDO GODOI
Prefeito

SISTEMA RODOVIÁRIO MUNICIPAL - SRM - MALHA NÃO PAVIMENTADA									
RODOVIA MUNICIPAL	LOCAL DE INÍCIO	MALHA VIÁRIA MUNICIPAL NÃO PAVIMENTADA			EXTENSÃO (KM)	COORDENADA GEOGRÁFICA INICIAL	COORDENADA GEOGRÁFICA FINAL		
		LOCAL DE FIM	KM INICIAL	KM FINAL					
Linha 01	RO 135	KM 2,86	0	2,86	2,86	11°22'21"S 61°54'36"W	11°22'44"S 61°53'41"W		
TRAVESSÃO 1 SETOR CHACAREIRO	RO 135	KM 1,86	0	1,86	1,86	11°23'03"S 61°56'38"W	11°24'44"S 61°57'23"W		
TRAVESSÃO 2 SETOR CHACAREIRO	TRAVESSÃO 1 SETOR CHACAREIRO	KM 1,08	0	1,08	1,08	11°24'58"S 61°57'38"W	11°24'53"S 61°57'21"W		
TRAVESSÃO 3 SETOR CHACAREIRO	AV. DAS ACACIAS	KM 1,14	0	1,14	1,14	11°25'40"S 61°56'43"W	11°25'51"S 61°56'12"W		
TRAVESSÃO 4 SETOR CHACAREIRO	KM 1,30	0	1,30	1,30	1,30	11°25'37"S 61°56'23"W	11°25'38"S 61°55'57"W		
Linha PEMAZA	RO 135	KM 5,40	0	5,40	5,40	11°25'20"S 61°58'12"W	11°27'00"S 61°50'35"W		
TRAVESSÃO CREDITO FUNDAÇÃO 2	RO 267	KM 0,705	0	0,71	0,71	11°29'57"S 61°54'37"W	11°29'54"S 61°54'34"W		
TRAVESSÃO CREDITO FUNDAÇÃO 1	RO 267	KM 0,556	0	0,73	0,73	11°29'57"S 61°52'11"W	11°29'53"S 61°52'06"W		
TRAVESSÃO 4 SETOR CHACAREIRO - MESSAS	RO 267	KM 0,794	0	0,79	0,79	11°29'55"S 61°50'19"W	11°29'25"S 61°50'20"W		
TRAVESSÃO 5 SETOR CHACAREIRO - JOÃO LAMA	RO 267	KM 0,963	0	0,96	0,96	11°29'58"S 61°49'54"W	11°30'25"S 61°49'55"W		
TRAVESSÃO 6 SETOR CHACAREIRO LINHA 180 SUL	Linha 180 SUL	KM 1,37	0	1,38	1,38	11°31'22"S 61°48'46"W	11°31'22"S 61°49'31"W		
TRAVESSÃO LINHA 180 NORTE COM LINHA 184	Linha 180 NORTE	RO 479	0	4,20	4,20	11°26'56"S 61°48'35"W	11°26'55"S 61°48'16"W		
TRAVESSÃO 7 SETOR CHACAREIRO - GUIDO	RO 479	KM 3,00	0	3,00	3,00	11°26'59"S 61°46'12"W	11°27'08"S 61°45'16"W		
Linha CAPA ZERO	RO 479	KM 5,80	0	5,81	5,81	11°29'56"S 61°46'32"W	11°29'58"S 61°47'20"W		
TRAVESSÃO DA SONIA	Linha CAPA ZERO	KM 0,794	0	4,39	4,39	11°29'57"S 61°44'27"W	11°29'58"S 61°43'40"W		
TRAVESSÃO LINHA 188 COM LINHA 192 E LINHA 196	Linha 188	Linha 196	0	8,00	8,00	11°33'45"S 61°44'27"W	11°33'40"S 61°40'04"W		
Linha 184 SUL	RO 267	KM 8,50	0	8,50	8,50	11°29'57'05"S 61°57'38'97"W	11°29'56'07"S 61°57'41'940"		
Linha 188 SUL	RO 267	KM 8,50	0	9,50	9,50	11°29'56'06"S 61°59'42'60"W	11°33'51'22"S 61°55'25'88"W		
Linha 172 SUL	RO 267	KM 9,36	0	9,36	9,36	11°30'12'45"S 61°57'19'60"W	11°33'51'22"S 61°55'25'88"W		
Linha 176 SUL	RO 267	KM 9,60	0	9,60	9,60	11°29'57'20"S 61°57'21'96"W	11°33'51'22"S 61°55'25'88"W		
Linha 180 SUL	RO 267	KM 9,50	0	9,50	9,50	11°29'56'09"S 61°48'51'36"W	11°33'44'28"S 61°48'48'11"W		
Linha 188 SUL	Linha CAPA ZERO	KM 9,50	0	9,50	9,50	11°29'57'39"S 61°44'20'41"W	11°33'53'73"S 61°44'29'56"W		
Linha 192 SUL	TRAVESSÃO LINHA 188 C LINHA 192	KM 3,98	0	3,98	3,98	11°32'51'20"S 61°42'21'01"W	11°33'53'12"S 61°42'14'22"W		
Linha 196 SUL	TRAVESSÃO LINHA 188 C LINHA 196	KM 4,00	0	4,00	4,00	11°33'13'92"S 61°40'41'17"W	11°33'52'62"S 61°40'44'42"W		
Linha 180 NORTE	RO 267	KM 8,30	0	8,30	8,30	11°29'56'62"S 61°48'51'02"W	11°29'55'79"S 61°48'57'41"W		
Linha 176 NORTE	RO 267	Linha DO COSTA	0	5,87	5,87	11°29'56'17"S 61°51'21'89"W	11°27'10'18"S 61°50'58"W		
Linha DO PEDRO	RO 135	Linha 172 NORTE	0	10,40	10,40	11°28'19'86"S 61°58'01'91"W	11°29'22'42"S 61°52'31'82"W		
Linha DO COSTA	RO 135	Linha 176 NORTE	0	12,84	12,84	11°27'41"S 61°57'59"W	11°27'00"S 61°50'58"W		
Linha ELETROINICA	RUJA V 08	Linha DO COSTA	0	6,88	6,88	11°29'49'52"S 61°50'52'43"W	11°27'17'10"S 61°54'59'41"W		
Linha 01	RO 135	KM 11,30	0	11,30	11,30	11°24'43'79"S 61°59'59'69"W	11°23'56'03"S 62°03'30"W		
1º TRAVESSÃO	RO 267	Linha DO PEDRO	0	3,00	3,00	11°29'56'17"S 61°57'45'99"W	11°28'26'60"S 61°57'26'05"W		
2º TRAVESSÃO	RO 267	Linha DO PEDRO	0	2,00	2,00	11°29'56'77"S 61°55'56'12"W	11°28'53'37"S 61°55'46'83"W		
TRAVESSÃO	Linha 180 SUL	KM 4,00	0	4,00	4,00	11°33'42'78"S 61°51'01'18"W	11°33'44'10"S 61°48'48'29"W		
TRAVESSÃO	Linha 180 SUL	RO 479	0	4,00	4,00	11°34'55'01"S 61°48'48'73"W	11°34'56'11"S 61°48'55'60"W		
TRAVESSÃO DA BALSA	Linha 03	KM 9,00	0	9,00	9,00	11°21'43'81"S 61°58'39'36"W	11°19'43'05"S 61°53'45'37"W		
TRAVESSÃO 7 LINHA LADO ESQUERDO	Linha 03	KM 1,249	0	1,25	1,25	11°23'26"S 61°56'39"W	11°23'25"S 61°57'00"W		
Linha 172 NORTE	AV. JK	Linha DO COSTA	0	4,65	4,65	11°29'05"S 61°52'40"W	11°27'05"S 61°52'40"W		
EXTENSÃO - NÃO PAVIMENTADA (KM)						TOTAL			

Castanheiras/RO, 17 de dezembro de 2.025.

CICERO APARECIDO GODOI32546963287

CICERO APARECIDO GODOI
Prefeito



PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRAS

Estado de Rondônia CNPJ 63.761.969/0001-03

Exercício: 2025

Decreto nº 147/2025 de 16/12/2025

Ementa: Abre Crédito Especial por Anulação de Dotação e dá outras providências.

O Prefeito do município de CASTANHEIRAS, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 1155/2025 de 16/12/2025.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Cr

no Orçamento do Município, no valor de **RS 651.056,77 (seiscentos e cinquenta e um mil e cinquenta e seis reais e setenta e sete centavos)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação

02.000.00.000.0000.0.000.	Executivo Municipal			
02.004.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO			
02.004.16.482.0008.1.213.	Implantação de Conjunto Habitacional - Novo PAC - Proposta nº 5600005954/2024			
152 - 3.3.90.39.00.00	17000000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	7.851,41	
151 - 4.4.90.51.00.00	17000000	OBRAS E INSTALAÇÕES	643.205,36	
Total Suplementação:			651.056,77	

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º d

servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução

02.000.00.000.0000.0.000.	Executivo Municipal			
02.002.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA			
02.002.28.843.0009.2.006.	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FAZENDA			
23 - 3.3.91.97.00.00	15000000	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	200.000,00	
02.003.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO			
02.003.04.122.0009.1.050.	REALIZACAO DE CONCURSO PUBLICO			
26 - 3.3.90.39.00.00	15000000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	95.400,00	
02.003.04.122.0009.2.009.	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRACAO			
32 - 3.3.90.30.00.00	15000000	MATERIAL DE CONSUMO	17.093,36	
33 - 3.3.90.39.00.00	15000000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	218.563,41	
02.004.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO			
02.004.04.121.0009.2.011.	MANUTENCAO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO			
41 - 4.4.90.52.00.00	15000000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.702,93	
02.004.99.999.9999.9.999.	RESERVA DE CONTINGENCIA			
42 - 9.9.99.99.00.00	15000000	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	114.297,07	
Total Redução:			651.056,77	

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na da

publicação, revogadas as disposições em contrário.

CASTANHEIRAS, Estado de Rondônia, em 16/12/2025.

CICERO APARECIDO GODOI32546963287

CICERO APARECIDO GODOI
PREFEITO

Assinado de forma digital por CICERO APARECIDO GODOI32546963287

Dados: 2025.12.18 14:31:02 -0400



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL
DE TEIXEIRÓPOLIS

DECRETO Nº 271/GAB/2025, de 19 de dezembro de 2025.

“DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DE CEDÊNCIA DO SERVIDOR ELIEZER BATISTA DA SILVA, COM ÔNUS PARA A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA”.

O Prefeito Municipal de Teixeiraópolis/RO, Sr. **OSMY TOLEDO DE SOUZA**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o que dispõe o artigo 41 da Lei Complementar Municipal nº 002/2010, que “DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRÓPOLIS.”.

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar a cedência do servidor **ELIEZER BATISTA DA SILVA**, Agente de portaria e vigilância, matrícula nº 1237, com ônus para exercer atividades na Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

PARÁGRAFO ÚNICO – O prazo da cedência inicia-se em 01 de Janeiro de 2026 e encerra-se em 31 de dezembro de 2026.

Art. 2º. A responsabilidade quanto ao recolhimento da contribuição previdenciária será também integralmente assumido pela Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, sendo que o servidor cedido é filiado ao INSS, ficando na responsabilidade do servidor a fiscalização do referido recolhimento.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

OSMY TOLEDO DE SOUZA
Prefeito Municipal



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIROPOLIS
C.N.P.J.: 84.722.933/0001-82
Município: TEIXEIROPOLIS

DECRETO Nº 270/2025, de 18 de Dezembro de 2025.

Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento programa de 2025.

O PREFEITO(A) MUNICIPAL DE TEIXEIROPOLIS, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de TEIXEIROPOLIS e autorização contida na Lei Municipal nº 1291/2024, de 21 de Setembro de 2024.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício Crédito no valor de R\$ 2.000,00, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):			
01.00 - LEGISLATIVO			
01.01 - CAMARA LEGISLATIVA			
01.001.1.31.2.2002-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL			R\$2.000,00
1.500.0000.0000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS		2.000,00
Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:			
01.00 - LEGISLATIVO			
01.01 - CAMARA LEGISLATIVA			
01.001.1.31.2.2002-3.1.90.13.00.00.00.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS			R\$2.000,00
1.500.0000.0000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS		2.000,00
Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.			

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRAS

Estado de Rondônia CNPJ 63.761.969/0001-03

Exercício: 2025

Decreto nº 145/2025 de 16/12/2025

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação e dá outras providências.

O Prefeito do município de CASTANHEIRAS, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Especifica nº 1154/2025 de 16/12/2025.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Cri Suplementar, no Orçamento do Município, no valor de **RS 29.094,27 (vinte e nove mil e noventa e quatro reais e vinte e sete centavos)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação

02.000.00.000.0000.0.000.	Executivo Municipal		
02.009.00.000.0000.0.000.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
02.009.10.301.0012.1.206.	AQUIS. AMBULÂNCIA - EMENDA INDIVIDUAL DEP. SILVIA CRISTINA-PROP Nº 09032024-073789/2024		
37 - 4.4.90.52.00.00	27060100	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	29.094,27
Total Suplementação:			29.094,27

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crê pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Excesso de Arrecadação;

Receita: 1.3.2.1.01.01.28.000000000 Fonte: 0 29.094,27

Total da Receita: 29.094,27

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na da publicação, revogadas as disposições em contrário.

CATANHEIRAS , Estado de Rondônia, em 16/12/2025.

CICERO APARECIDO

Assinado de forma digital por CICERO APARECIDO GODOI:32546963287 Dados: 2025.12.16 13:50:00 -0400/

CICERO APARECIDO GODOY

PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRAS

Estado de Rondônia CNPJ 63.761.969/0001-03

Exercício: 2025

Decreto nº 148/2025 de 16/12/2025

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar por Anulação de Dotação e dá outras providências.

O Prefeito do município de CASTANHEIRAS, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1097/2025 de 07/01/2025.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Cri Suplementar, no Orçamento do Município, no valor de **RS 50.379,24 (cinquenta mil trezentos e setenta e nove reais e vinte e quatro centavos)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação

02.000.00.000.0000.0.000.	Executivo Municipal		
02.002.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA		
02.002.28.843.0009.2.006.	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FAZENDA		
20 - 3.3.90.47.00.00	15000000	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	28.000,00
21 - 3.3.90.91.00.00	15000000	SENTENÇAS JUDICIAIS	22.379,24
Total Suplementação:			50.379,24

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º d servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução

02.000.00.000.0000.0.000.	Executivo Municipal		
02.002.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA		
02.002.28.843.0009.2.006.	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FAZENDA		
23 - 3.3.91.97.00.00	15000000	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	50.379,24
Total Redução:			50.379,24

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na da publicação, revogadas as disposições em contrário.

CATANHEIRAS , Estado de Rondônia, em 16/12/2025.

CICERO APARECIDO

Assinado de forma digital por CICERO APARECIDO GODOI:32546963287 Dados: 2025.12.16 14:18:46 -0400/

CICERO APARECIDO GODOY

PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRAS

Estado de Rondônia CNPJ 63.761.969/0001-03

Exercício: 2025

Decreto nº 151/2025 de 18/12/2025

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar por Anulação de Dotação e dá outras providências.

O Prefeito do município de CASTANHEIRAS, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1097/2025 de 07/01/2025.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Cri Suplementar, no Orçamento do Município, no valor de **RS 6.000,00 (seis mil reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação

02.000.00.000.0000.0.000.	Executivo Municipal		
02.006.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO E CULTURA		
02.006.12.361.0004.2.020.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA - 5% E 25%		
72 - 3.3.90.30.00.00	15000100	MATERIAL DE CONSUMO	6.000,00
Total Suplementação:			6.000,00

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º d servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução

02.000.00.000.0000.0.000.	Executivo Municipal		
02.006.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO E CULTURA		
02.006.12.361.0004.2.020.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA - 5% E 25%		
76 - 4.4.90.52.00.00	15000100	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.000,00
Total Redução:			6.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na da publicação, revogadas as disposições em contrário.

CATANHEIRAS , Estado de Rondônia, em 18/12/2025.

CICERO APARECIDO

Assinado de forma digital por CICERO APARECIDO GODOI:32546963287 Dados: 2025.12.18 10:56:44 -0400/

CICERO APARECIDO GODOY

PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRAS

Estado de Rondônia CNPJ 63.761.969/0001-03

Exercício: 2025

Decreto nº 146/2025 de 16/12/2025

Ementa: Abre Crédito Especial por Recurso Vinculado e dá outras providências.

O Prefeito do município de CASTANHEIRAS, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Especifica nº 1155/2025 de 16/12/2025.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Cr no Orçamento do Município, no valor de **RS 2.000.000,00 (dois milhões reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação

02.000.00.000.0000.0.000.	Executivo Municipal		
02.004.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO		
02.004.16.482.0008.1.213.	Implantação de Conjunto Habitacional - Novo PAC - Proposta nº 56000005954/2024		
152 - 3.3.90.39.00.00	17000000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	23.948,59
151 - 4.4.90.51.00.00	17000000	OBRAS E INSTALAÇÕES	1.976.051,41
Total Suplementação:			2.000.000,00

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crê pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Recursos Vinculados;

Receita: 2.4.1.4.99.01.01.000000000 Fonte: 0 2.000.000,00

Total da Receita: 2.000.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na da publicação, revogadas as disposições em contrário.

CATANHEIRAS , Estado de Rondônia, em 16/12/2025.

CICERO APARECIDO

Assinado de forma digital por CICERO APARECIDO GODOI:32546963287 Dados: 2025.12.18 14:32:22 -0400/

CICERO APARECIDO GODOY

PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRAS

Estado de Rondônia CNPJ 63.761.969/0001-03

Exercício: 2025

Decreto nº 149/2025 de 17/12/2025

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar por Anulação de Dotação e dá outras providências.

O Prefeito do município de CASTANHEIRAS, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1097/2025 de 02/01/2025.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Cri Suplementar, no Orçamento do Município, no valor de **RS 500,00 (quinhentos reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação

01.000.00.000.0000.0.000.	PODER LEGISLATIVO		
01.001.00.000.0000.0.000.	CAMARA MUNICIPAL		
01.001.01.031.0002.2.003.	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO PODER LEGISLATIVO		
1 - 3.1.90.11.00.00	15000000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	500,00
Total Suplementação:			500,00

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º d servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução

01.000.00.000.0000.0.000.	PODER LEGISLATIVO		
01.001.00.000.0000.0.000.	CAMARA MUNICIPAL		
01.001.01.031.0002.2.003.	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO PODER LEGISLATIVO		
2 - 3.1.90.13.00.00	15000000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	500,00
Total Redução:			500,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na da publicação, revogadas as disposições em contrário.

CATANHEIRAS , Estado de Rondônia, em 17/12/2025.

CICERO APARECIDO

Assinado de forma digital por CICERO APARECIDO GODOI:32546963287 Dados: 2025.12.17 10:24:35 -0400/

CICERO APARECIDO GODOY

PREFEITO

CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Gabinete do Chefe do Poder Executivo

Av. Jacaranda, 100
CEP: 76948-000
Castanheiras – Rondônia
CNPJ 63.761.969/0001-03
contato@castanheiras.ro.gov.br

DECRETO MUNICIPAL Nº 152/GAB/2.025, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2.025.

DISPÕE SOBRE O RECESSO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS EM VIRTUDE DAS COMEMORAÇÕES DE NATAL E FINAL DE ANO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito de Castanheiras/RO, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, com fundamento no artigo 64, inciso VI, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecido recesso (Ponto Facultativo) nas repartições públicas municipais do Município de Castanheiras/RO, nos dias de 23/12/2.025, à 02/01/2.026, em virtude das comemorações de Natal e Final de Ano.

Art. 2º - Excluem-se desta faculdade as repartições públicas cujos servidores exerçam suas funções em regime de revezamento e plantão, considerados como serviços essenciais, terão o expediente na data mencionada no artigo 1º deste Decreto, estipulado conforme cronograma editado pelas respectivas Secretarias Municipais.

Art. 3º - Os ocupantes de cargos comissionados deverão permanecer à disposição em sobreaviso para o caso de eventual necessidade de emergência e urgência, devendo se apresentarem de imediato se convocados para o serviço.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Catanheiras/RO, 18 de dezembro de 2.025.

CICERO APARECIDO

Assinado de forma digital por CICERO APARECIDO GODOI:32546963287 Dados: 2025.12.18 14:07:16 -0400/

CICERO APARECIDO GODOI

Prefeito

GABINETE DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO - gabinete@castanheiras.ro.gov.br - castanheiras.ro.gov.br

Página 1 de 1



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Gabinete do Chefe do Poder Executivo

Av. Jacarandá, 100
CEP: 76548-000
Castanheiras - Rondônia
CNPJ 63.761.969/0001-03
contato@castanheiras.ro.gov.br

DECRETO MUNICIPAL Nº 153/GAB/2.025, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2.025.

“ESTABELECE O CALENDÁRIO OFICIAL DO ANO LETIVO DE 2.026, PARA AS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito de Castanheiras/RO, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, com fundamento no artigo 64, inciso VI, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA

Art. 1º - Estabelecer o Calendário Escolar Oficial do ano letivo de 2.026 as Escolas da Rede Pública Municipal de Ensino de Castanheiras.

Art. 2º - O Calendário Escolar Oficial de cada escola, deve ser elaborado, respeitadas as normas legais vigentes e as peculiaridades locais, discutido e aprovado pela comunidade escolar e amplamente divulgado.

Art. 3º - O Calendário Escolar Oficial de 2.026, contempla os dias letivos para a educação básica e suas modalidades nas etapas do Educação Infantil e Ensino Fundamental I e II, Sendo:

I - 200 (duzentos) dias letivos para educação básica e suas modalidades com carga horária, de acordo com as Portarias das matrizes curriculares específicas vigentes; e

§1º - São considerados dias letivos, aqueles estabelecidos no Projeto Pedagógico e Calendário Escolar Oficial para o desenvolvimento de atividades com a presença de estudantes e efetiva orientação do professor, com o controle da frequência.

§2º - A carga horária a ser desenvolvida pela escola é a especificada na matriz curricular adotada, referente às modalidades de ensino, projeto e programa ofertado.

§3º - É dever do professor manter todas as informações no Sistema do Diário Eletrônico atualizadas, conforme orientações contidas na Portaria nº 2.361/2.016/GAB/SEDUC, registrando diariamente todas as informações pertinentes a trajetória escolar do estudante.

§4º - As escolas que atendem as comunidades indígenas, do campo, quilombolas e ribeirinhas, poderão elaborar calendários diferenciados, observando o disposto nesta Portaria e as peculiaridades da comunidade.

§5º - É vedada a dispensa de estudantes nos dias letivos previstos em calendário, salvo se por expressa solicitação judicial ou da mantenedora.

§6º - O encerramento do ano letivo fica condicionado ao cumprimento integral dos dias letivos constantes no Calendário Escolar Oficial, aprovado pela Secretaria Municipal de Educação e da carga horária estabelecida nas matrizes curriculares vigentes.

§7º - Compete aos gestores escolares acompanharem a execução do calendário escolar oficial, dos dias letivos, das matrizes curriculares e das horas letivas com a consolidação dos resultados finais até o encerramento do ano letivo e apresentar o Relatório Conclusivo das ações executadas à SEMEC.

Art. 4º - A interrupção das atividades letivas programadas, independentemente do motivo, implica na imediata reposição dos dias letivos e carga horária de cada componente curricular, a fim de cumprir o mínimo estabelecido em lei.

Parágrafo único: A escola que tiver as atividades letivas interrompidas, deverá encaminhar proposta de calendário de reposição das aulas à SEMEC de sua jurisdição, para análise, aprovação e acompanhamento.

Art. 5º - Ficam estabelecidas as seguintes datas no Calendário Escolar Oficial de 2025:

I - Férias regulamentares: 05/01/2026 a 03/02/2026;

II - Chamada escolar pública Creche (2 e 3 anos) presencial na SEMEC: 05 a 20/01/2026;

III - Chamada escolar pública: 19/12/2025 a 15/12/2025;

IV - período de rematricula rematriculas de estudantes da rede municipal: 19 a 30/01/2026;

V - Início do ano Escolar: 02/02/2026

VI - Início do ano letivo da educação básica e suas modalidades: 09/02/2029;

VII - Bimestres:

a) 1º Bimestre: 09/02/2026 a 27/04/2026

b) 2º Bimestre: 28/04/2026 a 09/07/2026

c) 3º Bimestre: 10/07/2026 a 02/10/2026

d) 4º Bimestre: 05/10/2026 a 18/12/2026

VIII - Período para realização da avaliação de reclassificação: 09/03/2026 a 31/03/2026.

IX - Formação Continuada de professores e supervisores:

a) - Março: 24/03/2026

b) - Maio: 21/05/2026

c) - Agosto: 20/08/2026

d) - Setembro: 24/09/2026

X - Formação Continuada de gestores

a) - Março: 26/03/2026

b) - Maio: 19/05/2026

c) - Agosto: 18/08/2026

d) - Setembro: 22/09/2026

X - As formações continuadas da rede acontecerá uma vez por mês durante o período do ano letivo, data a definir dentro do plano de ação da secretaria;

XI - As reuniões de HTPC acontecerá toda a segunda-feira;

XII - Férias regulamentares: 15/07/2026 a 29/07/2026;

XIII - Término do ano letivo regular: 18/12/2026;

XIV - Término do ano Escolar: 30/12/2026

XV - Período reservado para recuperação Final: 21 a 29/12/2026;

XVI - Encerramento das atividades escolares: 30/12/2026; e

XVII - Sistema de Avaliação Educacional do Estado de Rondônia (SAERO): no período 16 a 30/11/2026.

Art. 6º - São feriados nacionais, estaduais, ponto facultativo e datas comemorativas:

I - Confraternização Universal: 01/01/2026;

II - Instalação do estado de Rondônia: 04/01/2026;

III - Instalação do município de Porto Velho: 24/01/2026;

IV - Instalação do Município de Castanheiras: 13/02/2026

V - Carnaval: 16,17 e 18/02/2026;

VI - Paixão de Cristo: 03/04/2026;

VII - Tiradentes: 21/04/2026;

VIII - Dia Mundial do Trabalho: 01/05/2026;

IX - Corpus Christi: 04/06/2026;

X - Dia do Evangélico: 18/06/2026

XI - Dia de São Cristóvão: 25/07/2026;

XII - Proclamação da Independência do Brasil: 07/09/2026;

XIII - Dia do Professor: 15/10/2026;

XIV - Dia do Servidor Público: 28/10/2026

XV - Finados: 02/11/2026;

XVI - Proclamação da República: 15/11/2026;

XVII - Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra: 20/11/2026; e

XVIII - Natal: 25/12/2026

Art. 7º - Datas das campanhas de conscientização a serem realizadas no ano letivo de 2026:

I - Ação interdisciplinar e de participação comunitária para conscientização, prevenção e combate ao Bullying, durante todo o ano letivo, em conformidade com a Lei Estadual nº 2.621 de 04/11/2011;

II - Mês de Março:

a) Campanha Estadual “Maria da Penha”, conforme Lei Estadual nº 4.536, de 22/07/2019;

b) “Semana Escolar de Combate à Violência Contra a Mulher”, em conformidade com §9º do Art. 26 da Lei Federal nº 9.394/1996, alterada pela Lei Federal nº 14.164/2021;

c) 18 de março, Dia de Conscientização de Combate às Drogas na Escola, em conformidade com a Lei Estadual nº 2.148, de 03/09/2009, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 17.361, de 05/12/2012;

III - Mês de Abril:

a) Mês da Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, em conformidade com a Lei Federal nº 12.764, de 27/12/2012;

IV - Mês de Maio:

a) “Maio Amarelo” com ações preventivas de redução de acidentes de trânsito, em conformidade com a Lei Estadual nº 3.808, de 18/05/2016;

b) 18 de maio, “Dia Nacional de Combate ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes”, em conformidade com a Lei Federal nº 9.970, de 17/05/2000;

V - Mês de Junho:

a) 5 de junho, Dia Mundial do Meio ambiente, instituído pela ONU em 1972;

b) 23 de junho, Dia Nacional do Esporte, em conformidade com a Lei Federal nº 14.597, de 14 de junho de 2023.

VI - Mês de Agosto:

a) “Agosto Lilás” destinado à conscientização para o fim da violência contra a mulher, em conformidade com a Lei Federal nº 14.448, de 09/09/2022;

b) Semana Estadual de Educação, Conscientização e Orientação sobre a Síndrome de Berardinelli, ao ser realizada na 3ª semana de agosto, em conformidade a Lei Estadual nº 5.384, de 11/04/2022;

VII - Mês de Setembro:

a) “Setembro Amarelo” dedicado à prevenção do Suicídio;

VIII - Mês de Outubro:

a) “Outubro Rosa” Campanha com atividades para conscientização e prevenção do Câncer de Mama, em conformidade com a Lei Federal nº 13.733, de 16/11/2018;

IX - Mês de Novembro:

a) “Novembro Azul” Campanha Mundial dedicado à conscientização e prevenção do Câncer de Próstata;

b) 20 de novembro, “Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra”, em conformidade com a Lei Federal nº 12.519, de 10/11/2011 e Lei Federal nº 14.759, de 21/12/2023;

X - Mês de Dezembro:

a) “Dezembro Vermelho” Campanha Nacional de prevenção ao HIV/Aids e outras infecções sexualmente transmissíveis, em conformidade com a Lei Federal nº 13.504, de 07/11/2017.

Parágrafo único: Todas as atividades referentes as campanhas de conscientização deverão ser incorporadas aos currículos e às propostas pedagógicas, de forma transversal e integradora, como temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global. As atividades além de serem desenvolvidas, deverão ser registradas, documentadas e arquivadas na escola.

Art. 8º - A Secretaria estabelecerá no calendário Escolar da Rede:

I - Planejamento e formação pedagógica;

II - Início e término do ano letivo;

III - Início e término de cada bimestre;

IV - Feriados;

V - Férias regulamentares;

VI - Formação continuada, em conformidade com o § 1º ao § 6º do artigo 66, da Lei Complementar n. 887 de 4 de julho de 2016;

VII - Datas das reuniões ordinárias do Conselho de Classe, em conformidade com o artigo 5º da Portaria n. 0006/10-GAB/SEDUC de 6 de janeiro de 2010;

VIII - Datas das reuniões ordinárias do Conselho de Professores, em conformidade com o artigo 4º da Portaria n. 0007/10-GAB/SEDUC de 6 de janeiro de 2010;

IX - Datas das reuniões do Conselho Escolar, em conformidade com o artigo 3º da Portaria n. 0219/2014-GAB/SEDUC de 27 de janeiro de 2.014;

X - Dia “D” da Busca Ativa Escolar, no dia 09 de abril de 2025;

XI - Período de avaliação diagnóstica, de acordo com os incisos II e V do Art. 5º da Portaria nº 2.995, de 29/03/2.022, que estabelece normas para regulamentar e orientar as ações pedagógicas no âmbito das escolas públicas estaduais e dá outras providências;

XII - Período de avaliação bimestral;

XIII - Período de recuperação; e

§1º - O Conselho Escolar deverá se reunir em toda primeira terça-feira de cada mês, sem prejuízo da carga horária do dia letivo.

Art. 9º - É dever do(a) gestor(a) Diretor(a) escolar, zelar pelo cumprimento das datas-bases do Calendário Escolar Oficial 2026. O não cumprimento, poderá acarretar responsabilização administrativa.

Parágrafo único. O(A) gestor(a) deverá apresentar o Calendário Escolar Oficial a comunidade escolar para aprovação até o final do mês de fevereiro e encaminhar a Secretaria de Educação juntamente com ata de aprovação até a final da 1ª (primeira) semana de março de 2025.

Art. 10 - Compete à SEMEC, enviar às escolas de sua rede de ensino o Decreto e seus anexos, e:

I - Orientar as escolas no estudo do Calendário Escolar Oficial, contemplando suas peculiaridades;

Parágrafo único. É de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, articular e acompanhar junto as escolas da rede municipal, a fim de assegurar o direito dos estudantes.

Art. 11 - O acesso e a permanência dos estudantes ao incentivo financeiro-educacional, de que trata a Lei 14.818, de 16 de janeiro de 2024, obedecerão aos seguintes requisitos, na forma do regulamento:

I - Efetivação da matrícula no início de cada ano letivo;

II - Frequência escolar mínima de 80% (oitenta por cento) do total de horas letivas mensais;

III - Conclusão do ano letivo com aprovação;

IV - Participação nos exames do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e, quando

houver, nos exames aplicados pelos sistemas de avaliação externa dos entes federativos, avaliação de Impacto do TCERO, na Rede Estadual de Ensino, utilizamos o Sistema de Avaliação Educacional de Rondônia (SAERO).

V - Para estar apto a competir pelos recursos dos componentes de aprendizagem, equidade e evolução, o município deverá comprovar o comparecimento nas avaliações anuais do SAERO de, pelo menos, 80% (oitenta por cento) dos alunos matriculados, de acordo com o Decreto nº 27.376, de 29 de julho de 2022;

Art. 12 - Os casos omissos e as dúvidas suscitadas na aplicação deste Decreto serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação/SEMEC.

Art. 13 - Esta Portaria e anexos entram em vigor na data de sua publicação.

Castanheiras/RO, 19 de dezembro de 2.025.

CICERO APARECIDO
GODOI:3254696328Assinado de forma digital
por CICERO APARECIDO
GODOI:32546963287CICERO APARECIDO GODOI
PrefeitoANEXO I - DECRETO 153/2025
CALENDARIO ESCOLAR OFICIAL 2.026

Início do Ano escolar 04/02/2026														Encerramento das Atividades Escolares: 30/12/2026																																																																								
Início do Ano Letivo: 09/02/2025														Término do ano letivo 18/12/2026																																																																								
DIAS LETIVOS DE 2026														Total de dias letivos 200																																																																								
Mês	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31																																																							
Janeiro	FN	FN	S	FE	FR	FR	FR	FR	FR	FR	FR	FR	FR	FR	FR	FR	FR	FR	FR	FR	FR	FR	FR	FR	FR	FR	FR	FR	FR	FR	FR																																																							
Fevereiro	FR	FR	FR	FR	FR	FR	S	D	L	L	L	L	L	FN	S	D	FF	FF	FF	L	L	S	D	L	L	L	L	L	S			11																																																						
Março	D	L	L	L	L	L	S	D	L	L	L	L	L	L	S	D	L	L	L	L	L	L	L	L	L	L	L	L	S	D	L	22																																																						
Abril	L	L	FN	S	D	L	L	L	L	S	D	L	L	L	L	L	S	D	L	L	L	FN	L	L	L	S	D	L	L	L	L	20																																																						
Maio	FN	S	D	L	L	L	L	S	D	L	L	L	L	L	S	D	L	L	L	L	L	L	L	L	L	S	D	L	L	L	L	21																																																						
Junho	L	L	L	FN	L	S	D	L	L	L	L	L	L	L	S	D	L	L	L	FN	L	S	D	L	L	L	L	L	L	S	D	L	20																																																					
Julho	L	L	L	S	D	L	L	L	L	L	S	D	L	L	L	L	FR	FR	FR	FR	FR	FR	FR	FR	FR	FR	FR	FR	FR	FR	FR	L	12																																																					
Agosto	S	D	L	L	L	L	L	S	D	L	L	L	L	L	S	D	L	L	L	L	L	L	S	D	L	L	L	L	L	L	S	D	21																																																					
Setembro	L	L	L	S	D	FN	L	L	L	L	S	D	L	L	L	L	L	L	L	L	L	L	L	L	L	L	L	L	S	D	L	L	22																																																					
Outubro	L	L	S	D	L	L	L	L	L	S	D	FN	L	L	L	L	S	D	L	L	L	L	L	L	L	L	L	L	L	L	L	L	21																																																					
Novembro	D	FN	L	L	L	L	S	D	L	L	L	L	L	L	S	FN	L	L	L	L	FN	S	D	L	L	L	L	L	L	L	S	D	L	19																																																				
Dezembro	L	L	L	L	S	D	L	L	L	L	L	L	L	L	L	L	L	L	L	L	L	L	L	L	L	L	L	L	L	L	L	L	11																																																					
Total de dias Letivos																															200																																																							
Início do 1º Bimestre														Dia 09/02/2026														Término do 1º Bimestre														Dia 27/04/2026																												50 dias letivos																
Início do 2º Bimestre														Dia 28/04/2026														Término do 2º Bimestre														Dia 09/07/2026																												50 dias letivos																
Início do 3º Bimestre														Dia 10/07/2026														Término do 3º Bimestre														Dia 02/10/2026																												50 dias letivos																
Início do 4º Bimestre														Dia 15/10/2026														Término do 4º Bimestre														Dia 18/12/2026																												50 dias letivos																
Período destinado a recuperação																															21 a 29/12/2026														FPP														04/05 a 06/02/2026																											
Férias escolares																															05/01/26 a 08/02/26														15 a 28/02/26																																									

SOLICITAÇÃO DE OUTORGA DO DIREITO DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS

A Piscicultura Ramos Pertencente ao s.r. Jose Dias Ramos portador do CPF 011.114.842-10 está localizada na Linha 68 km 10 Lote 76/B, Gleba 20-P, Setor Zona Rural Latitude 11° 1'12.73"S Longitude 62°48'30.86"O torna público que requereu junto a COREH/SEDAM, EM 31 DE OUTUBRO DE 2024, a solicitação de OUTORGA DO DIREITO DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS, para a atividade de piscicultura tendo como responsável técnico Edevandro Tenorio Da Silva **Engenheiro Ambiental/Geotecnico-CREA16903-D/RO.**

**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL
DE ALVORADA D'OESTE****EXTRATO AO 2º ADITIVO DE PRAZO E VALOR**

CONTRATO Nº: 108/PGM/2023
PROCESSO Nº: 0001291.02.03.2023/SEMATUR
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ALVORADA D'OESTE – RO
CONTRATADO: MFM SOLUÇÕES AMBIENTAIS E GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS LTDA
OBJETO: Prorrogação do prazo de execução do contrato acima epigrafado por mais 90 (noventa) dias, iniciando-se em 23 de dezembro de 2025 e término em 23 de fevereiro de 2026, bem como, ajustar o valor pago no valor da tonelada R\$ 234,80, implicando no aumento de R\$ 42.220,80, no valor contratual, que passará para R\$ 338.112,00.
DATA: 19/12/2025

ASSINAM:
JAIR LUIZ - Prefeito Municipal - Contratante
JAZON FERREIRA DA COSTA - Secretário Municipal do Meio Ambiente – interveniente
MFM SOLUÇÕES AMBIENTAIS E GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS LTDA – FAUSTO DE OLIVEIRA MOURA JUNIOR - Contratada

**ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL
DE TEIXEIRÓPOLIS****EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº001/CMT/2025**

Processo Administrativo nº 101/2025
Pregão Eletrônico nº 001/SC/2025
Edital nº 001/SC/2025

Objeto: Sistema de registro de preço Contratação de empresa especializada em aquisição de gêneros alimentícios e materiais de limpeza.

O MUNICÍPIO DE TEIXEIRÓPOLIS/RO resolve nos termos da Lei Federal 14.133/2021, bem como da lei Decreto 197/2022, REGISTRAR OS PREÇOS.
FORNECEDORES:

J C RESPLANDE LTDA – CNPJ: 17.747.568/0001-73 no valor de R\$ 4.819,01(quatro mil oitocentos e dezenove reais e um centavo).

ECOLIM LTDA- CNPJ:17.221.558/0001-08 no valor de R\$ 924,76 (novecentos e vinte e quatro reais e setenta e seis centavos).

JEAN TALES DA COSTA-, CNPJ:27.252.866/0001-46 no valor de R\$ 11.286,53 (onze mil duzentos oitenta e seis reais e cinquenta e três centavos)

INFINITY SOLUÇÕES EM VENDAS LTDA, CNPJ: 01.076.944/0001-05 no valor de R\$ 775,00 (setecentos e setenta e cinco reais).

Valor total da ata: R\$ 17.805,30 (dezessete mil oitocentos e cinco reais e trinta centavos).
Prazo: 12 meses.

Obs.: A íntegra da ata nº 001/SC/2025 poderá ser obtida no site da Câmara Municipal de Teixeiraópolis <https://teixeiro-polis.ro.leg.br/> ou pode ser solicitado através do Email cpl@teixeiropolis.ro.gov.br”.

Teixeiraópolis/RO 19 de dezembro de 2025.

Jean Viera de Araujo
Agente de contratação
Portaria 026/2025/CMT

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA DOESTE**
Estado do RONDÔNIA
Exercício: 2025**EXTRATO DE TERMO DE ADITIVO**

Extrato 1º Termo aditivo do contrato nº 59/2025, decorrente da Inexigibilidade nº1/2025, que tem por objeto o repasse de recursos financeiros referente ao exercício de 2025 para custear as despesas relativas à manutenção e funcionamento da Casa de Apoio administrada pelo Consórcio Intermunicipal da Região Centro Leste do Estado de Rondônia - CIMCERO localizada em Porto Velho, que entre si celebraram a **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE** e o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO CENTRO LESTE DO ESTADO DE RONDÔNIA - CIMCERO**, inscrito no CNPJ sob nº 02.049.227/0001-57, os quais redimensionam o objeto do contrato nº 59/2025/PMNBO/RO na importância de R\$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais), correspondente ao acréscimo de 25% do valor do contrato 59/2025/PMNBO. O presente aditivo é essencial para assegurar a continuidade dos serviços prestados pelo consórcio, especialmente no que se refere à hospedagem de usuários do Sistema Único de Saúde, em função do aumento do número de pacientes encaminhados pelo município para a realização de exames e atendimentos médicos especializados.

Fundamentação Legal: Lei nº 14.133/21.

Nova Brasília D'Oeste/RO, 19 de dezembro de 2025.

CLODOALDO ALVES PEDROSO
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL
DE ALVORADA D'OESTE****TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ALVORADA D'OESTE – Estado de Rondônia**, no uso de suas atribuições legais qudhes são conferidas por Lei; Tendo em vista as informações constantes dos autos do **Processo Administrativo nº 2000.02.11-2025/SEMAS/ CARONA**, referente à **ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 041/2025**, REFERENTE AO **PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 780/2025**, MODALIDADE **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2025**, **PREFEITURA MUNICIPAL DE MINISTRO ANDREAZZA/RO**, **EMPRESA: J A FABEM BRINQUEDOS – ME**, CNPJ nº **14.485.146/0001-89**, localizada na Rua Adil Nunes Leal, nº 3810, Bairro: Village do Sol, CEP 76.964-276 Cacoal/ Estado de Rondônia, para atender à Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS, vinculada a Prefeitura Municipal de Alvorada d'Oeste/RO, constatadas as regularidades dos atos procedimentais, **RATIFICO e HOMOLOGO** o objeto, que é a **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL LOCAÇÃO DE BRINQUEDOS**, perfazendo o valor total de **R\$ 30.873,21 (trinta mil, oitocentos e setenta e três reais e vinte e um centavos)**, especialmente nas disposições do Art. 86, da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações posteriores e em consonância com o Parecer da Procuradoria e tendo em vista documentos que instruem o processo administrativo em epígrafe, e em consequência, fica convocada a proponente, para assinatura do instrumento de contrato ou documento equivalente, nos termos do art. 92 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

CONSIDERANDO os princípios estabelecidos na Lei Federal nº 14.133, de 01.04.2021 e suas alterações, no que se refere à legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, probidade administrativa e eficiência ao procedimento adotado.

RESOLVE:

1. Ratificar e Homologar o resultado do Julgamento do Processo Licitatório **CARONA Nº 027/2025**, realizado pela Superintendência Municipal de Licitações da Prefeitura Municipal de Alvorada d'Oeste/RO.

A presente Homologação será publicada no **DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS-AROM**, de modo a tornar público o resultado do certame licitatório, como também, produzir seus legítimos e ulteriores de direito.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ALVORADA D'OESTE - Estado de Rondônia, em 19 de dezembro de 2025.

JAIR LUIZ
Prefeito Municipal

**MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE**
PODER EXECUTIVO
GABINETE DO PREFEITO**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação neste termos:

a) Processo Nº : 3190/2025
b) Licitação Nº : 45/2025
c) Modalidade : Inexigibilidade:
d) Data Homologação : 17/12/2025
e) Objeto Homologado : Credenciamento de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais para prestação dos seguintes serviços: Manutenção e instalação de ar-condicionado; Jardinagem; Pintura; Serviços de pedreiro; Serviços de eletricitia; Serviços de vidraceiro; Costureira(s) de roupas; Chaveiro; Preparadora de salgadeiras (salgadeira independente); Serviço publicitário com veículo automotor; Marcenaria; Limpeza de forros, gesso, laje e correlatos; Limpeza de caixa-d'água; Serviços de limpador de fossa; Deletização; Motorista de veículos pesados; Operador de máquinas; Digitador/Digitalizador; Serviços de sonorização e iluminação, visando atender às necessidades das Secretarias e Autarquia Municipal.

20.605.0014.2.065 - VERTICALIZACAO E TRANSFORMACAO DA PRODUCAO

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: 61.625.353 LUCAS SILVA DE OLIVEIRA
CNPJ/CPF: 61.625.353/0001-71

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS	110	R\$ 28,00	R\$ 3.080,00

Valor Total Homologado - R\$ 3.080,00

Pregoeiro
Nova Brasília D'Oeste, 17 de dezembro de 2025.

CLODOALDO ALVES PEDROSO
PREFEITO MUNICIPAL

**MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE**
PODER EXECUTIVO
GABINETE DO PREFEITO**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação neste termos:

a) Processo Nº : /2025
b) Licitação Nº : 44/2025
c) Modalidade : Inexigibilidade:
d) Data Homologação : 15/12/2025
e) Objeto Homologado : LOCAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DO ALMOXARIFADO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE - RO , POR PERÍODO INDETERMINADO DE TEMPO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE PROCESSO ADMINISTRATIVO.

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: MC LOCACOES E SERVICOS LTDA
CNPJ/CPF: 63.008.788/0001-00

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
1	LOCACAO DE IMOVEL	12	R\$ 8.000,0000	R\$ 96.000,0000

Valor Total Homologado - R\$ 96.000,00

Pregoeiro

Nova Brasília D'Oeste, 15 de dezembro de 2025.

CLODOALDO ALVES PEDROSO
PREFEITO MUNICIPAL

**MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE**
PODER EXECUTIVO
GABINETE DO PREFEITO**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação neste termos:

a) Processo Nº : 2797/2025
b) Licitação Nº : 43/2025
c) Modalidade : Inexigibilidade:
d) Data Homologação : 08/12/2025
e) Objeto Homologado : Credenciamento de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais para prestação dos seguintes serviços: Manutenção e instalação de ar-condicionado; Jardinagem; Pintura; Serviços de pedreiro; Serviços de eletricitia; Serviços de vidraceiro; Costureira(s) de roupas; Chaveiro; Preparadora de salgadeiras (salgadeira independente); Serviço publicitário com veículo automotor; Marcenaria; Limpeza de forros, gesso, laje e correlatos; Limpeza de caixa-d'água; Serviços de limpador de fossa; Deletização; Motorista de veículos pesados; Operador de máquinas; Digitador/Digitalizador; Serviços de sonorização e iluminação, visando atender às necessidades das Secretarias e Autarquia Municipal.

12.361.0010.2.042 - MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - FUNDEB 40%

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: 57.532.353 JULIANO DA SILVA SANTOS
CNPJ/CPF: 57.532.353/0001-50

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
1	Prestação de serviços de Pedreiros	350	R\$ 35,00	R\$ 12.250,00

Valor Total Homologado - R\$ 12.250,00

Pregoeiro

Nova Brasília D'Oeste, 08 de dezembro de 2025.

CLODOALDO ALVES PEDROSO
PREFEITO MUNICIPAL



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL
DE TEIXEIRÓPOLIS

LEI Nº 1.344/GAB/2025, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2025

“ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 1.245 DE 18 DE MARÇO DE 2024, DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE TEIXEIRÓPOLIS/RO”

O Prefeito do Município de Teixeiraópolis, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Teixeiraópolis, Estado de Rondônia aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

L E I

Art. 1º - Fica criado o cargo de **Diretor de Regularização Fundiária**, na referência DCA - 06, com 01 (uma) vaga, na Secretaria Municipal de Planejamento, Administração, Fazenda e Esporte – SEMPLAFE, no inciso II, do art. 16 e no Anexo I da Lei nº 1.245 de 18 DE MARÇO DE 2024, que " **DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE TEIXEIRÓPOLIS/RO.**"

Art. 2º - Fica criado o cargo de **Assistente Técnico de Regularização Fundiária**, na referência DCA - 06, com 01 (uma) vaga, na Secretaria Municipal de Planejamento, Administração, Fazenda e Esporte – SEMPLAFE, no inciso II, do art. 16 e no Anexo I da Lei nº 1.245 de 18 DE MARÇO DE 2024, que " **DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE TEIXEIRÓPOLIS/RO.**"

Art. 3º - Fica criado o cargo de **Assessor de Projetos e Convênios**, na referência DCA - 06, com 01 (uma) vaga, na Secretaria Municipal de Planejamento, Administração, Fazenda e Esporte – SEMPLAFE, no inciso II, do art. 16 e no Anexo I da Lei nº 1.245 de 18 DE MARÇO DE 2024, que " **DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE TEIXEIRÓPOLIS/RO.**"

Art. 5º - Fica criado o cargo de **Seção de Controle de Patrimônio e Almoxarifado**, na referência DCA - 02, com 01 (uma) vaga, na Secretaria Municipal de Planejamento, Administração, Fazenda e Esporte – SEMPLAFE, no inciso II, do art. 16 e no Anexo I da Lei nº 1.245 de 18 DE MARÇO DE 2024, que " **DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE TEIXEIRÓPOLIS/RO.**"

Art. 6º - Fica criado o cargo de **Chefe de Fiscalização Tributária**, na referência DCA - 07, com 01 (uma) vaga, na Secretaria Municipal de Planejamento, Administração, Fazenda e Esporte – SEMPLAFE, no inciso II, do art. 16 e no Anexo I da Lei nº 1.245 de 18 DE MARÇO DE 2024, que " **DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE TEIXEIRÓPOLIS/RO.**"

Art. 7º - Fica criado o cargo de **Coordenador do Centro Digital**, na referência DCA-06, com 01 (uma) vaga, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho – SEMAST, no inciso I, do art. 16 e no Anexo I da Lei nº 1.245 de 18 DE MARÇO DE 2024, que " **DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE TEIXEIRÓPOLIS/RO.**"

Art. 8º - Ficam alterados os valores das referências dos cargos do Anexo I da Lei nº 1.245 de 18 DE MARÇO DE 2024, que " **DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE TEIXEIRÓPOLIS/RO.**"

- Chefe do Gabinete, PM/DCA - 3, passará para, PM/DCA – 7;
- Núcleo de Tesouraria, PM/DCA – 4, passará para, PM/DCA – 6;
- Núcleo de Exec. Orçamentária, PM/DCA – 2, passará para, PM/DCA – 6;
- Controladoria Geral, PM/DCA – 7, passará para, PM/DCA – 8;
- Divisão do HPP, PM/DCA – 6, passará para, PM/DCA – 7;
- Diretor de Esportes, PM/DCA – 5, passará para, PM/DCA – 6;
- Divisão de Infraestrutura, PM/DCA – 6, passará para, PM/DCA – 7;
- Departamento Tributário, PM/DCA – 4, passará para, PM/DCA – 6;

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

OSMY TOLEDO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Lei Nº 1.344/GAB/2025 de 19 de dezembro de 2025

ANEXO I

RELAÇÃO DE ÓRGÃOS E CARGOS EM COMISSÃO

01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRÓPOLIS/RO			
ÓRGÃO	CARGO	QUANTI DADE	CÓDIGO/ NÍVEL
1. GABINETE DO PREFEITO	Chefe	01	PM/DCA-7
1.1. Procuradoria Jurídica;	Procurador	01	PM/DCA-9
1.1.1. Assessor Jurídico;	Assessor	01	PM/DCA-7
1.2. Controladoria Geral;	Controlador	01	PM/DCA-8
1.2.1. Divisão de Controle Interno;	Chefe	01	PM/DCA-6
1.2.2. Núcleo de Patrimônio e Operacional;	Chefe	01	PM/DCA-4
1.3. Departamento de Ouvidoria, Comunicação e Transparência;	Diretor	01	PM/DCA-4
1.4. Departamento de Contratação;	Agente	01	PM/DCA-8
1.4.1. Núcleo de Planejamento de Contratação;	Chefe	01	PM/DCA-5
1.4.2. Assessoria de Apoio;	Assessor	03	PM/DCA-3
1.5. Assessoria Especial.	Assessor	03	PM/DCA-3
2. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO	Secretário	01	PM/DCA-10
2.1. Divisão de Assistência Social;	Diretor	01	PM/DCA-2
2.1.1. Núcleo de Apoio aos Idosos;	Chefe	01	PM/DCA-2
2.1.2 – Coordenador do Centro Digital	Coordenador	01	PM/DCA-6
2.2. Coordenadoria do CRAS;	Coordenador	01	PM/DCA-4
2.3. Cuidadora;	Cuidadora	02	PM/DCA-2
2.4. Assessoria Especial.	Assessor	03	PM/DCA-2
3. SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA E ESPORTE.	Secretário	01	PM/DCA-10
3.1. Divisão de Administração;	Diretor	01	PM/DCA-6
3.1.1.- Núcleo de Protocolo;	Chefe	01	PM/DCA-6
3.1.2.- Diretor do Departamento de Recursos Humanos;	Diretor	01	PM/DCA-6
3.1.2.1. Núcleo de Recursos Humanos	Chefe	01	PM/DCA-2
3.1.3. Núcleo de Patrimônio e Almoxarifado	Chefe	01	PM/DCA-2
3.1.3.1. Seção de Controle de Patrimônio e Almoxarifado	Chefe	01	PM/DCA-2
3.1.4.- Núcleo de Execução Orçamentária;	Chefe	01	PM/DCA-6
3.1.5.- Núcleo de Tesouraria;	Chefe	01	PM/DCA-6
3.1.6.- Núcleo de Informação;	Chefe	01	PM/DCA-3
3.2.- Departamento Tributário;	Diretor	01	PM/DCA-6
3.2.1.- Núcleo de Cadastro, Receita e Fiscalização;	Chefe	01	PM/DCA-2
3.2.2 – Fiscalização Tributária	Chefe	01	PM/DCA-7
3.3.- Divisão de Projetos, Convênio e Prestação de Contas;	Diretor	01	PM/DCA-6
3.3.1.- Assessor de Projetos e convênios	Assessor	01	PM/DCA-6
3.4.- Departamento de Esporte;	Diretor	01	PM/DCA-6
3.5.- Departamento de Contabilidade;	Diretor	01	PM/DCA-8
3.5.- Diretor de Regularização Fundiária	Diretor	01	PM/DCA-6
3.5.1.- Assessor Técnico de Regularização Fundiária	Assessor	01	PM/DCA-6
3.5.2 - Diretor do Departamento de Planejamento e Orçamento	Diretor	01	PM/DCA-6
3.6.- Assessoria Especial.	Assessor	03	PM/DCA-2
4. SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INFRA-ESTRUTURA E MEIO AMBIENTE.	Secretário	01	PM/DCA-10
4.1.- Divisão de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente;	Diretor	01	PM/DCA-6
4.1.1.- Núcleo de Agricultura e Meio Ambiente;	Chefe	01	PM/DCA-2
4.2.- Divisão de Infraestrutura;	Diretor	01	PM/DCA-6
4.2.1.- Núcleo de Organização do Cemitério;	Chefe	01	PM/DCA-6
4.2.2.- Divisão de Trânsito e Controle de Combustível;	Diretor	01	PM/DCA-6
4.2.3.- Núcleo de Execução de Veículos e Máquinas;	Diretor	01	PM/DCA-1

4.3.- Assessoria Especial.	Assessor	03	PM/DCA-2
5.- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO.	Secretário	01	PM/DCA-10
5.1.- Divisão de Gerenciamento Pedagógico;	Diretor	01	PM/DCA-4
5.2.- Divisão Supervisão Escolar;	Diretor	01	PM/DCA-3
5.3.- Divisão de Orientação Escolar;	Diretor	01	PM/DCA-3
5.4.- Divisão de Estatísticas e Escrituração;	Diretor	01	PM/DCA-3
5.4.1.- Núcleo de Alimentação e Nutrição;	Chefe	01	PM/DCA-2
5.4.2.- Núcleo de Biblioteca Municipal;	Chefe	01	PM/DCA-2
5.5.- Divisão de Transporte Escolar;	Diretor	01	PM/DCA-2
5.6.- Assessoria de Apoio ao Aluno Especial;	Assessor	08	PM/DCA-2
5.7.- Assessoria Especial.	Assessor	03	PM/DCA-2
6. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	Secretário	01	PM/DCA-10
6.1. Divisão de Administração;	Diretor	01	PM/DCA-6
6.1.1.- Núcleo de Escrituração;	Chefe	01	PM/DCA-2
6.2.- Divisão de Vigilância em Saúde;	Diretor	01	PM/DCA-2
6.3.- Divisão Atenção primária à saúde;	Diretor	01	PM/DCA-6
6.3.1.- Núcleo de UBS;	Chefe	01	PM/DCA-2
6.3.1.1.- Seção de Estratégia de Saúde da Família (ESF);	Chefe	01	PM/DCA-2
6.3.1.2.- Seção de Gerência de UBS;	Chefe	01	PM/DCA-2
6.4.- Divisão do HPP;	Diretor	01	PM/DCA-7
6.4.1.- Núcleo de Gerência Administrativa;	Chefe	01	PM/DCA-2
6.4.2.- Núcleo de Gerência Clínica;	Chefe	01	PM/DCA-2
6.4.3.- Núcleo de Gerência de Enfermagem;	Chefe	01	PM/DCA-2
6.5.- Divisão de Central de Regulação;	Diretor	01	PM/DCA-3
6.6.- Divisão Central de Assistência farmacêutica;	Diretor	01	PM/DCA-3
6.7.- Assessoria Especial.	Assessor	03	PM/DCA-2
6.8 - Coordenador da Atenção Primária de Saúde	Coordenador	01	PM/DCA -6
6.9 - Coordenador Farmacêutico e Fiscal	Coordenador	01	PM/DCA - 6
Total	-	-	-

OSMY TOLEDO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Lei Nº 1.344/GAB/2025 de 19 de dezembro de 2025

ANEXO IV
ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

DIRETOR DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA:

Orientar e coordenar as ações necessárias à execução dos projetos e atividades da Secretaria, voltados à regularização de Áreas ocupadas por habitações subnormais, com base no Plano Diretor do Município, legislações Federal e Estadual aplicáveis à matérias; Coordenar a implantação do Programa de Regularização Fundiária Sustentável do Município; Aprovar os Planos de Regularização Fundiária Sustentável, em conjunto com os demais órgãos que compõem a Administração Municipal, em especial o Secretaria de Planejamento; Administração, Fazenda e Esporte – SEMPLAFE; Encaminhar a indicação de áreas com potencial para implantação de Empreendimentos de Habitação de Interesse Social (EHIS) e áreas de propriedade do Município passíveis de legalização; Coordenar as ações necessárias à disponibilização de áreas para os programas e projetos de regularização fundiária no Município; Efetuar contatos e executar serviços em conjunto com as demais unidades competentes da Administração Municipal para a consecução de suas atividades; Apoiar a elaboração, divulgação e implementação do Plano Municipal de Habitação, com participação popular; Proferir despacho final nos processos administrativos; Expedir auto de regularização; Coordenar, no âmbito do Departamento, o atendimento às demandas técnicas judiciais, solicitadas pelo Ministério Público, Defensoria Pública, Procuradoria-Geral do Município e demais órgãos públicos, reportando-se ao Secretário de planejamento; Apoiar as ações de regularização fundiária dos empreendimentos habitacionais de interesse social promovidos no Município por outras esferas do Poder Público e Executar outras atividades de sua área de atuação que lhe forem atribuídas.

ASSISTENTE TÉCNICO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Responsável por auxiliar o setor no levantamento de informações, viabilidade técnica, localização, estabelecimento das áreas a serem regularizadas e limites, medidas, e nas providências administrativas e jurídicas para emissão dos títulos. O profissional deve orientar os ocupantes de terras públicas urbanas quanto aos procedimentos necessários à regularização fundiária e auxiliar o posseiro na elaboração de requerimentos de regularização fundiária, Planos de Utilização, Parecer Técnico para a área urbana, e Relatório Técnico. Atuar no preenchimento de cadastros de propriedades e proprietários de imóveis, descrevendo edificações e terrenos, bem como ter competência para a leitura e entendimento documental; auxiliar aos engenheiros na confecção de laudos de avaliação, preenchendo planilhas, elaborando relatórios fotográficos, entender de Laudos de Avaliação de imóveis.

ASSESSOR DE PROJETOS E CONVÊNIOS

Assessorar na Elaboração de projetos e convênios, assegurando que estejam alinhados às necessidades da instituição e às diretrizes legais. Assessorar a formalização e execução de convênios com órgãos públicos e privados, garantindo o cumprimento das normas e requisitos estabelecidos. Monitorar a execução orçamentária dos projetos, controlando gastos e prazos, e preparando relatórios financeiros para prestação de contas. Assessorar na produção de relatórios de progresso sobre a execução dos projetos, apresentando resultados e impactos alcançados, bem como sugestões de ações corretivas. Realizar pesquisas para identificar novas oportunidades de convênios e financiamento, mantendo-se atualizado sobre editais e chamadas públicas. Fornecer suporte técnico e consultoria na elaboração de propostas, garantindo que atendam aos critérios exigidos pelos financiadores. Participar na avaliação dos resultados dos projetos, contribuindo para a melhoria contínua das práticas e processos.

CHEFE DE SEÇÃO DE CONTROLE DE PATRIMONIO E ALMOXARIFADO

Supervisionar a gestão do patrimônio da instituição, incluindo cadastro, controle e manutenção de bens móveis e imóveis. Coordenar as atividades do almoxarifado, assegurando o recebimento, armazenamento, distribuição e controle de materiais e suprimentos. Realizar inventários periódicos dos bens patrimoniais e suprimentos, garantindo a precisão dos registros e a conformidade com a legislação. Produzir relatórios sobre a movimentação de patrimônio e estoque, apresentando dados relevantes para a tomada de decisões. Participar no planejamento e controle de compras de materiais e equipamentos, garantindo a otimização dos recursos e a qualidade dos itens adquiridos. Treinar e orientar a equipe da seção sobre procedimentos de controle de patrimônio e gestão de almoxarifado, promovendo boas práticas e eficiência nas operações. Manter registros atualizados e precisos de todos os bens patrimoniais e itens de almoxarifado, utilizando sistemas de gestão apropriados. Monitorar níveis de estoque e realizar ações para evitar faltas ou excessos, garantindo a disponibilidade de materiais para as atividades da instituição. Assegurar que os processos de controle de patrimônio e almoxarifado estejam em conformidade com as normas e regulamentações vigentes.

CHEFE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

Coordenar e supervisionar as atividades de fiscalização tributária, garantindo conformidade com as legislações tributárias e regulatórias. Desenvolver e implementar planos de fiscalização, definindo estratégias e prioridades de ação para a equipe. Realizar a análise e verificação de documentos fiscais de contribuintes, garantindo a correta apuração e pagamento de tributos. Conduzir investigações e auditorias em casos de suspeita de fraudes fiscais ou irregularidades, adotando medidas corretivas quando necessário. Manter-se atualizado sobre as legislações federais, estaduais e municipais, assegurando que a fiscalização esteja de acordo com quaisquer mudanças na norma. Oferecer orientações e esclarecimentos aos contribuintes sobre legislação tributária, prazos, obrigações e direitos.

COORDENADOR CENTRO DIGITAL

Coordenar o atendimento aos usuários, orientando-os sobre o uso dos equipamentos e softwares disponíveis; Planejar e ministrar cursos e oficinas de capacitação em informática básica e avançada, de acordo com as necessidades dos usuários; Desenvolver materiais didáticos e recursos pedagógicos para apoiar o processo de ensino-aprendizagem; Acompanhar o progresso dos usuários, oferecendo suporte individualizado e identificando dificuldades e necessidades específicas; Promover a inclusão digital de grupos específicos, como idosos, pessoas com deficiência e beneficiários de programas sociais; Elaborar o plano de trabalho do centro digital, definindo metas, indicadores e estratégias para o alcance dos objetivos; Gerenciar os recursos humanos, materiais e financeiros do centro, garantindo a sua utilização eficiente e transparente; Monitorar e avaliar o desempenho do centro, identificando oportunidades de melhoria e propondo soluções inovadoras; Elaborar relatórios e prestar contas sobre as atividades e os resultados do centro; Articular parcerias com outras instituições públicas e privadas para ampliar a oferta de serviços e programas no centro digital. Garantir a segurança e a acessibilidade dos equipamentos e softwares do centro digital. Promover a cultura digital na comunidade, incentivando o uso da tecnologia como ferramenta de transformação social; Representar o centro digital em eventos, reuniões e fóruns relacionados à inclusão digital e ao desenvolvimento social; Divulgar as atividades e os serviços do centro digital para a comunidade, utilizando diferentes canais de comunicação; Mobilizar a comunidade para participar das atividades do centro digital, incentivando o voluntariado e a colaboração; Promover a integração do centro digital com outras unidades da Secretaria de Ação Social, buscando a sinergia e a complementaridade das ações; Articular parcerias com outras secretarias e órgãos públicos para ampliar o acesso a serviços e programas para a população em situação de vulnerabilidade.

OSMY TOLEDO DE SOUZA

Prefeito Municipal



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
PODER EXECUTIVO

DECRETO MUNICIPAL Nº 2083/2025

“DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DA CEDÊNCIA DA SERVIDORA LUCIANI MARTINIANO MARTA DE SOUZA PARA O MUNICÍPIO DE PIMENTA BUENO/RO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O PREFEITO DO MUNÍCIO DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o requerimento apresentado pela servidora solicitando o cancelamento de cedência para o município de Pimenta Bueno/RO, datado em 16 dezembro de 2025;

DECRETA:

Art. 1º. Fica revogada a cedência da servidora LUCIANI MARTINIANO MARTA DE SOUZA, matrícula nº 2032, inscrita no CPF sob o nº 649, ****-34, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Diversos, pertencente ao quadro efetivo da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste/RO, para o município de Pimenta Bueno/RO.

Art. 2º. A servidora deverá ser reintegrada ao município e à sua secretaria de origem - Secretaria Municipal de Educação (SEMED).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial o Decreto Municipal nº 2064/2025.

Nova Brasilândia D'Oeste/RO, 19 de dezembro de 2025.

CLODOALDO ALVES PEDROSO
PREFEITO MUNICIPAL



Publicação do Nova Brasilândia D'Oeste
Este documento foi enviado digitalmente por CLODOALDO ALVES PEDROSO (CPF 009.402-00), em 19/12/2025 - 12:11 e pode ser validado pelo QR Code ao lado e no site: https://nova-brasilandia.com.br/br/documentos/assinado/124705_Folha%201



ESTADO DE RONDÔNIA
MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
PODER EXECUTIVO

LEI MUNICIPAL Nº 2011/2025

“Dispõe sobre a abertura de crédito adicional Suplementar por Anulação de Dotação no orçamento Vigente da Câmara municipal e dá outras providências.”

O Prefeito do Município de Nova Brasilândia D'Oeste/RO, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte

L E I

ARTIGO 1º - Fica aberto o crédito adicional suplementar por anulação no orçamento vigente no valor de R\$ 62.011,03 (sessenta e dois mil e onze reais e três centavos), para atender a Câmara Municipal.

SUPLEMENTAÇÃO

Unidade: 01.001 – Câmara Municipal
Função 001 - Legislativa
Sub-Função 031 – Ação Legislativa
Programa 0004 – Legislativo em Ação
Projeto/Atividade 2.016 – Manutenção das Atividades Legislativas
Elemento de Despesa: 339011.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R\$ 62.011,03
Total..... R\$ 62.011,03

ARTIGO 2º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos de que trata o Artigo 43, parágrafo 1º, Inciso III, da Lei Federal Nº. 4320/64, por anulação de dotação no valor de R\$ 62.011,03 (sessenta e dois mil e onze reais e três centavos), para atender a Câmara Municipal.

ANULAÇÃO

Unidade: 01.001 – Câmara Municipal
Função 001 - Legislativa
Sub-Função 031 – Ação Legislativa
Programa 0004 – Legislativo em Ação
Projeto/Atividade 2.016 – Manutenção das Atividades Legislativas
Elemento de Despesa: 339030.00.00 – Material de Consumo R\$25.077,44
339013.00.00 – Obrigações Patronais R\$5.000,00
339014.00.00 – Diárias Pessoal Civil R\$2.364,42
339046.00.00 – Auxílio Alimentação R\$1.200,00
339039.00.00 – Outros Serviços deTerceiros P.J R\$20.369,17
339049.00.00 –Auxílio Transporte R\$8.000,00
Total..... R\$62.011,03

ARTIGO 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Brasilândia D'Oeste/RO, 17 de dezembro de 2025.

CLODOALDO ALVES PEDROSO
Prefeito Municipal



Publicação do Nova Brasilândia D'Oeste
Este documento foi enviado digitalmente por CLODOALDO ALVES PEDROSO (CPF 009.402-00), em 18/12/2025 - 11:02 e pode ser validado pelo QR Code ao lado e no site: https://nova-brasilandia.com.br/br/documentos/assinado/124705_Folha%203



ESTADO DE RONDÔNIA
MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
PODER EXECUTIVO

LEI MUNICIPAL Nº 2012/2025

“Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder premiação em dinheiro para os eventos esportivos e culturais no Município de Nova Brasilândia D'Oeste/RO e dá outras providências.”

O Prefeito do Município de Nova Brasilândia D'Oeste/RO, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte

LEI

ARTIGO 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a custear o pagamento de premiação em dinheiro para os eventos esportivos e culturais realizados no Município de Nova Brasilândia D'Oeste, no exercício de 2026, conforme anexo I desta Lei.

Parágrafo único. As programações acontecerão conforme disponibilidade financeira do Município.

ARTIGO 2º - As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta das verbas próprias do orçamento vinculado à Secretaria Municipal de Esporte de acordo com a seguinte programação: 02.010 27 812.0012 2049 – Manutenção das atividades desportivas, Elemento 33 90 31 00 – Premiações culturais, artísticas, desportivas e outras.

ARTIGO 3º - Esta Lei visa integrar a comunidade, promover a inclusão social e o desenvolvimento do esporte amador e da cultura nas áreas urbanas e rurais.

ARTIGO 4º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Brasilândia D'Oeste/RO, 18 de dezembro de 2025.

CLODOALDO ALVES PEDROSO

Prefeito Municipal

Anexo I - CRONOGRAMA DAS PREMIAÇÕES EM
DINHEIRO DOS EVENTOS ESPORTIVOS DE 2026

ORD	DATAS	EVENTO	VALOR PREMIAÇÃO
1	ABRIL	Campeonato Municipal de Futebol de Campo Masculino Master 35 Anos acima	Campeão R\$ 3.000,00 Vice-campeão R\$ 2.000,00 Terceiro Lugar R\$1.500,00 Quarto lugar R\$ 1.000,00
2	AGOSTO	Campeonato de Futebol de Campo Categoria Titular	Campeão R\$ 7.000,00 Vice-campeão R\$ 4.000,00 Terceiro Lugar R\$3.000,00 Quarto lugar R\$ 2.000,00
3	AGOSTO	Campeonato de Futebol de Campo Categoria Aspirante	Campeão R\$ 5.000,00 Vice-campeão R\$ 3.500,00 Terceiro Lugar R\$3.000,00 Quarto lugar R\$ 1.500,00
4	JULHO	Campeonato Municipal de Futebol de Campo Sub 20 – 2005 acima	Campeão R\$ 2.000,00 Vice -campeão R\$ 1.300,00 Terceiro lugar R\$1.000,00 Quarto lugar R\$ 500,00
5	FEVEREIRO	COPA NOVA BRASILÂDIA D'OESTE CATEGORIA TITULAR	Campeão R\$ 4.500,00 Vice -campeão R\$ 2.500,00 Terceiro lugar R\$ 2.000,00 Quarto lugar R\$ 1.500,00
6	FEVEREIRO	COPA NOVA BRASILÂDIA D'OESTE CATEGORIA ASPIRANTE	Campeão R\$ 3.000,00 Vice-campeão R\$ 2.000,00 Terceiro lugar R\$ 1.500,00 Quarto lugar R\$ 1.000,00
7	JULHO	Torneio Semecl de Futvolei	Campeão R\$ 1.000,00 Vice- Campeão R\$ 800,00 Terceiro lugar R\$ 500,00 Quarto lugar R\$ 200,00
		Total	R\$ 61.800,00

FUTSAL

1	MAIO	Campeonato Municipal de Futsal Master acima de 35 Anos	Campeão R\$ 3.000,00 Vice- Campeão R\$ 1.500,00
2	MAIO	Campeonato Municipal de Futsal Masculino	Campeão R\$ 4.000,00 Vice- Campeão R\$ 2.000,00
3	MAIO	Campeonato municipal de Futsal Feminino	Campeão R\$ 3.000,00 Vice- Campeão R\$ 1.500,00
TOTAL			R\$ 15.000,00

FUTEBOL SOCCER SOCIETY

1	JUNHO	Campeonato Municipal de Fut07 Society Master acima de 50 Anos	Campeão R\$ 1.200,00 Vice- Campeão R\$ 800,00 Terceiro Lugar R\$ 500,00 Quarto Lugar R\$ 300,00
2	JUNHO	Campeonato Municipal de Fut07 Society Feminino	Campeão R\$ 2.500,00 Vice- Campeão R\$ 1.500,00 Terceiro lugar R\$1.000,00 Quarto lugar R\$500,00
3	JUNHO	Campeonato Municipal de Fut07 Society Masculino	Campeão R\$ 3.000,00 Vice- Campeão R\$ 1.500,00 Terceiro lugar R\$1.000,00 Quarto lugar R\$500,00
TOTAL			R\$ 14.300,00

VOLÊI

1	MARÇO	Campeonato Regional de Voleibol de Quadra Masculino	Campeão R\$ 1.500,00 Vice- Campeão R\$ 600,00
2	MARÇO	Campeonato Regional de Voleibol de Quadra Feminino	Campeão R\$ 1.500,00 Vice- Campeão R\$ 600,00
3	MARÇO	Torneio Regional de Voleibol de Areia Masculino	Campeão R\$ 600,00
			Vice- Campeão R\$ 300,00
4	MARÇO	Torneio Regional de Voleibol de Areia Feminino	Campeão R\$ 600,00 Vice- Campeão R\$ 300,00
TOTAL			R\$ 6.000,00

XADREZ

1	JULHO	Campeonato Municipal de Xadrez Masculino	Campeão R\$ 500,00 Vice Campeão R\$ 300,00
2	JULHO	Campeonato Municipal de Xadrez Feminino	Campeão R\$ 500,00 Vice-Campeão R\$ 300,00
3	JULHO	Campeonato Regional de Xadrez Masculino	Campeão R\$ 500,00 Vice-Campeão R\$ 300,00
4	JULHO	Campeonato Regional de Xadrez Feminino	Campeão R\$ 1.000,00 Vice-Campeão R\$ 500,00
TOTAL			R\$ 3.900,00

CORRIDA

1	JUNHO	Corrida Rustica em Comemoração ao Aniversário da cidade Feminino	Campeão R\$ 1.000,00 Vice-campeão R\$ 500,00
2	JUNHO	Corrida Rustica em Comemoração ao Aniversário da cidade Masculino	Campeão R\$ 1.000,00 Vice-campeão R\$ 500,00
TOTAL			R\$ 3.000,00

EVENTOS DIVERSOS

1	Maio	Campeonato dos Funcionários Públicos	Campeão R\$ 1.500,00 Vice- campeão R\$ 1.200,00 Terceiro lugar R\$ 600,00
2	Março	Torneio de Maia	Campeão R\$ 800,00 Vice- campeão R\$ 500,00 Terceiro lugar R\$ 300,00 Quarto lugar R\$200,00 Quinto lugar R\$100,00
4	Agosto	Ciclismo aberto masculino	Campeão R\$ 500,00 Vice- campeão R\$ 400,00 Terceiro lugar R\$ 300,00
5	Agosto	Ciclismo aberto feminino	Campeão R\$ 500,00 Vice-campeão R\$ 400,00 Terceiro R\$ 300,00
		Total	R\$ 7.600,00

Os Gastos Para Realização das Competições Esportivas Para o Ano de 2026 Serão de R\$ 111.600,00 (Cento e Onze Mil e Seiscentos Reais).

Nova Brasilândia D'Oeste/RO, 18 de dezembro de 2025.

CLODOALDO ALVES PEDROSO

Prefeito Municipal



Prefeitura de Nova Brasilândia D'Oeste
Este documento foi assinado digitalmente por CLODOALDO ALVES PEDROSO (CPF 000.000.002-00), em 18/12/2025 - 11:02, e pode ser validado pelo QR Code ao lado e ou pelo link: https://appnovo.brasilandia.biotrust.com.br/documento/documento/assinado/120051_Folha 7 de 7



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
PODER EXECUTIVO

DECRETO MUNICIPAL Nº 2084/2025

“DÁ CIÊNCIA E CUMPRE REQUISICÃO ELEITORAL DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PARA ATUAÇÃO JUNTO À JUSTIÇA ELEITORAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são consideradas por lei,

CONSIDERANDO o ofício nº 13/2025 – CRE/GAB15º ZE/15º ZE, expedido pelo Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – 15ª Zona Eleitoral;

CONSIDERANDO o disposto no art. 2º, §1º, da Lei Federal nº 6.999/1982;

CONSIDERANDO o art. 365 do Código Eleitoral;

CONSIDERANDO as Resoluções do Tribunal Superior Eleitoral nº 23.523/2017 e do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia nº 001/2021;

DECRETA:

Art. 1º Fica o Município de Nova Brasilândia D'Oeste ciente e em cumprimento à requisição eleitoral determinada pela Justiça Eleitoral, relativa à servidora GISELE GUIMARÃES, matrícula nº 2897, para atuação junto ao Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – 15ª Zona Eleitoral, no Município de Nova Brasilândia D'Oeste.

Art. 2º A requisição de que trata este Decreto vigorará pelo período de 07 de janeiro de 2026 a 06 de janeiro de 2027, nos termos do Ofício nº 13/2025 – CRE/GAB15º ZE/15º ZE, podendo ser renovada conforme a legislação eleitoral aplicável.

Art. 3º A requisição eleitoral possui natureza unilateral, excepcional e temporária, não se confundindo com instituto de cessão de servidores, prevalecendo o interesse da Justiça Eleitoral, nos termos da legislação vigente.

Art. 4º A servidora permanecerá vinculada ao quadro funcional do Município de Nova Brasilândia D'Oeste, preservados seus direitos, deveres e vantagens legais, conforme dispõe a legislação eleitoral e normas correlatas.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Nova Brasilândia D'Oeste/RO, 19 de dezembro de 2025.

CLODOALDO ALVES PEDROSO
PREFEITO



Prefeitura de Nova Brasilândia D'Oeste
Este documento foi assinado digitalmente por CLODOALDO ALVES PEDROSO (CPF 000.000.002-00), em 19/12/2025 - 12:17, e pode ser validado pelo QR Code ao lado e ou pelo link: https://appnovo.brasilandia.biotrust.com.br/documento/documento/assinado/120052_Folha 2 de 2



ESTADO DE RONDÔNIA
MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
PODER EXECUTIVO

LEI MUNICIPAL Nº 2013/2025

“Dispõe sobre a abertura de crédito adicional Especial por recursos vinculados no orçamento vigente, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos e dá outras providências.”

O Prefeito do Município de Nova Brasilândia D'Oeste/RO, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte

LEI

ARTIGO 1º - Fica aberto o crédito adicional Especial por Recursos Vinculados no orçamento vigente, no valor de R\$ 668.533,73 (Seiscentos e sessenta e oito mil, quinhentos e trinta e três reais e setenta e três centavos), para atender a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

Unidade: 02.007 – Secretaria Municipal de Obras
Função 26 - Transporte
Sub-Função 782 – Transporte Rodoviário
Programa 0013 – Minha Cidade
Projeto/Atividade 1.060 – Convenio Recuperação de Estradas Vicinais
Elemento de Despesa: 33.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – P.J. R\$ 668.533,73
Total..... R\$ 668.533,73

ARTIGO 2º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior serão utilizados recursos vinculados oriundos do Governo do Estado, no valor de R\$ 668.533,73 (Seiscentos e sessenta e oito mil, quinhentos e trinta e três reais e setenta e três centavos), para atender a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

ARTIGO 3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Brasilândia D'Oeste/RO, 18 de dezembro de 2025.

CLODOALDO ALVES PEDROSO
Prefeito Municipal



Prefeitura de Nova Brasilândia D'Oeste
Este documento foi assinado digitalmente por CLODOALDO ALVES PEDROSO (CPF 000.000.002-00), em 18/12/2025 - 11:02, e pode ser validado pelo QR Code ao lado e ou pelo link: https://appnovo.brasilandia.biotrust.com.br/documento/documento/assinado/120053_Folha 2 de 2